MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

N. 4



1940

RIO DE JANEIRO

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

ORGÃO DO

SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE)

SEDE: AVENIDA NILO PEÇANHA, 155, 7.º ANDAR, SALAS 710/11

RIO DE JANEIRO — BRASIL

Número avulso 6$000

A-19
P
709.81
R454
ex. 2

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

N. 4



1940

RIO DE JANEIRO

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

SUMARIO:

Aqueduto da Carioca	*Noronha Santos*	7
Os sete povos das missões	*Alberto Lamego*	55
João Gomes Batista	*Luis Camilo de Oliveira Netto*	33
Subsidios para a biografia de Manuel Francisco Lisbôa	*Judite Martins*	121
A pintura do Guarda-mor José Soares de Araujo em Diamantina	*Luiz Jardim*	155
Valor artistico e valor histórico: importante problema da Historia da Arte	*Hanna Levy*	181
A sacristia da catedral da Baia e a posição da igreja primitiva	*Maria de Lourdes Pontual*	193
Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português ...	*Robert C. Smith*	209
Mobiliario, Vestuario, Joias e Alfaias dos tempos coloniaes	*W. P.*	251
Valentim da Fonseca e Silva	*Nair Batista*	271
Oficios mecânicos em Vila-Rica durante o século XVIII	*Salomão de Vasconcellos*	331
Colegio dos Jesuitas em Paranaguá	*David D. da Silva Carneiro*	361
Observações em torno da Historia da cidade do Recife no periodo holandez	*Joaquim Cardoso*	383

AQUEDUTO DA CARIOCA

DOS PRIMORDIOS DO SECULO XVII ATÉ 1658

REMONTAM ao primeiro decenio do século da colonização as providencias administrativas a respeito do abastecimento de agua à população da cidade do Rio de Janeiro.

Já na governança de Martim Correia de Sá (1602 — 608) se cogitara do lançamento de uma finta para trazer as aguas cristalinas do rio Carioca até o sitio de Nossa Senhora da Ajuda. No segundo período da administração desse governador (1623—27), ajustou-se com o arquiteto Domingos da Rocha a forma pela qual se deveria construir o imprescindivel encanamento para conduto das aguas. Seriam executadas as obras no prazo de quatro meses, a partir de 1 de janeiro de 1624 e mediante pagamento de sessenta mil réis, *em dinheiro de contado*. Teria Domingos da Rocha, para ajudá-lo nas obras de pedreiro, um homem e vinte indios ou escravos negros, recebendo estes, alem da alimentação, bebidas e ferramentas.

Devido à escassês daquele prazo e, possivelmente, à insignificancia da quantia ajustada — apesar do valor aquisitivo da moeda naquela época — nem sequer foram iniciadas as obras que se haviam projetado.

O problema do abastecimento continuou, porem, a preocupar o *concelho* da cidade e o governo da Capitania, merecendo em 1682

a atenção do ouvidor Luiz Nogueira de Brito em sua correição de 25 de novembro, provendo sobre os abusos que concorriam não só para a impureza das aguas como para a sua má distribuição ao povo. Mandou o alto magistrado despejar todas as roças da Carioca e especialmente as de plantio do fumo, de um *mulato*, verificando a Câmara se eram feitos desvios da aguada—*que é bem comum desta República.*

Ao tempo do 14.º governador do Rio de Janeiro, Rodrigo de Miranda Henriques (1633—37), premente necessidade pública, que com maior intensidade atingiu às classes pobres da população, fez com que a Câmara atendesse, sem demora, às queixas dos moradores da cidade sobre as aguas do rio Carioca — *sem o que não podia o povo viver.*

Por não dispor a Municipalidade de recursos suficientes, resolveu Miranda Henriques lançar um tributo de 160 réis por canada de vinho e aplicar o produto a arrecadar às obras daquele encanamento. A importancia que se arrecadasse seria depositada numa arca de três chaves, guardadas no Colegio dos Jesuitas e delas se utilizariam o governador, o reitor dos loiolistas e o vereador mais velho (*Anais do Rio de Janeiro* — Baltasar Lisboa — tomo II — pág. 17).

Obedecendo ao mesmo interesse público, vamos encontrar no auto de vereança de 19 de janeiro de 1637 o registro da petição do procurador do *concelho*, Diogo Pereira de Lomba, dirigida aos vereadores Miguel Aires Maldonado, João Correia da Silva e Francisco Barreto, acerca de um curral de vacas, de Manuel Torres, junto à agua da Carioca. *E, sendo o dito curral de muito prejuizo por empestar a agua*, ordenaram os oficiais da Camara sua remoção para outro local, *onde os negros não vão tomar agua.*

Dificuldades financeiras obstaram se fizesse a construção da importante obra, cuidando, no entanto, os homens da governança de salvaguardarem as condições de limpeza do local. O auto de correição do ouvidor Diogo de Sá da Rocha, de 3 de março de 1638, determinou que os oficiais da Câmara tratassem de *botar para fora* todos os moradores que ocupassem terras às margens do rio Carioca e não as aforassem a nenhuma outra pessoa. Ordenou mais o ouvi-

dor que se construisse de *outeiro a outeiro uma parede com suas bicas e canos para tomar agua, com seus poiais de redor e daí para baixo, um lavadoiro.*

Apesar dos termos deste provimento, três anos depois ainda continuavam varios moradores com suas granjas na cordilheira da Carioca, inclusive célebre proprietario de curral de vacas leiteiras — diz-nos o auto de vereança de 23 de fevereiro de 1641. Seria, talvez, o mesmo Manuel Torres, citado nominalmente em 1637 pelo procurador Domingos Pereira de Lomba.

Na correição procedida a 25 de abril de 1646 pelo ouvidor Manuel Pereira Franco — há pouco chegado ao Rio de Janeiro — foram *cientificados os oficiais do concelho de que a cousa de mais utilidade para o povo era trazer à cidade a agua da Carioca — pela grande necessidade que dela havia.* Advertiu-os o ouvidor da urgencia de representarem à Sua Majestade, rogando-lhe um pregão para semelhante obra, que se poderia realizar por meio de calhas de madeira e esteios, colocados em lugares nos quais se levantariam mais tarde os arcos.

Esta correição, aconselhando a interferencia da metrópole no serviço de abastecimento de agua, veio reiterar a de 7 de setembro do ano anterior, quando o ouvidor Damião de Aguiar notificara à Edilidade da urgencia em canalizar a agua do Carioca até o campo de Nossa Senhora da Ajuda — obrigando para esse fim os moradores a concorrerem monetariamente.

Sem rigorosa conservação das matas que cercavam os mananciais, não se afigurava praticavel o prosseguimento da notavel obra. Não só intrusos e moradores que roteavam as terras impediam o uso das aguas, como malfeitores as tornavam impuras ao abastecimento do povo. Assim, no governo de Tomé Correia Alvarenga foram expedidas, em 1658, as primeiras providencias para a defesa florestal.

O Carioca — tambem chamado da Mãe d'Agua, continuava a ser o rio lendario dos tamoios. Suas aguas eram favoraveis à beleza das mulheres, à voz dos cantores e à inspiração dos poetas. Davam, no dizer de Rocha Pita, *voz suave aos músicos e mimosos carões ás damas.*

SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII — APERTURAS FINANCEIRAS DA MUNICIPALIDADE

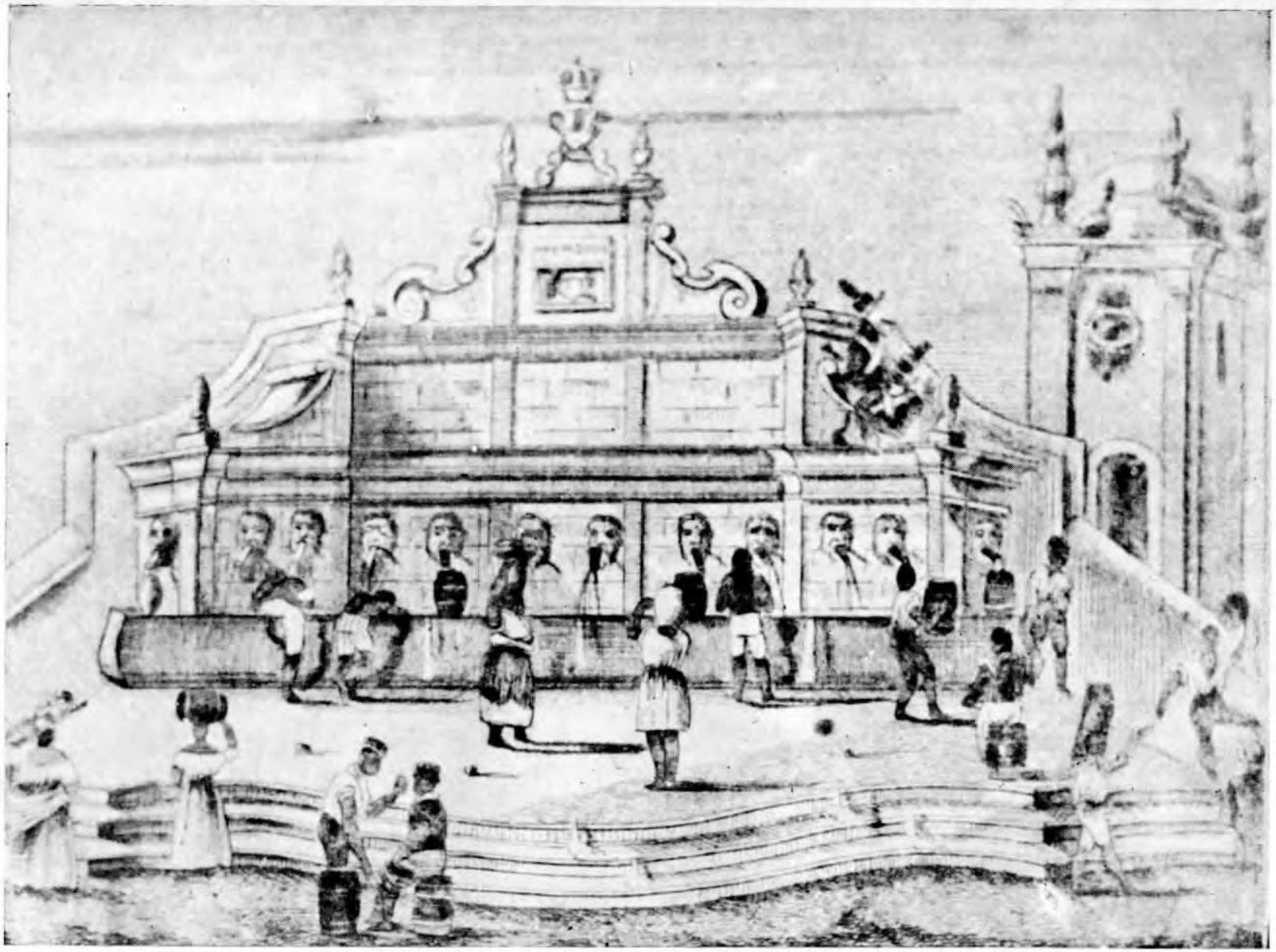
Conquanto se registrassem no *concelho* varias promessas de donativos em favor do abastecimento de agua do famoso rio, a pobre Câmara do Rio de Janeiro, onerada por uma série de compromissos, não dispunha de numerario suficiente para custear a vultosa despesa.

Na correição do ouvidor Sebastião Cardoso de Sam Paio, em 26 de maio de 1663, ficou exarada a declaração do procurador da Municipalidade de que, embora tivesse noticia daquelas promessas, não conseguira o tesoureiro arrecadar nenhuma importancia. Ponderava, todavia, o alto magistrado, que *prosseguissem as obras que estavam continuadas.*

Este provimento de correição, em desacordo com o que se lê nas *Memorias Históricas*, de Monsenhor Pizarro e nos *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar Lisboa, esclarece-nos que, antes da carta regia de 6 de maio de 1672, consignando os reditos do subsidio pequeno dos vinhos e metade das rendas provenientes de emolumentos forenses para custeio das obras, já se havia executado o serviço de canalização com certo desenvolvimento. Outra prova deste fato, temo-la na correspondencia de Salvador Correia de Sá e Benevides.

O sucessor de Tomé Correia Alvarenga, logo no primeiro ano de sua gestão governamental (1659—60), reclamara à metrópole providencias no sentido de se ultimar aquele melhoramento. Já estavam, então, construidas seiscentas braças de cano, que, no dizer de Felisbelo Freire (*Historia da Cidade do Rio de Janeiro*), custaram 1:582$000. A esse tempo, a provisão de 13 de setembro de 1659, renovando a do governador geral Antonio Teles da Silva, de 21 de fevereiro de 1657, mandara aplicar à obra da Carioca metade da multa imposta aos fabricantes da aguardente de mel, na Baía.

A versão corrente é que o importantíssimo melhoramento só se iniciou em 1673, em cumprimento da carta regia de 6 de maio do ano anterior, sendo governador do Rio de Janeiro João da Silva e Sousa (1670—75), que, de acordo com os padres jesuitas, escolheu para executá-lo os mestres João Fernandes e Albano de Araujo —



Desenho do chafariz da Carioca demolido em 1829

abonando-se ao primeiro o vencimento certo de 500$000‘ recebendo desde logo 150$000, igual quantia quando a obra estivesse adiantada, e o restante, quando a terminasse. Deveriam ser utilizados serviços de cinquenta indios, aos quais forneceria a fazenda real alimentação e sete varas de algodão.

A carta regia de 14 de dezembro de 1675, dirigida ao governador da Capitania e em resposta à representação dos oficiais da Câmara, determinou que se não distraisse para outro fim qualquer a consignação destinada à Carioca, procedente do subsidio pequeno dos vinhos — tributo estabelecido para aumento das rendas do *concelho* e aprovado pela carta regia de 5 de outubro de 1656.

O auto de correição do ouvidor André da Costa Moreira, trasladado à página 364 do IV volume da revista — *Arquivo do Distrito Federal*— proveu, em 1673, atendendo à parca situação do erario municipal, que os *senhores oficiais da Camara deste Senado, por não lhes bastarem as rendas, gastavam o dinheiro do subsidio pequeno dos vinhos, sendo este aplicado e criado para a agua da Carioca... pelo que mandou que o dito dinheiro de janeiro por diante se não gaste nem se divirta um só vintem, salvo nas cousas uteis e necessarias.*

Alem das preocupações governamentais de carater militar, agravavam por essa época o erario os descaminhos de valores da fazenda real e inpossibilitavam maior arrecadação a negligencia e a desonestidade de certos funcionarios. O contrabando imperava por toda parte.

De vez em quando, levantavam-se donativos, fintas, subscrições e tributos de toda espécie para acudir às despesas extraordinarias. Em larga éscala disso participava a Câmara do Rio de Janeiro, obrigada a custear festas e cerimonias rememorativas de nascimento, casamento e funeral de pessoas da familia real portuguesa.

Tal foi a situação dificultosa do povo no fim da centuria seiscentista, que a propria Municipalidade pedira à metrópole prorrogação por mais seis anos da moratoria concedida aos lavradores. Achava-se, então, o *concelho* da cidade em atraso no pagamento do donativo que se lhe impusera para o dote da rainha da Inglaterra e com a contribuição destinada a se firmar a paz com a Holanda. Retrata, sobremodo, a premente obrigação da Câmara em atender

as ordens da metrópole, que constituiam verdadeiras extorsões, o registro da carta que se escreveu aos vereadores a 6 de dezembro de 1687, com referencia aos gastos com procissões e outras cerimonias do culto católico — alegando a Municipalidade deficiencia de renda para manter em dia e com a devida decencia as festas religiosas.

Desprovida de recursos para a manutenção do serviço de canalização de agua, pretendeu a Edilidade impor em 1682 o tributo de 400 réis sobre a aguardente do reino, em beneficio dessas obras. A carta regia de 26 de maio do mesmo ano, endereçada ao governador Duarte Teixeira Chaves (1682—86), declarou inaceitavel semelhante imposição e, em 1683, fez el-rei sentir à Câmara do Rio de Janeiro a sua estranheza pelo descuido e desvio na consignação que a corte julgava *certa e abundante.*

A estes fatos vieram juntar-se frequentes contendas com os padres da Companhia de Jesus, a respeito da melhoria de salario aos indios trabalhadores, que foram, afinal, substituidos por escravos no governo de Álvaro da Silveira e Albuquerque (1702—704), com o beneplácito da carta regia de 8 de janeiro de 1704. Exigiam os loiolistas o salario de 80 réis diarios, pago com regularidade a cada indio trabalhador.

SÉCULO XVIII — AS OBRAS REALIZADAS POR AIRES DE SALDANHA

Em principios do século XVIII chegara a canalização ao local da ermida de Nossa Senhora da Ajuda.

Sobre ser efetuada lentamente, essa obra era mal encaminhada. Resolveu o governador Arthur de Sá e Meneses (1697 — 1702) suspendê-la e aplicar a dotação que lhe era destinada ao conserto dos canos — providencia que foi aprovada pela carta regia de 23 de outubro de 1700.

Reconhecida a insuficiencia das dotações destinadas às obras do Aqueduto, deliberou ainda a metrópole acrescer ao subsidio pequeno dos vinhos as sobras da renda da Casa da Moeda — aplicando, mais tarde, parte da que fosse arrecadada pelo subsidio grande dos vinhos.

A correição do ouvidor João da Costa da Fonseca, de 28 de abril de 1706, mandou despejar todos os ocupantes de terrenos junto ao rio Carioca, de acordo com a vereança de 15 de março de 1704, fazendo-se novo caminho pela chácara de João de Sousa Siqueira. Desde 1660 estavam alí localizadas varias pessoas, que haviam sido contempladas com títulos de sesmarias.

Comprados alguns escravos por conta da fazenda real e empregados como operarios, procurou-se dar maior desenvolvimento à construção, levantando-se arcos de pedra e cal sobre grossos canais de telha, dispostos pela encosta dos morros das Laranjeiras e do Catete e da base do morro do Desterro até o local da ermida da Ajuda. Foram — como quer Vieira Fazenda — os chamados Arcos Velhos, cuja noticia é encontrada em escrituras de casas e terrenos do lado impar da atual rua Evaristo da Veiga (antiga dos Barbonos).

As invasões francesas de Duclerc e Duguay Trouin (1710—1711), contribuiram para suspensão das obras do Aqueduto. Dispenderam-se as consignações na defesa militar e no pagamento do resgate da cidade. Cientificada a metrópole do que ocorrera pelo ouvidor Fernando Pereira de Vasconcelos, determinou o rei Dom João V em carta de 23 de fevereiro de 1717, sob consulta do Conselho Ultramarino, fossem mantidas as consignações que haviam sido desviadas, retornando-se à arrecadação dos respetivos impostos, como anteriormente se fizera.

Enviada à Lisboa nova planta, que fora requisitada, reiterou a metrópole em carta de 25 de dezembro de 1718 ordem para continuação das obras — considerando-as, no entanto, aquele soberano muito dispendiosas. Apresentava Dom João V novo plano, acrescendo às subvenções e consignações já existentes o produto do imposto de barreira, na passagem do rio Paraiba do Sul, além de outras rendas e declarava que o governador do Rio de Janeiro procurasse convencer os moradores das vantagens que poderiam auferir com o trabalho de seus escravos na Carioca, em dias que lhes fossem menos onerosos.

Sucedendo no governo da Capitania a Antonio de Brito e Meneses (1717 — 19), o governador Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha (1719 — 25) não se

conformou com aquela solução e, consoante parecer do engenheiro tenente-general Felix de Azevedo Carneiro e Cunha, apresentou novo projeto, considerado mais econômico — mas que não foi aceito pelo rei — determinando este que se cumprisse o plano anterior (Carta regia de 18 de novembro de 1719).

As obras foram afinal contratadas com o capitão-mor das Minas Gerais, Custodio da Silva Serra e Vicente Lopes Ferreira. Encomendaram-se 8.948 carros de barro às olarias da Baía, tendo sido paga pela fazenda real a quantia de 3:555$545, por conta dos créditos destinados ao Aqueduto. No ano seguinte chegava o encanamento ao campo da Ajuda. Achando-se este sitio um tanto arredado do que propriamente se chamava a cidade, Aires de Saldanha representou ao governo metropolitano, mostrando a conveniencia de se encaminhar a obra em direção ao campo de Santo Antonio e computando a despesa em cerca de trinta contos de réis.

As sobras das aguas "detidas pelo campo místico" — diz-nos um dos registros coloniais — ameaçavam "arruinar as casas do bairro da Ajuda e provocar molestias".

A carta regia de Dom João V, de 14 de abril de 1722, endereçada ao governador Aires de Saldanha, e a resposta deste em 16 de novembro do mesmo ano (*Publicações do Arquivo Nacional* — vol. X — pág. 169) mostram irrefragavelmente que foi Saldanha quem iniciou a construção dos Arcos da Carioca em direção ao campo de Santo Antonio, edificando-os em pouco tempo.

Tendo tomado posse a 18 de maio de 1719 e deixado o bastão em 1725, pode o 60.° governador, em período relativamente curto, dar solução ao problema que durante tantos anos preocupara seus antecessores, dispendendo estes grandes somas.

Pelos termos da carta regia de 1722 se evidencia que a obra da Carioca até o sitio de Nossa Senhora do Desterro estava feita por menos de vinte mil cruzados, do mais barato lanço que houvera na arrematação a que se procedera. Convocados novamente à Câmara, engenheiros e mestres pedreiros, para se determinar porque parte seria melhor continuá-la, *resolveram ser muito mais conveniente continuar para a frente de Santo Antonio, assim por fazer menos do que pela banda de Nossa Senhora da Ajuda, como por ficar mais perto da*

cidade e suposto que para entrar nela se metesse um vale que necessita de alguns arcos, que são muitos poucos a respeito do que necessitava a obra velha e, nesta conformidade, ficava feita a última arrematação e quanto ao que poderá importar o resto será de trinta e oito contos, o que se não faria na forma da obra velha com cinquenta contos.

Na carta de 16 de novembro de 1722, dizia o governador Aires de Saldanha que a obra da Carioca já se achava tão adiantada, que *dentro de dois meses ficará junto ao muro da cidade.*

Este muro ou esta muralha, levantada pelo engenheiro João Macé, em 1711, e destinada à fortificação do Rio de Janeiro, seguia do morro da Conceição em direção à atual rua Uruguaiana, junto à igreja de Nossa Senhora do Rosario e São Benedito dos Pretos Forros. Atravessava o campo de Santo Antonio e deveria terminar junto ao morro do Castelo, passando por trás da igreja de Nossa Senhora do Parto. No tempo do historiador carioca Pizarro, ainda havia vestigio desta construção, como ele o diz, no antigo largo do Capim ou do Chafariz Novo.

Em 1723, ficou concluida a primitiva fonte da Carioca, revestida de mármore, com dezesseis bicas de bronze. Este acontecimento foi recebido pelo povo com regosijo, por vir satisfazer uma das maiores aspirações dos moradores da cidade.

Rocha Pita, na *Historia da Amêrica Portuguesa,* escreve:

"A fonte de que bebem os vizinhos da cidade é um copioso rio chamado Carioca, de puras e cristalinas aguas, que depois de penetrarem no coração de muitas montanhas se despenham por altos ricos, uma legua distante da cidade, onde as iam tomar com algum trabalho, mas o Senado com magnífica fábrica e liberal despesa, trouxe para mais perto aquele rio, e o próximo e laborioso cuidado do general Aires de Albuquerque, que nesse tempo com grande acerto governava aquela capitania, o trouxe para junto da Cidade, com maior grandeza e utilidade".

Na antiga fonte existiu esta inscrição:

Sendo governador Aires de Saldanha
Se fez sob sua direção esta obra
Principiou em 1719
E foi concluida em 1723

Demolido em fins de 1829, possuia esse chafariz bicas ornadas de carrancas de bronze, sendo dez na fachada principal, duas nos ângulos chanfrados e quatro laterais. O corpo desse chafariz dividia-se em três partes, coroando a última as armas da metrópole e na parte inferior um tanque estreito de forma exótica sobre um patamar de três degraus, em curvas simétricas.

Assim o descreveu J. A. Cordeiro, em 1846, com uma estampa, na revista *Ostensor Brasileiro*, e, recentemente, Magalhães Correia, em seu interessante livro "*Terra Carioca — Fontes e Chafarizes*".

Luiz Gonçalves dos Santos, o *padre Perereca*, nas *Memorias para servir a historia do Reino do Brasil*, referia-se em 1808 ao célebre chafariz de 1723, nestes termos:

"A fonte da Carioca está situada entre dois lances da ladeira, sobre um plano elevado do chão, para o qual se sobe por cinco degraus; é toda de pedra a sua fachada, e não é muito alta; tem onze bicas de bronze, na frente, que lançam agua com abundancia sobre o tanque, onde se recebe as mesmas aguas nos barrís e potes dos aguadeiros; o frontespicio dessa fonte é coroado pelas reais armas portuguesas; abaixo destas está uma inscrição já ilegivel e inferior à esta, as armas do governador Gomes Freire de Andrada. Por baixo do lance esquerdo da ladeira corre um cano que despeja agua superflua do tanque da fonte em outro do tanque que fica no outro lance, onde bebem os cavalos, e deste passa para outro tanque mais largo e estreito, onde se lava a roupa".

Com a chegada das aguas ao local hoje denominado largo da Carioca, lembrou o Senado da Câmara ao rei a conveniencia de se construir um cano de pedra em direção ao mar, para dar vasão às sobras das aguas do chafariz, sendo ainda necessaria a feitura de tanques para lavagem de roupa. Atendendo o soberano ao que lhe solicitara a Câmara na carta de 18 de outubro de 1724, que tambem lhe dera noticia da chegada das aguas ao campo de Santo Antonio, ordenou em 21 de abril do ano seguinte a abertura de um esgoto em direção à Prainha, com passagem pelo campo de São Domingos. Esta obra foi executada por Luiz Vaía Monteiro, "o Onça" (1725—32), determinando a carta regia de 22 de setembro de 1730 que se a continuasse, estranhando o descuido em adiantá-la.



Chafariz da Carioca inaugurado em Abril de 1834

Parte das consignações foi incluida na ordem regia de 20 de novembro de 1726, na qual, diz Pizarro, se mandou apontar o que se devia a Custodio da Silva Serra e Vicente Lopes Ferreira na importancia de 52:238$632, resto do que se lhes ficou a dever.

Não obstante o grande melhoramento inaugurado por Aires de Saldanha, persistia a falta de agua para abastecimento da população, como se infere da correição do ouvidor Manuel da Costa Mimoso de 15 de novembro de 1727, por haverem alguns negros, foragidos e em *quilômbolas*, quebrado os canos.

Acautelando interesses da fazenda real e zelando pelo bem público, proveu Costa Mimoso que se nomeasse um oleiro para os reparos, com o ordenado anual de quarenta mil réis.

Em 1728 já eram favoraveis as condições do abastecimento, declarando o mesmo ouvidor que o governo da Capitania tomara providencias naquele sentido e para reprimir disturbios na fonte da Carioca.

Pela carta regia de 20 de fevereiro de 1731, assinalara a metrópole haver gasto no decurso de cinquenta anos com as obras do Aqueduto a soma de 60.000 cruzados, inclusive as consignações arroladas.

> "Mas apesar disto", escreve Antonio Joaquim de Almeida e Silva em sua excelente *Memoria* sobre o abastecimento de agua à cidade do Rio de Janeiro, "foram elas feitas com tão pouca segurança, que já em 1735 ocasionavam por seu estado de ruina, falta de agua na cidade, acrescendo que o encarregado da sua conservação, que auferia o ordenado anual de 200$000, descuidou-se tanto de suas obrigações e tão irregularmente procedeu, que fugiu quando convidado a prestar contas da sua gerencia por José da Silva Pais, que governava interinamente a Capitania, na ausencia de Gomes Freire de Andrada, então em Minas Gerais, onde fora autorizado pela carta regia de 4 de janeiro de 1735 por em prática a cobrança do direito senhorial do quinto em ouro".

Alem destas irregularidades, moradores e escravos danificavam, por vezes, os encanamentos. Para coibir semelhante vandalismo,

informa-nos Vieira Fazenda (*Antiqualhas e Memorias do Rio de Janeiro*), os juizes da vintena lançaram um bando, impondo aos malfeitores as penas de galés e açoites.

TERMINAÇÃO DAS OBRAS — GOMES FREIRE DE ANDRADA — 1733-1763

Autorizado pela carta regia de 28 de abril de 1744, Gomes Freire de Andrada, que, desde junho de 1733 governava a Capitania do Rio de Janeiro, tratou de reconstruir o Aqueduto da Carioca com pedras do país, por serem as procedentes de Portugal mais dispendiosas, e deu-lhe melhor direção, ligando-o ao morro de Santo Antonio por uma dupla arcaria de pedra e cal com 42 arcos.

Já em carta de 26 de junho de 1735 o governador interino, brigadeiro José da Silva Pais, cientificara ao rei do resultado da vistoria que mandara proceder no Aqueduto — achando-o arruinado. Em resposta, a provisão regia de 19 de dezembro do mesmo ano, sob consulta do Conselho Ultramarino, ordenara se fizesse um *Aqueduto de pedra e cal com seus canos de pedra*.

As aguas que defluiam antes em calha aberta, expostas aos ardores solares, sujeitas a serem contaminadas pelas impurezas e mesmo desviadas do seu curso natural, como por vezes sucedera, passaram a ser cobertas por abóboda de tijolos, conforme determinou a carta regia de 2 de maio de 1747.

Este importante melhoramento que foi iniciado com grande avanço pelo governador Gomes Freire só foi, porem, ultimado no vice-reinado do Conde de Resende.

Apesar de constar da provisão regia de 19 de dezembro de 1735 (*Publicações do Arquivo Nacional*) a feitura de um Aqueduto de pedra e cal, com seus canos de pedra, parece-nos haver sido modificado este plano, como verificamos dos *Anais da Biblioteca Nacional* (volume L — págs. 32 e 33), através dos documentos de números 13.651 a 13.653, com informações do tesoureiro do Conselho Ultramarino. Em 1748, João Rodrigues Vale e João Lourenço Peres, senhorios dos navios *Espírito Santo* e *Santa Catarina* e Paulo Jorge, senhorio do navio *Santo Antonio das Almas*, pediam pagamento de fretes de canos de ferro para as aguas da Carioca. Para as fontes que

se instalaram posteriormente, adotaram-se canos de chumbo, como se vê da carta original pertencente às coleções do Arquivo Municipal e datada de 19 de agosto de 1760, com a rubrica de Dom José I, sob consulta do Conselho Ultramarino, acerca da pretenção do mestre funileiro Manuel Gomes, para pagamento do que lhe era devido e sobre o dispendio com as obras do Aqueduto.

Coube, afinal, ao conde de Bobadela — o esforçado e admiravel administrador Gomes Freire de Andrada — assistir ao término da monumental obra colonial da construção dos Arcos da Carioca, executada em grande parte debaixo do plano do engenheiro e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, que, por morte daquele ilustre varão, cognominado *Pai da Patria*, governou interinamente a Capitania.

Em memoria dos serviços prestados pelo 63.º e último governador efetivo do Rio de Janeiro, lê-se na parte inferior de um dos arcos que distam 17m,60 do solo, no principio da rua Riachuelo, esta inscrição aberta em pedra:

El Rey D. João V. N. S. Mandou
Fazer Esta Obra pelo Illm° Exm° Sr. Gomes
Freire De Andrada Do Seu Conselho
Sarg. Mór de Batalha De Seus Exerct Govr. e Capit. Das
Captn. Do Rio De Janeiro e Minas Gers.
Anno
MDCCL

No começo do Aqueduto se vê tambem, outra inscrição, lavrada em pedra, numa caixa próxima à *Mãe d'Agua*, perpetuando ainda a grande obra do Conde de Bobadela:

Reinando El Rey D. João V. N. S. E Sendo
Govr. E Capm. G. Destas Captnas. E Das De
Mas Gomes Fr De Andra do Cons.
Sargto. Mayor Deb. Dos Seus Exerct.
Anno — 1744

No 3.º volume de *Testemunhos e Indicios Varios na ex-cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, de B. Sanmartin, encontra-se a gravura dessa inscrição.

MELHORAMENTOS PROJETADOS NO VICE-REINADO

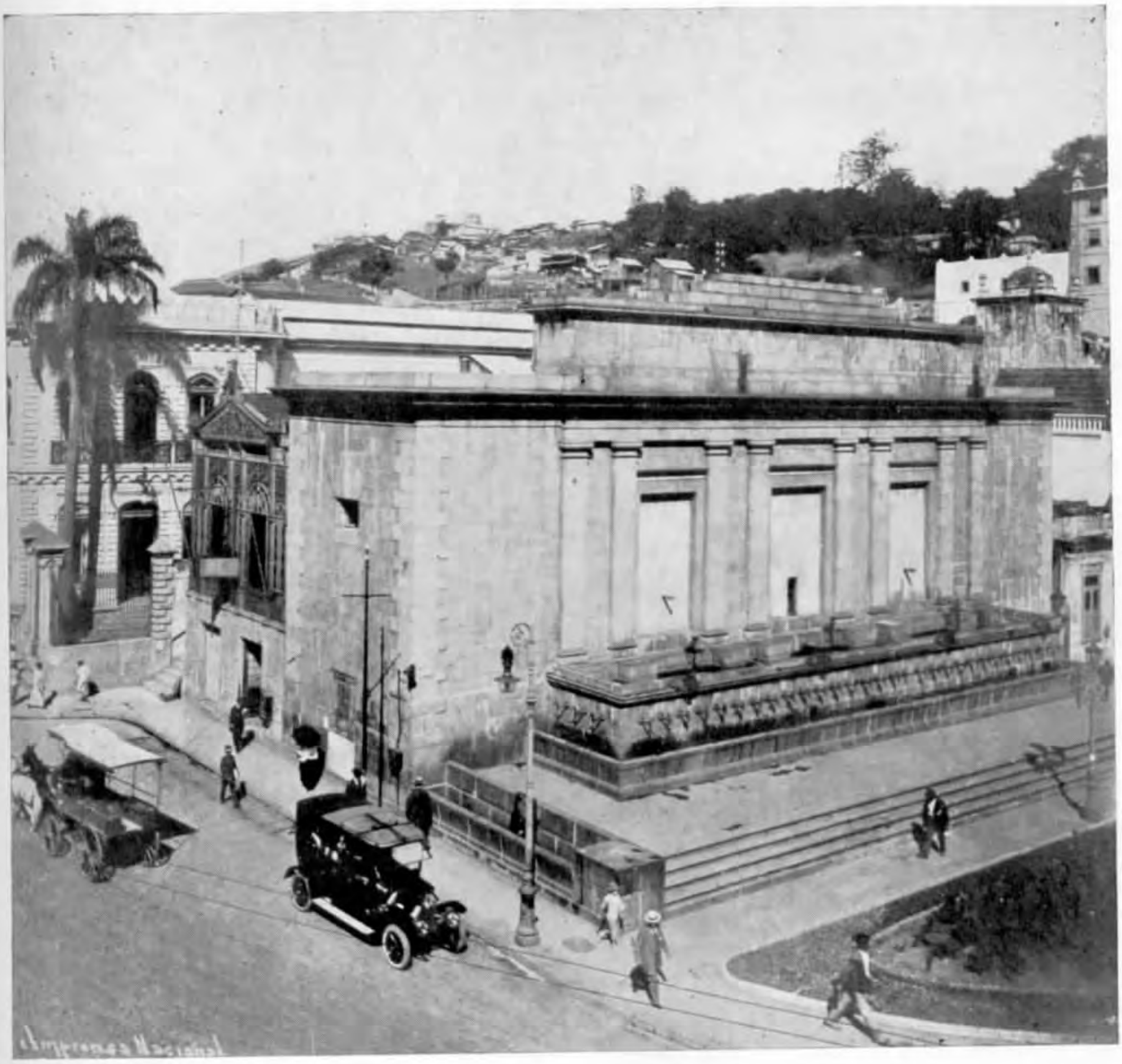
Durante largo tempo conservou-se com grande vantagem para o povo a gigantesca construção. Em 1774, no vice-reinado de Dom Luiz de Almeida Portugal Soares d'Eça Alarcão Silva Mascarenhas, segundo marquês de Lavradio e quarto conde de Avintes (1769—79), foram, em parte, reparados os Arcos, empregando-se granito do Brasil, com argamassa de cal, areia e azeite de peixe.

Pouco depois de haver assumido o governo, a 5 de abril de 1779, o quarto vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos e Sousa (1779—90) descendente da ilustre familia dos condes de Castelo Melhor, teve de cuidar, de pronto, de novas reparações no Aqueduto, que se achava arruinado em alguns trechos do morro de Santa Teresa, após prolongadas chuvas de verão, interrompendo o fornecimento regular de agua à população. Mais tarde, devido sobretudo ao desmoronamento de muralhas, em 1783, foram efetuadas outras obras, de maior amplitude.

O verão de 1783 fora um dos mais inclementes e "sendo sensivel a falta de agua — dizia o auto de correição do ouvidor Francisco Luiz Alves da Rocha, de 27 de agosto daquele ano — e por constar que anda desencaminhada a agua que vem dos Arcos da Carioca e se conduz ao chafariz público, não obstante haver passado para a fazenda real o imposto destinado ao reparo de fontes e aquedutos, ficando assim a fazenda real com a obrigação de abastecer a cidade, determino que a Câmara sem perda de tempo examine onde ocorre o descaminho".

Com as providencias imediatas do Senado da Câmara foram descobertos e punidos os delinquentes que, para seu exclusivo uso e gozo, desviavam as aguas de serventia pública.

Luiz de Vasconcelos para reforçar o suprimento procedente do rio Carioca aproveitou diversas correntes de agua — trabalho esse continuado no governo do Conde de Resende e mesmo durante a



Outro aspeto do chafariz da Carioca

permanencia da familia real no Rio de Janeiro. As aguas canalizadas por aquele vice-rei e por seu sucessor foram as das nascentes da Lagoinha, Silvestre e Caboclas, captadas as primeiras na altura de 233m,800, e conduzidas até o Aqueduto,o nde ainda hoje se despejam por encanamento de alvenaria, com cerca de 400 metros de extensão, em comunicação com outro primitivamente construido de telhões de barro e depois de manilhas vidradas e atualmente de tubos de ferro de 0m,20 de diâmetro.

A nascente do Silvestre, situada a 220m,300 sobre o nivel do mar, está em nossos dias reduzida a insignificante veio. Mal abastece as localidades circunvizinhas. Aflue ao Aqueduto por uma calha de telhões de barro, a céu aberto, e que tambem recolhia as aguas do trecho do rio Carioca, denominado Caboclas.

Alem dos trabalhos realizados no Aqueduto com a cobertura sobre a canalização, o vice-rei Dom José Luiz de Castro, segundo conde de Resende (1790—1801), substituiu por condutores de pedra os de ferro que levavam a agua ao chafariz do largo do Paço, mandou remover as lages que cobriam o encanamento da rua do Cano (Sete de Setembro), e calçou o meio desse logradouro sobre a abóbada.

A vala da cidade que fora anteriormente pestilento fosso, mandado cobrir pelo Senado da Câmara com lages de grandes dimensões, em obediencia à ordem do conde da Cunha, substituiu o conde de Resende por calçamento abaulado em todo o trecho do logradouro que era a antiga rua da Vala (Uruguaiana).

Contra a cobertura da vala — escreve Vieira Fazenda (Largo da Carioca — IV — *Antiqualhas e Memorias do Rio de Janeiro* — Rev. do Inst. Hist. — tomo 89 — pág. 336), protestara em pitoresca linguagem, o carmelita Frei José da Costa Azevedo em sua *Memoria Filosófica e Patológica sobre o Rio de Janeiro.*

"Mas quando a vala estava descoberta—dizia o frade carmelita—o ar acelerava a putrefação e à medida que se desenvolviam os maus vapores se difundiam na atmosféra e se dissipavam, sucessivamente, entrando na economia geral da natureza, ficando assim menos daninhos, por estarem menos condensados ou por não obrarem com forças unidas e simultaneas. Com a vala coberta havia sem dúvida

menor quantidade de materias putreciveis, para fazer um maleficio, porque não havendo remoção abundante de ar os vapores mefíticos se deteem por falta de saidas francas e se espessam e tendo-se aumentado em massa o volume, rompem por qualquer fenda ou furo e vem com forças unidas danar a atmosfera..."

O conde de Resende que passou à posteridade como homem colérico, dado ao arbitrio e à prepotencia,—"conquanto não deixasse de atender às solicitações de seus governados" (*Resenha Histórica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* — Rev. do Inst. Hist. — tomo LXXVI — Max Kitzinger)—foi quem apresentou o novo plano de abastecimento de aguas, aproveitando os mananciais da Tijuca e do Maracanã, por já não bastarem os do rio Carioca.

Exemplificando um dos aspetos do plano sugerido no vice-reinado do conde de Resende, o termo de vereança do Senado da Câmara de 6 de novembro de 1800 convocou os *homens bons* do povo para decidirem a respeito. Sem tardança, as pessoas de maiores recursos monetarios se dispuseram a concorrer para as obras projetadas.

OBRAS E MELHORAMENTOS NO GOVERNO DE DOM JOÃO VI E NO PRIMEIRO REINADO

Só em 1817, pondera o engenheiro dr. Antonio de Paula Freitas (*Livro do Quarto Centenario da Descoberta do Brasil*), foram as aguas do Maracanã encaminhadas por encostas de serras e morros e trazidas até o campo de Sant'Ana.

A 13 de maio de 1818 inaugurou-se o primeiro chafariz dessa canalização a cargo da Intendencia Geral da Policia, sob a chefia do benemérito Paulo Fernandes Viana.

Naquele primeiro ano, o decreto de 9 de agosto, reiterado no ano seguinte por outro de 17, tambem de agosto, determinou fossem coutados todos os terrenos em roda das nascentes da agua da Carioca e ao longo do Aqueduto até Santa Teresa — ficando três braças de terreno de cada lado da velha construção colonial. Em 1823, lemos numa requisição de autos feita em 1824 pelo desembargador e corregedor José Teixeira da Mata Bacelar, — pro-

cedeu-se em parte à essa demarcação. O aviso do Ministerio do Imperio de 27 de agosto de 1825 estabeleceu novas providencias a respeito, incúmbindo-as ao Senado da Câmara, que deveria dar exato cumprimento aos decretos de 1817 e 1818. A 10 de dezembro de 1828 ainda outras providencias atinentes ao mesmo assunto foram solicitadas à Municipalidade pelo intendente geral da policia, Luiz Paulo de Araujo Bastos, tendo em vista o interesse que sempre tiveram os vereadores pelo serviço de abastecimento de agua.

E' desta espécie o parecer apresentado sete anos antes, em 1821, pelo procurador do Senado da Câmara, Antonio Álvares de Araujo:

> "Fui examinar o Aqueduto de Santa Teresa. Causa lástima na verdade, Ilustríssimo Senado, que uma obra feita na antiguidade, com tanta grandeza, se não tenha ao menos procurado conservar, o que era muito facil e com muita pequena despesa, desviando do aqueduto as aguas do monte que o arruinaram, arrancando-lhe figueiras bravas e outros arbustos que entrelaçando as suas raizes pelas abóbodas o lançam em terra em pouco tempo, acudindo à conservação dos reboques e bitumando o cano para se não perderem as aguas tão preciosas a esta cidade. E' por falta deste tão precioso cuidado que o Aqueduto se acha arruinadíssimo e não causará novidade que um dia apareça a cidade sem agua, por conta das do monte que, de algumas vezes, levaram um pedaço do mesmo Aqueduto" (*Abastecimento de agua* — Arq. Mun. — *Mans.*).

Álvares de Araujo aludia, de certo, às grandes enxurradas e' principalmente, às *celebres aguas do monte.* De 10 a 18 de fevereiro de 1811, durante dias e noites, grandes chuvas cairam sobre a cidade, inundandó casas e ruas, que foram vadeadas por canoas, deixando sobre as ruinas das casas inúmeras vítimas. Abriram-se as igrejas para suplicar o socorro da Providencia e livrar o povo da calamidade que ficou conhecida por *agua do monte.*

Por essa ocasião, fora o Aqueduto arruinado na extensão de 431 braças — destruindo-se mesmo em alguns trechos até os alicerces.

Escasseando ordinariamente as aguas da Carioca na estação calmosa, assinalara-se com maior intensidade este fenômeno na grande seca de 1824. Em socorro da população adotaram-se varias medidas governamentais, entre as quais, as formuladas na portaria do Ministro do Imperio, Estevão Ribeiro de Resende (Marquês de Valença), — endereçada ao Senado da Câmara, ao inspetor das obras públicas, sargento-mor Manuel José de Oliveira, e ao intendente geral da policia — sobre a urgente necessidade de se ativar o conduto das aguas. Foram, então, atacadas obras de canalização e reforçados diferentes mananciais.

Não obstante as medidas adotadas que deveriam assegurar melhor fornecimento de agua à *população, cinco* anos depois, em 1829, sentiu-se tanto a necessidade do precioso líquido, que se angariou uma subscrição para executar o plano do engenheiro francês Rivière. Consistia esse plano em reunir num só encanamento as abundantes aguas de varios rios da cidade e das que ficassem mais próximas da capital do Imperio, no recôncavo do Rio de Janeiro.

O problema parecia insoluvel. Se, as secas prolongadas ocasionavam falta de agua, as grandes chuvas caniculares desmontavam as calhas das canalizações ou as soterravam e destruiam os encanamentos.

A 11 de março de 1830 procederam uma vistoria no aqueduto, o brigadeiro do corpo de engenheiros, Francisco Cordeiro da Silva Torres, o major Domingos Monteiro, o administrador geral das obras da policia e os mestres pedreiros do serviço do abastecimento. Julgaram de premente necessidade novas obras de conservação. Encontraram o aqueduto com grandes fendas, notadamente no terreno junto à cerca dos padres *barbonios*, achando-se neste local os alicerces da obra quasi sem apoio (*Mans.* do Arq. Mun.) Atendendo às razões expostas por aquela comissão, a portaria do Ministro do Imperio, Marquês de Caravelas, de 22 de abril de 1830, mandou levantar orçamento para execução dos consertos necessarios.



Demolição do chafariz da Carioca em 1926

OBRAS EXECUTADAS NO GOVERNO REGENCIAL

A 6 de agosto de 1831 o administrador das obras da Carioca, Francisco Travassos da Costa, inaugurava a canalização das aguas das Paineiras, em calhas de madeira (*Mans.* do Arq. Mun.).

Esta obra pouco beneficiou à população, porquanto, dois anos depois, em 1833, para de algum modo atender à grita do povo encolerizado contra a falta de agua, determinou o governo regencial que os moradores e proprietarios de chácaras, com poços e nascentes, os franqueassem a todas as pessoas que conduzissem barrís e pipas. Em algumas chácaras procedeu-se o abastecimento em condições vexatorias e precaríssimas, sendo enxotados escravos e aguadeiros açoreanos. A canção popular carioca repisou por meses afora uma versalhada denominada *Agua por tamina*, vingando-se da brutalidade daqueles chacareiros.

Em 1836 regularizava-se o serviço de abastecimento ao povo. Tudo concorria para a tranquilidade dos habitantes da cidade, não sofrendo neste ano os rigores da estiagem nem a violencia das chuvas, com as constantes trovoadas e enchentes, tão comuns no velho Rio de Janeiro.

O Almanaque Geral do Imperio do Brasil, de Sebastião Fabregas Surigué, referente ao ano de 1836, relacionou dezoito chafarizes existentes na cidade do Rio de Janeiro e seus principais arrabaldes, dispondo de 147 bicas para barrís e pipas.

Possuiam maior número de bicas os chafarizes *novo* e o *de madeira*, na Carioca, o do largo do Paço e o do Campo da Honra (atual praça da República).

O chafariz novo da Carioca, com 40 bicas, 36 para barrís e 4 para pipas, enchia diariamente 20.970 barrís, comportando o reservatorio durante 4 horas 6.160 pés cúbicos de agua.

O chafariz velho, de madeira, no mesmo largo da Carioca, possuia 36 bicas, 35 para barrís e uma para pipas.

O do largo do Paço (atual praça Quinze de Novembro) contava em 1836, dezessete bicas para barrís e duas grandes para aguada das embarcações.

O do campo da Honra despejava agua por vinte e duas bicas.

O chafariz de madeira, com 40 bicas, era pintado com tinta que imitava granito. Tinha no frontespicio a data de sua inauguração — 15 de maio de 1830. Foi mandado construir pelo intendente geral da policia Luiz Paulo de Araujo Bastos em 1829. Desapareceram seus últimos vestigios em 1837.

SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO SEGUNDO REINADO

Excetuado o Aqueduto da Carioca, que servia satisfatoriamente ao povo, mas ainda assim carecendo de muitos reparos, todos os outros encanamentos que se ligavam a fontes e chafarizes, eram construidos em sua maior parte de calhas de madeira e telhões de barro ou em valas abertas no solo — o que bem demonstra a pressa com que foram feitos e o carater provisorio que apresentavam.

Flagelada a população carioca em 1843 por uma das mais terriveis secas, chegou ao cxtremo de se socorrer de navios surtos no porto. Exgotados os tanques dessas embarcações, organizou-se uma frota de faluas que se empregou no transporte de agua apanhada em Niterói. E' desse ano a organização de uma comissão presidida pelo conselheiro Francisco Cordeiro da Silva Torres (futuro visconde de Jurumirim), com a incumbencia de sugerir medidas adequadas acerca do abastecimento de agua, encarregando-se, então, ao engenheiro Pedro Taulois de elaborar um plano de canalização de dois terços da bacia do rio Maracanã.

Um mapa hidrostático, traçado em 1848 pelo engenheiro Miguel de Frias e Vasconcelos, inspetor das obras públicas, relacionou os aquedutos, encanamentos, fontes, chafarizes, córregos, rios, minas, manadeiros, com a quantidade de agua fornecida, aproveitada e peso específico (Anexo do *Relatorio do Ministro do Imperio Visconde de Macaé*).

Construido sob a fiscalização de Miguel de Frias, inaugurou-se a 7 de setembro de 1851 o encanamento do Maracanã, começando nesse dia a fornecer agua vinte e três bicas em varios pontos da cidade, em Matacavalos, e nas ruas Direita (1.° de Março), do Sabão (General Câmara), do Hospicio (Buenos Aires), do Cano (Sete de Setembro) e dos Ciganos (Constituição) e vinte e uma bicas nos arrabaldes mais distantes do centro comercial.

Em *Cartas do amigo ausente*, registrava o "Jornal do Comercio", que a poderosa Inglaterra ainda não contava em *Hyde Parc* um aprovisionamento de agua como possuia o Rio de Janeiro de 1851. "A cidade — acrescentava o crônista — já se pode chamar a cidade das naiades, e mais direito terá a essa ficção mitológica, quando seu solo e asseio forem tidos em melhor conservação e por isso faço votos para que a empresa dos engenheiros Rivière e Boniani seja levada a efeito".

Pouco depois, para reforçar o abastecimento, adquiriu o governo imperial, em 1855, pela quantia de 75:450$000, terrenos nas cercanias do rio Maracanã e terras a Agostinho Figueiredo e a Silvestre Pires Chaves, pela quantia de 20:000$000, conservando a parte que pertenceu a este último proprietario o seu nome, — origem do aprasivel arrabalde do *Silvestre*, servido desde 25 de fevereiro de 1897 por uma linha de bondes de tração elétrica.

Descendente de Cipriano Pires Chaves, apontador e fiel das obras do Aqueduto, de 1817 a 1840, Silvestre se constituiu *cicerone* dos estrangeiros que procuravam aquele delicioso recanto carioca.

As terras que abrangem o Silvestre, pertenceram numa parte a Luiz Moutinho Alves da Silva e por este foram cedidas à fazenda real em 1818.

Demolição e substituição de arcos — Autorizada pelo governo imperial, a Câmara Municipal da Corte, em sessão de 18 de maio de 1859, resolveu retirar um dos pegões dos Arcos da Carioca, que ficava ao centro da rua dos Arcos, regularizando o trânsito nesse logradouro, mediante a despesa de 16:680$000. Mais tarde, em 1872, na parte dessa rua fronteira a de Evaristo da Veiga, a *Companhia City Improvements* fez demolir dois arcos, que foram substituidos por um, gastando-se nessa obra 39:440$000.

Esta demolição — informa-nos Vale Cabral (*Guia do Viajante no Rio de Janeiro*, 1884) — foi executada com perfeição admiravel, mostrando-nos a solidez da grande obra colonial.

Mananciais da serra da Carioca — Quando, em 1861, o serviço do abastecimento de agua, até então a cargo do Ministerio do Imperio, passou em virtude do decreto n.° 2.747, de 10 de fevereiro,

para o novo Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, criado pelo decreto n.º 1.067 de 28 de julho de 1860, já a cidade sentia de novo falta de agua—"não obstante a abundancia com que fora abastecida em 1851, ano em que, pela canalização dos rios Maracanã e São João ficaram dissipados os receios de que viesse a população a ficar de novo sujeita a essa contingencia".

Esse trecho da *Memoria* de Almeida e Silva reproduz a opinião do Ministro do Imperio, Visconde de Monte Alegre, do gabinete conservador de 29 de setembro de 1848, em seu relatorio do ano de 1851.

Tendo em vista o aumento da população, alguns anos depois, ao invés de medidas transitorias, cogitou-se de um plano geral, organizado por técnicos. A comissão presidida pelo conselheiro Pedro de Alcântara Belegarde tratou de estudar os varios projetos submetidos ao governo, entre os quais, o do engenheiro francês Lenoir e a proposta de Irineu Evangelista de Sousa, barão de Mauá, mediante privilegio por cinquenta anos, que constituia uma das cláusulas principais, formuladas pelo grande brasileiro, a cuja operosidade deveu o Brasil inúmeros melhoramentos.

Indicava em 1866 o engenheiro inspetor das obras públicas Antonio Maria de Oliveira Bulhões, sucessor do dr. Bento José Ribeiro Sobragí, como causas principais da falta de agua a insuficiencia das dimensões dos depósitos de recepção, alem do mau estado de conservação dos encanamentos, quasi todos obstruidos, e o pequeno volume de agua dos mananciais aproveitados. Medidas nessa ocasião as nascentes canalizadas que abasteciam a cidade e seus suburbios, encontrou-se um total de 36.616.141 litros. Adicionando-se esse volume de agua ao das nascentes então a canalizar, que ascendia a 49.859.150, obter-se-iam 86.475.291 litros — quantidade julgada suficiente para prover durante muitos anos a população do Rio de Janeiro.

Do quadro apenso ao relatorio do dr. Oliveira Bulhões, indicando a quantidade de agua fornecida em 1866 pelos mananciais da serra da Carioca, se verifica que o rio Carioca poderia fornecer em 24 horas, 2.590.147 litros. Os mananciais das Paineiras concorreriam em igual período de tempo com 528.023; os do Silvestre e La-

goinha, o primeiro com 797.136 e o segundo com 629.856; o reservatorio do morro do Inglês com 350.000 e as quatro pequenas fontes denominadas *três mananciais*, no Corcovado, com 661.907 litros.

Ainda por este quadro se verifica que era sofrivel o estado de conservação das matas que cercavam o rio Carioca naquele ano, no Silvestre e no morro do Inglês. Nos demais mananciais a conservação da mata merecia maiores cuidados.

Entre as obras mais importantes empreendidas a esse tempo, sobreleva notar a da construção da caixa do morro do Inglês, edificada na cota de 91m,899 sobre o nivel do mar e a da represa contigua, posteriormente conhecida por *açude do morro do Inglês*, com a capacidade para quatro milhões de litros.

Em frente à caixa acima citada acha-se gravada em pedra mármore a seguinte inscrição:

Por Ordem de S. Exa o Sr Ministro
Da Agricullura, Commercio e O. P. Esle Reservalorio
E Encanamento Geral das Laranjeiras
Foram Pela I. G. Das O. P.
Começados em Junho de 1860 e Concluidos
Em Julho de 1868

Grandes projelos para captação de aguas — Nova fase — Prosseguindo, embora, em Paineiras, os trabalhos iniciados desde os tempos coloniais para aproveitamento das nascentes, mas estando longe de corresponder à verdade dos fatos a previsão otimista do Ministro Visconde de Monte Alegre, em seu relatorio de 1851, intensificaram-se providencias, dentro das possibilidades técnicas, para solução do problema de abastecimento de agua.

Foram escolhidos novos mananciais, fora da area do municipio da Corte, por serem deficientíssimos os existentes e, sobretudo, os localizados na serra da Carioca. Novos projetos de captação de aguas de nascentes em Tijuca, Andaraí, Jardim Botânico e Jacarepaguá, dentro da capital do Imperio, e dos rios São Pedro, Santo Antonio e Ouro, na provincia do Rio de Janeiro, de acordo com os estudos dos engenheiros André Pinto Rebouças, Paulo Freitas de

Sá, Antonio Augusto Monteiro de Barros, José Manuel da Silva, Antonio Pereira Rebouças, Jerônimo de Morais Jardim e outros, trouxeram ao problema excelentes subsidios.

Desses estudos provieram as medidas governamentais consubstanciadas no decreto de 22 de setembro de 1875, que autorizou grandes obras de engenharia necessarias ao novo abastecimento e consequentes desapropriações. A 12 de fevereiro do ano seguinte celebrou-se o contrato com Antonio Gabrieli. Só as desapropriações autorizadas elevaram-se à cifra de 19 mil contos.

A 12 de maio de 1880, inaugurou-se o reservatorio do Pedregulho, alimentado por aguas da serra do Tinguá.

Canalização provisoria em 1889 — Tratava o governo do Imperio dos meios para acelerar a canalização do rio São Pedro, quando ocorreu nesse ano o surto apavorante da epidemia da febre amarela. Absorveu o terrivel *morbus* todas as atenções das autoridades, multiplicando-se em providências a Junta Central de Higiene diante do obiturario elevado causado pela epidemia.

A este doloroso cenario veio aliar-se, mais uma vez, a calamidade da falta de agua à população, em consequencia do enorme decrescimento dos reservatorios. Varias idéias foram sugeridas para dirimir essa angustiosa crise, resolvendo o governo efetuar administrativamente o inadiavel serviço do abastecimento de agua e rejeitar a proposta de Buarque de Macedo.

Dispunha-se o Ministerio da Agricultura, Comercio e Obras Públicas a iniciar as obras, quando, pelas colunas do *Diario de Noticias*, de 16 de março de 1889, o engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin assegurou ser inexequivel o plano governamental, como fora formulado — quer em relação ao volume de agua a aproveitar, quer a detalhes técnicos a observar. No entanto, acrescentava o dr. Frontin, parecia-lhe praticavel trazer ao abastecimento diario da cidade, no prazo de seis dias, um reforço de treze a quinze milhões de litros de agua dos rios Xerem e Mantiquira — trabalho que se propunha a executar, mediante a devida autorização do governo.

Iniciadas as grandes obras de canalização provisoria a 18 de março, teve esta cidade no dia 25 do mesmo mês, pela manhã, a



O aquedulo da Carioca segundo uma estampa do século XIX

agua prometida, recebendo o douto engenheiro e seus auxiliares efusivas manifestações do apreço popular, ao percorrerem do começo ao fim a rua do Ouvidor.

OBRAS E PROJETOS NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Já no regime republicano, constituida a comissão de saneamento da cidade da qual foram membros os drs. Manuel Vitorino Pereira, João Batista de Lacerda, Benjamim A. da Rocha Faria, Nuno de Andrade, Paulo de Frontin, João Teixeira Soares e João Filipe Pereira, apresentava a 31 de agosto de 1896 extenso relatorio ao prefeito dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida (*Mans. do Arq. Mun.*).

Entre as providencias a adotar, computava a comissão o consumo de 300 litros de agua, no mínimo, por habitante da cidade e recomendava o aproveitamento dos abundantes mananciais do Xerem e Mantiquira.

Ao lado daqueles médicos e engenheiros, fulgiram por essa época os grandes nomes de Pereira Passos, Morais Jardim, Niemeyer, Vieira Souto, Torquato Tapajoz, Carlos Sampaio, Borja Castro e Paula Freitas, notadamente este último, profundo estudioso dos problemas em foco.

> "O serviço de aguas de beber — diz-nos Araujo Viana — atravessou diversas fases, com os vice-reis, com o rei, no Imperio, tornando-se afinal uma realidade que honra a engenharia brasileira. Quem goza da torneira de uma modesta casa particular, nunca se deve esquecer de que para esse resultado, tão simples na aparencia, importantes trabalhos de alto valor científico, de construção hidráulica, realizaram-se desde as represas dos mananciais até os reservatorios de distribuição, desde estes depósitos até o domicilio do habitante.
>
> O Brasil colonial não possuia os recursos do Brasil independente, nem a engenharia dispunha dos prodigiosos elementos da maravilhosa técnica moderna. O espírito dos homens do século XVIII era outro que o dos construtores do período posterior e progressista".

Viaduto nos Arcos da Carioca — Em 1896 executaram-se nos Arcos reparos gerais de conservação, tendo a Prefeitura do Distrito Federal vistoriado a monumental obra colonial, incumbindo-se desse serviço o fiscal de carrís, engenheiro José Emidio Pereira. A 9 de junho do mesmo ano comunicava este funcionario municipal à 2.ª Sub-Diretoria de Obras haver procedido à experiencia da resistencia do *viaduto*, acima da rua dos Arcos, e sobre o qual tinham de trafegar os bondes da linha Carioca ao Curvelo. Para esse fim fez o dr. Emidio Pereira trafegar um carro com a carga de 10 toneladas, estacionando o veículo durante 2 horas sobre o grande arco. Apesar de reconhecer a solidez da obra colonial, aguardava o engenheiro fiscal de carrís os desenhos que havia solicitado à diretoria da companhia de bondes, para o devido cálculo da resistencia.

A Companhia Ferro Carril Carioca, por seu presidente Casimiro José Pereira de Meneses, firmara novo contrato com a Municipalidade a 7 de novembro de 1892, pelo prazo de 35 anos, para os serviços de transporte no morro de Santa Teresa, de conformidade com o decreto n.º 2.736, de 3 de outubro do mesmo ano. A partir de 1896 deveria estabelecer-se a tração elétrica, trafegando os carros sobre os Arcos da Carioca. Para execução dessa cláusula contratual, consentiu o Ministerio da Viação, por aviso de 18 de setembro de 1895, na passagem da linha sobre os arcos superpostos desde a ladeira de Santo Antonio até a rua Curvelo, mediante certas condições.

A 1 de setembro de 1896 inaugurou-se o primeiro trecho de tração elétrica da Companhia Carioca até o França, principiando nesta data o tráfego sobre os Arcos, transformados em viaduto.

A linha de bondes passa na altura de 46 metros acima dos arcos inferiores do aqueduto, que distam do solo 18 metros.

Em 1903 o prefeito dr. Francisco Pereira Passos mandou proceder a pequenas obras no aqueduto e fez demolir três pardieiros que ficavam contíguos aos Arcos, na rua Riachuelo.

Em maio de 1919 pequenos reparos e aligeirada pintura foram feitos num dos arcos.

Em entrevista, então, concedida por José Mariano Filho ao *Jornal do Brasil*, dizia o conhecido cultor de cousas do passado, que

"havia apenas um embuste grosseiro de mascarar a velhice de um *monumento público* — cujo único valor era justamente de ser velho".

"Os arcos — são sem dúvida o mais característico monumento do Rio — escrevia na edição do *O Jornal*, de 10 de agosto daquele ano, Tristão de Ataide.

"Uma dessas construções que fixam o perfil de uma cidade — e acrescentava o brilhante e erudito escritor: Massiços troncudos, de linhas simples e lisas, teem a beleza das cousas exatas".

Em seu *Cours de Géographie* (1887), Cortambert escreveu: "Rio est alimentée d'eau douce par le plus magnifique aqueduc du nouveau monde".

Gonçalves de Magalhães, na *Confederação dos Tamoios*, dedica ao rio Carioca e ao aqueduto parte do seu poema e Araujo Porto Alegre, — o poeta de *Brasilianas*, descreve a monumental obra colonial que desde o Corcovado, em amplas curvas, alcançava os morros de Santa Teresa e Santo Antonio e despejava suas aguas em tanques, depois de percorrer 6.600 metros (compreendendo só os Arcos 270 metros, segundo a Carta Cadastral).

Comparados os Arcos da Carioca com a obra mandada levantar por Dom João V, em Lisboa, diz Mario Aristides Freire (*O abastecimento de agua no Rio colonial*) foram eles considerados por Spix e Martius "o mais belo e o mais perfeito monumento na arte de construção existente no velho Rio de 1817" — quando aquí chegaram os laureados naturalistas bávaros.

O aqueduto das *Aguas Livres*, em Lisboa, é arremedo de obra de igual natureza levantada pelos romanos, valendo como um dos belos e ousados monumentos portugueses, construidos de 1729 a 1749.

Segundo Mendonça e Costa, o autor do projeto foi o brigadeiro Manuel da Maia. Mede 25 quilômetros de extensão, 15 dos quais são em linha reta. Termina no vale das Amoreiras, por um grande arco de ordem dórica, tendo ao todo 127 arcos. Recebe as aguas da ribeira das Aguas Livres.

O Aqueduto de Lisboa atinge desde 17m,6 até 63 metros de altura e tem por cima da arcaria dois largos passeios, revestidos de parapeitos, servindo em tempo para trânsito de gente das povoações próximas.

O SEGUNDO CHAFARIZ DA CARIOCA, DEMOLIDO EM 1926

Demolido o chafariz da Carioca, mandado levantar por Aires de Saldanha, projetou-se em 1829 a construção de outro que o substituisse.

A obra foi iniciada em principios de março de 1832 — como se infere do oficio do Ministro do Imperio, José Lino Coutinho, dirigido à Câmara Municipal, em resposta à comunicação de 17 daquele mês, aprovando o governo regencial a deliberação da Municipalidade.

Em sessão de 28 de junho de 1831, requerera o vereador Simplicio da Silva Nepomuceno que a Intendencia Geral da Policia o informasse sobre o plano e risco do chafariz que se pretendia edificar, para, com tempo, serem tomadas as devidas providencias, *antes que apodreça o chafariz de madeira*, alí levantado provisoriamente (*Mans. do Arq. Mun.*).

O grande e saudoso mestre da historia da cidade, dr. José Vieira Fazenda, registra o inicio das obras do novo chafariz da Carioca a 3 de fevereiro de 1833. O oficio que acima citamos prova que quasi um ano antes tivera começo a construção.

A 28 de março de 1832 informava o engenheiro José de Oliveira e Silva que essa obra obedeceria às regras da arquitetura e deveria ficar em frente à ladeira de Santo Antonio e da praça da Carioca. A 17 de julho do mesmo ano informava o mesmo engenheiro à Câmara Municipal achar-se pronto o perfil do chafariz e já aparelhada a cantaria para ser utilizada.

Embora começasse a servir ao público desde 3 de abril de 1834, como se vê da edição do *Jornal do Comercio* deste mês e ano, só foi totalmente concluido o chafariz em 1842, por lhe faltarem os adornos de bronze constantes do projeto organizado pelo arquiteto francês Augusto Vitor Grandjean de Montigny (*Relatorio do Ministro do*

Imperio Cândido José de Araujo Viana — futuro Marquês de Sapucaí — 1842). Tinha esse chafariz a forma de uma casa de pedra lavrada com três portas entre duas pilastras de feitio particular e apoiadas sobre extensa escadaria de quatro degraus muito estreitos. Na base, abriam-se trinta e cinco bicas de metal, colocadas cerca de 7 metros sobre o nivel do mar, e despejando agua em estreito e comprido tanque. Coroava a construção altaneira platibanda em forma de trono.

O capitão Joaquim Cândido Guilobel, lente da Academia Militar, que fiscalizou essa construção, apresentara outro projeto, que não foi aceito.

A 26 de outubro de 1889 — vinte dias antes da proclamação da República — a Empresa de Obras Públicas no Brasil, sob a firma de Buarque & Irmão, apresentara ao governo imperial projeto para construção de uma linha elevada, denominada *Metropolitana*.

A 7 de janeiro de 1890 a mesma firma solicitava da Intendencia Municipal da Capital Federal privilegio para um plano de melhoramentos que incidia com o projeto anterior, inclusive uma linha elevada para transporte de passageiros e cargas.

A nova linha projetada teria inicio no morro de Santo Antonio e se dirigiria à parte sul da cidade. Em 1891 foi afinal concedida a concessão solicitada pelo cessionario da empresa, engenheiro italiano Pedro Caminada, que adquirira o acervo e o passivo da mesma empresa. Em 21 de setembro desse ano pedia o engenheiro Caminada consentimento para assentar a estação central sobre a muralha do chafariz da Carioca, tendo a Intendencia Municipal a 23, ainda desse mês, mandado proceder vistoria nos trabalhos iniciados.

A 16 de abril de 1892 o Ministro da Justiça e Negocios Interiores dr. Fernando Lobo Leite Pereira determinou fosse reposto o chafariz da Carioca no seu primitivo estado. A 28 do citado mês já haviam sido demolidos, por ordem do dr. Cândido Barata Ribeiro, presidente da Intendencia Municipal, o tapume e os andaimes da

Companhia Metropolitana, derribando-se tudo em menos de meia hora.

A idéia sugerida e iniciada pela Companhia Metropolitana, que exigia avultadíssimos recursos financeiros, surgida nos dias do *encilhamento*, teve defensores entusiastas e opositores irredutiveis, armados de lança em riste contra o governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

Os apologistas do projeto Caminada argumentavam com incontaveis vantagens, que, diziam eles, resultariam do deslocamento de parte da população para logarejos e bairros que se formariam na cinta maravilhosa das montanhas que emolduram o painel da cidade.

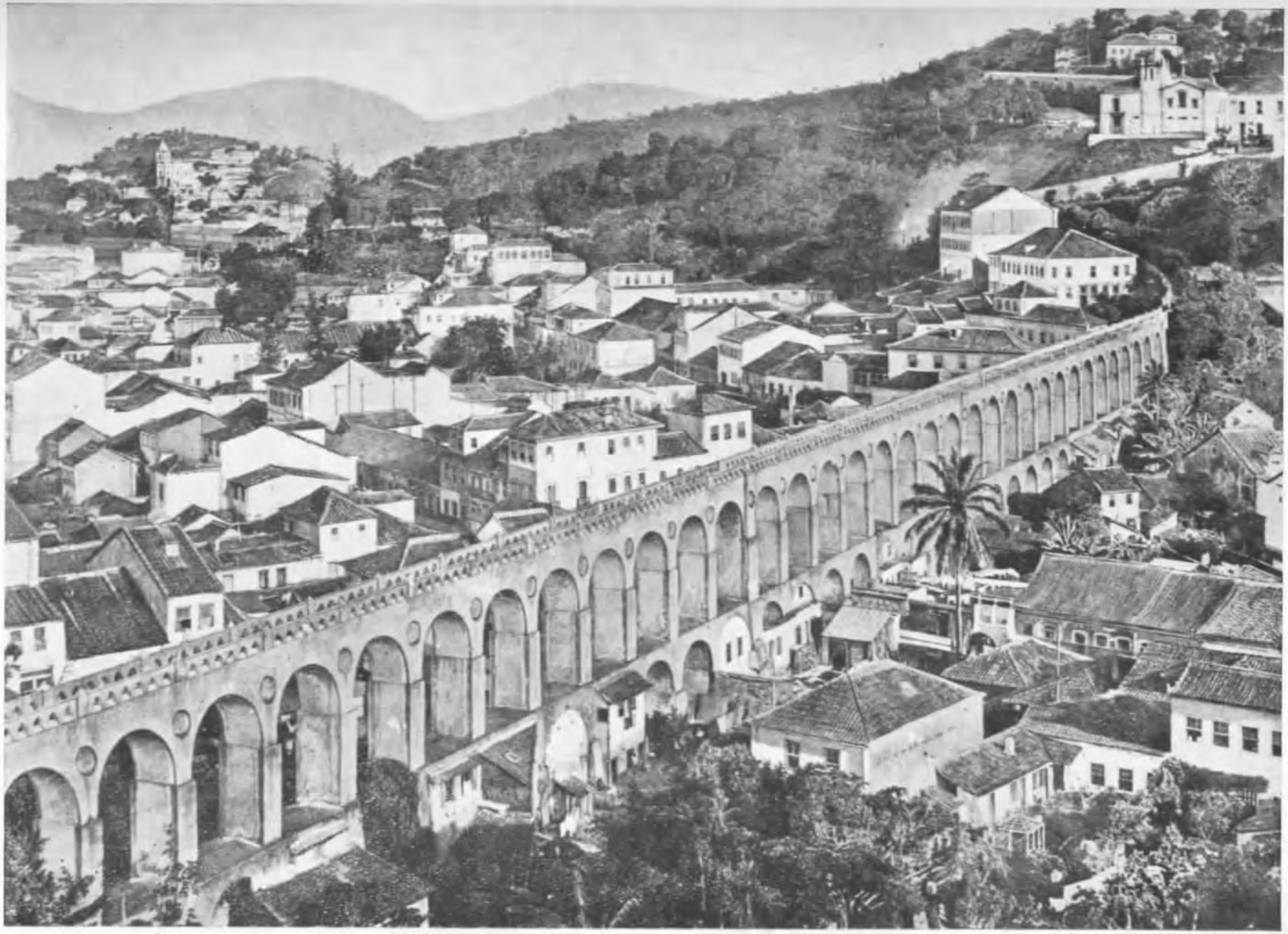
As aguas que alimentavam o chafariz da Carioca provinham do rio do mesmo nome — cuja origem tupí é interpretada de forma diferente por varios escritores.

Jean de Léry atribue o nome à casa dos *kariós* — da tribu dos tamoios. Monsenhor Pizarro e Fernandes Pinheiro traduzem o vocábulo tupí como significando—*agua corrente de pedra.* Martius chamou-o *casa da fonte.* Varnhagen —*casa de branco.* Batista Caetano e Vale Cabral — *corrente saida do mato ou do monte.* Teodoro Sampaio interpreta o vocábulo dos tamoios como *descendente de branco.* Couto de Magalhães — *caribócas*, e Barbosa Rodrigues, — *rio do mato ou do monte.*

O Carioca nasce no lugar denominado lagoa dos Porcos, acima da estação das Paineiras, da Estrada de Ferro Corcovado e logo abaixo, pela sua margem direita, nas imediações da ladeira do Ascurra, recebe o riacho Silvestre e, pela esquerda, o Lagoinha, seu maior afluente. Desemboca na baía de Guanabara, na altura da rua Barão de Flamengo.

Foi outrora navegavel por pequenas embarcações.

A sua canalização foi projetada pela Prefeitura em 1903, na administração do prefeito Pereira Passos. Só foi, porem, ultimada essa obra em fins de 1906, desde a rua Soares Cabral até o Flamengo, na extensão de 2.200 metros, tendo-se dispendido até agosto



Outra gravura do Aqueduto

desse ano a soma de 396:640$000 — de acordo com o contrato lavrado com Luiz Augusto de Azevedo, sob a fiscalização dos engenheiros civís Eugenio Dodsworth e Henrique Couto Fernandes. Desse contrato foi último cessionario o engenheiro Eugenio Dodsworth.

Do seu curso total de 4.300 metros, correm descobertos desde o Corcovado 2.100 metros.

Ao afamado curso de agua da cidade se referem varios escritores, sobrelevando a estes, Morales de los Rios, no copioso estudo publicado no *Livro de Ouro*, comemorativo da Exposição Internacional do Centenario da Independencia.

Para regularização e aformoseamento do largo da Carioca resolveu a Prefeitura demolir o histórico chafariz. Na administração do prefeito dr. Alaor Prata Soares (1922 — 1926) iniciou-se a 11 de setembro de 1925 a demolição, incumbindo-se desse serviço o engenheiro Angelo Punaro Barata. Prolongaram-se os trabalhos de arramento até fins de abril de 1926. Neste mês, foi no dia 8 fechada a antiga estação de bondes da Companhia Caricca, que ficava junto ao chafariz, tendo na mencionada data inaugurado a sua estação provisoria num barracão construido no começo da ladeira Senador Dantas.

Coelho Neto, em burilada crônica inserta na edição da *A Noite* de 1 de outubro de 1925, evoca o chafariz da Carioca dos seus dias de mocidade:

> "Lembro-me dele, esse bebedouro da cidade, nos dias que eram frequentes de seca, quando as bicas não pingavam uma gota e, às janelas das casas, as mães de familia passavam horas ansiosas à espera de um *tio do ganho* para ajustarem um barril... E o povo sedento não discutia. Que remedio, se só havia agua no chafariz da Carioca...
>
> O chafariz da Carioca era o recurso supremo da população fluminense, e quando se annunciavaum tórridos ve-

rões e a cidade começava a sentir-se da seca, era para aquele oasis que se voltava, certa de que alí teria agua, ao menos para beber, porque o resto poderia esperar... e esperava.

E' mais uma tradição que desaparece. Será a última ?''

NORONHA SANTOS

ANOTAÇÕES BIBLIOGRAFICAS

Almeida e Silva (*Antonio Joaquim de*) — *Memoria Histórica sobre o abastecimento de agua à cidade do Rio de Janeiro* — Boletim do Ministerio da Viação e Obras Públicas — 1910.

Anais da Biblioteca Nacional

Anuario de Estatistica Municipal.

Araujo Porto Alegre (Manuel de) — Brasilianas.

Araujo Viana (Ernesto da Cunha) — Sobre assuntos de Arte — Artigo publicado na *A Noticia* — Coleção do Arquivo Municipal.

Bilac (Olavo Braz dos Guimarães) — Recenseamento Municipal de 20 de setembro de 1906 — Prefacio atribuido a...

Breve noticia sobre o estabelecimento da Estrada de Ferro Metropolitana.

Coelho Neto (Henrique Maximiano) — O Chafariz da Carioca — *A Noite* de 1 de Outubro de 1925.

Cordeiro (J. A.) — Aqueduto da Carioca — *Ostensor Brasileiro* — 1846.

Cortambert — Cours de Géographie — 1887.

Delgado de Carvalho (Carlos Miguel) — Historia da Cidade do Rio de Janeiro.

Edmundo (Luiz) — O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis.

Escragnole Doria (Luiz Gastão de) — Crônicas — Revista da Semana.

Fernandes Pinheiro (Joaquim Caetano) — A Carioca — Memoria Histórica e documentada — Revista do Instituto Histórico — tomo XXV.

Ferreira da Rosa (Francisco) — Rio de Janeiro — Noticia histórica e descritiva da capital do Brasil — 2.ª edição — 1922.

Fleiuss (Max) — Historia Administrativa do Brasil — In Dicionario do Instituto Histórico — Comem. da Independencia — 1.º vol.
Historia da Cidade do Rio de Janeiro.

Freire (Felisbelo Firmo de Oliveira) — Anais do Brasil.
Historia da Cidade do Rio de Janeiro.

Freire (Mario Aristides) — O abastecimento de agua no Rio colonial.

Freire da Silva (Olavo) — Corografia do Brasil — Edição de Monteiro Lobato.

Freire do Amaral (Alexandrino) e *Santos Silva* (Ernesto) — Consolidação de Leis e Posturas Municipais.

Gonçalves (João Batista) — *Meireles* (Fernando Navarro de) — e *Vale de Almeida* (Hermógenes) — Resenha Histórica sobre o abastecimento de agua — pelos engenheiros...

Gonçalves de Magalhães (Domingos José) — Confederação dos Tamoios.

Gonçalves dos Santos (Luiz) — Memoria para servir à história da fundação do Reino do Brasil.

Jornal do Comercio — Edição comemorativa do Centenario da Independencia.

Kitzinger (Alexandre Maximiliano) — Resenha histórica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Leis, decretos, avisos e portarias dos Ministerios da Agricultura e do Imperio.

Lisboa (Baltasar da Silva) — Anais do Rio de Janeiro.

Macedo (Joaquim Manuel de) — Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.

Magalhães Correia (Armando) — Terra Carioca — Fontes e Chafarizes.

Mensagens do Prefeito do Distrito Federal.

Milliet de Saint Adolphe — Dicionario geográfico do Imperio do Brasil.

Morales de los Rios (Adolfo) — Livro de Ouro — Comemorativo do Centenario da Independencia — Edição do *Anuario do Brasil*.

Morcira de Azevedo (Manuel Duarte) — O Rio de Janeiro.
Pequeno Panorama do Rio de Janeiro.

Moreira Pinto (Alfredo) — Apontamentos para o Dicionario Geográfico do Brasil.

Passos (Alexandre) — O Rio no tempo do Onça.

Paula Freitas (Antonio de) — Anais do Congresso de Engenharia e Industria — 1900. — Livro do Quarto Centenario da Descoberta do Brasil.
O Saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Pizarro e Araujo (José de Sousa Azevedo) — Memorias históricas do Rio de Janeiro.

Publicações do Arquivo Nacional.

Relatorios da Inspetoria Geral de Obras Públicas e de Aguas e Esgotos.

Relatorios do Ministerio do Imperio.

Relatorios do Ministerio da Industria, Viação e Obras Públicas.

Restier Gonçalves (Aureliano) — Indices e extratos de aforamentos.

Revista do Arquivo do Distrito Federal.

Rocha Pita (João) — Historia da América Portuguesa.

Rocha Pombo (José Francisco da) — Historia do Brasil.

Sanmartin (Bernardo) — Testemunhos e Indicios varios da ex-cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Suriqué (Sebastião Fabregas) — Almanaque Geral do Imperio do Brasil — 1836.

Tristão de Ataide — Pseud. de Alceu de Amoroso Lima — Os Arcos da Carioca — O Jornal — 10 de agosto de 1919.

Vale Cabral (Alfredo) — Guia do Viajante no Rio de Janeiro — 1884.

Vieira Fazenda (José) — Antiqualhas e Memorias do Rio de Janeiro — In Revista do Instituto Histórico.

DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Abastecimento de agua — Arquivo Municipal.

Abastecimento de agua — Arquivo Nacional.

Cartas Regias ao Senado da Câmara — Arquivo Municipal.

Correições dos Ouvidores (Autos de) — Arquivo Municipal.

Correspondencia dos Governadores do Rio de Janeiro — Arquivo Nacional.

Correspondencia dos Vice-Reis — Arquivos Municipal e Nacional.

Registros do Senado da Câmara — Arquivo Municipal.

Saneamento da Cidade do Rio de Janeiro — Relatorio da Comissão presidida pelo Dr. Manuel Vitorino Pereira e datado de 31 de agosto de 1896 — Arquivo Municipal.

Vereanças do Senado da Câmara (Termos de) — Arquivo Municipal.

Viaduto da Carioca — Arquivo Municipal.

N. S.

OS SETE POVOS DAS MISSÕES

GRANDES FESTAS CELEBRADAS EM 1760 EM SÃO FRANCISCO DE BORJA, UM DOS SETE POVOS DAS MISSÕES, EM HONRA DE CARLOS III E SUA ESPOSA, REIS DE ESPANHA

No extremo noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, à margem esquerda do rio Uruguai, está situada a cidade de São Francisco de Borja, onde viu a luz do sol o Sr. Getulio Vargas, e que foi um dos "Sete Povos" das Missões.

No reinado de Fernando VI, os "Sete Povos" passaram para o dominio português em virtude do tratado de 13 de janeiro de 1750, sendo deles expulsos todos os indios e missionarios pelos exércitos português e espanhol que se uniram para esse fim, consoante às ordens dadas pelos respetivos governos aos Generais Gomes Freire de Andrade e Valdelirios.

O governo português tomou posse dos "Sete Povos" em 16 de fevereiro de 1756, mas esse tratado foi anulado por outro de 12 de fevereiro de 1761, quando ocupava o trono Carlos III, irmão daquele monarca que falecera sem deixar filhos.

Já muito antes os jesuitas tinham regressado às Missões que fundaram acompanhados dos indios e, no Povo de São Borja, D. Pedro de Cevallos tinha estabelecido o seu quartel-general, para conquista da Colonia do Sacramento e outros territorios pertencentes à Coroa portuguesa.

No poder dos mesmos jesuitas estiveram os 7 Povos até 1767, quando, por decreto de 3 de abril, foram expulsos das terras espanholas, mas o governo espanhol continuou na posse de todo o territorio das Missões até 1801, quando, por um golpe de audacia, dele se apoderou um grupo de portugueses, sem armas e munições.

Agora que o grande estadista que dirige a Nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos "Sete Povos das Missões", considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruinas, determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na de São Miguel, para guarda das reliquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos noticia das festas realizadas no Povo de São Francisco de Borja há quasi dois séculos.

Um manuscrito coevo de um inaciano anônimo, missionario de um dos Povos e que se conserva no nosso arquivo, relata com toda fidelidade os festejos alí celebrados em homenagem aos reis de Espanha, Carlos III e Maria Amalia Walburgo.

E' o título do manuscrito:

Las Fiestas Reales, en S. Borja en 1760

Onze foram os dias fixados para as festas, desde o dia 4 de novembro, dia de São Carlos, santo do nome do nosso rei, até 14, (data natalicia da rainha, que já tinha baixado ao túmulo dois meses antes, em 27 de setembro, mas cujo passamento ignoravam os seus vassalos da América).

A convite do general D. Pedrø Cevallos, compareceram indios dos três Povos da *Trindade*, *Mártires* e *S. Tomé* para ajudar aos militares.

Eram em número de 170, sendo 69 rapazes de 5 a 16 anos e os restantes, casados, músicos de vozes e instrumentos.

Trouxeram harpas, violinos, violões, clarins, charamelas, etc.

Chegaram todos juntos no dia 3, véspera dos festejos, e entraram no Povo de São Borja, ao som dos seus instrumentos, todos em forma, causando grande animação e alegria a todos os militares e vivandeiras que os aclamaram.

Acompanhados por todos, entraram na igreja e com grande devoção rezaram e cantaram em guaraní, ao som da música e finalizaram com o *Alavado*, em castelhano.

Em seguida se apresentaram ao general Cevallos que os recebeu com muito agrado e, não obstante achar-se adoentado com febre, ordenou que se dessem alojamentos separados para todos os homens e meninos, sob guarda de soldados, para evitar desordens.

Igualmente, determinou que todos os dias lhes fornecessem pão, milho, carne, tudo em abundancia.

Ao amanhecer o dia 4, foram dadas as salvas por 9 peças de artilharia colocadas na praça, em frente à igreja.

Pelas 10 horas da manhã houve missa cantada *pro gratiorum actione*, oficiando os padres da Companhia de Jesús: Francisco Xavier, José Inacio Umeres e José Cardiel, com assistencia de toda a milicia, vivandeiras e peões, cerca de mil pessoas.

Seguiu-se um banquete regio com a presença de todos oficiais e eclesiásticos, estes em número de sete, a saber: um religioso mercenario, capelão do general; um franciscano, capelão que fora dos demarcadores; o padre Diogo Horbegoso; o irmão Ruperto Talhamer, enfermeiro e os três jesuitas que oficiaram na missa. Entre todos os convidados, religiosos e seculares, se contavam quarenta.

O banquete foi abundantíssimo e, na sobremesa, fantasiou-se um jardim com doces variados que cobriam todas as mesas desde o principio até o fim. O solo ou pedestal desse jardim era formado de varios espelhos.

Durante o banquete cantaram os indios diversas canções em honra dos reis de Espanha, muito aplaudidos pelos convidados. O estribilho de uma das canções era: "Viva El-rei, Viva El-rei, que triunfe, impere e cubra de favores a Espanha".

Duas bandas de música se revesavam: a do Povo dos *Mártires* e a do de *S. Tomé*, e esta tinha "tão afinadas as vozes de sopranos e contraltos, que diziam todos que podia competir com as de fama de varias catedrais de Espanha".

A tarde houve varios exercicios e salvas por toda a milicia.

Assim que anoiteceu, executaram os indios quatro danças sen-

do uma a das quatro partes do mundo que costumavam fazer os martirenos na festa dos padroeiros do seu Povo, colocando a imagem de S. Inacio de Loiola em um globo de duas varas de diâmetro.

Cada dançarino (indio de 10 para 12 anos), vestido com o traje correspondente à parte que representava, sustinha nas mãos um pedaço de taboa pintada.

Apareceu primeiro a Europa e, depois de varias danças, colocou a taboa em cima do globo terraqueo.

Surgiu após a Asia e, dançando sempre, foi depositar o seu pedaço de taboa junto à precedente.

Da mesma forma procederam a África e América, formando todas a efígie do rei Carlos III.

Travou-se depois uma renhida batalha dos indios, adornados com variadas vestes, contra os diabos e, ficando estes vencidos, cantaram os músicos, celebrando a vitoria, e os vencedores prosseguiram as danças com archotes, causando magnífica impressão entre os assistentes que pediram que se repetissem, o que se fez mais tarde.

As festas dessa noite foram encerradas com vistoso fogo de artificio, confecionado por dois peritos pirotécnicos que se achavam no exército.

Foi precedido de muitos foguetes de lágrimas de cores e rodas de maravilhosa arte, sendo por fim queimado um vistoso castelo com muitos corpos.

A queima dos fogos durou cerca de uma hora e todos ficaram maravilhados e admirados como em partes tão remotas e com tanta falta de meios se pudessem confecionar fogos tão atraentes, que rivalizavam com os melhores das festas celebradas em Espanha.

Nos três dias seguintes houve touradas pela manhã e à tarde e outros festejos.

Os toureiros apareceram no campo, montados em burros, o que causou grande hilaridade ao povo.

Não houve ferimentos ou qualquer desgraça, pois os touros não eram bravos e tinham as pontas dos chifres emboladas.

O general assistiu a todas primeiras funções, não obstante o seu estado de fraqueza, por ser em honra dos reis de Espanha, mas

às touradas não pode assistir até o fim por causa da febre. No terceiro dia não mais podia suster-se de pé e se recolheu ao leito, onde esteve prostrado de febre até o undécimo dia.

Finalizadas as touradas, prosseguiram as festas durante os sete dias seguintes e constaram de danças pelos indios, pela manhã e à tarde; e, à noite, óperas dos indios, cantadas ao som de harpas e violinos, e comedias, pelos militares.

Pela manhã executavam quatro danças e, à tarde, outras tantas, com geral agrado dos assistentes que diziam que eram poucas e curtas e pediam mais e, por isso, se acrescentaram outras duas, passando a ser 6 pela manhã e 6 pela tarde.

No primeiro desses sete dias representaram os indios a ópera do *rei Orontes do Egito*, pagão que, tentando tirar a vida ao seu primogênito Rosmeno, por ter desprezado os ídolos e abraçado a fé católica, foi afinal por este convertido.

No segundo dia, os soldados desempenharam a comedia *Del Desden com el desden*.

No terceiro, os indios, a ópera *Filipe Quinto*, quando renunciou o reino ao seu primogênito Luiz I.

No quarto, os militares, a comedia: *Del Amo criado*.

No quinto, os indios, a ópera: *De los Pastores del Nascimento del Nino Dios*.

No sexto, os militares, a comedia: *Los Cavellos de Absalon*.

Finalmente, no sétimo, os indios, outra ópera do *Nascimento*, mas diferente da anterior.

Os espanhóis, não sendo cômicos profissionais, fizeram o bastante para agradar, mas os indios causaram admiração a todos.

Efetuaram nesses dias mais de 70 danças diferentes, algumas com 20 a 30 dançarinos.

Umas à espanhola, outras à italiana, à francesa, à inglesa.

Tambem executaram danças valencianas, com castanholas, e de ciganos, que apareceram no palco montados em burros, precedidos de tambores e flautas.

Agradaram muito cinco danças de negros, vestidos com bizarria, e foram repetidas todos os dias, a pedido geral.

Os militares realizaram as suas danças, ora com espadas, ora com lanças, ora com espingardas que disparavam ao compasso dos instrumentos. Em muitas delas, entoavam louvores ao novo rei, vivando-o e bailando, ao mesmo tempo.

Houve, tambem, bailados de anjos, mui devotos.

Em um deles, oito meninos, com asas e coroas na cabeça, empunhavam palmas e cada um, quatro estampas de Maria Santíssima, e cantavam esta copla:

"Si con tierna devoción
Venerareis á Maria
En la vida y en la muerte
Será tu amparo y guia."

Postos em ala, cada um recitou em voz muito alta um quarteto, dizendo o primeiro:

"Fuimos Angeles Custodios
De Maria Reyna Nuestra
A quien hicemos cortejo
Quando moraba en la tierra."

Prosseguindo, os restantes explicavam a significação das palmas, coroas e dizeres e se referiam aos favores de Maria Santíssima à Espanha, já aparecendo em vida, em Saragoça, já com outras demonstrações maternais.

Davam graças pelo culto dos Espanhóis a essa Soberana e Rainha, manifestando na infinidade de santuarios levantados em sua honra e na devoção do rosario, espalhado em todas as povoações.

O último anjo cantava:

"Tened por cierto Espanoles,
Que por esta piedad vuestra,
Os ha alcanzado del cielo
Um Rey de tanta prudencia".

E concluiam dizendo todos:

"Proseguid pues Espanoles
En dar de amor finas muestras
A la que es de lo criado
Senõra, Princeza y Reyna".

No fim de cada bailado, lançava cada um uma palma ao povo, depois as coroas e estampas, que eram disputadas com fervor. Durante as danças, estava colocada sobre uma mesa a imagem de Maria Santíssima, a quem faziam muitas reverencias.

Outra dança de anjos foi executada por outros oito meninos, com bandeiras. Postos em fila, recitavam, como os primeiros o seu quarteto:

"Somos Angeles Custodios
De la Espana y sus Reynos
Que à consolaros venimos
Con pronosticos del cielo".

Continuaram prognosticando felicidades para Espanha baseadas nas virtudes e prendas do rei, já demonstradas em Nápoles, já nas noticias que chegavam dos seus primeiros atos, e concluiam juntos:

"Y pues ha dado à la Espana
Tan insigne Rey, el cielo,
Todo Espanol diga y clame
Viva Don Carlos Tercero".

Cada um trazia quatro estampas do anjo da guarda com a seguinte copla:

"Angel de mi guarda
Dulce compania
See contra el demonio
Mi defesa y guia".

E tambem distribuiam pelo povo as estampas.

Outra dança foi dedicada a S. Tiago, Apóstolo, que, ajudado por uma companhia de anjos, todos com escudos e espadas, pelejava com os demonios.

Apareceu um anjo e anunciou que Lúcifer e seus sequazes pretendiam vingar-se dos espanhóis, por haver Deus dado a Espanha um rei, tão virtuoso, mas que S. Tiago com os anjos viriam em sua defesa.

De uma caverna, representando o inferno, saiu uma multidão de demonios com lanças e adagas.

Do lado oposto apareceram S. Tiago e os anjos e travou-se a peleja e, depois de requebros diabólicos, eram prostrados ao solo. Tomando novo alento, continuavam a combater, até que, finalmente, fugiram para o inferno.

Para que se avalie a piedade dos espanhóis, mais de admirar em soldados, essas devotas danças foram as mais aplaudidas e por não se poder repetir a de S. Tiago no último dia, como estava combinado, por causa da chuva, instaram para que fosse transferida para depois de passadas as festas.

Se elogiaram muito as danças não aplaudiram menos as óperas, e principalmente a do Menino Jesús, em que fez o Gracioso, um pretinho do *Povo de S. Tomé*, soprano de genio alegre e burlesco. Fez o papel com tanta graça que, desde que entrara no palco até que saira, a assistencia não cessara de rir.

Gostaram tanto das danças e óperas que era voz comum que mais valia um dia de função dos indios, que todas as touradas e comedias.

Como já se disse, os dias fixados para as festas foram onze e no último o general levantou-se do leito melhor e, como 24 de novembro era a data do aniversario natalicio da rainha, ordenou que os indios permanecessem alí mais esse tempo e se repetissem as danças, óperas e comedias em homenagem à mesma rainha.

Prosseguiram, pois, as festas, agora com assistencia do General já restabelecido de sua saude.

No último espetáculo, em que foi representada uma ópera, ao

terminar, entraram no tablado as companhias dos anjos e recitaram coplas e os seguintes quartetos em alusão ao reinado de Nápoles, prognosticando os bens que haviam de advir para Espanha:

"Y pues que ha dado à la Espana
Tan grandes Reys, el Ciélo
Todos digan, todos grilen
Com vozes y con esfuerzo:
Viva El-Rey, viva la Reyna,
Viva Espana con sus Reynos,
Viva la Reyna Maria.
Viva El-Rey Carlos Tercero".

Esses versos, recitados em altas vozes pelos anjos, eram repetidos por toda assistencia, inclusive pelo general.

E assim terminaram os vinte dias de festas, com grande alegria, paz e sossego.

Outro é o conceito que fazem os militares dos indios.

Antes, pensavam serem estes uns bárbaros, sem cultura, sem educação, inhabeis para tudo, sem reconhecimento ao rei e superiores, e culpavam por isso os missionarios.

Agora, dizem todos que são habeis, gratos a el-rei e ficam admirados do seu adiantamento e inteligencia, muito mais do que os aldeões espanhóis, e louvam os padres pelo esmero e educação que lhes dão e dizem francamente, "se em cousas tão acidentais cuidam tanto deles, o que não farão nas mais substanciais?"

O afeto e inocente carinho que os militares hão prodigalizado aos indios, especialmente aos mais jovens, não se pode descrever em poucas palavras.

Diariamente, tanto oficiais como soldados, lhes davam pão, passas, figos, biscoutos, açucar, mel, conservas, limonadas e quantidade de reais e meios reais, e alguns deles ofereceram pesos inteiros em uma peça.

Os oficiais os levavam, cada dia à sua mesa, ao refeitorio (onde todos juntos tem mesa à custa d'el-rei e são avisados pelo toque da sineta), e cada oficial tinha sempre dois ou três rapazes por seus

convidados. Os soldados, continuamente, vinham pedir licença aos missionarios para levá-los aos seus quartéis, e lhes davam arroz com leite, coscorão, carne e hortaliças, que é o que tinham.

Não era permitido aos rapazes andarem sós pelo Povo para evitar desordens, e, por isso, eram acompanhados pelos padres e, quando saiam a convite, iam sempre em companhia dos seus mestres ou capatazes.

No fim de cada dança, eram cumulados de presentes, principalmente, de passas e figos.

Foi tanto que gastaram, que no meio das festas já não havia mais figos e passas nas tavernas e por isso substituiram por doces e açucar em saquinhos.

Não foram só estas as demonstrações de carinho. Compraram-lhes roupas e até deram das suas proprias, de forma que estavam todos bem enroupados.

Os dos *Mártires*, que eram 23 rapazes, tiveram três ponchos de algodão e lã bordada cada um e as vestes duplicadas.

Deram-lhes: camisas, calções, ceroulas, casacos, meias, sapatos, chapéus, alguns com galões e laços, e grande quantidade de gorros de cor que custavam cada um, um peso.

Alguma roupa era até de seda.

Ofereceram-lhes, ainda, muitos rosarios e berloques para os seus padres.

Um soldado tambor, depois de ter vestido a varios rapazes, na véspera da partida, levou seis caixas de conservas para os missionarios. Um cabo de esquadra e três soldados pediram aos padres que indicassem um indio mais pobre, que queriam vestí-lo dos pés à cabeça. Foi escolhido um orfão. A este ofereceram duas camisas com punhos, um brocado azul com vistosos botões, casaca de pano de cor com galões de prata nas mangas, chapéu com galão de prata, e penacho, cinta preta, calção e meias azues, sapatos e um poncho de preço.

Depois, fizeram-no montar em um pequeno cavalo mui bem ajaezado e assim passearam com ele pelas ruas, acompanhados de mais soldados que o aclamavam como oficial do Regimento da Rainha.

Com esse vistoso traje, voltou o indio muito contente para o seu Povo que era o de *S. Tomé* e os seus companheiros deram-lhe o nome de Sargento.

Não se contentaram em acolher a todos com tanta benevolencia durante os 20 dias de festas. Quando regressaram aos seus Povos, foram acompanhados pelos soldados uns a pé, outros a cavalo, até o rio Uruguai, uma legua mais ou menos, e, quando embarcaram, ainda repartiram com eles boa quantidade de Reais de Prata, não satisfeitos com os méritos que já lhes haviam dado.

Mostravam-se tão liberais, que diziam que se tivesse havido pagamento durante as festas, ou pouco antes, cada soldado destinaria para os indios, pelo menos, 5 pesos, mas, como havia 4 ou 5 meses que a tropa não era paga, poucos tinham prata.

Eles recebiam 9 pesos, mensalmente.

Se até os soldados mostravam um coração compassivo e nobre para com os pobres indios, qual seria o generoso coração do general D. Pedro de Cevallos, tão cristão e prudente pai para com eles?

Consolara-o muito no meio das suas dores o ruido das festas que chegava aos seus ouvidos, que, em seu leito de dor, fora a eficaz medicina que lhe curara das febres.

Já são decorridos dois dias depois que os indios chegaram a *S. Tomé* e eles manifestaram o que haviam recebido dos espanhóis.

Avaliaram-se os presentes em 455 pesos, sem incluir o dinheiro, cintas de seda, berloques, *etc.* e *dizem* os capatazes que, se eles tivessem declarado tudo, passaria de 600 pesos.

Esta é a breve descrição das festas havidas.

São Borja, 28 de Novembro de 1760

Alem da descrição feita por um inaciano anônimo, a que vimos de aludir, no nosso arquivo se encontra outra, em verso e escrita em castelhano.

> "*Relación en verso fecha por los Militares, de las fiestas reales, que se celebraron en el Quartel General de S. Borja*

bajo el comando del Excelentissimo Sr. D. Pedro Cevallos desde el dia 4 de noviembre de 1760 hasta el dia 24, cumpleânos de nuestra Reyna:

I

"No bien el Phaetonte luminoso
Su andar crepusculino ya pisaba,
Quando el Sanudo Marte tumultuoso
Con Militares capas dispertaba.
No bien aquel farol del Mundo hermoso
A nuestros orizontes se assomaba,
Quando el Bon, Bin, Bon, sahido el dia
Com Timbal y clarines â porfia.

II

Quando ya el sol à su zenit llegaba
La Compania de Jesus piadosa
El immortal holocausto immolaba,
Con tanto obsequio y musica ostentosa
Que en todas circunstancias igualaba
A Musica de Europa mais famosa;
Tanto que aun el Orpheo resonante
En nada pudo acharle el pie adelante.

III

Acompano à la fiesta la comida
Que fue mui magestosa y excelente,
Com todos brindes puesta y bien servida
Com primor delicado y eminente.
Iadvertiendose en todo tan cumplida,
La musica trinaba dulcemente,
De tal manera que el que la gozava
En los convites del Empireo estaba.

IV

No bien el sol su resplendor cubria
Quando la Tropa en lineas bien formada
Com tres descargas saludando el dia,
De Pirotechnica ruidos emulava.
Alternando disparos à porfia
Formabam inquietud amedrentada,
Que em vez de pregonar furor de guerra
Publicaban la paz à aquesta tierra.

V

Hallabase la Plaza revestida
De arcos esmaltados con laureles,
Que aunque en el todo fuesse fementida,
Al Abril usurpaba sus Tineles.
Y siendo ya la noche obscurecida
Se vio con luces proprias y tan fieles
Adornada, que a todos parecia
Haber salido el resplandor del dia.

VI

En su medio se hallaba colocado
Un castillo de fuegos eminente,
Con tal destreza y arte fabricado,
Que tres veces se vio mui reluciente.
Habiendose una hora antes arrojado
Fuegos de manos tan resplandecientes
Que uno y outros los fuegos que tiraban
De Sicilia Bolcanes imitabam.

VII

Los tres seguientes immediatos dias
Siquiendo en toda la hacion su genio
Hubo toros con tales valentias,
Que quatro cavalleros con ingenio
En grandes competencias y porfias
Cada qual intento llevarsse el premio;
Tanto que toro bruto y cavallero
Celebraban à Carlos el Tercero.

VIII

Los soldados qual gente mui urbana
Dispusieron mostrar su tierno afecto;
Y aunque gente de porte y vida llana,
Tres comedias hicieron al effecto,
Sim mesclar en la fiesta accion mundana
Porque no se notasse algum defecto,
Se hicieron con cuidado y con tal posse
Qual si se ejecutaram en la Corte.

IX

Los indios Guaranis en competencia
Quatro solemnes operas cantaron,
Con tanta industria, y tal magnificencia,
Que a todos los oyentes nos pasmaron.
Y mas marabillo haber tal ciencia
En tiernos ninos que los ejecutaron,
Que si a muchos un lustro adornaba,
Ninguno de los quátro ya passaba.

X

En los dias que aquesto se operaba
Con setenta bailes en que discertieron
Tarde y manana siempre se bailaba
Y admiraban los hombres que los vieron
Como en edad tan chica se effectuaba
Habilidad tan grande ê infirieron,
Que solo delos padres la paciencia
Pudiera doctrinar tanta indolencia.

XI

Fue tanto el regosijo, y alegria,
que en estos dias todos exhalabon,
Que admirados do que se veya
Todos unos a otros preguntaban
De tales fiestas, que les parecia:
Y todos llanamente preguntaban
Nunca haber visto cosa tan estrana
En todo lo corrido de la Espana.

XII

Y en prueva de lo mucho que gustaron
Se mandó que de nuevo a repita
Tudo quanto de otras egecutaron,
Hasta otra fiesta, que se solicita:
Questa nuestro Monarcha celebraron
De la Reyna el cumpleanos le compita,
Pues vasta ser del Rey tan estimada,
Para ser de nos otros venerada.

XIII

Todo aquesto y aun mas sy ser pudiera
Se debe al generoso y santo zelo
De nuestro General que sy estubiera
En donde su vigor y gran desvelo
Pudera egecutar lo que quisiera,
Fueron sus obras del poder del cielo:
Pues a su Soberano tanto lo ama
Que es com fiel pregonero de su fama"

A DESTRUIÇÃO DOS SETE POVOS PELAS ARMAS PORTUGUESAS E ESPANHOLAS

O GOVERNO FEDERAL, em recente decreto, criou em o municipio de S. Angelo, no Rio Grande do Sul, o Museu das Missões, com a finalidade de reunir e conservar as obras de arte e de valor histórico relacionadas com os 7 povos das Missões, criação dos beneméritos inacianos que trouxeram à civilização centenas de milhares de selvagens e que escreveram as mais rutilantes páginas da historia do Paraguai e do Brasil, com o sangue de seus mártires.

Não se vive só do presente, é mister cultivar com carinho as nossas tradições.

Os jesuitas penetraram no Paraguai não em 1606 como dizem muitos historiadores, nos quais se firmou a "Harmsworth Encyclopedia", e sim em 1586.

Pode-se dizer que o Paraguai é obra dos jesuitas. Foram eles os desbravadores de todas as suas terras, que levaram a civilização a todos os seus recantos e que escreveram a sua historia com o sangue dos seus mártires.

Foi naquele ano de 1586 que o Bispo de Tucuman D. Frei Francisco Vitoria, dominicano, pediu aos padres provinciais do Perú

e do Brasil, respetivamente, Juan Allenza e José Anchieta, alguns inacianos missionarios. O do Perú enviou os jesuitas Alonso Barsena, Francisco Angulo e Hyeronimo Villegas; o do Brasil, os padres Leonardo Armenio, Inacio Solonio, Tomaz Felds, Manuel Ortega e V. Graus.

Armenio, superior, e Graus regressaram pouco depois ao Brasil, ficando os demais.

Começou então a evangelização do Paraguai e a fundação de inúmeras aldeias, seladas com o sangue de seus apóstolos. Os primeiros fundadores das "Reduções" padres Roque Gonzalez, Afonso Rodrigues, João de Castilho e Pedro Romero as cimentaram em o seu proprio sangue. Outros, em diversas épocas, foram igualmente massacrados e, entre estes, os padres Pedro Ortiz, Bartolomeu Blende, Jaques Alfaro, José de Arca, Pedro Espinosa, Lucas Cavalieri, Fernandes, Arias, Marzo, Silva Mendoza, Salinas, Osorio, Ripasio e Sanches.

Os abnegados missionarios não eram só perseguidos pelos selvagens, mas tambem pelos mamelucos, que atacavam as aldeias, destruindo-as e escravizando os neófitos.

Eram aqueles filhos dos primeiros povoadores portugueses que, não tendo mulheres européias, se uniram com as da terra.

Pela grande semelhança com os antigos escravos dos sultões do Egito, deram-lhes o nome de mamelucos, mas pelos nossos historiadores são comumente chamados, como nota Muratori, *paulinos*, *paulopolitanos* ou *paulistas*.

As bandeiras que saíam de S. Paulo compunham-se de aventureiros das capitanias de S. Vicente, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Já tinham destruido todas as aldeias dos Tupiniquins que existiam no territorio brasileiro e, em 1630, começaram a atacar as missões dos jesuitas espanhóis.

Antonio Raposo Tavares foi o chefe das bandeiras que davam caça aos indios, tendo sob o seu comando Frederico de Melo, Antonio Bicudo, Simão Álvares, Manuel Morato e muitos outros.

Os jesuitas de S. Paulo, por terem publicado o breve de 22 de abril de 1639 de Urbano VII renovando as bulas de 1637 em favor

da liberdade dos indios, foram dalí expulsos, sendo o Colegio atacado pelos partidarios da escravidão. Eles devassaram todas as missões, perseguiram todas as tribus e percorreram mais de mil leguas, atingiram até às margens do lago Xaraies e rio Maranhão.

Consoante Muratori, no espaço de 130 anos, escravizaram mais de dois milhões de indios, dos quais 50 mil convertidos à religião católica.

Destes a maior parte morreu na miseria antes de alcançar S. Paulo e os que chegaram com vida não resistiram por muito tempo aos maus tratos e trabalhos excessivos das minas e da lavoura.

Este escritor teve ocasião de ver um registro autêntico, pelo qual se provava que de 300 mil indios aprisionados e levados pelos mamelucos em cinco anos restavam, apenas, 30 mil. Pode haver algum exagero nesses algarismos, mas não devem estar muito longe da verdade.

Os mamelucos, antes de empreenderem as grandes viagens para a conquista do gentio, reuniam-se em grande número, bem armados e municiados e faziam-se acompanhar de indios mansos. De surpresa atacavam o gentio e as Reduções, a ferro e fogo, e os que não pereciam na luta eram escravizados. Mais tarde, encontrando resistencia, usavam de um estratagema de consequencias lamentaveis para os pobres missionarios. Penetrando nas selvas, vestiam a roupeta do jesuita, levantavam cruzes, davam remedio aos indios doentes, exortavam-nos a abraçar o cristianismo e, quando conseguiam reunir grande número, roubavam a sua liberdade.

Esse ardil foi fatal a muitos missionarios, martirizados pelos selvagens que pensavam serem mamelucos.

Muratori deixou registrado o seguinte fato:

Os mamelucos surpreenderam no meiado do século XVII a Redução chamada "Jesús, Maria", em Guaira, que era a mais próxima de S. Paulo.

Ao primeiro alarme, o padre Simão Mazeta, célebre missionario, sai de sua casa e vai ao encontro deles com os seus hábitos talares, esperando ser respeitado. E, quando falava a um dos capitães do bando, de nome Frederico de Melo, este descarregou a espada

contra ele, que, felizmente, evitou o golpe. Ao seu lado foi morto o cacique Carube. As casas da missão foram incendiadas e os neófitos, sem distinção de sexo e idade, foram reduzidos à escravidão e levados para S. Paulo.

O Padre Mazeta tomou a resolução de seguir os seus neófitos e com o padre Francisco Dias, que chegou depois, pôs-se a caminho.

Que espetáculo doloroso para os dois missionarios ! Pelas estradas, foram encontrando velhos, mulheres e crianças já mortos de fome e outros agonizantes. Depois de uma jornada de 300 leguas, chegaram a S. Paulo e, como não foram atendidas todas as suas reclamações, fez-se a distribuição dos indios entre os seus conquistadores.

Não encontrando justiça em S. Paulo, prosseguiram os dois missionarios a viagem para Baía, na distancia de mais de 200 leguas e pediram ao Governador Geral a libertação dos seus neófitos.

O Governador escreveu para S. Paulo afim de que fossem entregues aos dois padres os indios das Reduções, chegando mesmo a mandar um comissario encarregado de fazer cumprir as suas ordens.

Pouco faltou para que os pobres jesuitas não fossem massacrados, como já, antes, acontecera com o padre Jaques Alfara. Apenas, conseguiram trazer em sua companhia uns 50, dos 15 mil que haviam, nos últimos tempos, escravizado no Paraguai.

Para se fazer uma idéia dos grandes serviços que prestavam os jesuitas na catequese do gentio basta ler o seguinte trecho da carta que o padre Francisco Batista escreveu ao Padre José Cardiel, cujo original se acha hoje na Biblioteca da Universidade de S. Paulo:

> "Para satisfação de V. R. envio a seguinte noticia fielmente extraida das Anuas de 30 anos desde 1731 a 1760 inclusive. Desses 30 povos guaranís voaram para o céu 100.483 crianças e 69.525 adultos. Oxalá tivesse eu as Anuas antecedentes desde 1610 a 1730, que, sem dúvida, o número de almas de crianças que os nossos irmãos jesuitas despacharam para o Céu ultrapassaria a um milhão".

As missões do Paraguai se estendiam até às terras do Rio Grande do Sul, que não se achavam ainda sob o dominio dos portugueses. Aí foram fundados os 7 Povos das missões, habitados por mais de 30 mil indios verdadeiramente civilizados: guaranís, menuanos, guananás, arachanos, tapes, caaguas, guenoas, chaaruas e carijós.

A primeira dessas missões foi fundada em 1626 pelo padre Roque Gonzalez e teve o nome de "S. Nicolau". Nomeado nesse ano superior dos seus irmãos que com ele levaram a fé ao gentio de Tucuman, morre martir no Caará em 18 de novembro de 1628.

Era ele filho de D. Bartolomeu Gonzalez Vila Verde e de D. Maria de Santa Cruz. Foi ordenado no Paraguai por Fr. Fernando de Frexo y Senabria, bispo de Tucuman, em 1599, com 24 anos de idade. Foi cura de Marucorí em 1600 e na catedral em 1602 onde assistiu, como páraco, no casamento do seu irmão D. Francisco Gonzalez de Santa Cruz com D. I. Zavate que era irmã do governador D. Fernando Ariad. Aí esteve até 1609. Eleito neste ano Provincial da sua Ordem pelo bispo D. Fr. Reginaldo Lisariaga, que nesse tempo entrou no Paraguai e faleceu 6 meses depois, não aceitou o cargo e ingressou na Companhia de Jesús.

Ainda noviço, foi missionar os Guaicurús em 1611, onde fez os seus últimos votos, passando depois para a Redução de St° Inacio, onde permaneceu até 1614. No ano seguinte fundou a de "Itapuá", conversão dos indios da Lagoa de Apupe.

Em 1616 deu inicio à Redução de Jagrupunha e fundou outras até que, em 1626, foi, como vimos, nomeado superior dos seus irmãos.

OS SETE POVOS DAS MISSÕES

1.° — *S. Nicolau,* fundado nas margens do Uruguai e próximo do rio Paratiní.
2.° — *S. Miguel,* primitivamente na serra de Tapes, foi depois mudado para as margens do arroio Santa Bárbara, tributario do Paratiní, por causa da invasão dos portugueses.
3.° — *S. Luiz,* levantado em 1687 próximo às cabeceiras do rio Jacuí.

4.° — *S. Borja*, em 1690, a três quartos de legua do Rio Uruguai.
5.° — *S. Lourenço*, em 1691, a 3 leguas de S. Miguel.
6.° — *S. João*, em 1698, próximo ao rio Iiuí-mirim.
7.° — *S. Angelo*, em 1707, às margens do Iiuí-guassú.

Nesses povos habitavam mais de 30 mil neófitos que trabalhavam nos diversos misteres: pastoreio, tecelagem, agricultura, carpintaria e outros oficios, seguindo à risca o regulamento para estes serviços, feito pelos jesuitas.

Temos em nosso arquivo o original do regulamento feito em 1732 pelo padre Antonio Stepp. Intitula-se ele: *Algumas advertencias tocantes al govierno temporal de los Pueblos en sus fabricas, sementeiras, estancias y outras faenas*"...

O primeiro capítulo refere-se às madeiras que deviam ser empregadas nas construções dos edificios e à época em que deviam ser tiradas das matas: "Los palos que se usan para las soleras que llaman sararás que se han de cortar siempre en les menguantes de invierno son las siguientes: *Apiterebi*, *Aqui*, *Anguay*, *Iruquipintangi*, *Querandi* (es palo amarillo) *Isangy*, tambien amarillo.

Para las cumbreras de las Iglesias o casa del padre, el *Tuxifo*, *Peropa*. Para las cumbreras de las casas de los indios estan bien fuerte *Iuquipitangy*. Para los postes, *Yrundaly*, llamado *quiebrahachas y tuxifo*. Los palos que usan para los sararás tambien se usan para los tixa-piritas.

Los *Cedros* se usan para todas las cosas que han de tener oro y plata y para todo genero de tablas y canoas.

El *Timboy* para canoas y tablas es palo muy grueso".

Dispunha depois, sobre o fabrico das telhas. O barro seria amassado como o pão e conservado no barreiro 3 dias, para ser pisado pelos bois, pela manhã e à tarde. Assim as telhas não se quebravam no forno.

Indicava como devia ser feito o telhado, por causa da ventania, recomendando que as telhas colocadas sobre as cumieiras ou *ogapirila* seriam sempre maiores, bem como as dos canais, por causa da correnteza das aguas da chuva.

Por ser muito longo o regulamento a que estavam sujeitos os indios das Missões, apenas mencionaremos aquí os capítulos, por onde se vê como previdentes eram os missionarios. "*Indece. Faluca. Algodonares. Sementeras. Mays. Herbales. Estancia. Abexas. Trasquila. Bujes. Toros. Repartion dellos. Faenas y repartion de los indios en quadrillas. Adobes. Barretillas. Palos, como se han tier sobre las ruelas. Texas quemar. Vina. Podaria. Vindemia. Coçimento. Trasegar el vino. Sandias y melones. Modo de sembrar. Cumandas chays. Junas. Tabaco. Buyes alar. Hilar. Texer para hazer bueno pan en tempo de frio.*

As terras de cada Povo eram divididas em 3 partes e cada uma delas conhecida por um nome guaraní.

A primeira: *Tabambae*, pertencia à comunidade; a segunda: *Abambaé*, aos chefes de familia, e a última: *Tupambaé*, propriedade de Deus.

Na primeira, os indios trabalhavam durante 3 dias e as colheitas eram depositadas nos armazens públicos. Na segunda, trabalhavam os chefes de familia e o fruto do seu trabalho era para eles. No *Tupambaé* o terreno era cultivado, sob a direção de indios laboriosos, pelos rapazes até a idade de 15 anos. Pela manhã, depois de recitar as suas orações, todos eles, com exceção dos que ficavam nas escolas ou oficinas, iam para o *Tupambaé*, onde trabalhavam até duas horas antes de se por o sol, quando regressavam aos seus Povos, para o catecismo.

Tudo o que produzia o *Tupambaé* era recolhido nos armazens públicos, para ser distribuido durante o ano pelos enfermos, orfãos, artistas, ou pelos que saíam a serviço dos Povos.

Todo o algodão produzido nas Missões era, igualmente, depositado nos armazens públicos e entregue, nos primeiros dias da semana, às mulheres e raparigas que o traziam já fiado e destinado às vestimentas dos neófitos. Os homens usavam o *poncio* e as mulheres, uma túnica chamada *lipoi*.

O que sobrava das colheitas os missionarios enviavam para Buenos Aires, recebendo, em troca, máquinas agrícolas, roupas finas, remedios e ornamentos para as suas magníficas igrejas.

Era esta a vida dos Sete Povos das Missões, quando em 1750 entre as Coroas de Espanha e Portugal foi concluido, mas não ratificado, um tratado pelo qual a primeira dessas potencias cedia à segunda esses Sete Povos, recebendo em troca a Colonia do Sacramento. A principio, tinha-se convencionado que os indios que habitavam todas aquelas terras não seriam obrigados a deixá-las, porem, mais tarde, foi-lhes ordenado que mudassem de habitação, dando-se instrução nesse sentido aos representantes dos governos de Espanha e Portugal: Gomes Freire de Andrade e Marquês Valdelirios e respetivos comissarios.

Os indios recusaram-se a sair das suas terras, não podendo os comissarios levar a termo a sua missão. Logo que a Corte de Madrí teve conhecimento dessa obstinada resistencia, mandou abrir uma devassa, para apurar se aquela era aconselhada pelos jesuitas, como se dizia, e, feitas todas as deligencias, já tomando-se os depoimentos de testemunhas, já ouvindo-se as partes, ficou provado que a relutancia dos indios era unicamente devida a não quererem largar as terras onde tinham nascido e onde se achavam sepultados os seus antepassados (Devassa de 7 de Fevereiro de 1753).

"Com que direito", diziam eles, "os hespanhóis e portugueses pretendem nos expulsar dessas terras cultivadas por nossas mãos e regadas com o nosso suor; dessas terras que não recebemos deles, mas de nossos antepassados que sempre as possuiram. Se nós abraçamos o cristianismo e consentimos tornar vassalos do rei de Espanha, foi para que ele nos deixasse viver tranquilamente em nossa patria e nos defendesse dos inimigos".

Southey refere-se tambem ao apelo dos Guaranís ao rei de Espanha "... *Neither we not our forefathers have ever offended the King or ever atacked the spanish sellements. How then innocent as we are can we believe that best of Princes would condemn us to banishment?*"

Gomes Freire levou ao conhecimento de Sebastião de Carvalho, futuro Marquês de Pombal, a resistencia dos indios, atribuindo-a aos jesuitas.

Ha muito procurava ele um pretexto para acusar os inacianos e afastá-los da Corte e o momento era propicio para por em execução os seus planos.

Quis convencer a el-rei que eram os jesuitas que pregavam desobediencia às reais ordens e que mister se tornava expulsá-los das colonias, mas D. José não concordou com o alvitre de seu ministro, por ter D. Maria Ana, sua mãe, aconselhado que tal não fizesse. Ela mesma preveniu aos jesuitas o que se tramava contra eles.

Em agosto do ano seguinte, deixou ela de existir e Carvalho ficou com o campo livre para a execução dos seus projetos.

Os 7 Povos do Paraguai deviam ser levados a ferro e fogo. Instruções foram dadas a Gomes Freire para auxiliar com todo vigor possivel o general espanhol Valdelirios.

As tropas portuguesas sairam da povoação do Rio Grande e, em 16 de janeiro de 1756, se juntaram com as espanholas nas margens do Piraí-mirim, para seguirem por Santa Tecla até os Povos revoltados. Segundo a rota, atravessaram o Ibaaso; Santo Antonio, o Velho; o Jogoarí e Guaraeal, onde chegaram a 10 de fevereiro.

Entrincheirados e bem fortificados em uma colina, tentaram os indios embargar-lhes a passagem, mas foram vencidos depois de violenta batalha, onde perderam mais de mil companheiros.

Prosseguiram os exércitos a sua marcha por Caaibaté, Stª Catarina, S. Luiz; ganharam o Monte Grande após ardoroso combate, atravessaram o rio Ibicuí-mirim, Urubacaçú, Guacuí, Iupí, Jacaiocibí, Toroíabí, descansaram na estancia de S. Bernardo e, no dia 16 de Maio, chegaram ao Povo de S. Miguel, abandonado e posto em chamas pelos seus moradores. Na noite do mesmo 16, entraram no Povo de S. Lourenço. O exército português acampou em S. Miguel e o espanhol, no Povo de S. João. Dias depois estavam em poder dos exércitos aliados todos os 7 Povos das Missões.

No nosso arquivo se encontra o mapa original inédito, levantado no proprio teatro da luta em 1756 e desenhado pelo tenente-coronel do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, José Custodio de Sá e Faria, de toda a campanha contra os 7 Povos.

Tem o seguinte título: "Mapa Geográfico da Campanha por onde marchou o exército de S. M. F., saindo do Rio Grande de S. Pedro e uniu-se com o de S. M. C. a quem auxiliou contra os 7 Povos rebeldes situados na Margem oriental do rio Uruguai".

Mapa de 1756 indicando a marcha dos exércitos que destruiram os 7 Povos das Missões

Feito com todas as minucias, traz à margem esta explicação:

A — A Povoação do Rio Grande
B — Onde se uniram os exércitos.
C — Campo de batalha
D — Monte Grande
E — Caminho até as aldeias
F — Caminho que vai para Vacaria
G — Pântano de que saem dois arroios, um para Jucuí, outro para o Uruguai.

Para maior elucidação da importante passagem de nossa historia, reproduzimos *aquí o precioso mapa inédito.*

O tratado da troca dos 7 Povos das Missões pela Colonia do Sacramento foi anulado pelo de 12 de fevereiro de 1761 e muitos indios e jesuitas regressaram aos seus antigos dominios, mas não permaneceram neles por muito tempo, pois, por decreto de 2 de abril de 1767, foram os inacianos expulsos das colonias espanholas. Nessa ocasião, existiam no Paraguai e faziam parte da respetiva Provincia da Companhia de Jesús 303 jesuitas, dos quais 208 eram sacerdotes que se achavam assim distribuidos: em Assunção, (colegio); Buenos Aires, (colegio e residencia); Catamarca, (residencia); Chiquitos, (missão); Cheriganos, (missão); Córdova de Tucuman, (colegio, seminario e noviciado); Corrientes, (colegio); Santiago del Estero (colegio); Lulos, (missão); Mocovias, (missão); Pampas, (missão); Rio Paraná, (missão); Rioxa, (colegio), Salta, (colegio; Santa Fé, (colegio); Tauxa, (colegio); Rio Uruguai, (missões).

As Reduções dos Guaranís eram na mesma épocea em número de trinta: Candelaria, Concepcion, El Corpus, El Jesus, La Cruz, Loreto, Santa Ana, S. S. Apóstolos, S. Carlos, S. Cosmos, S. Inacio-Guassú, S. Inacio-Mirim, S. Xavier, S. José, S. Maria da Fé, S. Maria Mayor, S. S. Mártires Japoneses, S. Rosa, S. Tomé, Santiago, Trindad, Japeíra, Itapua ou Encarnacion e mais os 7 Povos, *S. Angelo, S. Borja, S. Juan Batista, S. Lourenço, S. Luiz Gonzaga, S. Nicolau e S. Miguel.*

ALBERTO LAMEGO

JOÃO GOMES BATISTA

(NOTA PRELIMINAR)

A FRACA estabilidade apresentada pelos arraiais criados no interior do país, no período inicial da exploração do ouro de lavagem, perdurou ainda durante muitos anos depois da fundação das três primeiras vilas, em 1711, quando Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho escrevia ao Rei de Portugal para informar que a concentração dos habitantes em determinados pontos do territorio mineiro justificava a instalação dos nucleos urbanos. D. Braz Baltasar da Silveira, em carta para Lisboa, de abril de 1715, lembrava que as povoações, constituidas por aventureiros e exploradores saidos de todas as partes do Brasil e dos que de alem-mar conseguiam se transportar para a América, estavam muito em principio e que a experiencia não tinha ainda provado a sua segurança. O Conselho Ultramarino baseado nesta e em outras informações semelhantes julgava desaconselhavel a edificação de Hospicios de religiosos em Minas até que o *tempo mostre que aquelas povoações tem permanencia*.

Da precariedade das primeiras construções que se espalhavam por Vila-Rica, Carmo, Sabará, S. João dEl-Rei e os mais primitivos centros de povoamento mineiro até ao enriquecimento construtivo do fim do século XVIII vai um longo caminho que foi percorrido em prazo curto. Ainda é prematuro procurar reunir e examinar todos os fatores e influencias que devem explicar, com maior ou menor segurança, a transformação que se verifica mesmo com um estudo superficial.

Das primeiras casas e capelas apressadas e feitas de improviso aos templos e edificios mais consideraveis, a maior experiencia terá sido a representada pelo conjunto de construções que se realizavam simultaneamente, possibilitando, assim, a transferencia de oficiais, pedreiros e carpinteiros principalmente, de uma para outra obra e que o adestramento dos aprendizes continuasse sem interrupção. A questão da aprendizagem, por sua vez, deve ser encarada de varios ângulos, pois, talvez a influencia direta de profissionais portugueses possuidores de maior erudição ou técnicas mais avançadas, como José Fernandes Pinto Alpoim, ou mesmo anteriormente Pedro Gomes Chaves, não tenha atingido, em primeira mão, os oficiais de cujo círculo iriam sair, anos depois, os criadores das melhores edificações da época. Excetua-se, naturalmente, Manuel Francisco Lisboa que não tem menor significação como mestre do Aleijadinho do que como autor de varios trabalhos de relevo. Vindos de Portugal ou nascidos aquí e fazendo o seu aprendizado profissional no decurso de obras de longa duração, formara-se lentamente, pela observação direta dos empreendimentos de maior envergadura que se iam executando, uma ponderavel cultura técnica pela manutenção das melhores normas tradicionais lusitanas e seu progressivo enriquecimento pelas exigencias e recursos da colonia.

A diversidade do clima, maior em algumas regiões que em outras, estabelecia necessidades de adaptação a serem atendidas com materiais locais, o que representava muitas vezes verdadeiro trabalho de criação. Nas especificações e contratos, que só ultimamente se tem divulgado, graças aos trabalhos sistemáticos de investigação realizados pelo S. P. H. A. N., apontam-se indicações muito precisas a este respeito, tais como sejam o conhecimento das madeiras em suas aplicações mais aconselhaveis, a determinação dos períodos longos para secagem e das épocas de corte, a escolha das pedreiras possuindo material de melhor qualidade e mesmo a recusa de parte daquele considerado inferior.

E' obvio que estas prescrições só podiam ser estabelecidas depois de provadas por uma experiencia segura, conseguida da prática de muitos trabalhos e que os seus autores estivessem integrados nas condições e necessidades da construção colonial.

Tambem é preciso não esquecer que as normas tradicionais da metrópole e as modificações sofridas no Brasil, que deviam de certa maneira situar as atividades dos mestres, oficiais e aprendizes (apesar de até hoje pouco conhecidas) possuiam fundamentos técnicos de acentuada valia.

A formação profissional processando-se quasi exclusivamente nas oficinas e nas proprias construções, as modificações impostas pelas novas necessidades e pelos novos materiais (ou em razão de outros fatores) seriam adquiridas rapidamente, na primeira fase, porem, pouco sujeitas a melhoramentos bruscos daí por diante.

E' possivel procurar nas regras firmadas no Regimento dos oficiais mecânicos e compiladas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão (1), em 1572, a mais longinqua origem das normas utilizadas no Brasil colonial, tendo, aliás, sempre em vista que se perduravam, graças à sua força tradicional os fundamentos técnicos (mesmo estes alterados, como nos referimos, pelas necessidades, condições, materiais locais e outros fatores), as demais prescrições de carater econômico e social sofreram modificações muito mais profundas.

Reunindo, agora, as indicações enumeradas muito por alto e relativas à preparação profissional, que se fazia de obra em obra, possibilitada e aperfeiçoada pelo volume de construções que se realizam em período curto, ao valor das normas tradicionais, conservadas de geração em geração, com as alterações que o meio, as condições de trabalho e as qualidades de material haviam imposto aos mestres e oficiais, a influencia de profissionais como Alpoim, poderíamos reconstituir o ambiente da formação artística de Antonio Francisco Lisboa — o Aleijadinho. Não seria descabido admitir que, dispondo destes recursos, um artífice excepcionalmente dotado ou mesmo genial, como era o seu caso, projetasse os seus trabalhos em nivel superior e definitivo.

Examinados os diversos fatores de influencia na formação artística e profissional do Aleijadinho, restaria um de importancia muito acentuada — o conhecimento do desenho — que, sem uma informação positiva a respeito, tornaria bem dificil compreender ou

(1) Correia, V. — *Livro dos Regimentos dos officiais mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa*. Coimbra. 1926.

explicar a sua força de criação, pois, ser-lhe-ia muito mais ardua a aquisição da técnica desembaraçada do desenho, sem o contato e a convivencia de um artista de merecimento.

Ainda neste ponto, a *Memoria* de 1790 do vereador segundo de Mariana, Capitão Joaquim José da Silva, documento dos mais ricos de dados que se conhece sobre a arte brasileira, parcialmente conservado até nós no trabalho do Prof. Rodrigo José Ferreira Bretas (2) contem uma indicação de grande alcance e interpretação dificil que é retomada nesta nota preliminar com o subsidio de alguns documentos inéditos ou pouco conhecidos.

Em dois passos da *Memoria*, refere-se o vereador de Mariana a João Gomes Batista, abridor de cunhos da Casa de Fundição de Vila-Rica que excedera *a todos no desenho o mais doce e mimoso*, educado em Lisboa com o imortal Vieira. Seria, portanto, João Gomes Batista, o artista possuidor de segura técnica de desenho, adquirida junto dos melhores pintores portugueses da época, quem transmitira estes conhecimentos aos círculos de mestres e oficiais mineiros do século XVIII e possivelmente ao proprio Aleijadinho?

Procuremos identificar de inicio o imortal *Vieira*, visto que Portugal conheceu dois pintores célebres no século XVIII, com o mesmo nome de familia: Francisco Vieira de Matos, o Lusitano (1699—1783) e Francisco Vieira Portuense (1765—1805) (3). O segundo não podia ter sido evidentemente o mestre de João Gomes Batista, porque escrevendo o vereador de Mariana, em 1790, sobre o abridor de cunhos da Casa de Fundição fala de ocorrencia passada e pelos documentos aqui divulgados verifica-se que João Gomes Batista já estava em Minas, a partir de 1757, o que torna impossivel a sua permanencia em Portugal como aluno de Vieira Portuense. Sobre Francisco Vieira de Matos, o Lusitano, existem varias informações indicadas acima, inclusive a auto-biografia em verso *insigne Pintor e*

---

(2) Cf. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, I, pp. 160-174 e *Revista do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional*, III pp. 179-205.

(3) Machado, C. V. — *Collecção de Memorias relativas às vidas dos Pintores e escultores, architetos e gravadores portugueses, e dos extrangeiros que estiverão em Portugal*. Coimbra, 1922. Taborda, J. C. — *Regras da Arte da Pintura*, Coimbra, 1922. Raczynski, C. A. — *Les Arts en Portugal*, Paris, 1847.

Leal Esposo (4), sendo de notar que no fundo as referencias sobre a sua vida e as suas obras vão repetindo as indicações recolhidas por Cirilo Volkmar Machado e José da Cunha Taborda que viveram naquela época. O primeiro infelizmente não reviu o manuscrito original da *Colleção de Memorias*, publicada no mesmo ano de sua morte (1823) pelo Cônego Vilela da Silva.

Vieira Lusitano foi dos pintores portugueses do século XVIII de maior relevo: esteve duas vezes na Italia, demorando-se na primeira sete anos no aperfeiçoamento de pintura e de desenho, como aluno de Lutti e de Trevisani, e, em sua longa existencia em Portugal, dedicou-se tambem à arquitetura com algum sucesso.

Teve poucos discípulos e muitos imitadores. Da relação conhecida dos seus alunos — incompleta e sumaria — não consta o nome de João Gomes Batista. Esta omissão, entretanto, não pode ser tomada como afirmativa contraria à informação do vereador segundo da Câmara de Mariana, visto que na época em que João Gomes Batista vivia em Lisboa, Vieira Lusitano estava em plena atividade profissional, e, por outro lado, ao enumerar os seus discípulos, Cirilo Volkmar Machado precisa a existencia de varios outros cujos nomes não transcreve. E', assim, mais um ponto merecedor de cuidadosas investigações, tanto no que diz respeito aos auxiliares de Vieira Lusitano, como tambem quanto ao valor da sua obra de modo a apurar as tendencias que dele podiam se ter originado.

A vinda de João Gomes Batista, artista de mérito, conterraneo de Vieira Lusitano e certamente discípulo de Mengin, o gravador francês, contratado por D. João V. para a Casa da Moeda de Lisboa (5), para Vila Rica, em meiados do século XVIII, representa uma ocurrencia de indiscutivel importancia e que de certa maneira

(4) Matos, F. V. — *Insigne Pintor e Leal Esposo Vieira Lusitano. Historia verdadeira, que elle escreveu em cantos lyricos*. Lisboa, na Off. Patriarchal Castilho, A. F. — *Os Amores de Vieira Lusitano*. Lisboa, e a erudita biografia de Luis Xavier da Costa: *Francisco Vieira Lusitano poeta e abridor de águas-fortes*. Coimbra, 1929.

(5) Antonio Mengin (1690-1772). Abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa, nomeado por alvará de 26 de maio de 1721 e a seguir abridor geral das medalhas e cunhos das moedas de Portugal, com a obrigação de *ensinar a sua arte. Encontram-se relacionados varios trabalhos de sua autoria* de inquestionavel merecimento, notadamente os cunhos de retratos, para o que se servia dos desenhos de Vieira Lusitano. Foram seus discípu-

deve ser assinalada como o processo de transmissão de conhecimentos e de influencias, entre a erudição e as técnicas avançadas da Europa e os círculos de profissionais que exerciam as suas atividades em Minas. Sobre João Gomes Batista e a sua vinda para Minas, onde faleceu, refere-se Cirilo Volkmar Machado, no seguinte trecho que aquí transcrevemos (6):

> "No tempo do Senhor D. João 5.º esteve aqui o insigne Mangen, a quem foram succedendo os seus discipulos: hum deles foi João Gomes Batista, de quem temos visto excelentes medalhas e abrio cunhos na Casa da Moeda; porém abusando da confidencia que dele se fazia, e achando-se criminoso, se ausentou para o Rio de Janeiro, aonde viveo debaixo do nome supposto de Thomaz Xavier de Andrade. Gomes Freire, Conde de Bobadella, Governador do Brasil e grande estimador dos homens de talento, lhe deo o emprego de abridor da Casa de Fundição em Villa Rica. Morreo em Minas Geraes pelos annos 1754".

Na *Coleção de Memorias* de Cirilo Volkmar Machado encontramos mais dois depoimentos de contemporaneos e informantes sobre a vinda de João Gomes Batista para o Brasil e sobre a sua ação como professor de desenho, sempre reunido ao exercicio da profissão de abridor de cunhos da Casa da Moeda. Antonio Fernandes Rodrigues, natural de Mariana, filho de pai português e de uma crioula, nascido por volta de 1724, que mais tarde seria comissionado para a Italia para se aperfeiçoar em desenho e arquitetura e que faleceu como professor de desenho na Casa Pia do Castelo, estudou desenho e modelagem com João Gomes Batista, no Rio de Janeiro, antes de 1758. Outro aluno de João Gomes Batista, foi Joaquim Carneiro da Silva, nascido no Porto,que veio para o Rio muito moço e aquí permaneceu de 1739 a 1756 (7).

---

los Bernardo Jorge e João Gomes Batista. De como procedia no ensino dos aprendizes, houve reclamações para o Conselho de Fazenda que ordenou se obrigasse Mengin a instruir os dois discípulos sob pena de multa e prisão. — Aragão, A. C. T., *Descripção Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Lisboa, 1874. I., p. 77.

(6) Machado, C. V. — *Colleção de Memorias*, p. 222.

(7) Machado, C. V. — *Colleção de Memorias*, pp. 226 e 230.

As informações coligidas por Cirilo Volkmar Machado são extremamente valiosas a este respeito, porque só podiam ser conseguidas de viva voz dos dois discípulos de João Gomes Batista que forneceram muitos subsidios para a *Colleção de Memorias*, como vem declarado no prefacio e que são confirmadas em seus pontos essenciais por Teixeira de Aragão, pesquisador seguro que escreveu à vista de copiosa documentação do Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa (8). Dos documentos encontrados, apurou o erudito numismata português que João Batista Gomes foi despachado pelo Conselho de Fazenda abridor de cunhos da Casa da Moeda da metrópole, em 20 de novembro de 1724, com o ordenado de 30$000 mensais, vencimentos estes elevados ao dobro pelo alvará de 24 de novembro de 1734 (9) e que em outros documentos oficiais vem ele designado como João Gomes Batista, isto é, de acordo com a lição transmitida pelo vereador da Câmara de Mariana, na *Memoria* de 1790, e por Cirilo Volkmar Machado.

A seguir, baseado na *Colleção de Memorias*, tantas vezes por nós utilizada, Teixeira de Aragão resume o trecho atrás transcrito: a fuga de João Gomes Batista para o Brasil, sob o nome suposto de Tomaz Xavier de Andrade, o acolhimento que lhe dera Gomes Freire de Andrade, a sua morte em 1754, equivocando-se entretanto na localização da Casa de Fundição que não podia ser, em 1739, a de Vila Rica e sim a do Rio de Janeiro (10).

Já agora, alinhadas ao lado das informações de Cirilo Volkmar Machado e dos documentos divulgados por Teixeira de Aragão, aparece o singular interesse das duas pequenas e entusiásticas referencias que sobre João Gomes Batista encontramos na *Memoria* do Capitão Joaquim José da Silva, organizadas em Mariana no fim do século XVIII, compendiando informações contemporaneas do surto arquitetônico que se verificava no centro de Minas Gerais. E, ao mesmo tempo, a serem tomadas sem correção e sem maior exame,

---

(8) Raeczynski no *Dictionnaire* limita-se praticamente a traduzir o trecho de Cirilo sobre João Gomes Batista apesar de julgar o livro do artista português *une bien maigre production*.

(9) Aragão, A. C. T. — *Descrição*, I, p. 78.

(10) Sombra, S. — *Historia Monetaria do Brasil Colonial*, Rio, 1938, p. 195.

tornam de dificil explicação a influencia que deve ser atribuida ao abridor de cunhos na formação do ambiente artístico existente. Tendo permanecido no Rio de Janeiro muitos anos, a partir o mais cedo de 1735/36, João Gomes Batista só poderia ser provido no cargo em Minas, depois de 1751, época do inicio dos trabalhos da Casa de Fundição de Vila-Rica. O seu falecimento em 1754 limitaria a período muito curto, toda a sua permanencia em Minas. Salvo, naturalmente, a hipótese que se verifica pelos documentos transcritos a seguir (11), comprobatorios todos eles de plena atividade de João Gomes Batista, abridor de cunhos da Casa de Fundição de Vila Rica, desde 1751 até 1788, de que Cirilo Volkmar Machado tenha se equivocado ao fixar o ano de 1754 como o da morte, em Minas, do discípulo de Mengin.

Engano de Cirilo ao tomar por escrito as informações de Joaquim Carneiro da Silva e de Antonio Fernandes Rodrigues, insegurança das indicações fornecidas pelos dois antigos discípulos de João Gomes Batista, muitos anos depois de terem saido do Brasil, erro possivel do copista e mais provavelmente alteração tipográfica não percebida pelo editor da obra, impressa já falecido o autor, ele se evidencia diante dos inúmeros documentos encontrados e que são agora divulgados.

De inicio vejamos a mais antiga designação de João Gomes Batista para exercer o cargo de abridor de cunhos em Minas (12):

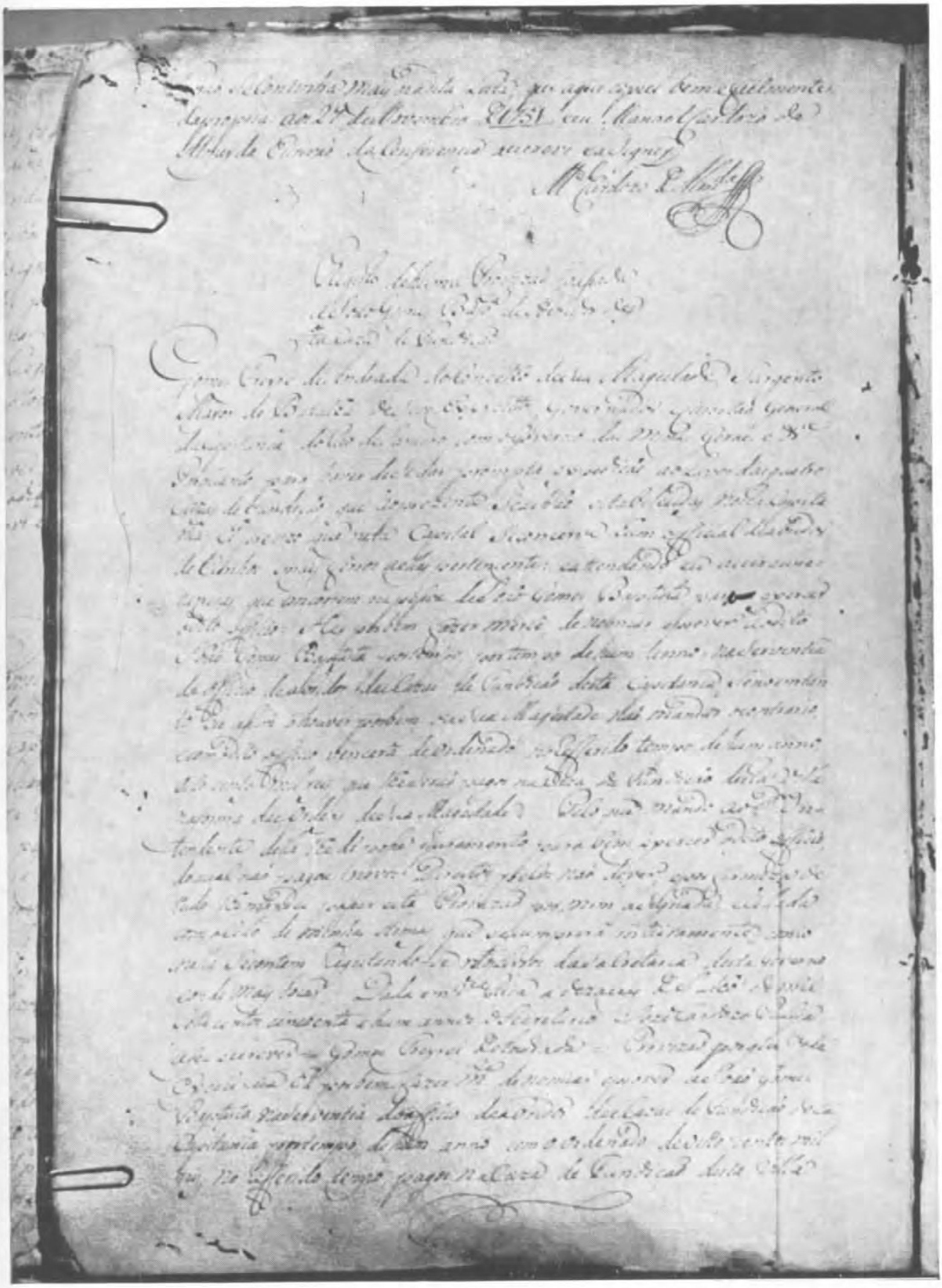
"Registo dehuma Provisão passada aJoão Gomes Bapta. de Abridor desta Caza de Fundição.

Gomes Freyre deAndrade do Conselho deSua Magestade, sar-

---

(11) Deve-se ao S. P. H. A. N. a elucidação deste obscuro ponto da vida de João Gomes Batista, graças às pesquizas sistemáticas sobre a arte colonial brasileira que vem sendo empreendidas sob orientação do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade pelos Senhores Manuel de Paiva e João Camilo de Oliveira Torres que devidamente autorizados comunicaram os documentos de que aqui nos valemos.

(12) Arquivo Público Mineiro. P. R. F. Cód. 87, fls. 34-v.



Reprodução da provisão que designa João Gomes Batista para exercer o cargo de abridor de cunhos em Minas Gerais, 1751

Continuação da mesma provisão

gento Mayor de Batalha deseus Exercitos, Governador Capitão General daCapitania doRio de Janeiro com o Governo das Minas Geraes &. Portanto, para haver de se dar prompta expedição aoLavor dasquatro Cazas de Fundição, que aoprezente seachão estabelecidas nestaCapitania, he precizo que nesta Capital seconserve hum official de abridor de Cunhos e mais ferros aelas pertencentes: e attendendo eu ascircunstancias que concorrem na pessoa de João Gomes Baptista, para exercer o ditto officio: Hey por bem fazer mercê, de nomear eprover aodito João Gomes Baptista portempo, por tempo de hum anno na serventia doofficio de abridor dasCazas de Fundição desta Capitania, senoentanto eu assim o houver por bem ouSua Magestade não mandar ocontrario, ecomoditto officio vencerá deordenado no referido tempo dehum anno oitto centos mil reis, que lhe serão pagas na Caza de Fundição desta Villa naforma dasordens de sua Magestade. Peloque mando ao dr. Intendente della lhedê posse e juramento, para bem exercer o dito officio, doqual não pagou novos Direitos, pelos não dever, e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta Provisão, por nim ássignada, esellada com osello de minhas Armas, que secumprirá inteiramente como nellase contem, registando-se nos Livros daSecretaria deste Governo eonde mais tocar. Dada em Va. Rica adezaseis de Julho de mil setteccntos e cincoenta e hum annos. Osecretario José Cardoso Paleja afez escrever:—Gomes Freyre de Andrade — Provisão pela qual vossa Excelência ha por bem fazer mce. de nomear e prover aJoão Gomes Baptista na serventia doofficio deabridor dasCazas de Fundição desta Villa na forma da ordem de sua Magestade, como acima se declara, para Vossa Excellencia ver. Cumpra-se e registese. Villa Rica dezaseis de Julho de mil settecento e cincoenta e hum. — Pinheyro — Teve posse e juramentos em dezaseis de Julho do mesmo anno asim e não se continha mais na dita provizão que aqui bem fielmente tresladei da propria, ao qual me reporto, aos novo de Julho de 1758. Eu Manoel Cardoso de Almeida Escrivão daconferencia que escrevie assigno..

Mel. Cardoso de Almda."

No anno seguinte era João Gomes Batista reconduzido em suas posições (12 a):

"Rego. da Provisão de Abridor João Gomes Baptista.

José Antonio Freire de Andrade Tennte-Coronel da Cavalaria com oGoverno desta Capitania das Minas Geraes &. Faço saber aosqueesta minha Provisão virem, que tendo respto. ame representar João Gomes Baptista, que elle seachava actualmente exercendo oofficio deAbridor das Reaes Cazas de fundição desta Capitania com provisão que lhe mandara passar oIllmo. eExmo. Snr.General destaCapitania por tempo de hum anno que hoje lhe findava, eporque para continuar na dita serventia onão podia fazer semProvisão minha,mepedia lhefizesse mce. mandarlhe passar pello referido tempo ao que attendendo eu eaque continuará amacerto; Hey por bem mce. oeprorogar aoditto João Gomes Baptista otempo de mais hum anno, naServentia doofficio deAbridor da Reaes Casas da Fundição desta Capitania, setanto eu assim o ouver por bem, ou Sua Mage. não mandar o contrario, ecom o ditto officio vencerà de ordenado noreferido tempo oito centos mil reis, os quaes lhe serão pagos nesta Real Caza na forma das Ordens do ditto Snr. Pelo que o Ministro aque tocar odeixarà servir debaxo da mesma posse ejuramento que ja ouve. E não pagou novos direitos desta Serventia pelos não dever, epor firmeza detudo lhe mandei passar esta Provisão pormim assignada esellada comoSello deminhas armas, que secumprirà como nella secontem, registando-se nos Livros daSecretaria deste Governo, eonde mais tocar. Eu Manoel Francisco da Costa Barros queSirvo de Secretario doGoverno no impedimento doatual afiz em Villa Rica adezaseis de Julho de mil e setecentos cincoenta e dous.José Antonio Freire de Andrade—Cumprasse e registresse—Pinhro.—Enão se continha mais nadita Provisão aque aqui registrei. aos 24 de Fevro. de 1753 eu Manoel Cardoso deAlmeyda escrivão da Intendencia e conferencia que aescrevi e assigno.

Mel. Cardoso deAlmda..."

(12-a) Arquivo Público Mineiro, P. R. F., Cód. 87, fl. 46-v.

A cobrança do quinto do ouro para a Fazenda Real constitue um dos grandes capítulos da historia colonial de Minas. Em 1750, governando a capitania Gomes Freire de Andrade, foi expedido o alvará com força de lei de 3 de dezembro, regulado a seguir pelo regimento de 4 de março de 1751, restabelecendo as casas de fundição em Vila Rica, Sabará, S. João dEl-Rei e Serro do Frio e mais três em Goiaz e S. Paulo. Estas duas medidas e mais algumas outras vindas de Lisboa determinavam os cargos, deveres, ordenados e número de funcionarios que nelas deviam trabalhar, alguns de nomeação regia, outros indicados pelas câmaras e finalmente alguns providos pelo governador da Capitania (ensaiador, ajudante, fundidores, meirinhos e escrivães) (13). Somente a Intendencia e Casa de Fundição de Vila-Rica possuia o cargo de abridor de cunhos, criado pelo proprio governador Gomes Freire, pois, não vem especificado no alvará de 3 de dezembro de 1750 e nem no regimento de 4 de março de 1751 e que foi exercido durante longos anos por João Gomes Batista. Incumbia-lhe abrir os ferros dos cunhos para todas as casas de fundição em funcionamento, sendo de notar que o desembargador José João Teixeira julgava desnecessario manter-se em Minas um abridor de cunhos quando os ferros podiam vir prontos do Reino com consideravel economia para a Fazenda Real.

A observação do severo Intendente do ouro faz pensar que as atividades oficiais de João Gomes Batista não lhe deviam exigir todo o tempo, sobrando-lhe, portanto, muitas horas para a realização de trabalhos de outra natureza, possibilitados ainda mais pelos vencimentos relativamente elevados do seu cargo, como se vê do seguinte quadro de pessoal da Intendencia de Vila Rica:

"O Doutor Intendente que vence cada anno de ordenado 1:600$000
De ajuda de custo pelas devaças..... 500$000
Os quatro Fiscaes, que vencem cada hum tres mezes e vencem todos..... 400$000.

---

(13) Cf. Silva, A. Delgado — *Collecção da Legislação Portuguesa*. 1750-62, pp. 28 e 40 e Vasconcellos, D. P. R. — *Minas e Quintos de Ouro*, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, VI, pp. 855-965.

O Thezoureiro cada anno	1:000$000
O Escrivão da Receita	800$000
O Escrivão da Conferencia	800$000
O Ensaiador	800$000
O Ajudante do dito	400$000
O Abridor	800$000
O Meirinho	300$000
O Escrivão do dito	300$000
O Escrivão da Fundição	700$000
O primeiro Fundidor	800$000
O segundo Fundidor	400$000
O terceiro Fundidor	400$000

A opinião expendida por José João Teixeira, autor da *Instrução para o governo da capitania de Minas Geraes* e da *Coleção sumária das proprias Leis, Cartas Régias, Avisos e Ordens da Capitania de Minas Geraes*, documentos de grande interesse para o estudo da historia colonial mineira, fontes quasi exclusivas de que se utilizou Robert Southey na elaboração da sua *History of Brazil*, sobre a pouca utilidade resultante para a administração da existencia de um abridor de cunhos na Intendencia do Ouro de Vila-Rica nada significa quanto à capacidade e aos méritos de João Gomes Batista. Ao contrario, em outro documento ele proprio atesta os bons serviços de João Gomes Batista, depoimento este que nos parece de particular merecimento, conhecidas como são a lisura e franqueza sempre demonstrada pelo Doutor José João Teixeira, tanto em suas atividades oficiais quanto em seus trabalhos de investigação e que são até hoje visiveis nas centenas senão milhares de anotações manuscritas nos códices do Arquivo Público Mineiro para organizar a *Coleção sumaria de Leis*, acima referida. Em 1768, ao ser reconduzido João Gomes Batista nas funções de abridor de cunhos, pelo prazo de mais um ano, como vinha sendo feito desde muito, o Conde de Valadares, governador da Capitania, louva-se precisamente na informação de José João Teixeira, como se verifica do seguinte documento: (14)

---

(14) Arquivo Público Mineiro. S. C. S. G. Cód. 160, fl. 56.

Titulo [illegible]
[illegible] Rua de Ouro, [illegible] aquarte de Setembro de 1768 - e Secreta
ria do Gov.º das Minas geraes Este deste Sayão afforezeando =
Conde de Valladares

Dom José Luiz de Menezes Abranches Castelbranco e Noronha Visconde
nha Conde de Valladares do Conselho de S. Magestade Fidelissima
mendador das Comendas de S.ª Julião de Sertã Ponte Negra Abridor
S.ª Tiago da Castanheira Santa Maria de Veide, Santa Maria do Cambra, e
Cruz e Sam Sebastião de Alpalhão da Ordem de Christo
Governador, Capitão General da Capitania de Minas geraes &.
Faço saber a vos Juiz desta minha Provisão virem que attendendo ao boa
informação q' me deu de Vos Gomes Baptista actual Abridor
de Cunhos, e mais ferros das Reaes Casas de Fundição do ouro desta
Capitania o Doutor Intendente de Villa Rica do Ouro Preto
Salisbury o mesmo Abridor sua obrigação com limpeza
zelo, e não ter crime algum q' se lhe aponte observância

Provisão reconduzindo por mais um ano João Gomes Batista no cargo de abridor de cunhos (1768)

Hey por bem fazer mercê ao referido Luiz Gomes Pereira
de tempo de hum anno na occupação, e exercicio de Guarda mor da
Casa, e mais ferros das Reaes Casas de Fundição do Ouro desta
Capitania, que actualmente está exercendo, vencendo no dito tempo
o Ordenado, q' lhe acha arbitrado pago pela mesma Real Caza da In-
tendencia desta Villa, cuja occupação Hey pago pela Real Intendencia
da Caza de Fundição desta Villa, cuja obrigação, occupação não
paga nova Direitos, nem emolumento no referido Tempo, não tendo
crime algum, comquanto eu houver por bem, e S. M. F. não mandar
o contrario. Pelo que ao Ministro, a que competir o deixará conti-
nuar o dito Luiz no dito exercicio, pontual, e fielmente quando na occupa
ção, e serventia exhibir. E por firmeza do referido Hey mandey
passar a presente por mim assignada, e sellada com o Sinete
das Minhas Armas, que se lançará no Livro da Secretaria desta Repartição
Secretaria Geral desta Capitania para constar. Francisco Alexandrino a fez
Intendencia geral de mineiros. Em Villa Rica do Ouro Preto aos quinze de Setembro de 1768
Secretario do Governo, e Capitania o fez escrever = Conde de Valladares

Continuação da página anterior

"Dom José Luiz de Menezes Abranches Castelbranco e Noronha Conde Valladares do Conselho del Rey meu Snr. Commendador das Comendas de Sam Julião de Monte Negro S. Leão de Castanheira, Santa Maria de Viade, Santa Maria dos Cazaes, e Sam Sebastião de Alpriate, da Ordem de Christo Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Geraes, etc. Faço saber aos que esta minha Provisão virem, que attendendo a boa informação que me deu de João Gomes Baptista actual Abridor de Cunhos, e mais ferros das Reaes Cazas de Fundição do Ouro desta Capitania o Doutor Intendente della José João Teixeira satisfazer o mesmo Abridor a sua obrigação com prontidão e zelo, e não ter crime algum que o inhabilite a serventia hey por bem fazer mercê prorogar ao dito João Gomes Baptista o tempo de hum anno na occupação, e exercicio de Abridor dos Cunhos, e mais ferros das Reaes Cazas de Fundição do Ouro desta Capitania, que actualmente está exercendo, vencendo no dito tempo o ordenado, que lhe está arbitrado, pago pela mesma Real Casa da Intendencia de Fundição desta Villa, cuja occupação digo pago pela Real Intendencia e Casa de Fundição desta Villa, cuja obrigação e occupação não paga novos direitos, e a exercerá no referido tempo (não tendo crime algum) emquanto eu o houver por bem e S. M. F. não mandar o contrario. Pelo que o Ministro a que compete o deixará continuar a servir debaixo da posse, e juramento que prestou, quando na occupação e serventia entrou. E por firmeza do referido lhe mandey passar a presente por mim assinada, e sellada com o sinete de minhas Armas que se cumprirá inteiramente como nella se contem registando-se nos Livros da Secretaria deste Governo Intendencia e onde mais tocar. Francisco Alexandrino a fez em Villa Rica de Ouro Preto a quinze de setembro de *1768*. O Secretario do Governo de Minas Geraes Joseph Luiz Sayão a fez escrever. Conde de Valladares."

BIBLIOTECA DA CPHAN RIO

Ainda o mesmo governador, Conde de Valladares, em 1772, em outra provisão, reconduz João Gomes Batista em suas funções tendo em vista o seu louvavel procedimento, fidelidade e zelo, de acordo com o expresso em mais este documento (15):

> "que attendendo a João Gomes Baptista se achar actualmente exercendo a occupação e officio de Abridor de Cunhos e seus utensiles das Reaes Cazas de Fundição de Ouro desta Capitania, em a Intendencia desta Villa Rica, com louvavel procedimento, fidelidade, e zelo, e cumprindo as obrigações da mesma occupação e officio. Hey por bem na conformidade e observancia das Ordens Regias continue o dito João Gomes Baptista na referida occupação e officio de Abridor dos Cunhos e seus utensiles das Reaes Casas de Fundição do Ouro desta Capitania, em a Intendencia desta Villa Rica, debaixo do juramento e posse de que está, emquanto eu o houver por bem, e sua Magestade não mandar o contrario, havendo com a dita occupação e officio, o ordenado arbitrado de oitocentos mil réis pagos na forma das Reaes Ordens pela Tesouraria Geral da Real Fazenda desta Capitania, com os proes e precalços que direitamente lhe pertencerem... Villa-Rica de Ouro Preto ao primeiro de Janeiro de mil setecentos e setenta e dous. O Secretario do Governo de Minas Geraes José Luiz Sayão a fez escrever. Conde de Valladares."

No principio da década seguinte, continuam a ser encontrados os traços de João Gomes Batista nas duas folhas de Despesas da Casa de Fundição e Intendencia de Vila-Rica, existentes nos documentos avulsos do denominado Arquivo da Casa dos Contos, na secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional:

> "*Folha Civil*
> Pertencente ao anno de 1781.
> Intendencia de Villa-Rica.
> Ordenados.

(15) Arquivo Público Mineiro. S. C. S. G. Cód. 185, fl. 16-v.

de Sanzon 1772. o Sobred. de Guillherme
rme Dorè Luiz Sayão ofiscreverem Conde de Va
lladares

Joaõ Gomes Baptta.

Dom Dorè Luiz de Menezes Horrenden Castello Branco, e
Noronha, Conde de Valladares do Conº. de Elvas, Mestre sentor, Co-
mendador das Comendas de Sam Julião de Montes Negros, São Si-
mão da Castanheira, Santa Maria de Viade, Santa Maria de Ba-
zaes, e Sam Sebastião de Pegueria do Conselho de Sua Magestade Governador
e Capitam General da Capitanía das Minas Geraes, e nella Pre-
sidente das Juntas da Real Fazenda &ª &ª &ª Faço saber
aos que esta minha Provizão virem que attendendo a Ma-
ximo Baptista Escrivão actualmente exercendo do cu-
prado e officio de Abridor da Cunha, e mais Ferros das
Reaes Casas de Fundição do ouro desta Capitanía, e me enten-
dendo ser Sua Magestade Fidelissima servido prover
de Escrivão do provimento fidelida-
de tão cumprido e [illegible] Provizão de Escrivão do cumprido

Provisão reconduzindo, por mais um ano, o abridor de cunhos João Gomes Batista. 1772

Continuação da mesma provisão

Pelo que pagou aos Officiaes da Caza que vencerão de 1.º de abril ao fim de dezembro conforme o Suplemento a Folhas do dito anno.

A saber—

Ao Thezoureiro Caetano José Vargas.....	750$000
Ao Escrivam da Receita Gregorio Pereira Soares..	600$000
Ao Dito da Conferencia Antonio Fernandes Ribeiro	600$000
Ao Dito da Fundição Domingos Gonçalves da Cruz	525$000
Ao Ensayador Ventura da Costa Rangel.....	600$000
Ao Ajudante do Dito Luiz Antonio Cabral.....	300$000
Ao Abridor João Gomes Baptista.....	600$000
Ao 1.º Fundidor Antonio Ferreira da Fonseca.....	600$000
Ao 2.º Dito Manoel Ferreira da Costa.....	300$000
Ao 3.º Dito Sebastiam Martins por seu procurador Luiz Gomes da Fonseca.....	300$000
Ao Meirinho Amancio José Senna.....	225$000
Ao Escrivam do dito Antonio Rodrigues de Oliveira	225$000
	5:625$000

"*Folha Civil*

Pertencente ao anno de 1781.

Ordenados da Intendencia de Villa Rica.

Pelo que pagou ao Intendente e Officiaes da Casa, que vencerão em todo o anno conforme a folha do mesmo a fls. 20, 4 a 15, a saber:

Ao Doutor Intendente Francisco Gregorio Pires que venceu de 26 de Junho ao fim de dezembro....	822$223
Ao Thesoureiro Manoel Pedro de Aragão em todo o anno.....	1:000$000
Ao Escrivam da Receita Gregorio Pereira Franco..	800$000
Ao Dito da Conferencia Antonio Freire Ribeiro....	800$000
Ao Dito da Entrada do Ouro Domingos Gonçalves da Cruz.....	700$000
Ao Ensayador Ventura da Costa Rangel.....	800$000
Ao Abridor dos Cunhos João Gomes Baptista.....	800$000
Ao 1.º Fundidor Antonio Pereira da Fonseca.....	800$000

Ao 2.° Dito Manoel Ferreira da Costa.....	400$000
Ao 3.° Dito Jeronimo Nicolau de Carvalho.....	400$000
Ao Meirinho da Intendencia Amancio José Senna..	300$000
Ao Escrivam do mesmo Antonio Rodrigues de Oliveira por seu procurador Luiz Gomes da Fonseca	150$000
Ao Dito Elias Rodrigues ..... por seu procurador José Marques Guimarães.....	150$000
	7:922$223

Finalmente, na véspera de Natal de 1788, falecia em Vila-Rica (16) o abridor de cunhos João Gomes Batista, natural de Lisboa, filho legítimo de João Gomes da Silva e de Felicia dos Santos Cardosa.

> "Aos vinte e coatro de Dezembro de mil setecentos e oitenta e oito nesta freguesia fallece digo falleceu com todos os sacramentos e solemne testamento João Gomes Baptista solteiro Abridor dos Cunhos da Real Intendencia, natural da cidade de Lisboa, filho legitimo de João Gomes da Silva, e de Felicia dos Santos Cardoza já fallecidos; foi sepultado na capella da Ordem Terceira de São Francisco, depois de somente por mim ser encommendado. Do que fiz este assento, que assinei. O Vigario digo, o Vigario Ber.^{do} Joseph da Enc.^{am}."

E, apesar da opinião contraria do então Desembargador José João Teixeira, foi mantido por muitos anos na Intendencia de Vila-Rica o cargo de Abridor de Cunhos, em substituição de João Gomes Batista, já falecido, com o mesmo ordenado do seu antecessor (17).

A falta de tempo para coligir estas notas e levar a cabo as pesquisas que ainda se fazem necessarias, tornam deficientes em muitos aspetos as informações sobre João Gomes Batista, permitindo, entretanto, estabelecer, a título provisorio, os seguintes pontos:

---

(16) Ouro Preto — Matriz de Antonio Dias. *Livro de registro de óbitos*, sem número, fls. 256.
(17) Sombra, S. Historia Monetaria do Brasil Colonial, Rio, 1938, p. 269.

Segue-se a folha corrida das despezas da Casa de Fundição e Intendencia desta Villa Rica do Ouro Preto, que apresentou o Provedor e Intendente Manoel Pedro de Magalhães

Folha Corrida
Que se abrio no Anno de 1781.
Pelo Provedor e Ouvidor
Ordenador

Importa a que pagou no Officio da Caixa, que vencerão de 1º de Janeiro até fim de Dezembro inclusive a Seguinte Folha de dito anno

Ao Provedor Caetano José Veiga	750$000
Ao Escrivão da Receita Joaquim Gonçalves	600$—
Ao Escrivão da Conferencia Antonio de Abreu	600$—
Ao Escrivão da Fundição Domingos Gomes	525$—
Ao Escrivão Ventura da Costa Aranha	600$—
Ao Escrivão do Cofre Luiz Alves Coelho	300$—
Ao Escrivão José Gomes Bapta	600$—
Ao Escrivão Antonio Alves da Silva	600$—
Ao Escrivão do Manoel Ferreira da Costa	300$—
Ao Escrivão do Peso Miz Contador impto Luiz Gomes de Faria	300$—
Homem Amanuense Dito	225$—
Ao Escrivão do Novo Imposto de Dizimo	210$—
	5625$000

Igualmente a Folha

Que se pagou ao Escrivão Manoel Joaquim Pedroso de Abreu pela quinta parte da Despeza do Estanco de Sal de Março atraz a Dezembro inclusive

Importa a Folha atraz	3760$000
Item ao Feitor José Vieira de Oliveira, ao mesmo Contador; e José Dias Lopes Escrivão do Registro do 1º de Março a fim de Dezembro inclusive a 30$ cada hum	300$000
	6760$000
	6:301$000

Per

Folha de despesas da Casa de Fundição e Intendencia de Vila Rica. 1781

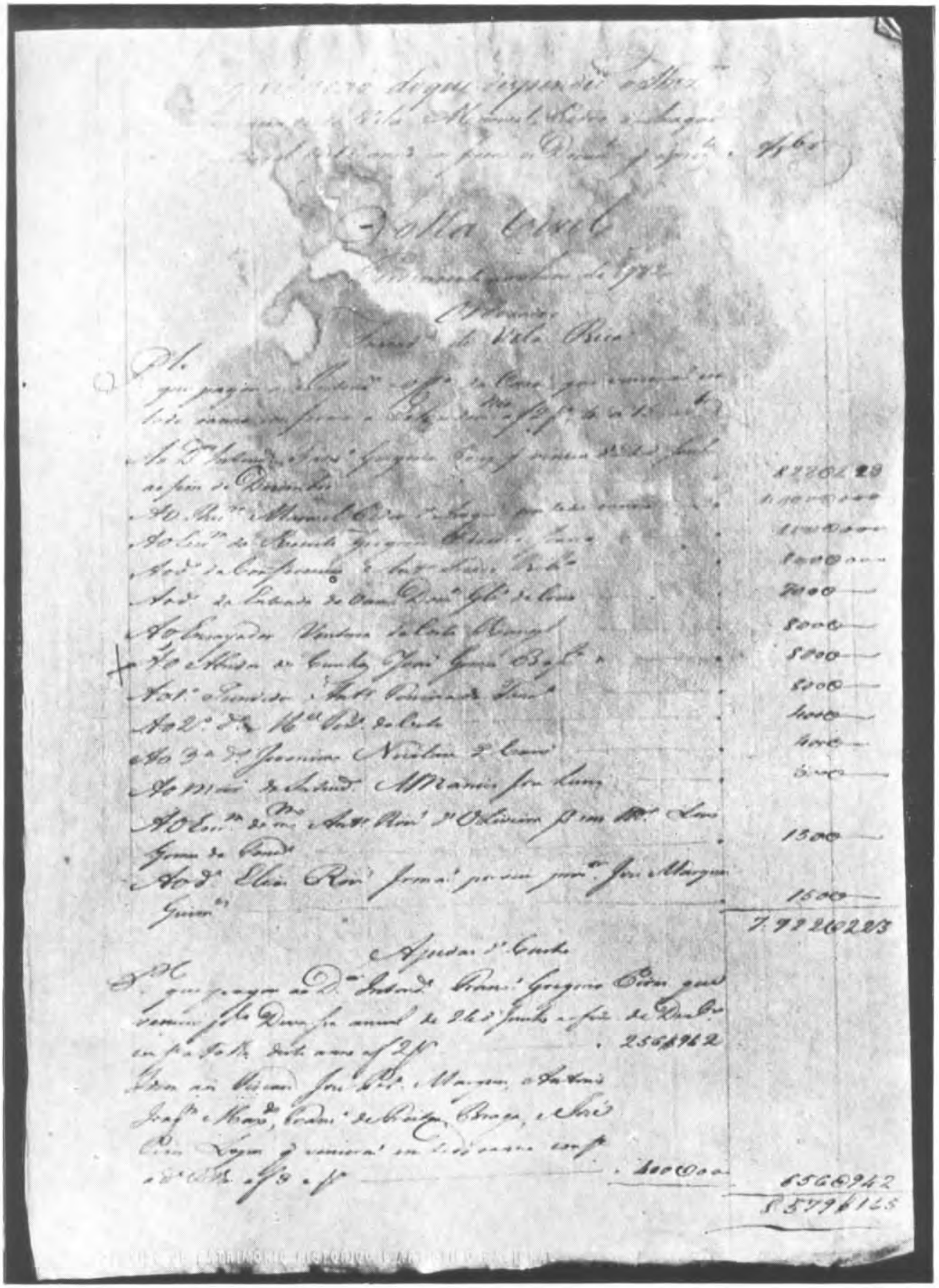
que pagou ao Official da Caixa, que servio de
d'Abril ao fim d'Dezembro conforme o Suplemento a Lei
de dito anno Asaber

Ao Thezou: Caetano José Vieira	750$000
Ao Dor. da Secca Gregorio Fernandes	600$—
Ao d. do Conferencia Ant.o Fr. Alves	600$—
Ao d. do Tundição Dom.os Gl.es Salles	525$—
Ao Escrayador Ventura da Cruz Rangel	600$—
Ao Ajud.e d'Ord. Luiz Ant.o Cabral	300$—
Ao Abridor José Gomes Braz	600$—
Ao 1.o Fundidor Ant.o José da Costa	600$—
Ao 2.o d.o Manoel Ferreira da Costa	300$—
Ao Gr.a d.o Sub.am Mez Cont.e p.a seu pr.o Luiz Gomes de Faria	300$—
Ao Mar.e Amancio José Lima	225$—
Ao Esc.m d.o Ant.o Alv.s d'Oliv.a	225$—
	5625$000

Ajudas d'Custo

Ao que pagou ao Dor Ouv.or Manoel Fag.m Pedroza

Ampliação parcial da folha anterior



Folha de despesas da Casa de Fundição e Intendencia de Vila Rica. 1782

Ao Dor Indal. Pinto Gregorio Rog. p. ordem N. 26 d'Junho	
ao fim de Dezembro	8720
Ao Alfes Manoel Cardoso Lopes de Carvalho	1:0000
Ao Cap.m da Ordenda Gregorio Barbosa Soares	8000
Aod. da Conferencia Antº Joaq. Ribeiro	8000
Aod. da Cathedral de Ouro Dom. Gl. de Lemos	7000
Ao Ensaiador Ventura da Cruz Rangel	8000
Ao Abridor de Cunhos Joaq. Gomes Bapta.	8000
Ao 1.o Fundidor Antt. Pereira de Sena	6000
Ao 2.o d.o Mel. Pedro da Cruz	4000
Ao 3.o d.o Jeronimo Nicolau Cardoso	4000
Ao Meir. do Cand. Alf.es Manoel Jos. Lopes	3000
Ao Esc.m de m.a Antt. Ribr.o de Oliveira Fr.co Xav.r Lopes	
Gomes do Canal	1500
Aod.o Elias Ribr.o Gomes por seu pr.o Jos. Marques	
Guim.es	1500

Ampliação parcial da folha anterior

1724/1734 — João Gomes Batista, aluno de Antonio Mengin, exerce as funções de Abridor de Cunhos da Casa da Moeda de Lisboa (Documentos do Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, divulgados por Teixeira de Aragão).

173../1759 — Estadia de João Gomes Batista no Rio de Janeiro, para onde havia fugido debaixo do falso nome de Tomaz Xavier de Andrade, tendo aquí trabalhado na Casa da Moeda. Fez seus discípulos de desenho Joaquim Carneiro da Silva e Antonio Fernandes Rodrigues (informações recolhidas por Cirilo Volkmar Machado e não verificadas até hoje por documentos oficiais).

1751 — — Nomeação de João Gomes Batista, por Gomes Freire de Andrade, para o lugar de Abridor de Cunhos da Intendencia e Casa de Fundição de Vila Rica, com a obrigação de abrir os ferros dos cunhos para as demais Casas de Fundição da Capitania, com o ordenado anual de 800$000.

1752/1784 — Permanece João Gomes Batista no exercicio das funções de Abridor de Cunhos de Vila-Rica.

24 de dezembro de 1788 — Falecimento de João Gomes Batista, em Vila Rica.

LUIS CAMILO DE OLIVEIRA NETO

SUBSIDIOS PARA A BIOGRAFIA DE MANUEL FRANCISCO LISBOA

Para o estudo da arquitetura mineira, civil e religiosa, do século XVIII, um dos trabalhos que mais se tornavam necessarios era a investigação acerca da personalidade e da obra de Manuel Francisco Lisboa, pai do Aleijadinho.

Pelo que nos informa, em 1790, o 2.º vereador do senado da Câmara de Mariana, Joaquim José da Silva, esse artista foi um grande mestre de arquitetura, autor de varias obras notaveis e teve como principal discípulo seu proprio filho.

Rodrigo José Ferreira Bretas, em sua preciosa monografia sobre o Aleijadinho, publicada em 1858 e na qual transcreve a memoria do vereador, transmite-nos asserções idênticas, quer no sentido de ter sido Manuel Francisco Lisboa o pai e mestre de Antonio Francisco, quer no tocante às aptidões dele como arquiteto.

De então para cá, as opiniões tem sido mais ou menos no mesmo sentido (1), contribuindo para confirmá-las outras referencias bibliográficas acerca de trabalhos por ele realizados (2).

Sucedeu, porem, que, recentemente, apareceram escritores a

---

1) Veja-se a respeito Diogo de Vasconcelos, — *As obras de Arte* —, in *Bicentenario de Ouro Preto*, — 1711-1911, Belo Horizonte.
2) Meneses, Furtado de, — *A religião em Ouro Preto* —, in *Bi-centenario de Ouro Preto*, 1711-1911, Belo Horizonte; *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. VI, fa. II, 1901.

contestar o merecimento de Manuel Francisco Lisboa, qualificando-o de simples carpinteiro, ou pedreiro rude, autor de obras grosseiras e sem interesse maior.

Não obstante, um documento encontrado pelo Sr. Manuel Bandeira e publicado nesta revista (n.º 1, 1937) veio demonstrar cabalmente a procedencia do conceito emitido pelo vereador Joaquim José da Silva e Rodrigo Bretas, uma vez que de tal documento se verifica ter sido Manuel Francisco Lisboa o autor do projeto da igreja da Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, incontestavemente um dos mais belos e importantes monumentos da arquitetura religiosa de Minas Gerais.

Depois dessa valiosa contribuição do Sr. Manuel Bandeira, o Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional tem procedido a cuidadosas investigações, não só em torno da vida e da obra de Manuel Francisco Lisboa, mas tambem sobre as dos demais artistas que se distinguiram na região mineira, durante o século XVIII. As pesquisas e estudos nesse sentido se vem realizando desde algum tempo com o maior proveito possivel, já se tendo conseguido reunir grande copia de documentos que constituem um cabedal preciosíssimo para o fim que a repartição se propôs realizar.

Entre os colaboradores com que o Serviço contou para as investigações em torno de Manuel Francisco Lisboa devem ser citados os senhores Francisco Antonio Lopes, Luiz Jardim, Antonio Ferreira de Morais, Manuel de Paiva Junior e Salomão de Vasconcelos, avultando a contribuição desses dois últimos pesquisadores.

O presente trabalho não terá senão o mérito de reunir e articular esses subsidios, acrescendo-os dos elementos coligidos na esparsa bibliografia referente ao assunto e extraindo dos mesmos uma pequena biografia do artista, acompanhada da relação tão completa quanto possivel das suas obras.

Pela certidão de casamento, que vai transcrita adiante, sabe-se que Manuel Francisco Lisboa era filho legítimo de João Francisco e de sua mulher Madalena Antunes e natural da freguezia do nome de Jesús de Odivelas, arcebispado de Lisboa, ignorando-se entre-



Palacio dos Governadores em Ouro Preto. (Reconstituição de W. Rodrigues)

tanto a data em que ele terá nascido, por não constar daquele documento a idade com que se casou.

Ignora-se tambem a época de sua vinda para o Brasil, sabendo-se, tão somente, que ele aquí viveu cerca de 43 anos, ou, pelo menos, de 1724 a 1767.

Torna-se, pois, dificil de concluir-se qual terá sido sua formação em Portugal e se sua preparação técnica foi ou não alí iniciada.

A consulta feita nesse sentido à obra de Sousa Viterbo: — *Dicionario dos Arquitetos e Engenheiros*, assim como dos livros de J. da C. Taborda, Cirilo Volkmar Machado e Luiz Xavier da Costa, resultou infrutífera, deixando-nos a impressão de que Manuel Francisco Lisboa não era conhecido como artista apreciavel em Portugal. Talvez tenha saido de lá muito cedo e só no Brasil iniciado suas atividades. Mas só uma pesquisa no local do seu nascimento nos traria elementos elucidativos sobre essa questão.

Odivelas fica situada nos arredores de Lisboa, a 1 km. e 50 de Carriche e, à sua entrada, vê-se logo o monumento denominado *Memorial*, erigido com o fim de guardar o féretro de D. Deniz, segundo uns, ou o de D. João I, segundo outros. Mais adiante, num largo, o célebre convento de Odivelas, de freiras bernardas, tambem monumento nacional, construido de 1295 a 1305 pelo rei D. Deniz e destruido pelo terremoto de 1755, pouco restando hoje do edificio primitivo. E, no extremo da povoação, a igreja matriz, de uma só nave, reedificada no século XVII (3).

E' justo, portanto, presumir-se que Manuel Francisco estivesse desde cedo familiarizado com monumentos de arquitetura, como os que se deparavam à sua vista no povoado natal.

Aquí no Brasil, a primeira noticia a seu respeito data de 1724. Nesse tempo, segundo verificação do Dr. Salomão de Vasconcelos em trabalho notavel que ilustra este número, Manuel Francisco Lisboa obtinha licença para exercer em Vila Rica o oficio de carpinteiro.

Governava então a capitania das Minas, pouco antes separada da de São Paulo, D. Lourenço de Almeida, sucessor do Conde de

---

3) *Guia de Portugal*, vol. 2.º, Lisboa, Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

Assumar e que tomara posse em 18 de agosto de 1721 na primitiva matriz de Nossa Senhora do Pilar. A vila, — Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto — ainda não possuia nenhum dos monumentos que viriam depois completar-lhe a fisionomia característica de hoje (4).

Mas, dentro em breve, numerosas construções deveriam surgir alí, pois o período em que a quantidade de ouro extraida atingiu ao máximo, foi o que decorreu de 1725 a 1750, justamente nos anos que se seguiram àquele em que Manuel Francisco Lisboa iniciava na Vila a sua atividade.

Em 1717, porem, era tão grande a carestia na terra, que um oficial de carpinteiro, ou de outro qualquer oficio, ganhava duas oitavas de ouro por dia e "ainda em cima se rogão" (5). Possivelmente esse estado de coisas terá perdurado até 1724, ou talvez até mais alem, pois, pelo que consta dos registros das corporações de oficios, verifica-se que ainda em 1727 era reduzidíssimo o número de carpinteiros existentes (Vide Salomão de Vasconcelos, trab. cit.).

Nessas circunstancias, era natural que Manuel Francisco Lisboa tivesse prosperado rapidamente. Todavia, de 1724 a 1727, ele não figura na relação dos contribuintes do real donativo, podendo presumir-se que não tenha exercido com continuidade o seu oficio.

Só em 1728 volta o seu nome a figurar entre os contribuintes dessa espécie de imposto de industrias e profissões arrecadado na Colonia. Entretanto, é possivel que a sua situação financeira não fosse próspera a esse tempo, atendendo-se a que um documento encontrado pelo Sr. Manuel de Paiva Junior, no arquivo da Ordem 3.ª de São Francisco de Assiz de Ouro Preto, revela que um Manuel Francisco, carpinteiro, fora preso por não ter dado garantia do débito de 100/8as. de ouro.

E' certo que o documento em apreço pode não referir-se a Manuel Francisco Lisboa. No entanto a coincidencia de ter sido en-

---

4) Bandeira, Manuel, — *Guia de Ouro Preto* —, Rio, 1938.
5) *Diario da Jornada, que fes o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a cidᵉ. de São Paulo, e desta athé as Minas, anno de 1717* —, in *Revista do Serviço do Patrimonio Histórico e Artistico Nacional*, n.º 3, 1939.



O antigo Palacio dos Governadores adatado á finalidade de Escola de Minas

contrado juntamente com outros papéis alusivos a ele, e de referir-se tambem a um oficial carpinteiro, torna verossimil a suposição de se tratar efetivamente dele, sobretudo tendo se verificado que não exerceu atividade remuneradora durante aquele período, por qualquer circunstancia de que se não tem conhecimento.

Atribuindo-se-lhe, assim, o citado documento, vale a pena transcrevê-lo na íntegra:

"Diz oAjud.e Ten.e Joseph Miz Fig.ra q pª bem de sua (palavra ilegivel) lhe he necesrº q o carcerº q deprez.te Serve Joseph daCosta Novaes declare por certidão doassento daprizão q sefez aManoel Fran.coº q seacha no Lº fls. 103 dos assentos dos prezos, como do tempo dasua soltura eq servia nodº tempo de carcerº.

P. avm. lhe faça m.ce m.dar passar adª. certidão emmodo qu faça fee.

E R M

Passe não havendo duvida
(assinatura ilegivel)
Joseph daCosta Novaes Carsereyro atual daCadeya desta Villa Certifico que em meu poder Seacha oLivro dos aSentos dos presos que aesta Cadeya vem por causa Sivel e revendo o dito Lº nelle a fs. 103 seacha hu aSento dotheor Seg.te Aos dez dias do mes de dezembro demil Septe Sentos evinte eoyto annos em comprim.to dehum mandado deSegurança do Doutor Ouvidor Geral passado arequerimento do ajudante Tenente Joseph Martins Figueyra veio preso aesta Cadeya Manoel Francisco Offecial de Carpinteyro por não dar Sigoranssa à quantia de Sem outavas deouro queodito Suplicante Joseph Martins Figueyra lhepede epella não dar o trouse preso aesta Cadeya o Meyrinho da Provedoria dos auzentes João Martins de Carvalho comigo escrivão da vara do Alcayde aodiente nomiado e debayxo dechave oemtregou ao Carsereyro Valerio Francisco da Costa pª que onão Soltasse em expressa Ordem de Justissa oque prometeo fazer na forma de seu rigimento de que fiz este termo de prizão em que asignou o dito Meyrinho Com odito Carsereyro

E eu Joseph Digo E eu Joseph Martins delgado escrivão que oescrevi. E não se contem mais no dito aSento que Seacha no dito Livro a fls. ditas ao qual me reporto e outrosim Certifico que do dito Livro Consta estar exercendo aocupasam de carsereyro Valerio Francisco da Costa pellos assenttos de prizão que pello dito Carsereyro Se achão aSignados passa oreferido naverdade. Vila Rica vinte edous de Marso demil Septe Senttos e trinta annos.

(a) — Joseph da Costa Novaes".

Todavia, a reputação profissional de Manuel Francisco Lisboa deve ter-se firmado, pouco a pouco, tanto assim que, em 1733, ele já era, como veremos adiante, na relação de seus trabalhos, o mestre das obras da Matriz de N. S. da Conceição de Antonio Dias, de Vila Rica, cuja construção havia sido iniciada em 1727. Aliás, como o Vereador Joaquim José da Silva informa que o proprio Manuel Francisco foi quem "traçou a soberba arquitetura" da referida igreja desta última data em diante, é de presumir-se que, desde então, ele já viesse exercendo alí as funções de mestre.

Não obstante, em 1734, um fato muito desagradavel que, por certo, lhe trouxe serios embaraços, veio perturbar o ritmo de sua vida: a 5 de fevereiro, ele foi pronunciado, juntamente com outro carpinteiro, Teodosio Francisco, sob a alegação de se acharem incursos no disposto na Ordenação, livro 1.º, título 63, § 33 a 69, por terem tratado ilicitamente a Francisca Alves da Costa. Pronunciou-os o juiz ordinario de Vila Rica, Nicolau de Freitas Pacheco.

Tendo, porem, agravado do despacho de pronuncia, foram os réus absolvidos pelo juiz Domingos Francisco de Oliveira, por sentença de 31 de julho do mesmo ano, sentença esta confirmada pelo Ouvidor Geral da comarca, Dr. Fernando Leite Lobo, em 30 de agosto seguinte, e, finalmente, absolvidos em última instancia por acordão da Relação da Baía, de 27 de setembro de 1735.

O episodio chegou ao nosso conhecimento pela carta de sentença e absolvição passada a favor de Manuel Francisco Lisboa, valioso documento encontrado pelo Sr. Manuel de Paiva Junior, no arquivo da Ordem 3.ª de São Francisco de Assiz, de Ouro Preto.

Desse curioso manuscrito, transcrevemos as peças essenciais:

"Sm.ça deAbsolvição e Livram° crime que aSeu favor alcançarão Manoel Fran.co Lxª, e Theodozio Fran.co Reos App.los nacauza de App.m emque hé Autora App.te A Justª."

. . . . . .

... "que procedendosse a Devaça geral na villa Rica deNossa Senhora do Pillar de Ouropreto pello Juis ordinario della o Cappitam Nicolau de Freitas Pachequo emoanno de mil setecentos etrinta equatro para haver depreguntar testemunhas Devaçamente mandara fazer oauto do theor seguinte Anno do Nassimento de Nosso Senhor Jesuschristo demil esete Centos etrinta equatro annos aos Sinco dias domes de Janeyro do dito anno nesta villa deNossa Senhora do Pillar do Ouropreto enas cazas da Camara della aonde euescrivão fui vindo aSua prezença eelle pello Seu Cargo Ser obrigado na forma daley atirar Devaça neste prezente anno emes pellos interrogatorios aodiante declarados osquais sam os seguintes = item Se algumas pessoas brancas pretas forras ou captivas custumão consentir que algumas pessoas usem mal deSeu corpo ou alcuvitem e induzão outras dando para isso caza de alcoisse cauzando prejuizo asvizinhanças, ou serecolhem em suas cazas negros fugidos, ou os induzão para isso = E de tudo mandou elle Juis ordinario fazer este auto de Devaça" . . . . . .

. . . . . .

... "Ao mesmo Juis ordinario o Capitam Nicolau de Freitas Pachequo que sendolhe aprezentada concluza epor elle vista ecxaminada doque rezultara do Sumario das testemunhas emella Purnunçiara entre outras pessoas, aos Reos Apellados obrigando-os alivramento como seguros, como sevia emostrava dadita purnunçia dotheor eforma seguinte. Obriga este Sumario a fuão, eahuma negra escrava defuão, eafuão efuana, filha de fuana, afuão eafuana, Theodozio Francisco, eaManoel Francisco Lisboa carapina, eafuão,

eafuana, contra os quais mando Seproçeda que aSistirão aSeus Livramentos como seguros; Obriga (palavra ilegivel) afuão, efuão, eafuana, estes somentes sepassarão a rol e as mais ordens necessarias para Serem prezos. Villa Rica de Fevereiro Sinco demil eSete Centos etrinta equatro annos" . . . . . .

. . . . . .

. . . "A Vossa merçe Seagrava Manoel Francisco Lisboa e Theodozio Francisco do Juis ordinario de Villa Rica oCappitam Niculáo de Freytas Pachequo, em os purnunçiar na Devaça aque proçedeu no mes deJaneiro com o pretexto deque os Agravantes tratava illicitamente a Francisca Alves da Costa molher meretriz. Sendo que nullamente forão Pronunciados por não ser ocazo deque setrata comprehendido dos que numera aordenação Livro Primeiro titullo sesenta eSinco paragra trinta etrez Segg: usq Seçenta enove = e a dita inquirição devassa será nulla digo Será nehua = Avista deque não sendo odito cazo deque Setrata comprehendido naordenação Supra ficão sendo nullamente os Agravantes Prununciados que espera Serem agravados quando oprezente agravo Senão repare Pedem avossa merçe lhe faça mersse mandar passar mandado para subirem os autos estando por Agravo comresposta ou Sem ella naforma da Ley erecebera mersse = Joseph E. do Souto" . . . . . .

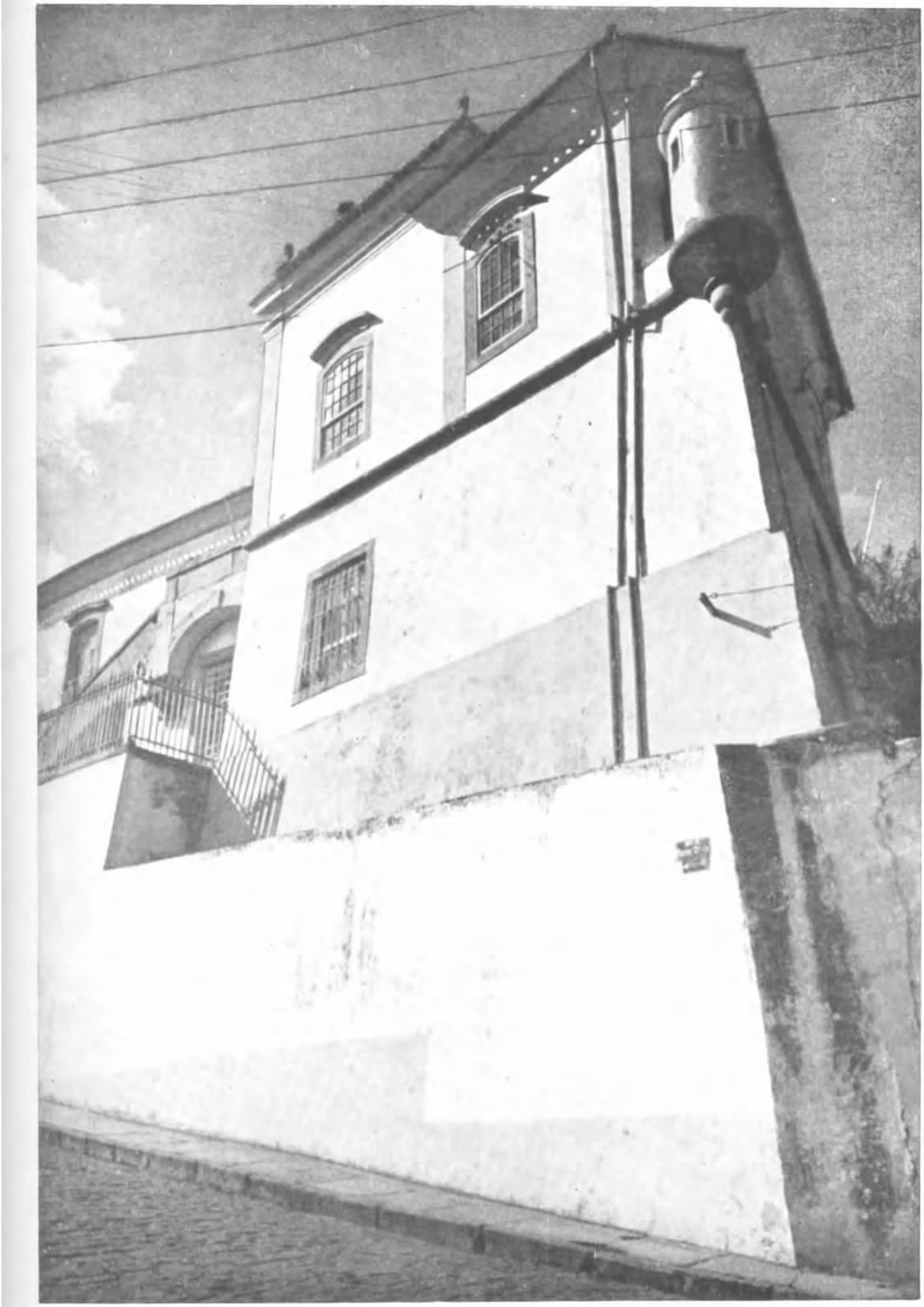
. . . . . .

. . . . . .

,'SMÇA.

Reparo este Agravo vistos osautos, ecomo oinquirir deamançebados não seja dos cazos expreçado naLey geral dasdevaças, nem em outra alguma não Sedevia procurar poelles, nem podião osAgravantes por Semelhante crime Ser purnunçiados, Sem que obste aLey dosBairros de Lisboa pello qual Selhe manda Devassar deste delitto por quanto alem desta ley ser expiçiallissima para aquelles menistros hé pennal eSenão pode extender para a Purnunçia contra os Agravantes que hey por absuluctos eSomente oscondemno nas custa eappello Villa Rica Trinta ehum deJulho demil eSetecentos etrinta equatro annos = Domingos Francisco de Oliveira" . . . . . .

. . . . . .



Um dos baluartes do antigo Palacio dos Governadores, executado por Manuel Francisco Lisboa

"SMÇA.

Bem julgado foi pello Juis ordinario desta villa emdeterminar não haver lugar aPurnunçia dos Reos purnunçiados na devaça pello crime de concobinato confirmo sua sentença por alguns fundamentos eomais dos autos, epaguem os Reos as Custas ex cauza, ficando-lhe direito rezervado contra o Juis que nullamente osculpa nadita Devaça eapello. Villa Rica trinta de Agosto demil eSete Centos etrinta equatro annos = Fernando Leite Lobo" . . . . . .

. . . . . .

"ACORDÃO

Acordão em Rellaçam Bem julgado foi pello ouvidor geral de Villa Rica emdeterminar não ter lugar aDevassa deque Seargue culpa aos Reos confirmão Sua Scntença por alguns deSeus fundamentos vistos osautos epague os Reos as custas. Bahia vinte eSete de Septembro demil eSeteçentos etrinta e Sinco = Justiniano = Barreto = Brandão" . . . . . .

. . . . . .

Em 1738, na já referida Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Antonio Dias, Manucl Francisco Lisboa contraiu casamento com Antonia Maria de São Pedro, tendo servido de testemunhas Antonio Francisco Pombal, como se vê do respetivo assento, constante do Livro de Casamentos de 1727 a 1782, fls. 42 verso:

"Aos sete dias do mes de outubro demil esetecentos etrinta coito pellas quatro horas da tarde pouco mais ou menos depois de feitas as denunsiasoins nas duas freguisias desta Villa naforma do sagrado concilio tridentino nesta matriz de Nossa Senhora da conceção de Vª Rica na minha prezensa se casarão por palavras de presente Manoel Francisco Lisboa filho legitimo de João Francisco ede sua mulher Madalena Antunes já falecidos natural e Bautizado na freguisia donome de Jessus de ollivclas termo do arceBispado de Lisboa com Antonia Maria de SãoPedro filha ligitima de José Perera (Luiz) digo Luis ede sua mulher Antonia daGuia natural da Villa denossa Snra do funchal Bispado de Angra eBautisada na fregª de nosa senhora das Angustias da mesma vila porque (pala-

vra ilegivel) diante do Rdº Vigº davara serem solteiros livres e desempedidos sem terem impedimento algum que por taes os julgou sendo prez. por testimunhas Joze deSouza Magalhains e Antº Francisco Pombal que assinarão commigo elogo lhedei as Bensãms de que fiz este assento (palavra ilegivel) o Pe. coadijuctor Nicolau Frcº de Gosmão.

(a) — Joseph de Souza Mag.; Antº Francº Pombal; Manoel Fracº Lxª."

A margem está a seguinte anotação: "Mel. Francº Lisboa com."

Pela informação fidedigna do Vereador Joaquim José da Silva, sabe-se que Antonio Francisco Pombal era irmão de Manuel Francisco Lisboa e, se o fato de ter ele servido de testemunha no casamento deste último não constitue prova cabal desse grau de parentesco, deixa-nos entretanto convencidos de que havia, com efeito, entre ambos, pelo menos ligação estreita.

A 25 de dezembro de 1746, tomou Manuel Francisco o hábito da Ordem 3.ª do Carmo, de Vila Rica, sendo admitido a professar em 6 de março de 1754.

Como se verifica dos documentos abaixo transcritos, nessa época ele era morador na Barra, onde talvez tenha vivido desde muitos anos antes:

"Diz Manoel Franº Lxª m.or na Barra desta Vª q porhordem devm.ces foi admetido atomar osanto habito desta veneravel ordem 3.ª deN. Srª do Monte docarmo, ecomo tenha acabado o Seu anno deNoviciado, quer oadmitão aprofição edetodas faltas e omissoins q. nella teve pede lhe perdoem pello Amor de Deus.

P avm.ces lhe fação m.e admetillo a profição cuja graça receberá pello amor de Deus

E. R. M.

M Rdº Sr. Pe. Comisº Prior emais Irmaons da Mesa

Do Lº 2º das (palavra ilegivel) a fls. 82 consta ter opertendente tomado oSanto habito nesta veneravel ordem 3ª de N. Snrª domonte

do Carmo aos 25 dedezbrº de 1746 por donde severifica ter completado oSeu anno de Noviciado Heoq posso emformar que noSas Caridades mandarão oq forem servidas. Vª Rª em Mesa 4 de Março de 1754"

(Assinatura ilegivel)

"Mtº Rdº Snr. Pe. Comissario Prior, e mais Irmaons demenza.

Dainformação do Irmão Secretario consta que o pertendente tem acabado oanno deSeu noviciado, emeparece estará ciente nos pontos danossa Regra He oq posso informar a Mm q mandarão oq forem Servidos. Vª Rica 5 de Mçº de 1754.

(a) — Me. Domingos de Morais.

Vistas as enformaçoins seja
ademetido aprofição (palavra
ilegivel) paraSeu asento
Vª Rª em Mesa 6 de Mçº de 1754"
(assinatura ilegivel).

Com o decorrer do tempo, ficava cada vez mais em evidencia a personalidade de Manuel Francisco Lisboa, "continuando este grande Mestre as suas lições praticas de arquitetura que interessarão muita gente" (6).

De fato, em 1757 ele foi eleito 1.º juiz do oficio de carapina (7) e, em 1760, o seu prestigio tinha atingido a tal ponto, que o Governador Gomes Freire de Andrade convocou-o para, à vista dos apontamentos que lhe fossem apresentados pelo Tesoureiro da Fazenda Real, opinar e orientar as obras que deveriam ser feitas na Sé de Mariana, relativas aos oficios de carpinteiro e de pedreiro.

---

6) Silva(Joaquim José da, — 2.º vereador do senado da Câmara da cidade de Mariana: — *Memoria que se lê no respectivo livro de registro de fatos* nolaveis estabelecido pela ordem regia de 20 de julho de 1782. Apud Rodrigo José Ferreira Bretas.
7) Vasconcelos, Salomão de, — trab. cit.

Depois disso, a úiltima referencia que temos do notavel mestre é a que se refere ao risco da igreja da Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Carmo, de Vila Rica, aprovado em 1766 e de que já falamos na primeira parte deste trabalho.

Provavelmente Manuel Francisco Lisboa, a esse tempo, já teria uma idade avançada, pois faleceu em 1767, um ano após o inicio da execução daquele projeto. Seu falecimento deve ter ocorrido antes de 8 de agosto daquele ano, uma vez que nessa data o padre Francisco de Aguiar Coutinho atesta ter dito 20 missas por sua alma:

"Certifico emcomo disce vinte missas pella alma de Manoel Francisco Lisboa as quais me mandou dizer o Procurador Guilherme Teyxeira e per as ter dito e recebida a esmolla de meia oitava por cada huma do Irmão Thezoureiro Jeronimo Fernandes do Valle

Francisco de Aguiar Coutº" (8).

Foram, entretanto, baldados todos os esforços empreendidos no sentido de encontrar-se nos arquivos das igrejas locais o assento referente à morte de Manuel Francisco Lisboa. E' de presumir-se, talvez, que ele tenha falecido fora de Vila Rica.

Não se conseguiu descobrir tão pouco o seu testamento, apesar de cuidadosas pesquisas realizadas nos arquivos eclesiásticos e civís de Ouro Preto e de Mariana. Esse documento, que seria do mais vivo interesse para o esclarecimento de varias questões relacionadas com a biografia de Manuel Francisco, viria por certo elucidar o caso da filiação de Antonio Francisco Lisboa, que ultimamente tem sido posta em dúvida.

Todavia, mesmo à falta desse documento ou de outro de igual valor referente à questão, o parentesco entre o Aleijadinho e Manuel Francisco Lisboa parece inteiramente certo à vista das informações prestadas pelo Vereador Joaquim José da Silva, confirmadas por Rodrigo Bretas e tantos indicios.

O depoimento de ambos os escritores merece o maior crédito: o do prineiro informante data do tempo em que Antonio Francisco

---

8) *L.º 1.º de Certidões das Minas dos Irmãos Terceiros de N. S. do Carmo*, fls. 64 verso.



Chafariz do padre Faria do Alto da Cruz cujo risco foi elaborado por Manuel Francisco Lisboa

Lisboa ainda vivia e estava em pleno exercicio de suas atividades; o do segundo foi baseado em informações colhidas de contemporaneos do famoso artista, inclusive de sua propria nora.

Quanto ao assento de batismo, constante de um livro da Matriz de Antonio Dias, em que Bretas se baseia para fixar a data do nascimento de Antonio Francisco, não se afigura tão convincente como elemento de prova da asserção do escritor, uma vez que se refere a Manuel Francisco *da Costa*, apelido este pelo qual o pai do Aleijadinho nunca foi mencionado em qualquer dos documentos encontrados a seu respeito. Ainda, porem, que o assento em questão se refira porventura a outra pessoa, o equívoco em que terá incidido o benemérito Rodrigo Bretas se explicaria muito naturalmente pelo empenho que terá tido o escritor de apurar a data precisa do nascimento do Aleijadinho: a semelhança dos nomes e outras coincidencias te-lo-ão levado ao engano, caso este se tenha realmente verificado.

Não obstante, as fontes das informações transmitidas por Bretas são tão fidedignas, sobre o assunto, que, ao referir-se ao padre Felix Antonio Lisboa, irmão do Aleijadinho, ele esclarece com toda a segurança o fato do mesmo ser filho legítimo de Manuel Francisco, tal como foi confirmado efetivamente pelo documento adiante transcrito, extraido do respetivo processo de habilitação canônica, autuado em 1778:

... "Illmº e Remº Snr. Diz Feliz Antonio Lisboa natural da freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias de Vila Rica, fº legitimo de Manoel Francisco Lisboa e de Antonia Maria, que para habilitar-se para o fim de ordenar-se precisa fazer moribus na dita freguezia onde tem residido.

P. VSª seja servido admitir ao Supº de moribus e mandar proceder as diligencias do estylo
E. R. M."

SENTENÇA

"Vistos estes autos e seus apenssos julgo habilitado de vita e moribus o abilitando Felix Antonio Lisboa em a edade de vinte e

tres annos completos que fez aos onze de Junho deste presente anno e sendo admittido matricule se previa examine pagar as custas.

Mariana 13 de Agosto de 1778
(a) Ignacio Corrêa de Sá."

Apurou-se, aliás, que Manuel Francisco Lisboa, alem do padre Felix acima referido, deixou mais três filhas legítimas: Maria da Conceição Lisboa, Joaquina Francisca Lisboa e Madalena Teresa de Jesús. Estas últimas, por escritura de 14 de maio de 1778, fizeram doação de bens imoveis que tinham herdado do pai, em Vila Rica, para constituir o patrimonio do irmão, como se constata da aludida escritura transcrita a seguir:

"Escritura de Doação pª Patrimonio q fazem Maria daConceição Lxª, Joaquina Francisca Lxª, Magdalena Thereza de Jesus aSeu Irmão Felix Antº Lxª.

Saybão quantos este Publico Instrom.to de Escriptura de Doação pª Patrimonio ou como em direito melhor nome tenha virem que sendo no anno do Nacim.to de NSenhor Jesus Christo de mil sete Sentos setenta e oito aos quatorze dias do Mez de Mayo dodº anno nesta Villa Rica de N. Senhora do Pillar do Ouropreto em Cazas demoradas das Outorgantes Maria da Conç.am Lisboa, Joaquina Fran.ca Lxª, Magdalena Thereza de Jesus onde eu Tabeleão aodiante nomeado vim, eahi, perante mim apparecerão prezentes partes entresi convensionadas dehuma como Outorgante doantes as ditas já declaradas Maria, Joaquina, Magdalena, edaoutra, como outorgado Seu Irmão Felix Antonio Lisboa este reconhecido de mim Tabeleão, e aquellas das testemunhas aodiante nomeadas eaSignadas, eestas demim Tabeleão pelas proprias deque dou fé, etodos moradores nesta dª Villa eemprezença das mesmas testemunhas por ellas todas trez Outorgantes juntas, emSolidum me foi dito ,que entre os mais bens, deque erão Senhoras, epossuidoras mansa epacificamente erão bem assim de duas moradas deCazas sitas na Barra desta Villa huma dellas ascalhada comparedes depedra, cobertas detelha epara aparte detráz aSobradada comsuas logeas porbaixo comSeu quintal grande murado de paredes com varias arvores de Espinhos

dentro delle, epartem ellas dehuma banda Comcazas de Filippe daCosta Escudr°, edaoutra com Estacio Ferras de SãoPayo Pinto, eaoutra morada deCazas terreas aSoalhadas cobertas de telha Comseu Quintal murado deparede, epartem dehuma banda com-Outras Cazas dod° Estacio edaoOutra comCazas de Estevão Alz. de Azevedo, estas as houverão por herança de Seu Pay Manoel Francisco Lisboa, eaquellas pordoação que lhe fez Manoel Vir.ª já falecido, deque celbrarão Escriptura publica, edamesma forma são Senhoras detrez Escravos aSaber Joam Crioulo deidade devinte annos, Matheus Cabra, deidade de dezoito annos pouco mais ou menos, e Francisco de nasção Mina deidade de quarenta pouco mais oumenos, os quaes houverão tambem por herança dod° Seu Pay, cujas duas moradas de Cazas, etodos osseus pertences, editos trez Escravos diSerão ellas Outorgantes que porvirtude deste Instrumento, enamelhor forma, evia de Direito muito deSuas livres vontades, esem constrangim.to algum detudo fazião plena, pura e irrevogavel doação, emerce gratuita aosito Seu Irmão Feliz Antonio Lisboa Sem onus, encargo, pensão ou condiSão alguma para effeito de nosmesmos bens estabelecer seu Patrimonio para adignidade de Presbitero dohabito de S. Pedro, enapessoa do mesmo doado deboje pª todo osempre sedião etraspaSavão toda aposse jus, dominio, Direito, eSenhorio que nos referidos bens, eseos pertences the aoprezente tinhão para que os logre epossua comoSeos, que são eficão sendo, dosquaes poderá tomar posse Judicial querendo, equer atome quer não ellas Outorgantes lha dão por dada elargada, enelle encorporada pela Clausula constituti eporSuas pessoas prezentes efuturas; eomais bem parado delles seobrigão anão contravirem, nem reclamarem este Instrum.to em tempo algum porsi, nem por outrem, Seos procuradores, herdeiros, etestamenteiros ascendentes, ou descendentes, edamesma forma afazerem esta Doação boa eatirarem aodito apaz, eaSalvo detoda, equalquer duvida, ou embaraço, que sobre ella selhemova: elogo pelo mesmo doado foi dito emprezença das mesmas testemunhas que aceitava aprezente doação naforma emque lheera feita como tambem asobrigaçoens emque se constituirão as Outorgantes, edos ditos bens doados tinha pleno conhecimento edelles Sedava porentregue para ofim denelles estabelecer seu Pa-

trimonio, oque fazia e aceitava muito desua livre vontade eSem constrangim.to depessoas alguma, epor assim ser suas vontades mepedirão que nestas notas lhelançasse oprez.te Instrumtº, enellas lhe estipulase, eaceitase, em como pessoa publica estipulante, eaceitante aqui lhe lancei estipulei, eaceitei emnome delles partes, edequem Mais tocar possão auzente odireito desta que asinarão aRogo daOutorgante Maria da Conceição Lxª José de Abreu Soares pordeclarar não Saber escrever com as testemunhas que prezentes seachavão Antonio Lopes Sobrº eJeronimo Roiz de Macedo todos desta dita Vila, edemim Tabelcão reconhecidas pelos proprios porquem esta lhes foi lida que declararão elles partes estar conforme suas vontades, deque douminha fé: e Eu José Verissimo da Fonseca oescrevi: a rogo da Outorgante Maria da Conceição Lisboa = José deAbreu Soares = Joaquina Francisca Lxª = Magdalena Thereza de Jesus = Felix Antonio Lisboa = Jeronimo Roiz de Macedo. Oqual Instrumtº eu Tabeleão fiz tirar domeu Livro de Notas actual, que sobscrevi, easignei empublico erazo nesta Vª Rica do Ouropreto emdia mez, eanno aoprincipio declarado"... (proc. cit.)

Quanto às obras realizadas por Manuel Francisco Lisboa, as fontes a que se recorreu para apurá-las consistiram principalmente nos manuscritos inéditos dos arquivos de Ordens 3as. e Irmandades da região, assim como nos do Arquivo Público Mineiro. Mas a pequena bibliografia existente, relacionada com a arquitetura em Minas Gerais, forneceu tambem alguns subsidios valiosos.

Entre estes, o primeiro é a informação já citada anteriormente, relativa à Matriz de Antonio Dias, de Vila Rica, cuja "grandeza e soberba arquitetura traçou Manuel Francisco Lisboa irmão daquele Pombal, de 1727 por diante"... "com 12 ou 13 altares e arcos magestosos debaixo dos preceitos de Vignola" (9).

Essa referencia é abonada pelos manuscritos encontrados no arquivo da referida Matriz, pois se entre estes não figura nenhum pagamento pela execução do risco da mesma, verifica-se entretanto da sua leitura que Manuel Francisco Lisboa foi o mestre das obras

---

9) Silva, Joaquim José da, — ob. cit.



O chafariz de Antonio Dias, em Ouro Preto, de que foi arrematante Manuel Francisco Lisboa

da igreja, tal como consta dos apontamentos seguintes extraidos do "Lº deReceyta edespeza da Irmandade N. S. da Conceyção de Vª Rica":

I) — 1733 "P Duzentas oitavas do Custo do Caixão ao Mestre das Obras da Igrª M.el Francº Lxª" (Lº cit., fls. 89 verso).

II) — 1738/39 Recebeu 2 oitavas "Pello feitio dos Coros pª a muzica" (ibidem, fls. 100 verso).

III) — 1739/40 Recebeu 300/8as. pelo forro da sacristia (ibidem, fls. 102).

IV) — 1741/42 Recebeu 1½ oitava "do concerto do Sinno" (ibidem, fls. 106).

Segundo o que se depreende dos lançamentos constantes do referido livro, a construção foi feita a expensas das Irmandades de N. S. da Conceição e do S. S. Sacramento, sendo, porem, esta última que tomou todas as iniciativas para aquele efeito e, consequentemente, por seu intermedio é que foram ocorridos quasi todos os pagamentos da obra. E' natural que em tais condições os assentamentos acima não especifiquem todos os pagamentos feitos a Manuel Francisco Lisboa, correspondendo apenas, como correspondeu, a despesas eventuais custeadas pela Irmandade de N. S. da Conceição.

Alem da Matriz de Antonio Dias, a outro monumento importante de Ouro Preto está ligado o nome de Manuel Francisco Lisboa: o Palacio dos Governadores, em cujo edificio funciona atualmente a Escola de Minas.

Em verdade, a 14 de junho de 1741, contratou Manuel Francisco por 4.000 cruzados a construção do Palacio, que fora projetado por José Fernandes Pinto Alpoim. A referida construção devia ser de pedra e cal, como se faziam algumas, e não de pau a pique ou pedra e barro. As especificações do contrato podem ser lidas na Revista do Arquivo Público Mineiro, vol. VI, p. 570. Foi ele ainda que

executou, no mesmo Palacio, a obra dos baluartes, pelą importancia de 3.000 cruzados (Rev. cit., p. 590 e seguintes).

A seguir, em 13 de julho de 1745, arrematou, por 60.000 cruzados, a construção da Casa da Câmara e Cadeia de Vila Rica, segundo o projeto do mesmo Alpoim já referido acima, não sendo, porem, a obra executada (10).

Nesse mesmo ano, segundo o que se verifica de um lançamento constante do livro subsidiario de registro da despesa da Irmandade do S. S. Sacramento, de Catas Altas, Manuel Francisco Lisboa alí esteve afim de solucionar uma questão levantada pela aludida Irmandade e que dizia respeito às obras de talha do altar de São Miguel da Matriz local, projetado por Francisco Antonio e executado pelo entalhador Domingos Marques.

Esse lançamento constante do referido livro, a fls. 62, ano de 1745 para o de 1746, diz o seguinte:

"Pello que se deu o lovado M.^{el} Franc^{o} Lisboa quando veio e mais Franc^{o} Branco Desidir as duvidas que moveu a Irmandade do S. S. Sacramt^{o} — 20".

Não foi essa, porem, a única vez que Manuel Francisco esteve em Catas Altas. Em 1755 volta alí novamente afim de avaliar o resto da obra de talha da capela mor daquela mesma matriz, ajustada com Francisco de Faria Xavier, em virtude de ter falecido o primeiro contratante, Manuel Gonçalves Valente, sem a haver terminado (11).

A 11 de outubro desse mesmo ano, Manuel Francisco Lisboa arrematou a obra da Ponte de Antonio Dias, de Vila Rica, que, entretanto, não executou por ter transferido o contrato a Antonio da Silva Herdeiro (12).

---

10) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol. XIX, p. 300, onde se faz referencia ao contrato em 29 parágrafos.

11) *Livro das "Promessas e eleições dos Irmãos da Irmandade do S^{mo}. Sacramt^{o}. da Freg.^{a} de Catas Altas"*, fls. 87.

12) Carvalho, Feu de, — *Pontes e Chafarizes*, Belo Horizonte, s/d.

Já em 1756, encontramo-lo juntamente com Antonio da Silva *Herdeiro, ambos como louvados nas obras da igreja do Rosario da*quela cidade (13).

E' ainda o Vereador 2.º da Câmara de Mariana que nos informa ser de Manuel Francisco Lisboa o risco da Matriz de Caeté, datada de 1757, cujas obras foram contratadas com Antonio Gonçalves Barcarena ou Antonio da Silva Bracarena (14).

Diogo de Vasconcelos afirma que "o plano da Matriz foi trazido de Portugal pelo seu vigario Henrique Pereira" e aquí "conferido com o inolvidavel arquiteto Manuel Francisco Lisboa". Todavia, o ilustre autor da *Historia Antiga das Minas Greais* não indica a fonte de que extraiu essa informação, parecendo-nos portanto que, à falta de prova em contrario, deverá ser aceita a versão do Vereador, que atribue a Manuel Francisco o risco original da obra, uma vez que se trata de asserção de escritor setecentista.

Se já não se tivesse encontrado prova cabal de que Manuel Francisco Lisboa foi com efeito arquiteto, autor de projetos de obras notaveis, as pesquisas realizadas recentemente pelo Dr. Salomão de Vasconcelos (15) teriam dissipado quaisquer dúvidas a esse respeito: graças ao trabalho desse distinto investigador, verificou-se que realmente o pai do Aleijadinho é o autor dos riscos, executados em 1757, da Ponte de Itaubira e do Chafariz do Padre Faria do Alto da Cruz, tal como consta do livro n. 69 de Atas da Câmara de Vila Rica, existente no Arquivo Público Mineiro.

A atividade de Manuel Francisco Lisboa dotou ainda Vila Rica de outras obras importantes, que até hoje enriquecem o seu patrimonio artístico: tais são os chafarizes ao pé da ponte de Antonio Dias e o do Pissarrão, ambos por ele arrematados, em 1758, pela importancia de 1:060$000 (16).

Em 1760 é que, como já se adiantou, aparece Manuel Francisco Lisboa na qualidade de orientador das obras da Sé de Mariana, por

---

13) Vasconcelos, Salomão de — *Historia Colonial — Mariana de Outrora* — inédito.
14) Carvalho, Feu de — *O Aleijadinho,* Belo Horizonte, 1934.
15) Vide art. cit. nesta Revista, pg.
16) Carvalho, Feu de, — *Pontes e Chafarizes,* Belo Horizonte, s/d.

incumbencia especial do governador Gomes Freire de Andrade, segundo o documento abaixo transcrito:

"Mestre das obras, Manoel Franc° Lisboa vendo os apontamentos que lhe aprezentar o thezoureiro da Fazenda Real para as obras que Seande fazer na Sé daCidade de Marianna, declare comdestinção, eclareza, aforma, econdiçoens comque devem ser rematadas, efeitas asditas obras pertencentes ao offico deCarpinteiro, como tambem as de Pedreiro Seouver, equanto poderão custar: deSorte que fiquem as ditas obras comtodo onecessario, eSem Superfluidade alguma, emcdará a Sua resposta porescrito. Villa Rica a 5 de Fevr° de 1760. Com a rubrica do Sr. Gov.°r Pos data. Declaro que omesmo Thezor° mandará fazer apontamentos para asobras de Pintura" (17).

Corresponde tambem ao período do governo de Gomes Freire de Andrade a primeira casa de misericordia de Vila Rica, que teve o seu hospital proprio no local onde está hoje o Forum de Ouro Preto (18). Esse edificio foi "ideiado por Manuel Francisco Lisboa com ar jonico", segundo a expressão do Vereador em sua já tão citada memoria.

Finalmente, logo que as Ordens 3as. locais resolveram edificar seus belos templos definitivos, que vieram dar um aspeto novo à fisionomia da cidade, o nome de Manuel Francisco Lisboa aparece ainda ligado a um dos mais importantes desses monumentos: a igreja de N. S. do Carmo, de Vila Rica, cujo projeto, por ele elaborado, foi aceito pela mesa Administrativa da Ordem, em 9 de agosto de 1766, como se verifica do termo a fls. 107 do Livro I° de deliberações da mesma ordem:

"Termo de Aceytação que fez a Meza do Risco p^{a} a nova Capela"

"Aos nove dias do mez de Agosto de mil e setecentos secenta e seis annos, estando juntos em Meza o Irmão Suprior, com vezes de

---

17) Códice n. 118 R. O., pg. 30, do Arquivo Público Mineiro, copiado pelo Dr. Salomão de Vasconcelos.

18) Vasconcelos, Diogo de, — *As Obras de Arte* —, in *Bi-centenario de Ouro Preto,* 1711-1911, Belo Horizonte.



Aspeto interior da Sé de Mariana

Prior, e mais irmãos abayxo assinados com o Rdº Pe. comissrº, ahi aparesseu presente Mel. Fco. Lxª com o risco pª a nova obra da Capella q.ᵉ está detreminado fazer-se, e sendo aprezentado, e visto por todos uniformemente, o aceytarão, e aprovarão, ordemnando se pagasse ao dº Lxª cincoenta oitavas de ouro,preço em q.ᵉ oppos com atenção a ser pª esta veneravel ordem de que elle era Irmão e que por isso se contentava com a dª q.ᵗⁱᵃ, suposto não equiparava ao trabalho q.ᵉ com elle tivera, e ordenarão ao Irmão Thezrº satisfizece a dª quantia, e se fixassem Editaes pª se por em praça a obra pelo mesmo risco, e na forma das condições q.ᵉ pª isso se havião feyto: e de tudo mandarão lavrar este trº que assinarão, Manoel Frcº Paradella Secretº que o fiz escrever e sob: escrevi e assignei".

Esse projeto, elaborado um ano apenas antes de sua morte e que terá sido provavelmente o seu derradeiro trabalho, sofreu varias alterações como se verificou dos estudos empreendidos pelo Dr. Francisco Antonio Lopes, no arquivo da Ordem.

Mas, quaisquer que tenham sido essas alterações, não poderão tirar a Manuel Francisco Lisboa o mérito da autoria do risco daquele monumento. E, em verdade, nenhum outro serviço teria encerrado melhor sua longa carreira em Minas Gerais (1).

JUDITE MARTINS

---

1) Já se achava composto o presente trabalho quando se verificou ter passado despercebido mais uma indicação interessante relativa a Manuel Francisco Lisboa: — a concessão que lhe fora feita por Gomes Freire de Andrade, em 23 de julho de 1748, de uma sesmaria na "Paraupeba da Boa Morte, Tr.º da V.ª de São José Comᶜᵃ. do Rio das Mortes' '(Revista do Arquivo Público Mineiro, ano 1911, vol. XVI, pág. 215).
Tambem foi encontrado, à última hora, pelo Snr. Manuel de Paiva Junior, o testamento do Capitão José Gomes da Rocha, no qual, pelo codicilo de 10 de janeiro de 1760, deixa ao seu compadre Manuel Francisco Lisboa a importancia de 100$000. E' curioso observar-se que se encontra no mesmo codicilo referencia a um crime de morte ocorrido "na Rossa de Manuel Francisco Lisboa". (L.º 1.º dos Testamentos dos Irmãos 3ºˢ. da Penitencia, fls. 8 a 12).

A PINTURA DO GUARDA-MOR JOSE' SOARES DE ARAUJO EM DIAMANTINA

E' o espanhol Eugenio d'Ors — criador admiravel daquilo que se poderá chamar uma nova teoria do barroco — quem declara que através de Portugal é que se explica a arte espanhola. "De Portugal, com efeito — adianta ele — provem a metade do sentido secreto de nossa historia espiritual." E vai mais alem: "De toda a historia européia, provavelmente". E' verdade que é ainda ele quem salienta o fato de poder-se afirmar que a pintura portuguesa desaparece, a partir de 1640, para só reaparecer com o advento da época contemporanea, "jusqu'à l'entrée en scène de la génération de nos parents".

Do ponto de vista pictórico, portanto, a influencia lusitana, exercida diretamente nas gentes da colonia do Brasil, está infelizmente compreendida nessa época, senão de decadencia, pelo menos de estagnação e de falta de força criadora. E'poca em que, segundo José de Figueiredo, os nomes que figuram na vida artística portuguesa são todos nomes estrangeiros; época sem mais aquele sentido de exageros nacionalistas em relação à arte, e graças ao qual se acabaria por criar o estilo manuelino, quasi precursor do barroco. Mas do barroco, esclareça-se quanto antes por amor à teoria de d'Ors, não como uma constante na historia da arte e sim como um simples movimento artístico de procedencia italiana.

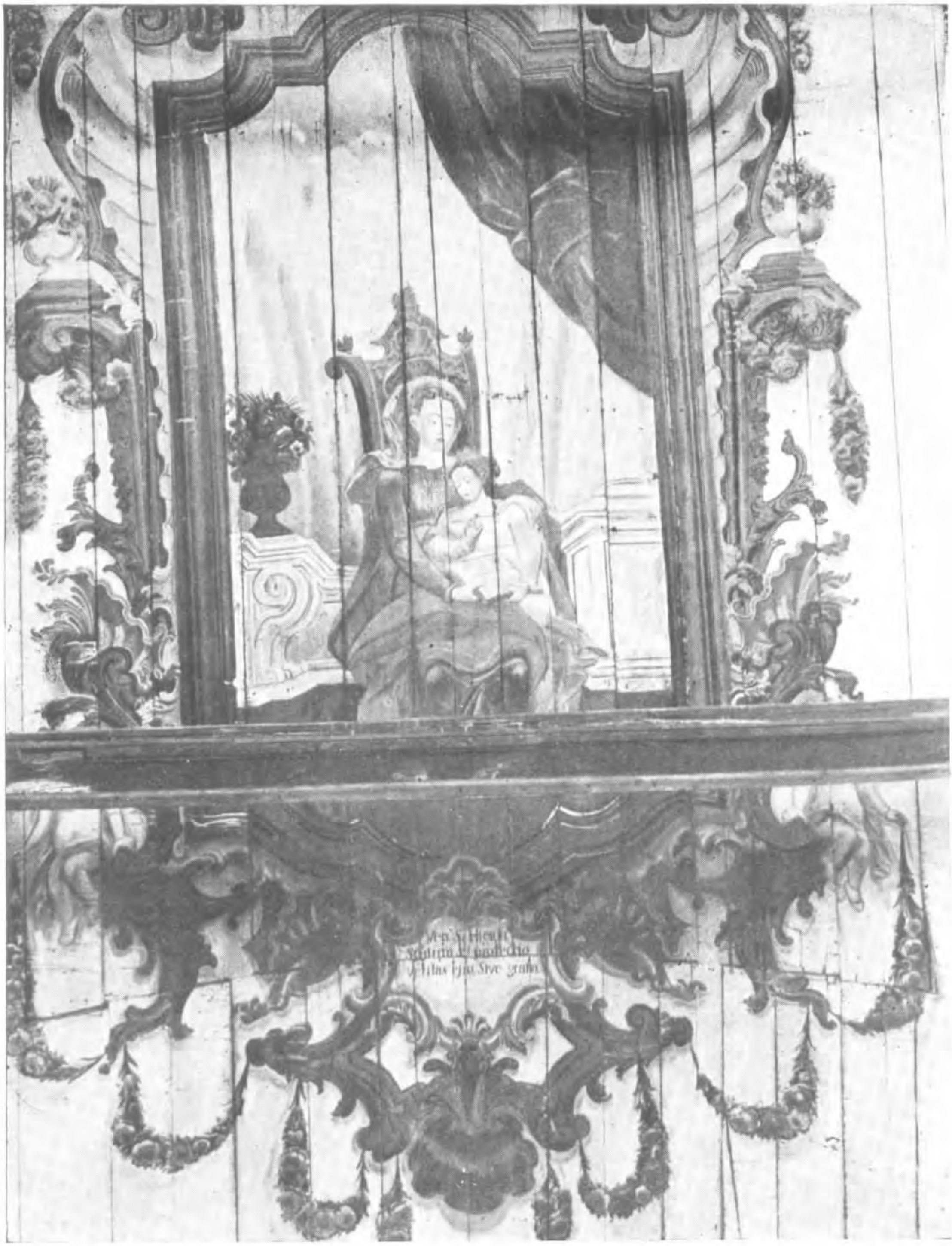
A pintura nas velhas igrejas do Brasil, de que Minas Gerais do século XVIII é o exemplo talvez mais vivo e sugestivo, pode muito

bem ser apontada como o reflexo longínquo dessa pintura portuguesa já desprovida de qualquer impulso criador. Realmente, não foram o gosto, nem a orientação, nem mesmo o estilo de um Nuno Gonçalves, de um Francisco Henriques ou de um Domingo Barbosa, por exemplo, de tanta influencia os dois primeiros sobre a pintura espanhola e italiana, ou a influencia e o gosto de quaisquer outros depois deles, que chegaram até nós. Através de Portugal, que já então desempenhava o papel de entreposto secundario no mercado artístico estrangeiro, o que nos chegou, de acordo com a tendencia artística de cada época, foi o gosto espanhol (Murilo, sobretudo); foi o gosto italiano (Caravaggio, Cortona); foi o gosto francês (o seu maneirismo e o rococó), para citarmos apenas os que nos parecem mais flagrantes, convindo acentuar que essas influencias não elevariam nunca a nossa arte ao mesmo nivel da européia, a portuguesa inclusive. De Portugal, como herança direta, chegariam até nós o pendor pelo colorido vivo e berrante, fato que corresponderia singularmente às tendencias das três raças que aquí se misturavam, e certa predileção pelas formas tectônicas, de efeitos construtivos, espécie de transplantação, à pintura, do gênero em que a velha metrópole ainda era forte: a arquitetura. Verificou-se, aí, o fenômeno para o qual o mesmo Eugenio d'Ors empregou, em sentido geral, a sua fórmula de "gravitação" das artes. No caso particular do Brasil aventuramo-nos a sugerir uma outra: a de "concentração".

Com efeito, interrompido o impulso criador (relativamente à pintura), cuja origem se poderá fixar no século XV, com Nuno Gonçalves (1450—1480); e sendo Portugal um país "mais de arquitetos e de pintores que de escultores", como observa Reinaldo dos Santos, toda a sua atividade artística se concentra na arquitetura. Na colonia aparecem-lhe elementos novos para esse ramo da arte, ramo eminentemente funcional: condições de vida; clima; material; tipo de economia. E como toda expressão de arte funcional exclue, por força mesmo da sua propria natureza, o velho conceito de arte pela arte, nada mais natural que Portugal, na colonia, sem nenhum estímulo exterior de luta religiosa ou política que lhe alvoroçasse a veia criadora (fato ocorrido em outros paises europeus) — nada mais natural que se deixasse arrastar sem vagares para luxos artís-



Pintura do forro da nave da igreja de Sant'Ana — Inhai, Diamantina



Formenor da pintura do forro da nave da igreja de Sant'Ana de Inhai

ticos, para transbordamentos plásticos. Daí a arquitetura barroca que surgiu no Brasil ("estilo colonial"), sobria, simploria, desataviada, e que se tornaria mais tipicamente brasileira com a construção de algumas das igrejas de Minas do século XVIII (S. João del Rei, Mariana e, principalmente, Ouro Preto), graças sobretudo ao concurso do genio criador de Antonio Francisco Lisboa. Não foi, pois, um fenômeno de pura "gravitação", isto é, na série das artes — música, poesia, pintura, escultura, arquitetura — nenhuma adquiriu qualidades específicas da outra, mas as duas mais importantes no Brasil, a pintura e a escultura, é que se concentraram na arquitetura. Porque o que o longo período colonial produziu de forte e de certa originalidade foi sem dúvida a arquitetura e a escultura arquitetural do Aleijadinho. A pintura foi sempre toda ela de valor reflexivo e de procedencia varia, sem outra nota particular do gosto português ou do nativo alem da predileção pelo colorido berrante e pelas formas arquitetônicas, como já insinuamos.

A existencia de um pintor português no Brasil, em pleno século XVIII — o Guarda-Mor José Soares de Araujo — pintando e decorando igrejas, como revelaram as pesquisas iniciadas pelo Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional, e de que este artigo é ainda uma continuação, constituirá sempre um fato de grande importancia para o estudo da pintura no período colonial. Um pintor português no Brasil daquela época deveria representar para o espírito de emulação, que era o nosso, naturalmente, o modelo próximo, o exemplo imediato e direto da fonte comum: a metrópole. Através dele, entretanto, o reino não trouxe para a colonia, e não havia trazido antes, nenhuma particularidade de sabor puramente lusitano, nenhum traço novo e fundamental para a pintura nativa que devesse tambem, a seu modo e com o tempo, adquirir características de diferenciação colonial, como sucedeu com a escultura e principalmente com a arquitetura. José Soares de Araujo, pintando as igrejas do Carmo, do Rosario, de S. Francisco e, talvez, a do Bomfim, em Diamantina, e ainda a de Sant'Ana, em Inhaí, distrito desse mesmo municipio, reproduziu apenas as mesmas regras, seguiu as mesmas disposições barrocas que já se guardavam aquí, antes e

durante o seu tempo. Nem ao menos exerceu influencia nos pintores de Diamantina, seus contemporaneos e inferiores a ele, como artistas, e que tambem pintaram igrejas: Manuel Alves Passos, pintor da igreja das Mercês, e Silvestre Lopes de Almeida, pintor da igreja do Amparo. E nenhum outro, de regiões mais afastadas, dos que temos noticia, trai a mais leve influencia do Guarda-Mor.

O interesse da sua pintura, por consequencia, como o da de todos os pintores daqueles tempos, repousa naquela parte que constitue "a arte do artista", a sua maneira individual, o seu estílo, enfim, mas dentro de uma orientação comum e aquí geralmente adotada.

Em 1766, como revelaram as pesquisas realizadas pelo escritor Aires da Mata Machado Filho, José Soares ajustava a pintura da Capela Mor da igreja do Carmo, em Diamantina. Posteriormente, em 1778, encarregava-se da pintura do corpo da mesma igreja. Pelo termo em que se estabelecem as condições desse último ajuste, orientado sem dúvida pelo proprio pintor, como é natural concluir-se das descrições técnicas, pode-se notar o pendor pelas formas arquitetônicas propositadamente acentuadas: "... de Baixo do coro sera Pintura de ornato em prespectiva; o tetto do corpo da Igreja todo fixado de Alquitetura com prespectiva com ornatos e figuras em os lugares competentes", etc.

A perspectiva, tão importante para os efeitos construtivos na arte erudita, já era objeto da preocupação dos que em Portugal, mais ou menos nessa época, cuidavam de pintura. Filipe Nunes justifica no "Prologo aos pintores", prólogo do seu livro "Arte de Pintura, Symmetria, e Perspectiva", espécie de manual dos pintores, editado em Lisboa em 1767, o motivo por que o publicava: "Moveo-me a isto ver a falta, que ha de quem trate esta materia..." Materia para os aprendizes. "Para os mestres podem servir os principios da Perspectiva, por serem tão importantes para o bom uso della, e juntamente a Symmetria, de que ha tanta falta nos liniamentos, que ainda Pintores, que sabem muito bem colorir, os não sabem, donde vem haver tantas imperfeiçoens nas figuras."

O Guarda-Mor trouxe de Portugal esse mesmo capricho pela



Outro pormenor da mesma pintura



Pintura do forro da capela-mor da igreja de Sant'Ana — Inhai, Diamantina

simetria e pela perspectiva, como quem se defendesse da acusação que pairava indistintamente sobre os pintores portugueses, segundo a advertencia de Filipe Nunes. E exagerou-se até no cuidado pelas linhas, pela perspectiva, em detrimento da cor. A sua pintura é daquelas que parecem tomar um partido claro e determinado na eterna luta por uma definição, como se pretendesse afirmar objetivamente: pintura é traço, é desenho. E a cor, um pretexto. O motivo é que talvez estivesse mais de acordo com um sentimento interior mais profundo, dada a religiosidade, o fervor católico do artista, de que é testemunha o seu testamento: "... pois como verdadeiro catolico protesto viver e morrer na Santa fé Catolica Romana, e crer como firme e fielmente creio tudo quanto cre tem e nos ensina a Santa Igreja de Roma e nesta fé espero salvar-me não pellos meus merecementos mais pellos da Santissima paexam e morte do mesmo unegenito filho de Deus." E nem seria justo julgar-se pequena a sua fé, opondo-se a sua pintura àquele principio de Renascença que insinua ser "o trabalho de arte um ato de fé", somente porque o seu é fraco em relação às expressões fisionômicas. Expressões fisionômicas que pressupõem, no caso particular da pintura sacra, a revelação de quem realmente crê, de quem quasi sente os fenômenos de natureza mística. De qualquer sorte, porem, a fisionomia dos seus santos, das suas grandes figuras da igreja, é sempre a mesma, impassivel, carrancuda e quasi indistinta, quer se trate de Santo Elias, de S. Borcardo, confessor da ordem; de S. André Corsino ou de S. Alberto, patriarca de Jerusalem. Nenhum arroubo místico, nenhuma contração, nenhuma atitude menos natural que revelasse o estado anímico especial em criaturas tocadas de sobrenaturalidade.

Manuel da Costa Ataide — a nosso ver pintor mais importante do que o Guarda-Mor — costumava tambem reproduzir fisionomias sempre parecidas, para figurar as pessoas mais diversas, como assinalamos em trabalho anterior, publicado nesta revista. Diogo de Vasconcelos atribuiu-lhe o hábito de tomar-se a si proprio como modelo das figuras de S. Francisco de Assiz que pintou. Do mesmo modo o Guarda-Mor, pela insistencia em alguns detalhes, pela uniformidade dos traços e, particularmente, por um certo ricto nos labios

das figuras dos seus santos e santas, é bem possivel que se tivesse servido de um modelo único, ou que tivesse sempre em mente uma figura única. Terá sido ele mesmo o modelo? Certamente, poderia afirmar quem se aventurasse a interpretações freudianas.

Toda a sua pintura, aliás, se ressente dessa uniformidade e de um certo nivel igualitario. Nem mesmo as figuras das santas, recobertas de mantos mais vistosos, ou as cenas que exigiam, em virtude mesmo do motivo, colorido mais vivo e vibrante, perturbaram a serenidade do ambiente calmo e de penumbra constituido por toda a vasta decoração. A pintura de José Soares, disfarçando as linhas curvas, os arredondados, vivos e dinâmicos demais para um gosto tão recatado e tão simples, dá sempre a idéia de ter sido toda feita em linhas retas, simétricas, símbolo mesmo de repouso e de tranquilidade. E faz lembrar, na sua discrição, a ponto de parecer monocrômica, quando é variegada, as palavras de Weisbach ao procurar caracterizar a escultura andaluza de um dado instante do século XVII: "Em lugar de gesticulações violentas, cultiva-se o momento expressivo do silencio". E não é outra cousa a sua pintura, notadamente a da igreja do Carmo, senão um culto ao silencio e ao recolhimento.

No trabalho anterior a que já aludimos, publicado no número 3 desta revista, dizíamos que "a pintura da capela mor (da igreja do Carmo), em sentido geral idêntica à da nave, variando apenas na composição central, N. S. do Carmo, quasi sem destaque, em vista do colorido sempre escuro, tinha uma particularidade que não se encontrava em nenhuma outra de pintor diferente: o dourado, figurando como cor". E acrescentávamos "que talvez isso explicasse em parte o penumbrismo do colorido: necessidade de fazer fundo ao ouro claro e luminoso". Já agora, com a descoberta de mais uma pintura do Guarda-Mor, a da igrejinha de Sant'Ana, em Inhaí, se pode notar que o emprego das cores escuras era pura questão de gosto. Realmente, quanto mais escura a tonalidade, como no caso da igreja do Carmo, tanto maior realce do ouro, empregado como cor. Mas naqueles em que não havia essa necessidade, mesmo assim José Soares conservou-se fiel à sua predileção. A pintura da pequena igreja de Sant'Ana é de todas a mais clara, mas sempre envolvida



Figura de S. Alberto Patriarca. Igreja da Ordem 3.ª do Carmo. Diamantina



Figura de S. Borcardo Confessor. Igreja da Ordem 3.ª do Carmo. Diamantina

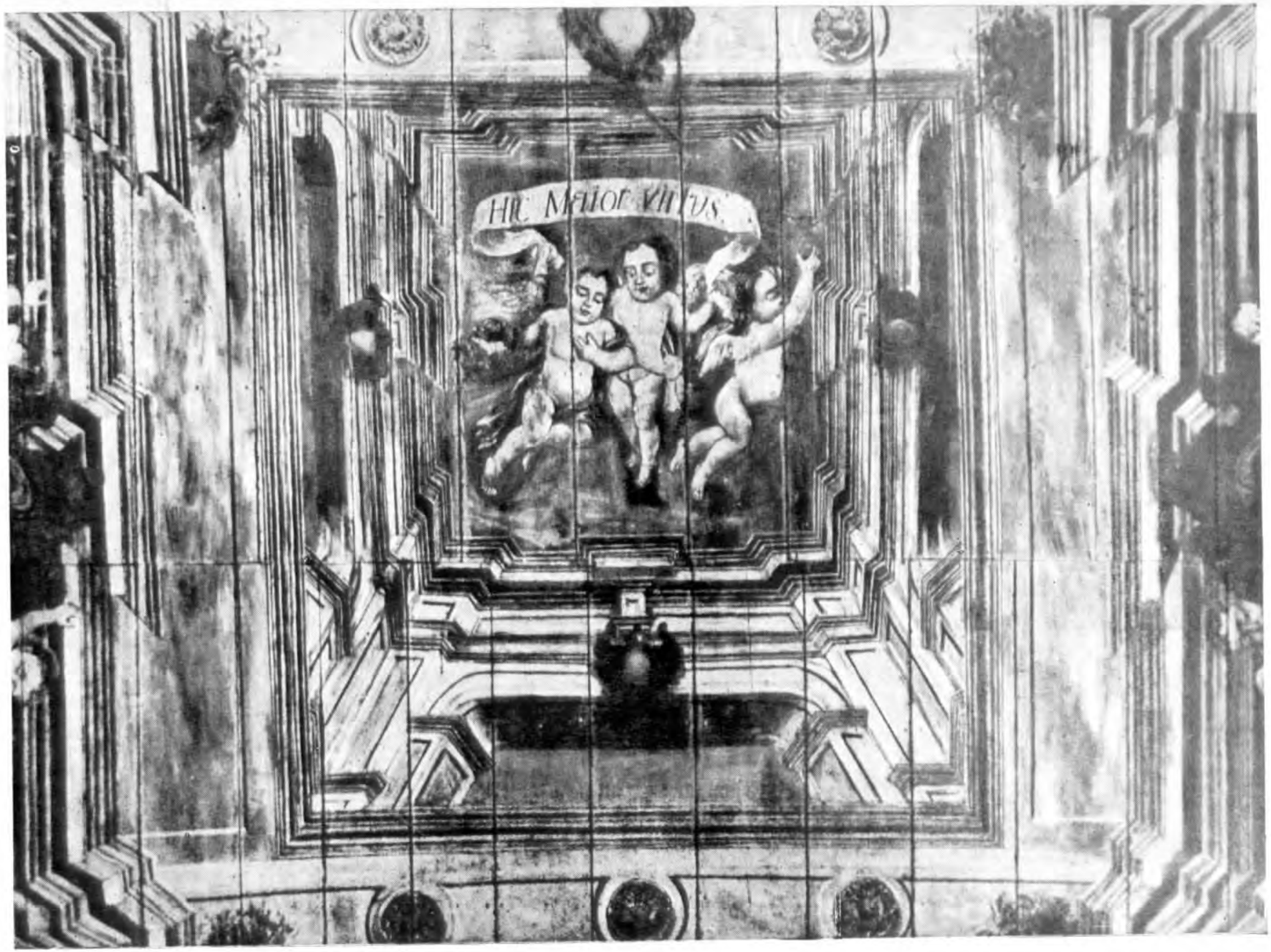
de tons cinza, como a disfarçar a festa das cores. O pintor português não se aproveitou, para efeitos de contrastes, das manchas brancas do teto, como o pintor da igreja do Carmo, em Sabará — Joaquim Gonçalves da Rocha — admiravel nesse jogo de formas especiais com os cheios das decorações. Delas não se aproveitou nem mesmo quando, pela pobreza das irmandades, a pintura teve que ser feita parcialmente ou destacada no centro dos forros. Qualquer tonalidade mais clara, qualquer jogo de luz menos brando deveria representar uma alegria excessiva para uma pintura que certamente se prezava de ser triste.

Em certo sentido, o estilo de "formes qui s'envolent", que se entrelaçam, cruzam-se, interferem-se, desdobram-se, dinâmicas e ativas, inquietas e alegres, era quasi um contraste para uma vocação tão acentuada pelas "formes qui pesent", serenas e passivas como a simetria, como as linhas, como o colorido discreto do Guarda-Mor José Soares de Araujo. E' bem possivel não erremos admitindo que o estilo barroco não fosse o mais adequado à natureza desse pintor, e sim uma imposição do tempo. Desse estilo ele terá aprendido as regras, as características mais comuns, a que obedeceu, sem dúvida, mas nunca sentiu ou compreendeu os seus transbordamentos, que iam do luxo cromático ao dinamismo das formas; do irracional ao naturalismo exagerado; do êxtase ao erotismo. E como representar a santos — em tronos, em festas celestiais, em transfigurações — implicava em sentir e interpretar, pelas atitudes, pela força da expressão fisionômica, estados anímicos especiais, ele foi muito pouco figurista, evitou quanto pôde as formas abstratas e preferiu a ornamentação naturalista, facilmente compreensivel: balcões, nichos, entablamentos, cartelas, guirlandas. Suas poucas figuras são bem desenhadas, as da igreja de Inhaí salientando-se entre as demais, mas sempre inexpressivas e paradas, porque ao Guarda-Mor faltou força de interpretação psicológica. O interesse maior da sua pintura está precisamente nas ornamentações, em que mais insistiu e melhor se exprimiu. E é assinalavel que tivesse trazido para Minas (e talvez para o Brasil inteiro) o "estilo de aplicações", ao qual Werner Weisbach chama variedade do churrigueresco, apesar de reconhecer a sua procedencia árabe. Na igreja do Carmo, mais do que

em qualquer outra onde pintou, veem-se altar-mor, orgão, arco cruzeiro, púlpito, cimalha, todos ornados de incrustações ou aplicações douradas, curiosas pelos seus desenhos mixtos: flores naturais, estilizadas, e formas abstratas.

A gravidade de toda a decoração do pintor lusitano, mais acentuada ainda na igreja do Carmo e do Rosario, tenta-nos a imaginar que procede de um artista tambem grave, recolhido e tristonho, com quem a vida de solteiro, reta e simétrica, em termos de pintura, condizia bem melhor do que o dinamismo da familia. E ele chega a ser enfático, quando declara o seu estado civil, como se essa declaração tivesse um alcance mais profundo e mais íntimo: "Declaro que nunca fui cazado e sempre vivi solteiro e não tenho filho, nem filha..."

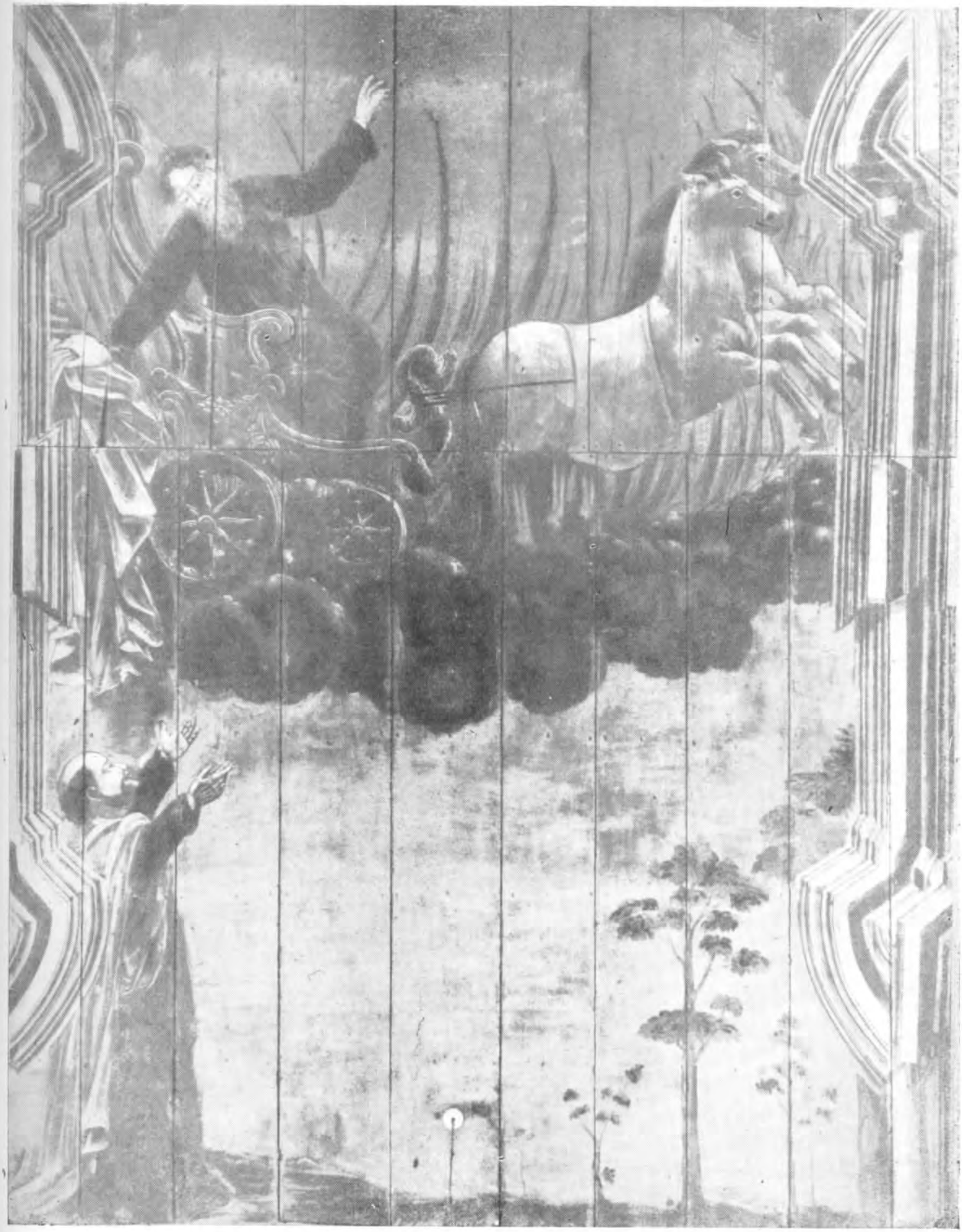
As suas disposições testamentarias, aliás, modificadas num ou noutro detalhe por um codicilo, apenas quatro dias antes da sua morte (José Soares morreu no dia 18 de setembro de 1799), são todas a expressão de uma vontade firme, retilinea, da qual nem a proximidade da morte arredou a convicção de que tudo na vida, e não somente na arte, devia estar "em os lugares competentes". E é lamentavel que nesse documento, alem de revelar a sua filiação e procedencia; de referir-se às mil missas que queria se celebrassem por sua alma na freguesia de S. Vitor, ou na de N. Senhora a Branca, na cidade de Braga, onde nasceu; de dispor sobre as quantias que legava a parentes, nada mais acrescente em relação à sua terra, a velha *Brachara Augusta*, de onde não sabemos em que condições, com que idade teria vindo. Pode-se concluir, porem, pelo gosto erudito de seus trabalhos e pelas características que os tornam inconfundiveis no meio de tanta pintura antiga nas terras de Minas, que o Guarda-Mor trouxe de sua terra os conhecimentos que nos deixou. Teria sido a sua pintura, arquitetural, geométrica, rígida na perspetiva, influenciada pela paisagem monumental de Braga ? Talvez haja influencia das Capela de Na. Sa. da Gloria (séc. XIV), da de Na. Sa. da Conceição ou "dos Coimbras" (séc. XVI), ou da Igreja mozárabe de S. Frutuoso, da da Misericordia (séc. XVI). Do estilo barroco é que o pintor português teria pouco a contemplar na sua terra, como obra de valor, porque não alcançaria mais as reformas da mo-



Pormenor da Pintura da igreja da Ordem 3.ª do Carmo. Diamantina

numental igreja do Santuario do Bom-Jesus do Monte. E a pintura que teria podido impressioná-lo seria a mural, na mesma capela de Na. Sa. da Gloria, a velhíssima pintura mudejar do século XIV. Tudo anterior à sua forma, mas talvez de acordo com o seu gosto.

LUIS JARDIM



Santo Elias arrebatado ao céo, Igreja da Ordem 3.ª do Carmo. Diamantina

VALOR ARTÍSTICO E VALOR HISTÓRICO: IMPORTANTE PROBLEMA DA HISTORIA DA ARTE

O PROBLEMA da distinção entre as diversas categorias de valores relativos à obra de arte não é recente. Mas só há muito pouco tempo foi ele colocado com toda a necessaria precisão, e mais recentes ainda são as tentativas empreendidas por um pequeno número de historiadores e teoristas da arte para dar solução científica a esse dificil problema.

Entre os múltiplos aspetos que oferece, no dominio da arte, o problema dos criterios de julgamento, a questão da distinção entre o valor artístico e o valor histórico ocupa um lugar particularmente importante.

A bem dizer esse aspeto particular do problema geral do valor se impõe desde o momento em que se coloca o proprio problema da historia da arte. Ou mais exatamente: o problema dos valores foi proposto desde o momento em que a historia da arte se esforçou por passar "do estado embrionario de uma ciencia moral, que ainda hoje não sabe distinguir entre uma emoção subjetiva e um método científico", ao rol de ciencia pretendente ao mesmo título que a ciencia da historia ou uma das ciencias exatas.

Mas, logo que esse problema fundamental foi percebido, houve que reconhecer tambem o fato da historia da arte, por si mesma, ser incapaz de resolvê-lo.

Isto nada tem de surprcendente.

Pois, assim como não cabe ao físico "justificar" a ciencia da física, — e o assunto das suas pesquisas não é a propria física e sim, por exemplo, fenômenos óticos ou elétricos, do mesmo modo que o assunto da filologia não é a filologia mas, por exemplo, a questão da transformação dos prefixos, — assim tambem se pode dizer: ao historiador da arte não cabe decidir o que é a historia ou o que é o fenômeno artístico.

E para adiantar o resultado obtido até aquí: chegou-se, de fato, à verificação aparentemente paradoxal de que o historiador da arte não trata do fenômeno artístico em si mesmo. Por conseguinte o historiador da arte não está, tão pouco, habilitado a emitir julgamentos de valor. Entretanto: é possivel uma historia da arte sem julgamentos de valor?

Foi precisamente essa situação paradoxal da historia da arte — situação proveniente em primeiro lugar da falta de um método científico — o que convenceu aos mais adiantados e mais sinceros historiadores da arte da necessidade de remediar a esse estado de coisas. E, como o problema proposto é antes de tudo um problema de método, diversos sabios enfrentaram a questão da revisão das bases metodológicas da historia da arte.

Até aquí, parece-nos, podem-se distinguir dois grupos entre os sabios que trabalham para a solução do problema. O primeiro acredita poder chegar à solução modificando a aplicação dos métodos empregados até agora mas conservando os seus fundamentos. O segundo grupo, ao contrario, sustenta que só um novo método permitiria chegar à solução dos problemas que levantam, a um tempo, a teoria e a historia da arte. O problema do valor, e mais particularmente o problema da distinção entre o valor artístico e o histórico e dos criterios que servem para justificar essas duas categorias de julgamento, se encontra no centro mesmo da grande discussão metodológica a que atualmente assistimos

Ouçamos alguns autores competentes:

"Le problème scientifique d'une théorie de l'art n'est que l'expression la plus abstraite du rapport existant entre la dépendance et l'autonomie relatives de l'art. Mais tout essai dans cette direction rencontre des difficultés dûes à l'insuffisance d'analyse, voire à

l'insuffisante volonté d'analyse, ce qui nous montre la jeunesse de la méthode scientifique (en opposition à la vieillesse des spéculations philosophiques). Car, si tout profane possède une image, même confuse, de la différence entre sensations naturelles et sciences naturelles, ce sont précisément aujourd'hui les érudits que repoussent une méthode traitant l'art d'une façon exacte et abstraite. Ceci sous le prétexte que l'art est tantôt plus concret, étant le produit de la connaissance humaine, tantôt plus irrationnel, étant le produit du "logos" humain, tantôt plus complexe, étant le produit de l'individu, que les objets de la nature soumis à la méthode mathématique. Cependant, pour saisir la partie des faits que concerne l'indépendance relative de l'art, ce qui est avant tout nécessaire, c'est une science de l'art qui, tout en ne pouvant, au début, être soumise aux mêmes rigueurs de déductions que les sciences exactes, utilise néanmoins leur méthode... Il va de soi qu'une telle science aura des liens étroits et multiples avec l'histoire de l'art et la sociologie de l'art... Science de l'art, histoire de l'art et critique de l'art — si différentes qu'elles soient comme science de l'essence de l'evolution e de la valeur — ont ceci de commun (en opposition à toute sociologie empirique de l'art) qu'elles isolent leur sujet jusqu'à un état de pureté abstraite et qu'elles cherchent leur fondement en soi d'une façon immanente. La sociologie de l'art, par contre, est fondée sur une base matérielle extérieure à l'art, par laquelle on peut expliquer la particularité concrète de chaque oeuvre, les actions réciproques entre toutes les idéologies et la réaction de l'art sur cette base. Les relations mutuelles de ces deux groupes de sciences expriment le rapport existant entre l'autonomie relative du domaine de l'art et sa dépendance à l'égard des faits fondamentaux de la vie sociale." (M. Raphael: "Trois études sur la sociologie de l'art". Paris. s. d. Editions Excelsior, ps. 134 e 139).

"La façon dont on enseigne l'histoire de l'art dans deux Universités peut donner l'impression qu'il s'agit de deux disciplines différentes. D'ou provient donc cette totale absence d'unité, ce chaos méthodologique que l'on constate en histoire de l'art en dehors du domaine muséographique? La réponse est facile. Le progrés réalisé dans la publication des documents et dans leur commentaire

philologique disparait dès qu'il s'agit d'exprimer un jugement sur un artiste ou sur une oeuvre d'art. Ce que pis est, c'est que l'on n'a même pas conscience de la nécessité de ce jugement. Bien mieux: la véritable cause de ce manque de progrés est précisément cette absence de conscience parce que la première condition pour arriver à un progrés, c'est de le vouloir.

"Si vous dites à un professeur d'histoire de l'art que ses leçons ne comportent aucun jugement de valeur, il sera blessé. Mais si vous lui démandez quels sont les critères de ses jugements, il vous répondra fréquemment qu'il s'en tient aux faits, qu'on sent l'art ou qu'on ne le sent pas. Ou encore il prendra comme pierre de touche quelque thème usé, comme la perfection de l'art classique, le respect de la réalité, la valeur décorative,... etc. Si vous confrontez ensuite la solidité de ces idées avec la précision des faits qu'il expose, vous vous apercevrez que sa culture, irrépréhensible en ce qui concerne sa documentation sur les faits, tranche avec une aimable ignorance de tout ce qui se rapporte aux idées...

"Même tout à fait exacts, les faits historiques disposés en série ne représenteront quelque chose que pour la curiosité érudite, mais plus rien d'autre pour l'esprit humain. L'histoire se réduisit a la chronique; seulement, comme cette manière de faire l'histoire paraissait une absurdité même aux esprits les plus élémentaires, on improvisa le jugement...

"Il y a donc une éxigence à poser, pour éffacer le côté "dilettante" dans les jugements de l'histoire de l'art... L'histoire de l'art, si elle veut être une vraie critique d'art, sous-entend un travail philologique, qui en est une préparation nécessaire, mais elle doit le dépasser pour juger l'oeuvre d'art. Une critique d'art, pour être une vraie histoire de l'art, sous-entend une sensibilité individuelle, mais doit aller au délà, obtenir une objéctivité qui lui permette d'atteindre le rôle de l'histoire". (L. Venturi: "Histoire de la Critique d'art". Bruxelles, Editions de la Connaissance, ps. 10 e 11 e "Théorie et Histoire de la Critique" em "Art et Esthétique", vol. I, ps. 6 e 7).

"Ne quittons pas des yeux l'ocuvre d'art. Elle est l'art et l'artiste, et, de plus, elle est oeuvre, c. a. d. un tout concret, défini, dont nous mésurons les limites et que nous saisissons fortement...

Les autres vestiges du passé ont une valeur de référence ou de témoignage: l'ouvre d'art témoigne pour elle-même. Entourée du vide de l'air, c'est elle qui importe, et non ce qu'elle n'est pas. Faisons éffort pour la comprendre, non comme un élément dans une série, non comme un épisode dans une existence, mais comme une affirmation distincte. C'est là sans doute le plus difficile de notre tâche, car elle se heurte à d'autres devoirs. Comme historiens, il nous faut chercher la liaison, restituer des rapports entre les événements. Un fait appartient à l'histoire dans la mesure où il est éffet et oú il est cause. L'oeuvre d'art a subi des influences, elle en a exercé. Elle a un passé, dont la perspective est cachée; elle a un avenir, dont la fortune est diverse et singulière. Elle est plus ou moins analogue à d'autres oeuvres, elle fait partie d'une famille, elle entre dans un classement. Pour la définir completement, il faut la comparer. Détachée de l'homme, qui meurt avant elle, elle est peut-être le lien le plus fort entre les hommes. Elle est particulière et locale, et elle a un sens universel" (H. Focillon: "Généalogie de l'Unique. Actes du Deuxième Congrès International d'Esthétique et de Science de l'Art" II, Paris, 1937, p. 120).

Os 3 fragmentos de estudos metodológicos que acabamos de citar não deixarão de mostrar a orientação diferente adotada pelos seus autores em face do problema capital que a todos preocupa e que não é outro senão o problema do valor.

Entretanto não temos a intenção de reproduzir aquí as diversas etapas desta discussão metodológica. O que nos importava, ao citar esses textos, era unicamente por em destaque a capital importancia metodológica do problema. Uma vez estabelecida essa importancia, podemos passar à consideração das consequencias práticas, concretas, imediatas, decorrentes da distinção entre os valores histórico e artístico de uma obra de arte. Ver-se-á, então, que essa distinção interessa muito diretamente a todas as instituições que, como o S. P. H. A. N., tem por missão conservar, proteger, descobrir, explicar, descrever, etc. tudo quanto constitua um *valor histórico* ou um *valor artístico.*

E' natural que o lado metodológico do problema influa constantemente sobre o seu lado prático ou empírico, porque a teoria

abstrata e a historia concreta da arte se encontram em relação dialética. A teoria da arte não é possivel sem a existencia de obras de arte concretas, e a historia científica da arte não é possivel sem que se funde sobre uma teoria adequada. O problema ao mesmo tempo teórico e prático dos valores históricos e artísticos basta para demonstrar esse fato.

Afim de evitar mal entendidos, precisemos primeiro o sentido em que vamos empregar o termo "valor histórico" no curso de nossos exemplos.

Aceitamos aquí a definição sumaria do Sr. Focillon segundo a qual este termo traduz a importancia de um dado histórico na medida em que este dado é causa e efeito. "Valor histórico" de uma obra de arte quer, portanto, dizer que esta obra foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da historia da arte. Valor histórico de um fato político para a historia da religião quer dizer que esse fato político se tornou causa ou efeito para a historia religiosa.

Distinguimos do termo "valor histórico", na sua aplicação à obra de arte, o termo "valor documentario". Por este termo queremos exprimir o fato que toda obra de arte possue (ou pode possuir), alem do seu valor histórico, no sentido da nossa definição, quer dizer com relação à historia da arte, um valor histórico com relação à historia geral, como fonte, documento, etc., etc. Esse valor documentario de uma obra de arte não tem, portanto, nada que ver, segundo a nossa definição, com o seu valor histórico.

Examinemos agora a importancia prática da distinção entre valor histórico e artístico de uma obra de arte. Tomemos um exemplo muito simples: a proclamação da Independencia do Brasil é um fato histórico, cuja importancia será diferentemente avaliada, segundo se estude a repercussão desse fato no plano da historia política, econômica, religiosa, etc., do país. O historiador da religião, por exemplo, reconhecerá que este fato histórico não tem nenhuma importancia para a historia religiosa. Feita esta verificação, o ato da proclamação deixa de existir como valor histórico para a historia da religião. Para o historiador da arte o problema é mais complexo.

Suponhamos que exista um quadro, pintado por um artista da

época, que represente o instante histórico da proclamação. Este quadro possuirá certamente um valor documentario (maior ou menor) para a historia política, para a historia da indumentaria, etc. Mas o valor artístico desse quadro pode ser nulo e seu valor histórico (segundo nossa definição) pode ser nulo tambem. Nesse caso mais simples, a obra não será citada em nenhuma historia da arte. Admitamos, entretanto, que esse quadro possua grandes qualidades artísticas. Terá ele necessariamente, por isso, valor com relação à evolução ulterior da pintura no Brasil? Certamente não, porquanto a historia da arte demonstra nitidamente que não é o valor artístico de um quadro, de uma escultura, de uma arquitetura que determina sua importancia histórica. Se o quadro em questão não exerceu nenhuma influencia direta ou indireta, seja sobre os outros artistas, seja sobre o público (formação do gosto), o valor histórico do quadro fica inexistente para o historiador da arte. Sua importancia documentaria, ao contrario, pode ser muito grande, e, do ponto de vista do valor artístico, esse mesmo quadro pode constituir uma obra-prima da pintura nacional, tendo, por esse motivo, direito a lugar eminente numa historia da pintura brasileira. E inversamente: admitamos que o quadro em questão seja de qualidade artística deploravel; sua importancia histórica pode, não obstante, ser enorme se esse quadro fez escola, se ele é o primeiro exemplo de pintura histórica, se ele serviu de modelo a outros pintores, se foi muitas vezes copiado, etc., etc.. De modo que o quadro, apesar de sua falta de valor artístico, interessará altamente ao historiador que examine a evolução da pintura no Brasil.

Este exemplo, por esquematizado que seja, demonstra que existe em toda obra de arte uma pluralidade de "valores" que devem ser determinados e examinados de maneira precisa afim de tornar possivel uma classificação cientifica da obra. Da exposição precedente resulta ainda que uma obra medíocre, feita segundo a copia de uma copia, pode sobrepujar o valor histórico de uma obra de arte que não seja acessivel senão a um número restrito de pessoas, ou que, por quaisquer outras razões, não tenha exercido influencia alguma sobre a evolução ulterior da pintura.

O fato do valor histórico e o valor artístico não coincidirem ne-

cessariamente explica-se por múltiplas razões das quais indicamos apenas as mais importantes.

1.°) — As duas categorias de valores não coincidem necessariamente porque não é o nivel da força criadora que é suscetivel de transmissão histórica mas apenas a soma do saber, quer dizer só a materia dos conhecimentos e não o valor do ato criador. E porque entre o desenvolvimento histórico e a faculdade criadora as relaçõcs não são proporcionais mas desproporcionais;

2.°) — Os valores não coincidem necessariamente porque as circunstancias exteriores podem impedir qualquer efeito ativo de uma obra de arte (o caso extremo seria o que Balzac conta em "Le chef-d'oeuvre inconnu");

3.°) — Finalmente, os dois valores não coincidem necessariamente porque a reação por parte dos artistas assim como do público a uma obra de arte do passado e do presente é determinada por uma quantidade de elementos extra artísticos (aquí se coloca o problema dos "renascimentos").

Seria longo demais enumerar todos os casos em que o valor artístico de uma obra pode ser ínfimo e em que, entretanto, o seu valor histórico pode ser grande e vice-versa. Mas convem chamar a atenção ainda para outra face do problema. Queremos nos referir ao fato de que o valor histórico e o valor artístico não constituem, na historia concreta, valores *absolutos*, mas, *relativos*.

Esse sentido relativo dos valores evidencia-se se se considerar uma obra (sucessivamente) em relação à produção total de um só artista, a uma escola local, à historia da arte de um país ou à historia mundial da arte, etc..

Certa obra que pode ser da maior importancia histórica para o estudo da evolução de um determinado artista (aplicação de uma nova técnica, introdução de um novo motivo, obra que abre uma nova etapa do seu estilo, etc.) pode ser de importancia histórica secundaria ou nula em relação à historia da arte de uma provincia, de um país inteiro, etc. O mesmo se verifica no que concerne ao valor artístico, porque existem graus de valores na obra de um artista,

como existem diferenciações de valores na historia da arte de um país e de uma época determinados, como existe uma hierarquia de valores na produção artística mundial.

Esta verificação não implica absolutamente, como consequencia, num cepticismo absoluto que concluisse pela impossibilidade de qualquer julgamento, uma vez que "tudo é relativo". Trata-se apenas de delimitar exatamente o alcance (concreto e teórico) do juizo expendido.

Tal monumento, por exemplo, do qual se tenha reconhecido a importancia capital (histórica e artística) para uma historia da arquitetura brasileira, será talvez julgado de menor significação para a historia da arquitetura dos paises latino-americanos ou para uma historia geral da arquitetura. Não é menos certo que esse monumento, visto do ângulo da historia arquitetônica brasileira, representa um *valor máximo*, que se aproxima tanto quanto possivel do valor *absoluto* ideal.

Acabamos de mostrar, por meio de alguns exemplos esquemáticos, qual é, de um modo geral, a importancia da distinção entre valor artístico e valor histórico de uma obra para o trabalho do historiador da arte. Entretanto, só pelo estudo de um exemplo concreto da historia da arte é que toda a dificuldade e toda a complexidade do problema surgirá com clareza. Pensamos especialmente no problema tão dificil que representa a delimitação exata do valor histórico em face do valor artístico (e vice-versa) a respeito da "influencia" exercida por uma obra de arte sobre outra.

Embora o exemplo que vamos citar seja tirado da historia da arte européia, é evidente que problemas análogos se apresentam na historia da arte brasileira. Para pessoas mais competentes do que eu nesse assunto, será facil citar exemplos.

"La cathédrale de Paris et la cathédrale de Bourges présentent entre elles les plus évidentes relations de parenté, et il apparait comme certain que la première a inspiré la seconde et même qu'elle lui a servi de modèle. Toutes deux ont cinq nefs. Le plan sans transept de Bourges n'est pas très différent du plan primitif de Paris, dont le transept ne faisait pas saillie. Le système de voûtement du déambulatoire de Paris se rétrouve dans la crypte de Bourges.

A Paris, les piles que separent le premier bas-côté du second sont roidis par des colonnettes en délit, et ce type de support se rétrouve dans la nef de Bourges. Enfin Paris et Bourges adoptent un parti analogue dans l'élévation, avec cette différence que l'architecte de Bourges fait sauter le plancher des tribunes, et donne ainsi au bas-côté une hauteur considérable.

"Toute la question est de savoir quel sens doit être donné à cette différence. Si l'on n'envisage l'oeuvre d'art que comme une collection de parties il est clair que le nombre et l'importance des éléments parisiens qui se retrouvent à Bourges autorisent à la considérer comme une fille de Paris, comme une sorte de doublet légèrement modifié. Si nous la considérons comme un tout organique, il nous est impossible de ne pas voir que cette modification entraine et définit on ordre nouveau. Les cinq nefs, séparées à Paris, communiquent largement à Bourges et s'associent pour un effet unique. Les nefs secondaires décroissantes laissent paraitre toute l'ampleur du plan par l'immense ouverture des arcades de la nef principale, débarassées des tribunes. Les étages en retrait se superposent. Par la hauteur du premier bas-côté, c'est le type de Reims et le type de Chartres; par le nombre des étages, c'est le type de Paris. Mais il n'y a pas là simple contamination, il y a synthèse d'éléments antinomiques, et cette audacieuse nouveauté retentit sur tout l'édifice, sur la repartition des masses, sur la perspective des effects.

"Bourges, à son tour engendre une filiation, Coutances, le choeur du Mans. Mais dans le plan comme dans l'élévation, les architectes spéculent avec liberté sur les données qui les ont séduites, et la cathédrale de Tolède elle-même, la plus fidèle des imitations de Bourges, présente dans les mesures et la combinaison des éléments, certaines particularités qui l'en distinguent" (H. Focillon: op. cit., pág. 124).

Este exemplo (ao qual se poderiam acrescentar muitos outros tirados nos mais variados dominios da historia da arte) demonstra nitidamente que a simples verificação da influencia exercida por uma determinada obra sobre outra não contem em si nenhum julgamento de valor. Somente um estudo minucioso relativo tanto à análise da estrutura artística interna e à análise histórica da obra

que exerceu influencia como da obra que a sofreu decidirá a questão de saber que valor (histórico ou artístico) se deve atribuir a uma e outra das duas obras. O que vale dizer que só uma análise como esta permitirá atribuir significação definida à "influencia" verificada. Um historiador da arte que se contente em notar o simples fato d'uma influencia exercida, sem examinar o seu carater particular, não terá dito nada de essencial para a compreensão da obra de arte. Ou, mais corretamente: a simples verificação da influencia exercida e recebida constitue uma contribuição importante para a cronologia da historia da arte. Mas tudo quanto em historia da arte ultrapasse a pura crônica continuará por fazer-se depois desta verificação.

Se amanhã um historiador trouxesse a prova irrefutavel de que existe uma influencia certa de tal obra de determinado artista europeu sobre as estatuas dos profetas de Congonhas, este fato seria certamente de grande interesse sob muitos aspetos. Mas o fato dessa influencia em si não dirá jamais nada do valor histórico ou do valor artístico da obra de Antonio Francisco Lisboa.

Qualquer tentativa de exgotar, nas páginas de uma revista, o tema da diferença entre o valor histórico e o valor artístico seria vã. Seja-nos, pois, permitido — o carater fragmentario deste artigo ficando fora de dúvida — escolher arbitrariamente entre os múltiplos aspetos do problema, que apenas perlustramos, uma questão determinada, a nosso ver, de especial interesse para o S. P. H. A. N. Queremos nos referir à importancia capital de que se pode revestir a distinção entre as diversas categorias de valores da obra de arte para o problema das restaurações.

Com efeito, se existem obras de arquitetura nas quais os valores artístico, histórico e documentario (para não citar senão esses) coincidem, de modo que para o restaurador o caminho a seguir está claramente traçado (ele só terá que respeitar o edificio tal qual), há outras nas quais esses valores não coincidem.

Um exemplo: a construção de um palacio, de uma igreja etc., etc. foi interrompida. O edificio ficou nesse estado inacabado durante um perfodo mais ou menos longo. Depois outro arquiteto fez novo projeto e o edificio foi concluido segundo esse projeto. E foi nesse

estado que ele nos chegou. Deverá o restaurador fazer desaparecer todcs os acréscimos posteriores à época da primeira construção? Deverá conservá-los? A solução dependerá evidentemente do resultado obtido pela análise dos diferentes "valores" do edificio e ainda da atitude que o restaurador adotar em face do valor histórico, do valor artístico ou documentario do monumento.

O valor puramente artístico do edificio no estado inacabado pode ser, realmente, maior que o valor artístico do edificio acabado de acordo com o projeto do segundo arquiteto. Entretanto o valor histórico do edificio tal como ele nos chegou (e não como ele estava no estado inacabado quando saiu das mãos do seu construtor primitivo) pode ser enorme. Naturalmente a hipótese inversa tambem se pode apresentar.

O problema se complica ainda se admitirmos que o edificio em questão possua valor documentario consideravel (por exemplo: para a historia política, militar, etc.) porque, no correr dos tempos, ele serviu de moradia à uma personalidade importante, porque lhe foi acrescentado um balcão de onde se leu uma proclamação decisiva para os destinos do país, etc..

Sabe-se qual foi a atitude adotada por Violet-le-Duc diante desses problemas e como ele defende o seu ponto de vista no seu "Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle". Mas as censuras que hoje lhe são dirigidas seriam compreensiveis apenas como uma crítica da sua teoria construtivista da arquitetura? Não visam elas, antes de tudo, o fato de ter Violet-le-Duc deixado de atribuir a necessaria importancia à distinção objetiva da pluralidade de valores que uma obra de arte contem?

HANNA LEVY

A SACRISTIA DA CATEDRAL DA BAÍA E A POSIÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA

Poucos monumentos no Brasil terão merecido, desde os primeiros séculos, tão constantes e entusiásticas referencias de viajantes estrangeiros, como o Colegio e Igreja dos Jesuitas na Baía.

Da Igreja, raro aquele que não se reporta à Sacristia, descrevendo-a minuciosamente, pasmado diante da grandeza e da pompa daquela Sacristia, uma "des plus magnifiques du monde", no dizer de Froger, o primeiro dos viajantes aludidos, pois que antes dele só se encontra a respeito ligeira nota de Pyrard de Laval, em 1610 (1). Este viajante, que passou dois meses na cidade do Salvador, diz apenas que lhe pareceram ótimas "as fortificações, as igrejas e mosteiros do Carmo, de S. Bento, Santo Antonio, assim como o Colegio dos Jesuitas". Da Sacristia não podia ele falar especialmente, uma vez que não existia ainda nessa época. Mais tarde, porem, essa Sacristia devia se ter tornado mesmo uma coisa nunca vista, comparada embora com outras da Europa daquele tempo, pois arrebatou *le Sieur Froger, Ingénieur Volontaire*, que nem sempre encontrou o que admirar nesse Brasil seiscentista.

Froger, que, na fragata comandada por De Gennes, aportou à Baía em 1695, escreveu sobre os Jesuitas o seguinte:

---

(1) Pyrard de Laval, apud. A. D'E. Taunay: *Na Bahia Colonial,* Rev. Inst. Hist. Bras., vol. 144 — 1921 — p. 251.

"... leur maison est d'une vaste étendue et leur Eglise grande et bien ornée; la Sacristie en est des plus magnifiques du monde; elle a plus de 25 toises de long, sur une largeur proportionnée. Il y a trois Autels, deux au extremitéz, et au milieu de la face qui joint l'Eglise, et sur lequel on voit tous les matins plus de vingt Calices tous d'or, de vermeil et d'argent. Aux côtez de ce dernier Autel, sont deux grandes tables, qui sur la longueur ne laissent que l'espace des deux portes, qui servent à entrer dans l'Eglise. Ces deux tables sont d'un très beau bois; toutes les faces en sont garnies d'Yvoire, de Caret et de quantité de belles Mignatures, qu'ils ont fait venir de Rome. Le quatrième côté de cette Sacristie, qui donne sur la mer, est percé par plusieurs grandes croisées de haut en bas, et le Plafond est couvert de très-belles Peintures" (2).

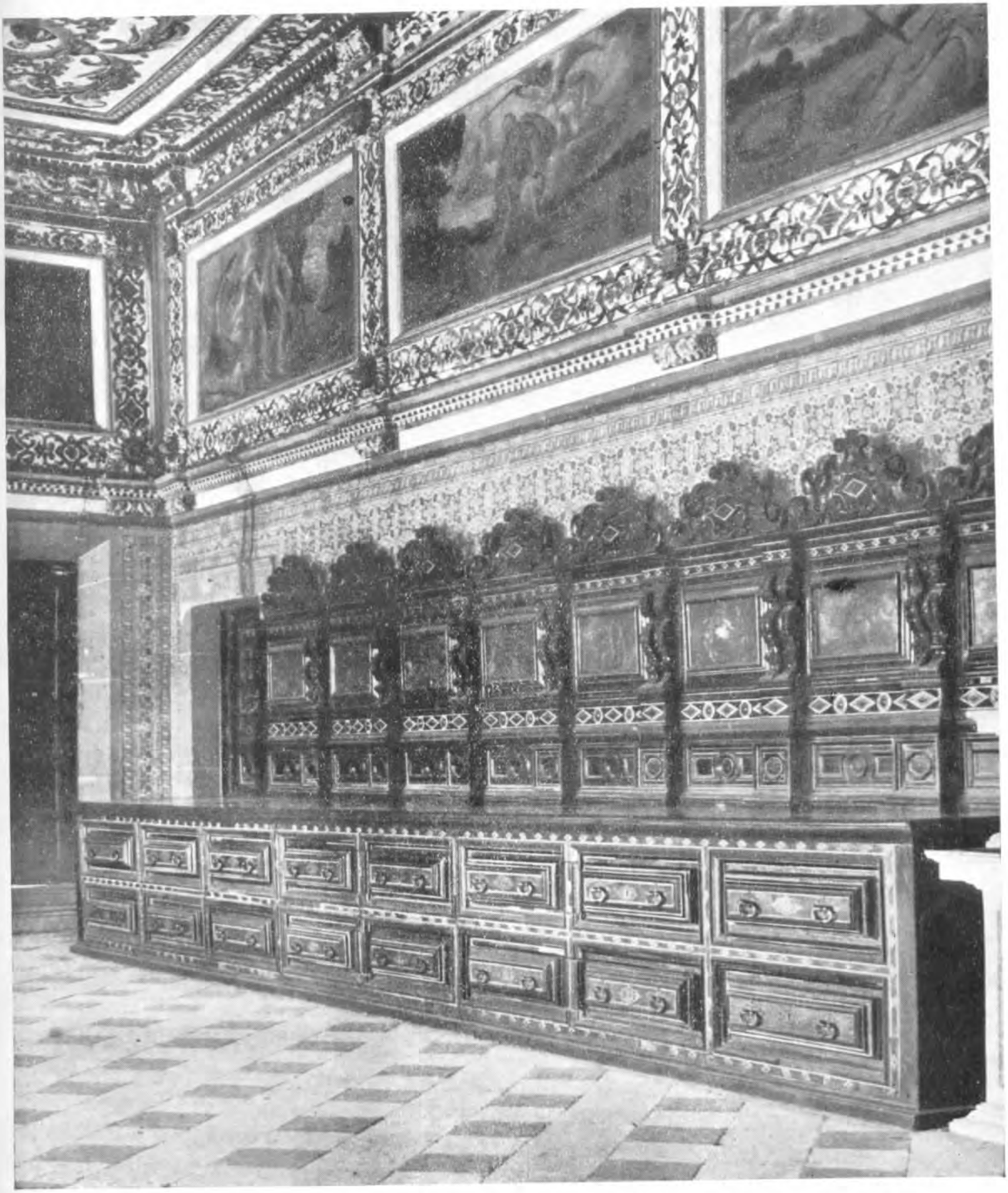
Outra referencia ligeira sobre o assunto é a de William Dampier, inglês, comandante do navio *Roebuck*, em viagem de descoberta, e que esteve na Baía em 1699. Não descreve a Igreja nem a Sacristia, que talvez nem tenha visitado; diz apenas que "os dois templos mais importantes, a Sé e o Colegio, visiveis do porto, tinham ótimo aspeto" (3).

Em 1703 um oficial anônimo do negreiro francês *L'Aigle*, contava:

"La maison des jésuites est superbe et magnifique; je n'en sache point en France qui puisse lui être comparée. Mais on admire surtout leur Sacristie; elle a au moins cent pieds de long et trente de large. Les murs en sont lambrissés de bois de Jacarandá (je suis fort trompé, si n'est le même que celui qu'on appelle en France bois de violette, tant il lui ressemble) depuis le parquet, qui en est aussi, jusqu'au plat-fond, dont la peinture est exquise. Du côté, ou les Prêtres s'habillent, il y a un grand nombre de Tableaux qu'ils m'ont dit être des meilleurs Maitres d'Italie. De l'autre, entre les croisées, ce sont quantité de belles armoires du même bois que le lambris,

---

(2) *Relation d'un voyage de la Mer du Sud, Detroit de Magellan, Bresil, Cayenne et les Isles Antilles. Par Le Sr. Froger.* A Amsterdam — Chez l'Honoré et Chatelain — M.DCC.XV. p. 144-145.
(3) William Dampier, apud A. D'E Taunay, obr. cit., p. 300



Arcas da sacristia, com incrustrações de casco de tartaruga feitas por artistas brasileiros no século XVII

toutes uniformes et bien travaillées. Toute belle et toute grande que soit cette Sacristie, elle a un air de simplicité et de propreté qui m'a plû plus que tout le reste" (4).

Menos ardorosas mas ainda assim bastante simpáticas são as palavras de Frezier, engenheiro francês, físico e mineralogista de valor, "autor de numerosas e importantes obras militares e naturais, belas artes e geografia, reveladoras de cultura tão extensa quanto variada" (5). Eis a parte que interessa:

"Au Nord de la Sé, est le Couvent des Jesuites, dont l'Eglise est bâtie de marbre tout apporté d'Europe; la Sacristie en est fort belle, tant par la propreté de l'ouvrage des buffets, par les bois curieux, le caret et l'yvoire dont ils sont composez, que par une suite de petits tableaux, dont ils sont ornez. Mais il ne faut pas avec Froger, appeller belle peintures celles du plafond, qui ne meritent pas l'attention d'un Connoisseur; les autres Eglises et Couvents n'ont rien de remarquable" (6).

Le Gentil de La Barbinais, o primeiro viajante francês que deu volta ao mundo, tocou na Baía em 1717 e em sua relação de viagem faz referencia ao Colegio dos Jesuitas e à Sacristia:

"Il y a plusieurs Monastères. Celui des Jésuites est situé dans le lieu le plus agréable de la Ville et c'est sans doute le plus beau, le plus vaste et le plus riche Edifice: on y admire surtout la sacristie, dont tout le lambris est d'écaille de tortue mise en oeuvre d'une maniere fort délicate" (7).

Ferdinand Denis, que aquí esteve no século XIX quando, pela expulsão dos Jesuitas, o Colegio da Baía já estava entregue ao po-

---

(4) *Journal d'un voyage sur les Côtes d'Afrique et aux Indes d'Espagne*, etc. Commencée en 1702 et fini em 1706. A Amsterdam — Chez Paul Marret. M .DCC.XXIII — p. 240-241.

(5) A. D'E. Taunay, obr. cit., pg. 334.

(6) *Relation du voyage de la mer du sud aux côtes du Chili, Du Perou, et du Bresil*. Fait pendant les années 1712, 1713 et 1714. Par M. Frazier, Ingenieur Ordinaire du Roi., vol. II, p. 535.

(7) *Noveau voyage autour du monde*, par L. G. de La Barbinais. Enrichi de plusieurs plans, vues et perspectives des principales Villes et Ports du Perou, Chily, Bresil, et de la Chine. Tome III. A Paris, chez Briasson, rue Saint Jacques, à la Science. M. DCC.XXIX. Avec approbation et privilege du Roy. p. 182.

der civil e à Igreja, a instancias do Arcebispo D. Fr. Manuel de Santa Inez, fora, por provisão regia de 26 de outubro de 1765, concedida para servir de Sé Catedral, deixou no seu livro "Brésil" a nota seguinte sobre o assunto:

"Plus loin, se trouve le palais archiépiscopal; à quelque distance encore, un magnifique collége bâti par les jésuites, et qu'on a transformé en hôpital militaire: il fut construit, dit-on, comme la Conceição de la Praya, em pierres apportées d'Europe. L'église qu' avaient fondée jadis les successeurs de Nobrega et d'Anchieta sert aujourd'hui de cathédrale, et prouve à quel degré d'opulence s'était élevée la compagnie. Les ornements intérieurs sont riches; tous les ouvrages en bois incrustés d'écaille venue des Indes; le choeur et les chapelles latérales ont été dorés avec magnificence; les peintures du maitre-autel, représentant Ignace de Loyola ainsi que saint François-Xavier, sont peut-être les seules oeuvres d'art remarquables qu'on trouve aujourd'hui à Bahia" (8).

Fechando o ciclo dos viajantes, devem ser citados Spix e Martius, os dois sabios alemães que estiveram no Brasil em missão científica, de 1817 a 1820:

"O mais notavel edificio da cidade alta é, incontestavelmente, o antigo Colegio dos Jesuitas, com a sua igreja contigua. Esta última serve de Sé, substituindo um antigo edificio arruinado, é atualmente, pelas suas condições arquitetônicas, o templo mais digno e mais suntuoso de todo o Brasil.

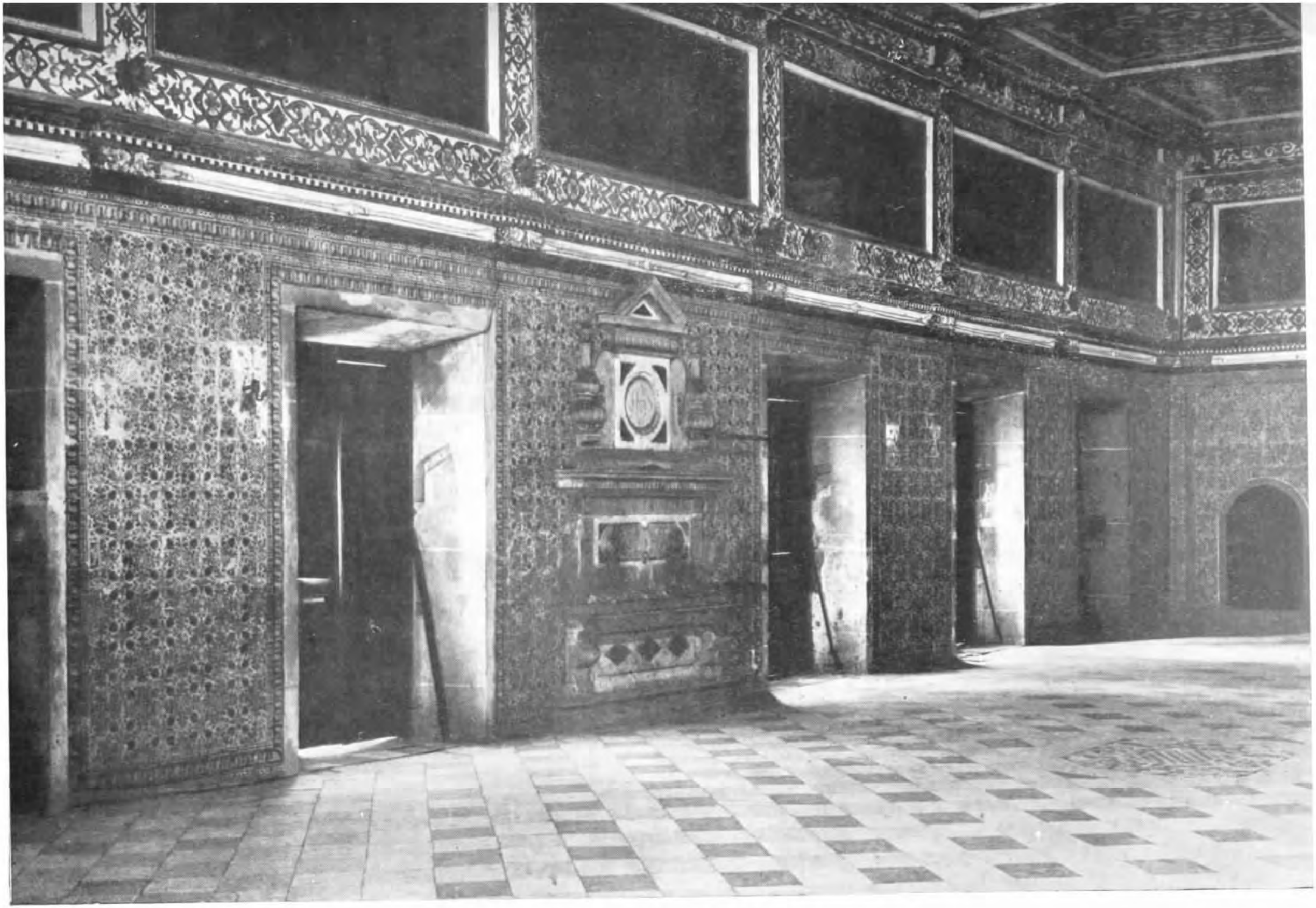
" Alguns quadros de mestres espanhóis, as decorações de bronze do coro, os preciosos dourados dos altares e um excelente orgão, foram trazidos da Europa, e os ricos painés, com lavores de tartaruga, que guarnecem a sacristia, vieram das Indias Orientais (9).

Desde logo faz-se notar a insistencia com que quasi todos os viajantes citados se referem à formosa Sacristia; mais tarde, sempre que a Igreja ou o Colegio é descrito ou simplesmente apontado como

---

(8) Ferdinand Denis, *Brésil*. Firin. Didot Frères, Editeurs. Paris ..... MDCCCXXXIX — pp. 234-235.

(9) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius: *Viagem pelo Brasil*, trad. brasileira por Lucia Furquim Lahmeyer. Imprensa Nacional, 1938, vol. 2.º, p. 286.



Sacristia da Catedral da Baia. (Lado do mar)

dos monumentos baianos de maior valor artístico ou histórico, ressalta-se a Sacristia, tanto pela sua imponente beleza, seu ar de simplicidade e elegancia sobria, como pela riqueza de suas cômodas incrustadas de tartaruga e marfim, (1) suas pinturas que o oficial do *Aigle* informa terem lhe dito atribuidas aos melhores mestres da Italia.

Dadas as suas grandes dimensões — "pelo menos cem pés de comprimento e trinta de largura" — não é de admirar que se tenha aventado a hipótese dessa Sacristia ter sido a antiga Igreja dos Jesuitas, hipótese que foi admitida pelo historiador português Pe. Dr. Serafim Leite, na sua monumental obra "Historia da Companhia de Jesús no Brasil", em nota inserida no volume I, à página 29:

"A atual Catedral da Baía foi, de fato, Igreja dos Jesuitas. Mas não era a mesma que estava aberta ao culto em 1566, ano em que Anchieta se ordenou. Atendeu-se, porém, à ligação moral com a antiga e *bem pode ser que a Sacristia da Catedral seja a Igreja antiga ou parte dela*".

Terá sido, realmente, a Sacristia da Catedral de hoje um aproveitamento da Igreja antiga ou de parte dela?

Quando Mem de Sá resolveu construir, à sua custa, uma igreja digna da Baía e da Companhia de Jesús, o local escolhido foi justamente aquele que Nóbrega indicara: da outra banda do sitio onde estavam, então, os Jesuitas. Isso, porque, uma vez que se tratava de construção de pedra e cal, monumento portanto de certa grande-

---

1) A propósito dos ornatos de casco de tartaruga tão notados na Sacristia da Igreja do Colegio, encontram-se na *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesús no Estado do Maranhão*, de Betendorf, interessantes referencias a um "Francisco, filho de nosso Alonso, da Ilha, já feito marcineiro em a Baia, onde ajudou a fazer as belas obras da famosa sacristia do Colegio, que o Padre Alexandre Gusmão fez de casca de tartaruga admiravelmente bem". Francisco chegara do Brasil ao Maranhão em 1688; de 1690 a 1693, Betendorf diz que ele era um dos entalhadores do retábulo de cedro que o Irmão Manuel Rodrigues, dando a traça, mandara fazer para a igreja nova de sua fazenda em Anindiba, retábulo esse que depois de pronto "podia aparecer em as melhores igrejas da cidade".

Betendorf se refere com certo entusiasmo à habilidade de Francisco vindo "quasi mestre carpinteiro da Baía" e acrescenta que "lhe tinha posto em a mão a pena, para aprender a debuxar", tendo tambem, depois, mandado Francisco para sair mais destro, praticar com Manuel Manso, entalhador do Reino, que estava fazendo os retábulos do artar-mor da igreja nova de nossa Senhora da Luz, e São Luiz do Maranhão.

za e com ar de definitivo, toda conveniencia havia em afastá-lo o mais possivel da Sé. De fato, esta era situada tão perto da igreja anterior que "por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra", inconveniente contra o qual Nóbrega estava sempre a reclamar.

A essa segunda igreja, certamente, é que se refere o ilustre historiador Serafim Leite quando alude à "igreja antiga", uma vez que a de 1549, mandada edificar por Nóbrega junto àquelas casas de barro que o Governador lhe dera fora da cidade, não durou muito; caía apenas três anos depois. Nesse edificio sucederam-se as reformas e as obras mais ou menos provisorias, até que em 1561 começou-se a Igreja de Mem de Sá.

Orientada em direção norte sul, pois correspondia ao quarto de leste da quadra, como se pode ler numa informação de Anchieta, essa igreja erigida pelo Governador foi, a principio, edificio autônomo. Logo depois, entretanto, viu-se incorporada a um plano de construções em quadra — partido seguido, aliás, pelos Jesuitas desde as suas primeiras edificações na Baía (10) — quando o Irmão Francisco Dias, arquiteto, vindo de Portugal em 1577 incumbido da construção do Colegio de Jesús na Baía, projetou o novo edificio formando conjunto com ela. Presumivelmente esses planos tambem previam a ereção de uma nova igreja maior e mais *moderna*, de acordo com o estilo e a grandiosidade do Colegio definitivo. Só no século seguinte, porem, foi possivel levantar-se essa igreja, a atual Catedral Basílica do Salvador.

Ainda recorrendo à informação de Anchieta, vê-se que três quartos da quadra correspondentes ao novo Colegio foram construidos com orientação sul, poente e nordeste, ocupando a igreja o quarto de leste:

"Nesta cidade temos Colegio, o maior e seminario da provincia, tem casa de provação junto ao Colegio, habitação distinta e escolas. Está situado em lugar mui amplo eminente ao mar, tem de novo feito um claustro de pedra e cal, e,no quarto da parte de Leste, fica

---

(10) "Todas estas casas, assim umas como as outras, são terreas. Tudo isto está em quadra". Nóbrega, in *Novas Cartas Jesuíticas*, de Serafim Leite S. J. — Brasiliana, 1940.



Altar principal da sacristia

a igreja e sacristia: a igreja é razoavel, bem acabada, com seu coro, é bastante por agora para a terra, e bem ornada de ricos ornamentos, cruz e turíbulo de prata com muitas reliquias encastoadas em prata, onde entram três cabeças das Onze Mil Virgens, e outras peças que tudo é grande consolo para os desta terra, de casa e de fora. O outro quarto da parte do Sul tem por cima capela e enfermaria de boa grandura, por debaixo despensa e adega.

O quarto da parte do Poente tem 19 câmaras: nove por de cima, e por debaixo dez com as janelas sobre o mar, com três outras janelas grandes que fazem cruz nos corredores.

O quarto da parte de Nordeste tem sete câmaras por de cima seis por debaixo: todas são forradas de cedro, e amplas mais que as de Coimbra, os portais de cantaria, e é edificio bem acomodado, exceto que está por aperfeiçoar, e forrar os corredores e guarnecer. Não tem ainda oficinas novas, nem provação, nem escolas, por ser tudo velho de taipa, e vai tudo devagar por não se pagar as rendas, e cento e sessenta ducados de esmolas que el-rei D. Sebastião fez para as obras, mas sempre se faz algo".

A igreja ficou indubitavelmente a leste, uma vez que Anchieta timbrou em ser o mais minucioso e preciso quanto à orientação dos diversos quartos da quadra. Tanto assim que, não ficando as construções em posição exatamente correspondente à direção do quadrante, Anchieta frisou ainda que determinado quarto ficava a nordeste e não ao norte. Ora, ao quarto de leste (onde estava a igreja de Mem de Sá) corresponde o local da atual Faculdade de Medicina; aquela igreja, portanto, nunca poderia ter sido aproveitada, quer inteira, quer em parte, para a sacristia atual, que se acha no alinhamento do quarto de oeste e por fora da quadra, — o que vale dizer em desacordo completo com o depoimento de Anchieta, que dá a igreja a leste.

Dado o espírito prático dos Jesuitas e atendendo-se a que a igreja de Mem de Sá era de pedra e cal, monumento feito com intenção de "perpetuidade", é quasi certo que os padres a tenham aproveitado para outra qualquer finalidade, logo que a igreja do século XVII ficou terminada.

Tal como se procurou demonstrar, parece evidente que a edifi-

cação antiga não foi utilizada para sacristia. Resta, entretanto, saber como foi aproveitada.

A capela privativa dos Padres (rica em obras de talha e pinturas) que substituiu a primitiva capela interior descrita por Anchieta e de que subsiste apenas uma velha fotografia e a explêndida descrição que dela fez o ilustre professor Braz do Amaral, em Memoria lida no Instituto Histórico da Baía, em 1902 (11) pouco tempo antes de sua completa destruição (12), achava-se tambem situada a leste, justamente no local correspondente à igreja antiga.

Nestas condições, parece mais provavel que o novo destino dado àquela igreja tivesse sido precisamente esse de capela particular dos religiosos.

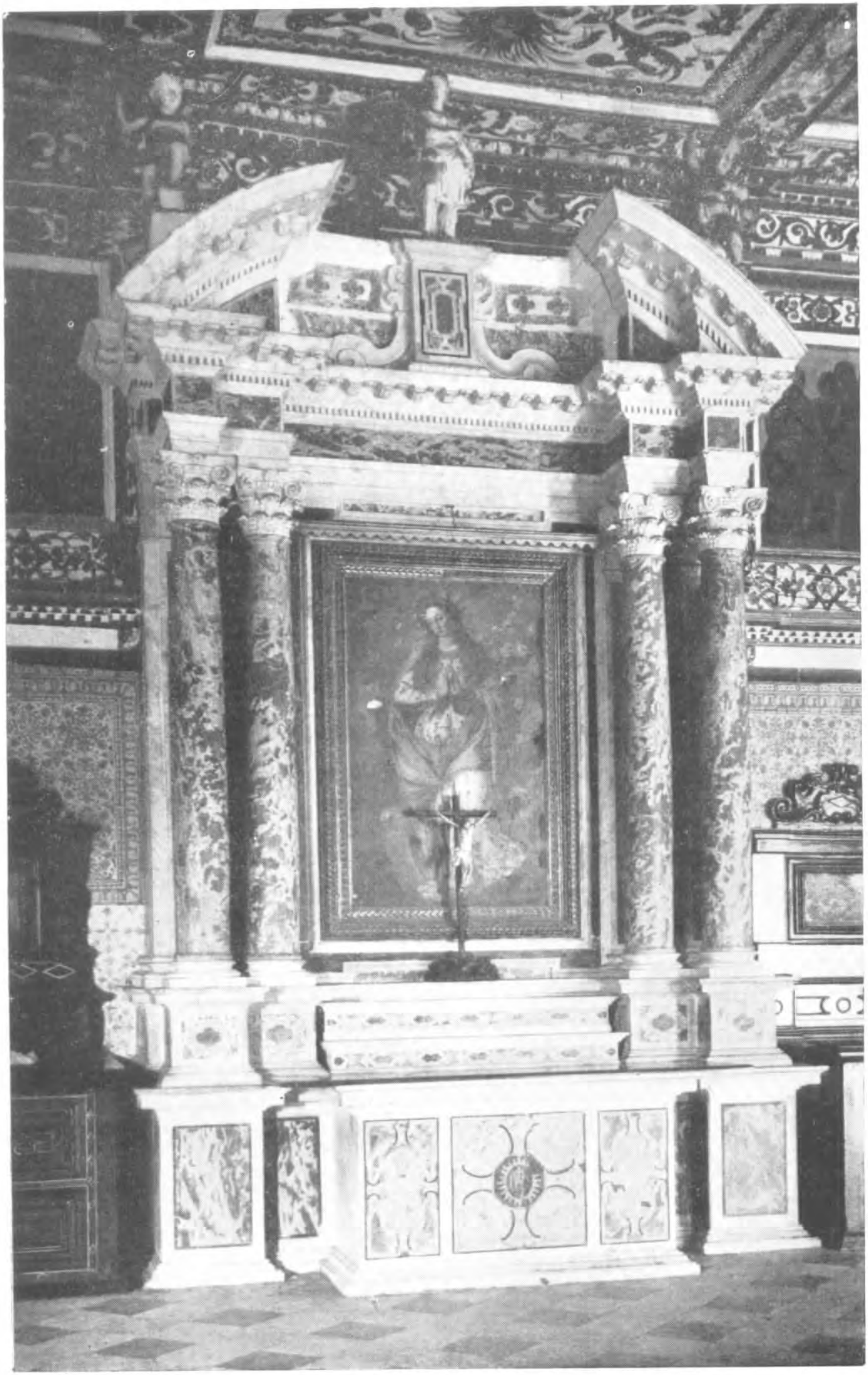
A hipótese desse aproveitamento justificaria, então, melhor, não só a "ligação moral" sugerida pelo douto P. S. Leite — pois há uma continuidade espiritual incontestavel entre a primitiva igreja onde Anchieta celebrou a primeira missa e a capela interior, lugar do mais íntimo recolhimento e oração dos grandes missionarios — mas tambem ligação material, porque, pelo menos, as paredes da capela seriam as mesmas da igreja de 1566, contemporanea da ordenação de Anchieta.

MARIA DE LOURDES PONTUAL

---

(11) Braz do Amaral: *A antiga Capella dos Jesuitas da Bahia;* Rev. Inst. Hist. Bahia, 1902. Anno IX — Vol. IX — N. 28 — p. 47.

(12) Essa capela foi totalmente consumida pelo incendio, que, em 1905, destruiu a Faculdade de Medicina da Baia.



Altar de mármore da sacristia

ALGUNS DESENHOS DE ARQUITETURA EXISTENTES NO ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL PORTUGUÊS

Um edificio, uma vez construido, raramente conserva a sua exata forma primitiva por muito tempo. Há poucos edificios coloniais nas Américas que não tenham sofrido alguma alteração no seu aspeto original, modificados conforme o gosto de gerações sucessivas. Muitas vezes desapareceram totalmente. A tarefa de um estudioso da arquitetura da América colonial é por isso, na maioria das vezes, um problema de reconstrução. Precisa constantemente de documentos pictóricos para recordar a historia dos edificios que analisa. Velhas fotografias que representam um predio antes da sua demolição ou modificação desempenham largo papel nessa obra de reconstrução. A nova Comissão de Monumentos (1) da Argentina já nos tem mostrado a imensa importancia de tais fotografias antigas na historia dos cabildos mutilados da Argentina colonial. Quem folhear o recente trabalho do senhor Luiz Edmundo (2), com as suas duzias de vistas fotográficas tiradas no fim do século passado, reconhecerá nele uma fonte legítima para a reconstituição parcial de inúmeros edificios coloniais do Rio de Janeiro, agora irremediavelmente alterados ou já

1. Chefiada pelo Sr. Dr. Don Ricardo Levene. Vejam o catálogo da primeira exposição da Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos, *Exposición de planos y fotografias de monumentos históricos*, Buenos Aires, G. Kraft Ltda., 1939.
2. Luiz Edmundo, O Rio de Janeiro do meu tempo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 3 t.

derrubados. Aquarelas, litografias e gravuras, embora mais raras, são de igual importancia. Quem quiser escrever com autoridade sobre arquitetura colonial no Brasil tem, primeiro, que conhecer os desenhos de viagem de Frans Post (3), Debret (4), Hildebrandt (5), Vidal (6), Pallière (7), e mais uma série de artistas peregrinos. Quem trabalhar o grande depósito dos rascunhos de Rugendas, existente em Mônaco de Baviera (8), terá a chave de centenas de misterios arquitetônicos da América do Sul.

Os documentos contemporaneos são as testemunhas mais preciosas. Se quisermos saber exatamente qual foi o aspeto de uma construção colonial no momento da sua inauguração, temos que ter acesso ao desenho aprovado pelo proprio arquiteto. Outros desenhos rejeitados nos darão idéia das fases preliminares da inspiração. Saberemos, assim, o processo da construção segundo a primeira, a segunda, ou mesmo a terceira invenção do construtor.

Tivemos, nos últimos anos, dois exemplos do valor destes desenhos da época. A descoberta de uma gravura antiga na Biblioteca Bodleiana determinou todo o curso da restauração de Williamsburgo,

---

3. Frans J. Post (c. 1612-1680). Vejam: Joaquim de Sousa-Leão Filho, *Frans Post*, Rio de Janeiro Typografia Mercantil, 1937; Robert C. Smith, *The Brazilian landscapes of Frans Post* (The art quarterly, vol. 1, no. 4, 1938, pp. 239-268).
4. J. B. Debret (1768-1848), *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, Firmin Didot frs. 1834-1839, c. t.
5. Eduard Hildebrandt (1818-1869). Vejam Joaquim de Sousa-Leão Filho, *O paisagista Eduardo Hildebrandt no Brasil* (Revista da Semana, ano 38, no. 24, pp. 16-17).
6. Emeric Essex Vidal (1791-1861), *Picturesque illustrations of Buenos Aires and Monte Video consisting of twenty-four views*. London, R. Ackermann, 1820. Vejam Alejo B. González Garaño, Acuarelas de *E. E. Vidal*, Exposición Amigo del Arte, Buenos Aires, 1933.
7. Jean-Léon Pallière (1823-1887), *Album Pallière, Escenas americanas*, Buenos Aires, Fussoni Hnos., 1862. Veja Alejo B. Gonzáles Caraño, *Plalière*. Amigos del Arte, Buenos Aires, 1935.
8. Johann Moritz Rugendas (1802-1858),*Malerische Reise in Brasilien*, Paris, Engelmann & Cie., 1935. Vejam Luis Alvarez Urquiet, *El pintor Juan Mauricio Ruggendas*. (Boletín de la academia chilena de la historia, año VII, no. 12, 1940, pp. 5-36).

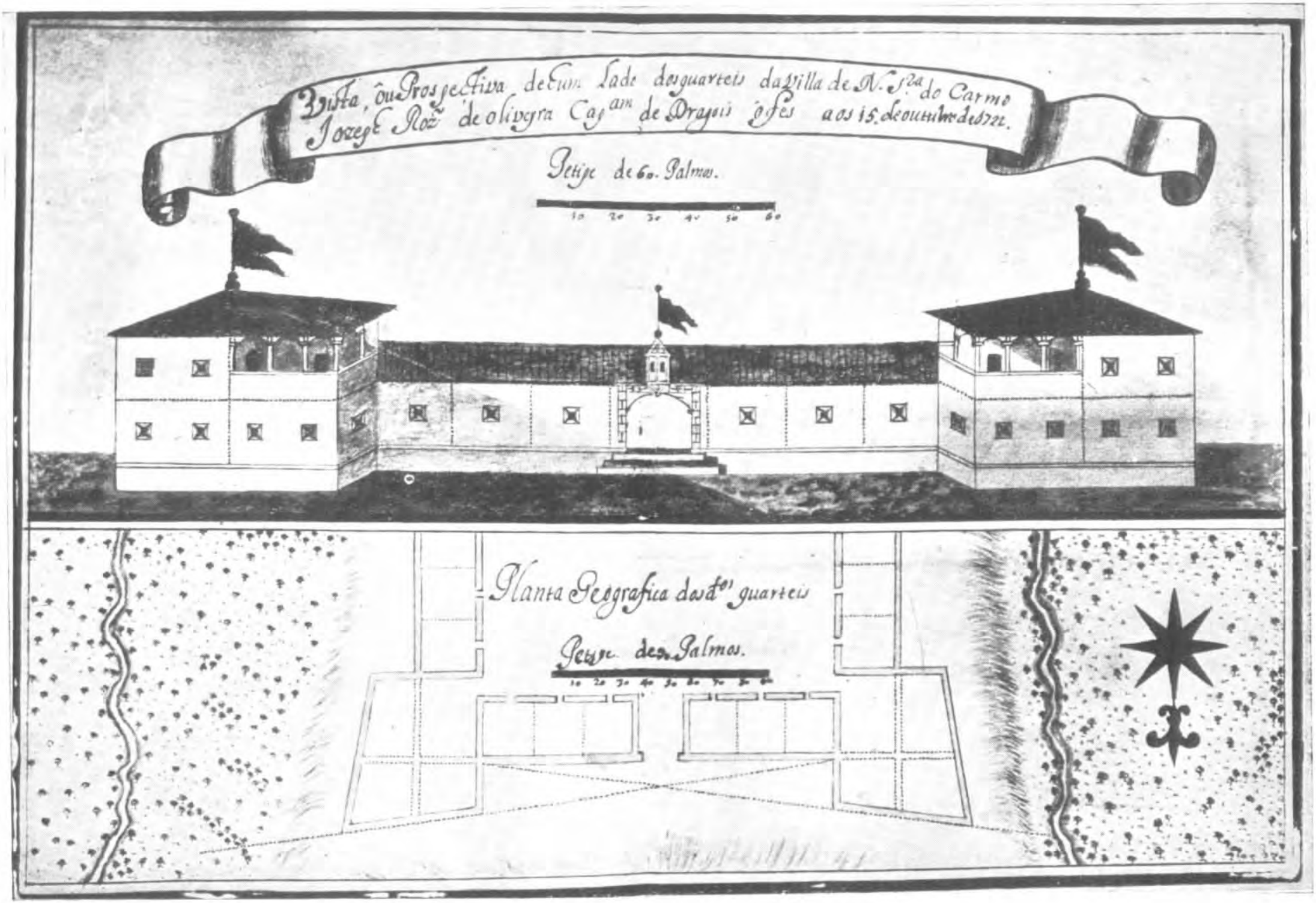


Fig. 1 — Projeto dos quarteis de Mariana, Dez. 1722.
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

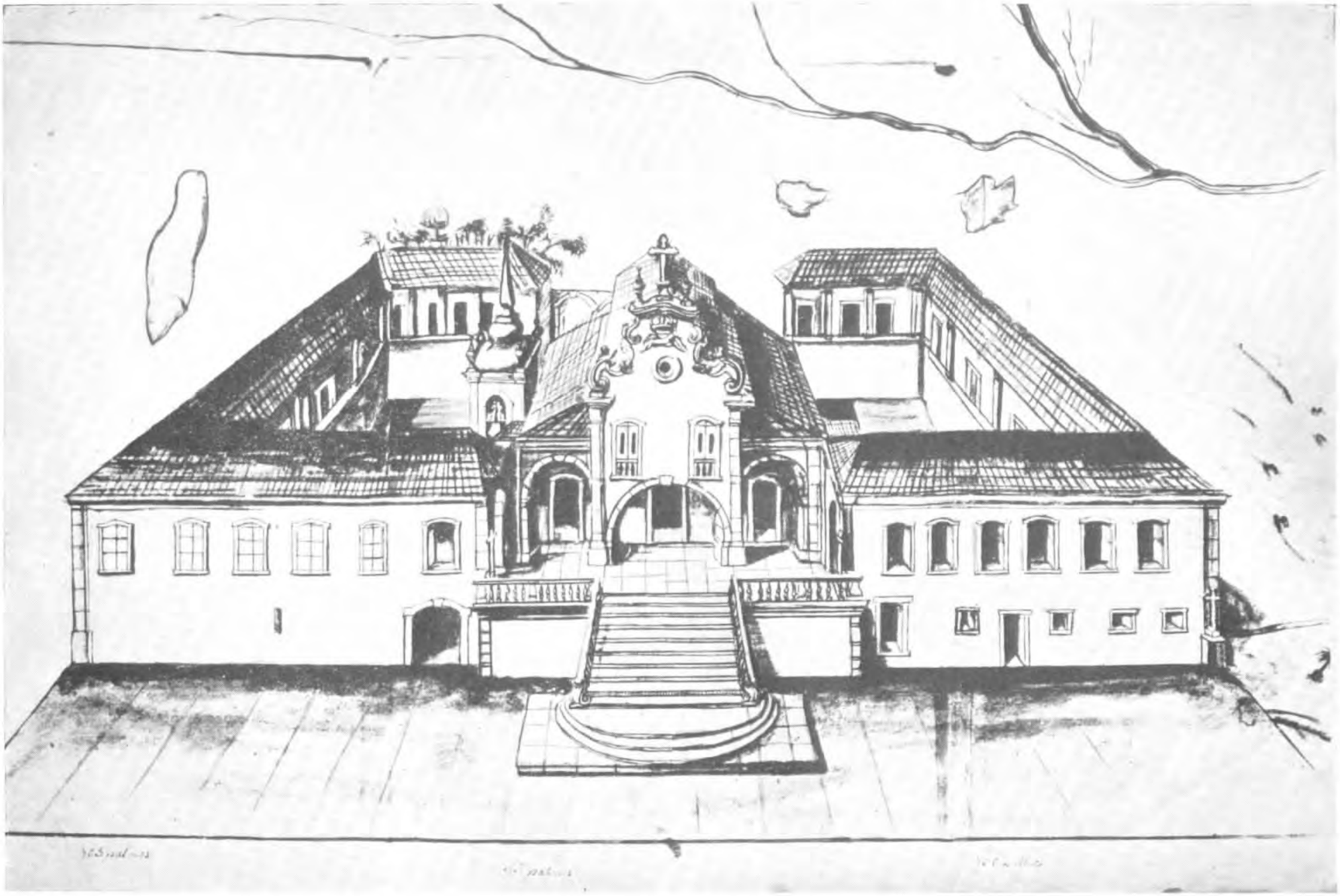


Fig. 2 — Desenho do santuario de N. S. Mãe dos Homens, no Caraça, em Minas Gerais. Dezembro, 1805
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

cidade dos governadores da colonia de Virginia (9). Em 1933 um jovem professor espanhol, Don Diego Angulo Iniguez, publicou em três tomos uma coleção completa de plantas e traçados de edificios construidos durante quasi 300 anos nas colonias americanas da Coroa Espanhola (10). A publicação desses documentos do Arquivo das Indias, em Sevilha, deu enorme ímpeto ao estudo da arquitetura colonial da América Espanhola. Não somente revelou muitos edificios na forma em que foram projetados mas, pela sua riqueza de pormenores, facultou aos especialistas o estabelecimento de teorias positivas sobre todo o sistema de construção na época colonial.

Até agora ninguem publicou pesquisas relativas aos desenhos arquitetônicos de edificios coloniais brasileiros. Lembrando-me deste fato durante uma recente estada em Lisboa, procurei tais documentos. Não foi dificil encontrá-los, tendo sido a coleção de papéis coloniais, antigamente conservada na Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional, novamente transferida para um edificio especial, o Arquivo Histórico Colonial, montado no antigo palacio dos Condes da Ega; na Junqueira. Todo o material arquitetural foi lá cuidadosamente separado e classificado pelo distintíssimo diretor do Arquivo, Dr. Manuel Murias, que gentilmente o pôs a minha disposição.

O número de desenhos de arquitetura colonial, com documentos anexos, foi, à primeira vista, estranhamente pequeno. Em vez das centenas de papéis importantes, descobertos no tombo de Sevilha, encontrei apenas 35 desenhos. A atividade arquitetural da Coroa portuguesa no Brasil nunca foi tão grande como a da Espanha na sua parte do Novo Mundo; o tombamento dos documentos nunca foi tão rigoroso, segundo parece, e os depósitos originais portugueses tinham sofrido os efeitos de um terremoto e outros desastres a que escapou o arquivo sevilhano. Varias as localidades representadas pelo material do Arquivo. Muitos desenhos relativos à obscura ca-

---

9. Vejam: *A brief and true report for the traveller concerning Williamburg in Virginia,* Richmond, A. Dietz, 1935, p. 40; Fiske Kimball, *The restoration of colonial Williamburg.* (The architectural record, dez. 1935, p. 365).
10. Diego Angulo Iñiguez, *Planos de monumentos arquitectónicos de America y Filipinas existentes en el archivo de Indias, Sevilla,* Laboratorios de arte, 1933, 3 t.

pitania de Sta. Catarina; poucos de Minas Gerais; nada de alta importancia de S. Paulo ou do Rio de Janeiro, nem da capital colonial da Baía. Alguns riscos isolados revelaram novos aspetos das construções da Coroa em Pernambuco e no Pará. Mas, dos poucos desenhos encontrados, varios diziam respeito a edificios entre os mais importantes do Brasil colonial.

Destes valiosos documentos é a aquarela representando o quartel dos reais dragões em Mariana, há muito desaparecido. Conforme a inscrição ao alto do desenho, foi este executado pelo capitão Joseph Rosario de Oliveira no dia 15 de dezembro de 1722, e mostra a fachada principal e uma parte da planta terrea (Fig. 1). E' testemunha única de um dos primeiros edificios oficiais da nova capitania de Minas Gerais. Esse desenho data de pouco depois da inauguração do quartel, rezando os documentos que "em 16 de 9bro. de 1720 Agradeceu S. Mag.e à Camera desta Cid.e o terem feito à sua Custa os Quarteis p.a os Soldados Dragoens" (11). O predio esteve em uso contínuo até que foi transferida a tropa famosa para a Cachoeira, onde quartéis permanentes se elevaram.

O desenho representa o edificio pormenorizadamente, embora o artista militar não conseguisse totalmente riscar no seu traçado a planta poligonal dos bastiões laterais. Na arquitetura do curioso predio há uma contradição essencial entre o sólido rez-de-chão fortificado e as varandas excessivamente vulneraveis em cima. Estas varandas constituem uma forte reminiscencia arquitetônica do estilo alentejano, lembrando certos edificios particulares e reais do período Manuelino, como, por exemplo, os paços d'El-Rei Dom Manuel 1.° em E'vora, as quintas de Agua de Peixes e Sempre Noiva, e o grande palacio dos Albuquerques do mesmo estilo, em Azeitão, perto de Lisboa. E' interessantíssimo notar que, ainda que a forma rude dos capitéis das varandas sugira que se tenha empregado naqueles detalhes madeira em vez de pedra, o vermelho brilhante dos

---

11. Teófilo Feu de Carvalho, *Chronologia da cidade Mariana. Estudo de creação desta cidade, e seus estabelecimentos publicos q.e se forão seguindo desde o tempo em q. foi creada a V.a the o prez.e segundo consta dos L.os das ordens Regias do Senado desta cidade*. (Revista do arquivo público mineiro, vol. 6, 1901, p. 1154).



Fig. 3 — Litografia do seminario de N. S. da Boa Morte de Mariana
(Hermann Burmeister. Reise nach Brasilien, Berlim, 1853)

Estado atual do mesmo seminario

tetos e a propria técnica de pena indicam que o progresso arquitetural em Minas já permitia cobrir o predio todo de telhas. Procurou-se por ênfase especial no portal pelo seu primitivo tratamento em forma "rusticada" e pela colocação de uma torrezinha, imediatamente acima dele, que nos recorda elementos análogos existentes nas fortalezas portuguesas dos séculos 16 e 17, do litoral brasileiro.

Outro desenho de alta importancia na coleção do Arquivo Histórico Colonial risca o santuario e hospicio de N. S. Mãe dos Homens no Caraça, tambem em Minas Gerais (Fig. 2). Como o desenho dos quartéis de Mariana, é aguarela com aditamentos de tinta e tambem representa uma construção perdida. Sabe-se a historia excêntrica do eremita Irmão Lourenço que no fim do século 18 viveu a sua solitaria existencia nas montanhas de Minas Gerais. Lá com o mínimo de ajuda elevou a capela que dedicou à Senhora Mãe dos Homens e varios edificios subsidiarios destinados a pessoas que, como ele, resolveram renunciar o mundo em favor de perpetua meditação. Todo o empreendimento ainda se reveste de consideravel misterio (12). A verdadeira identidade do Irmão Lourenço ficou sempre desconhecida e não se sabe ainda por que meios, alem das esmolas casuais, o santuario se erigiu e se paramentou. Em 1774 a capela andava em obras; em 1777 ja estava em uso provisorio. Recordou-se que no ano 1780 tinha a capelinha um orgão e piano-forte tocado por um escravo preto. O interior se ornamentou rapidamente de maneira suntuosa, se nos diz a verdade D. Frei Cipriano de São José, Bispo de Mariana, que em 1805 lhe fez uma visita oficial, por ordem regia. Relata o senhor bispo: "cheguei, enfim, ao termo suspirado; examinei o edificio que, à excepção da pequena ermida, ainda não tinha suas obras consumadas. A ermida é pequena, muito asseiada e muito decente; tem ornamentos e vascos para o culto divino que oxalá os tivessem as freguesias deste bispado, tão bem paramentados. O hospicio que, segundo dizem, está completado, tem acomodações suficientes para doze e mais indivíduos" (13).

---

12. Para a historia do santuario vejam Augusto de Lima Jr. *Historias e lendas.* Rio, Schmidt, 1935, pp. 25-59.

13. Citado por A. de Lima Jr. (op cit., pp. 29/30).

O Irmão Lourenço faleceu em 27 de outubro de 1819. No ano seguinte se realizou um inventario completo do estabelecimento. Pouco depois foi o hospicio convertido em seminario de Lazaristas. Em 1854 a capela foi inteiramente reconstruida no estilo gótico quando da trasladação do velho seminario episcopal de Mariana para o Caraça.

Conta-se que, depois da visita de Dom Frei Cipriano à capela do Irmão Lourenço, foi remetido para Lisboa largo relatorio dos edificios do santuario ainda incompletos. O atual desenho deve ter acompanhado o documento enviado à Metrópole pelo senhor bispo de Mariana. E' utilíssima a comparação da nossa aquarela com a descrição, excepcionalmente minuciosa, feita pelo célebre viajante Augusto de St. Hilaire quando em 1817 visitou o sitio do velho eremita. Embora os predios andassem consideravelmente arruinados quando o francês os viu (les aumônes ont cessé, et ces grands bâtiments si modernes laissent voir partout des traces de vetusté), sua descrição segue notavelmente as linhas já traçadas pelo desenho de 1805.

"En arrivant, on se trouve sur une plate-forme, devant laquelle on a planté un rang de palmiers qui confondent leur élégant feuillage. Sur cette plate-forme s'élèvent les bâtimens de l'ermitage, séparés en deux parties, que font face l'une à l'autre. Un perron, placé entre ces deux portions de l'édifice, conduit à une terrasse de plain-pied avec leur premier étage, et de plus avec l'église, qui, construite sur un plan moins avancé, forme en quelque sorte un corps de logis dont les deux bâtimens serraient les ailes.

Toute la façade de l'édifice, depuis l'extremité d'une des ailes jusqu'à celle de l'autre, a environ vingt-trois pas, et chaque aile présente, au premier étage, six croisées assez écartées les unes des autres. Le perron a dix-huit marches; après les quatre premières, on trouve un large repos, et les quatorze marches qui viennent ensuite, plus étroites que les autres, sont bordées de chaque côté par une rampe en pierre d'un assez bon goût. Tout autour de la terrasse règne une balustrade semblable à la rampe de l'escalier.

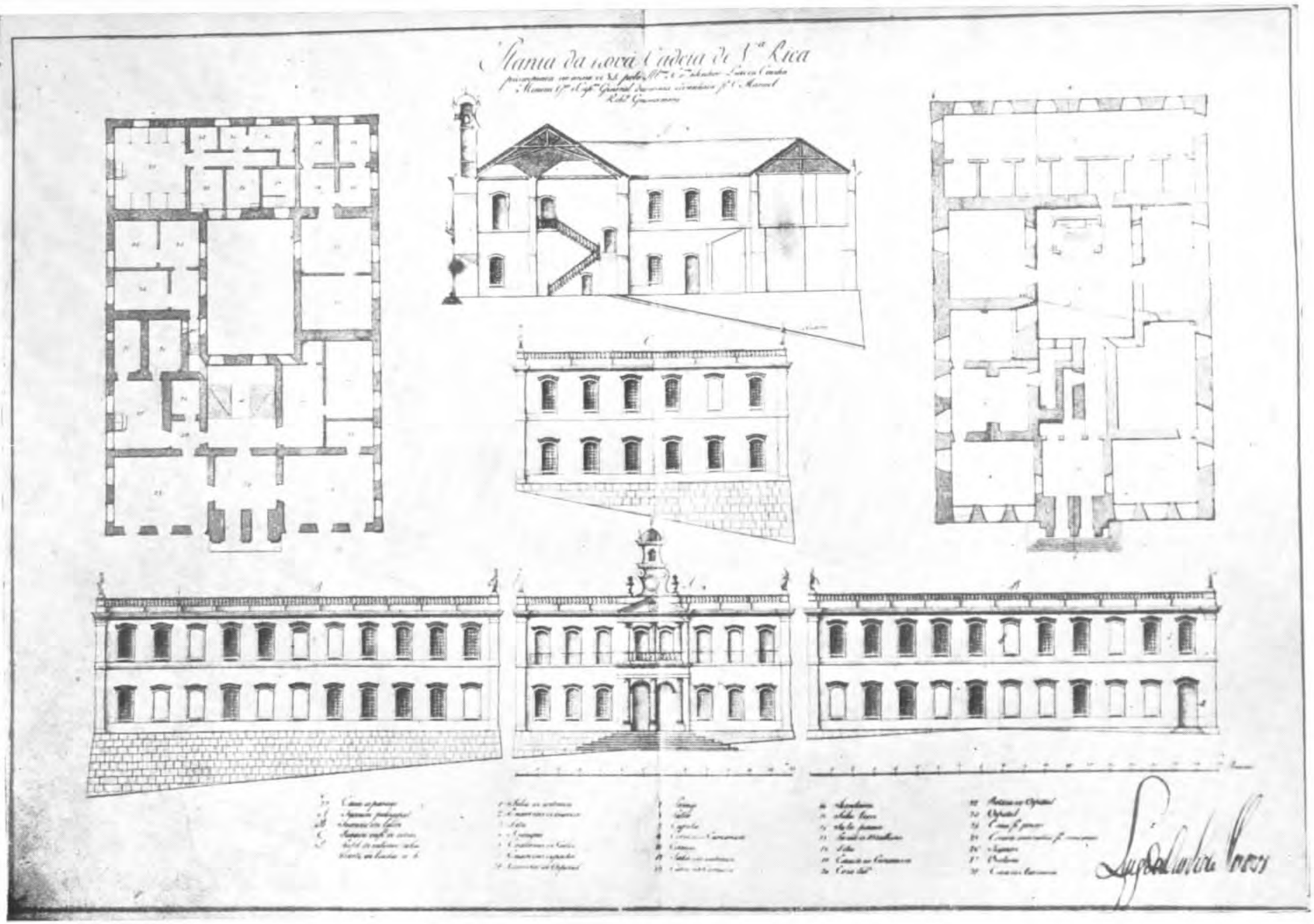


Fig. 4 — Projeto da cadeia de Ouro Preto
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

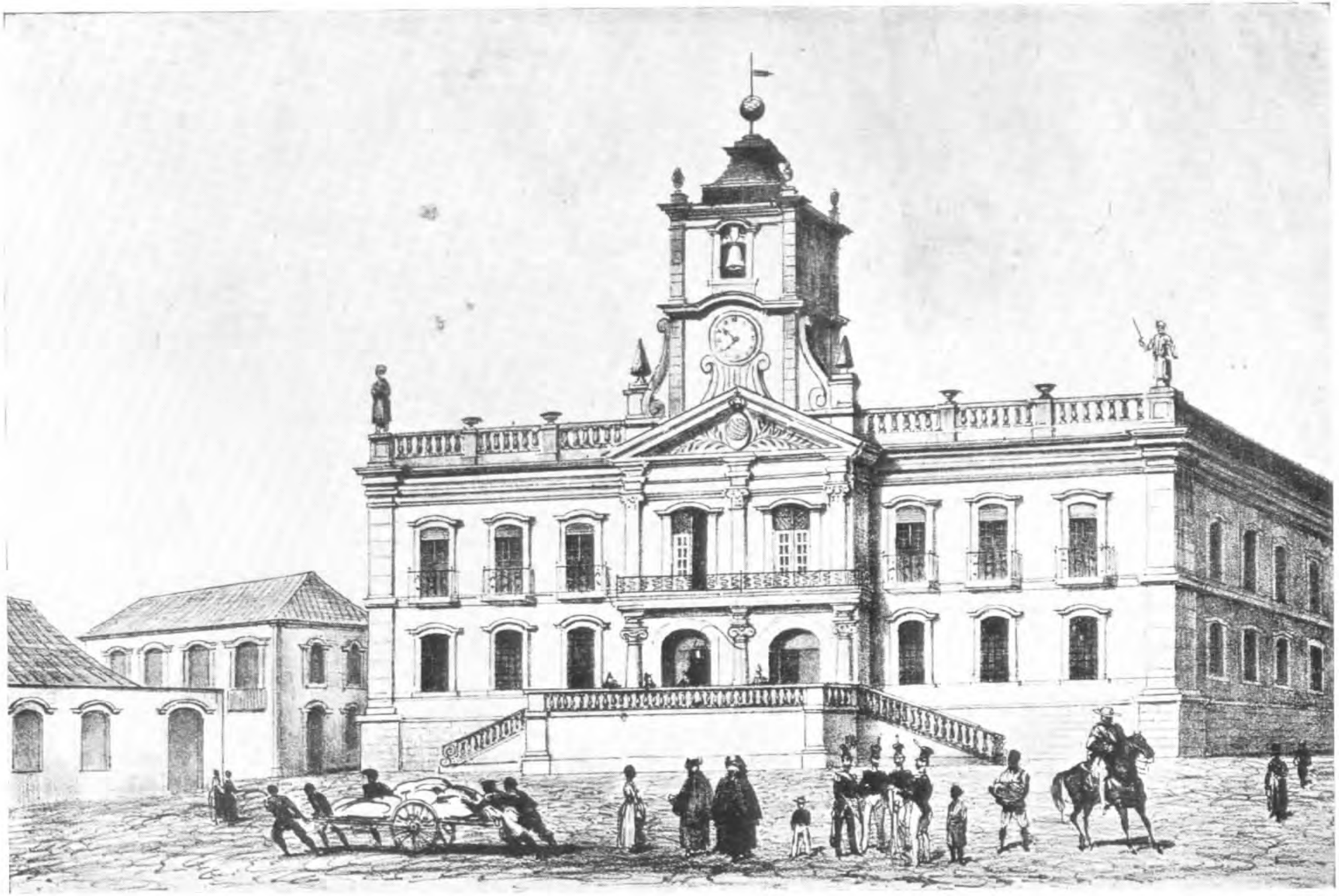


Fig. 5 — Litografia da cadeia de Ouro Preto
(Hermann Burmeister. Reise nach Brasilien, Berlim, 1853)

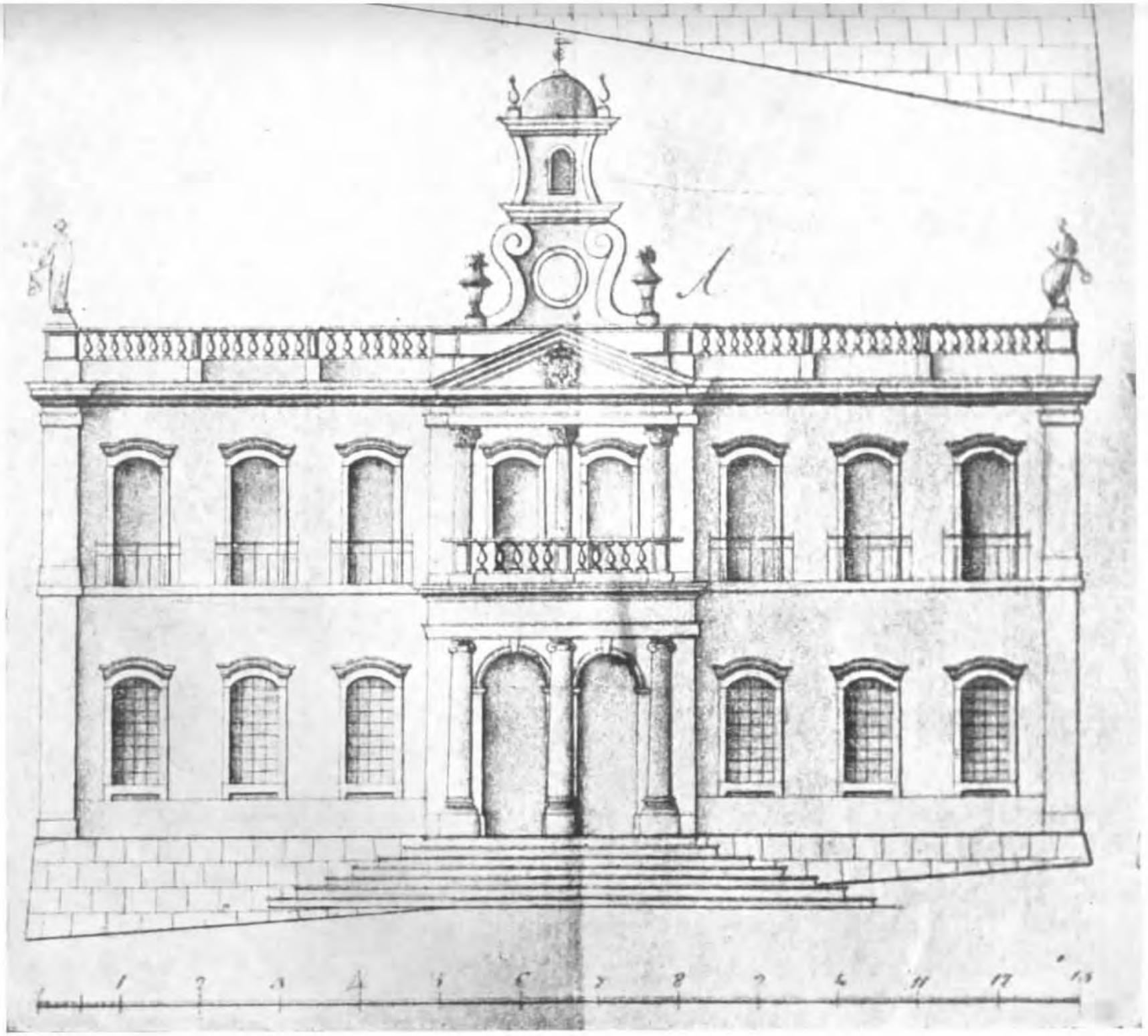


Fig. 6 — Fachada da cadeia de Ouro Preto. Ampliação da fig. 4
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)



Aspeto atual da antiga cadeia de Ouro Preto
(Hoje séde do Museu da Inconfidencia)

Devant la porte de l'église est une espèce de porche formé par deux piliers qui soutiennent la tribune ou l'on a placé l'orgue. L'église est étroite, mais fort ornée, et elle possède une trés-belle argenterie, entre autres, de grands candelabres de vermeil irrégulièrment contournés comme ceux de tous les autres temples. Autour de l'église règne un corridor en fer à cheval qui ne communique point avec elle; on y entre par deux portes extérieures, et l'on y voit des chapelles placées de distance à autre. Sur l'autel de chacune est une statue en bois peint, qui représente le Christ dans quelqu'une des attitudes de sa passion. Ces statues sont loin d'étre des chefs-d'oeuvre; cependant elles ont assez d'expression pour qu'on reconnaisse aisément l'intention de l'artiste, et l'on ne peut s'empêcher de les admirer, lorsqu'on sait qu'elles ont été sculptées par un homme qui n'avait jamais eu aucun modèle sous les yeux, et vivait dans la solitude sur les frontières du pays des Botocudos. Les deux chapelles les plus remarquables et les plus richement ornées se trouvent hors du corridor que je viens de décrire; elles sont placées vis-àvis l'une de l'autre, au fond des bâtiments même de l'ermitage, et sont de niveau avec l'espèce de porche qui fait partie de l'église. Sur l'autel de la chapelle qui est à droite, sont plusieurs figures en bois qui représentent quelques circonstance de la passion. Dans la chapelle de la gauche, on voit un corps en cire, richement habillé, qui renferme des reliques que l'on a reçues de Rome.

Le rez-de-chaussée du bâtiment de l'ermitage a été employé à faire des magasins et des logemens pour les nègres. Le premier étage est divisé en cellules destinées aux ermites et aux voyageurs que la dévotion ou la curiosité amène dans ces montagnes" (14).

---

14. Auguste François César Provençal de Saint-Hilaire, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris. Grimbert et Corez, 1830, T. 1, pp. 219-221.

Notar-se-á que na maioria dos pormenores a passagem literaria repete a evidencia fornecida pelo desenho. A planta de dois grandes *corps de logis* separados pela capela, a escada, o patamar, e o terraço entre as alas, a balaustrada, as seis janelas de cada bloco, o alpendre decorativo, a forma estreita da capela, assim como as duas portas laterais da principal fachada, todos se encontram no desenho. A única divergencia, embora ligeira, se vê no número de degraus da escada que conduz à capela. St. Hilaire indica que achou 18, mas na aquarela não se contam tantos.

O hospicio de N. S. Mãe dos Homens era, na sua forma original, muito parecido na sua planta e no seu estilo arquitetônico com o seminario e a capela de N. S. da Boa Morte em Mariana (Fig.3) (15). Havia nos dois edificios a mesma disposição da capela precedida por umas escadas colocadas no meio da ala principal de uma construção quadrada. Derivou-se a planta vagamente do convento do Escorial e do seu equivalente português, o monumento de Mafra. O mesmo tipo de fachada, ligeiramente disfarçado, encontra-se na igreja baiana de N. S. da Conceição da Praia. *

Tinham os dois santuarios a mesma planta e disposição. Mas a concepção geral exposta no Caraça foi mais grandiosa. O hospicio tinha alas de dois andares embora as do seminario fossem só de um piso. A capela do Irmão Lourenço possuia um alpendre típico da arquitetura da região de Viana do Castelo. Era a frontaria ricamente lavrada com esculturas sólidas do tipo que se encontra quer em Minas Gerais, quer na portuguesa Viana. O desenho de D. Frei Cipriano mostra interessante tarja representando o brazão da ordem 3.ª de S. Francisco de Assiz, cujo habito tomou o Irmão Lourenço em 1767 no Serro Frio, obra que talvez pertencesse ao belo repertorio dos mestres da escola artística de Vila Rica. Em suma, o santuario e o hospicio, conforme a aquarela no Arquivo de Lisboa, as páginas de St. Hilaire, foram um dos monumentos mineiros mais destacados da época colonial. (16).

---

15. Elevado na chácara de Joseph de Torres Quintanilha, 1748.
16. A gravura foi-me primeiro indicada há três anos no Rio de Janeiro pelo meu grande amigo, Dr. Augusto de Lima Jr.

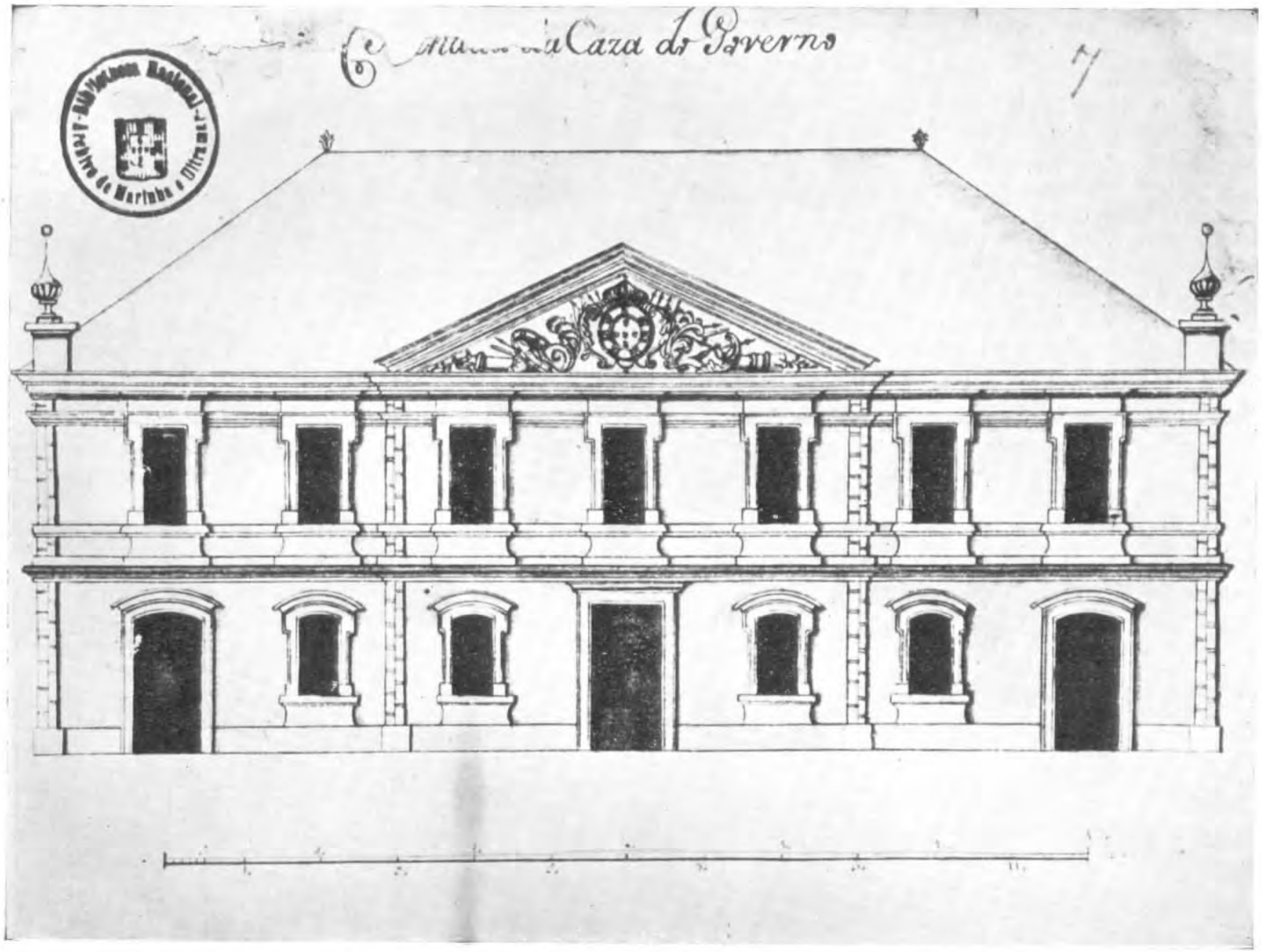


Fig. 7 — Fachada da Casa do Governo de Santa Catarina (ca. 1750)
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

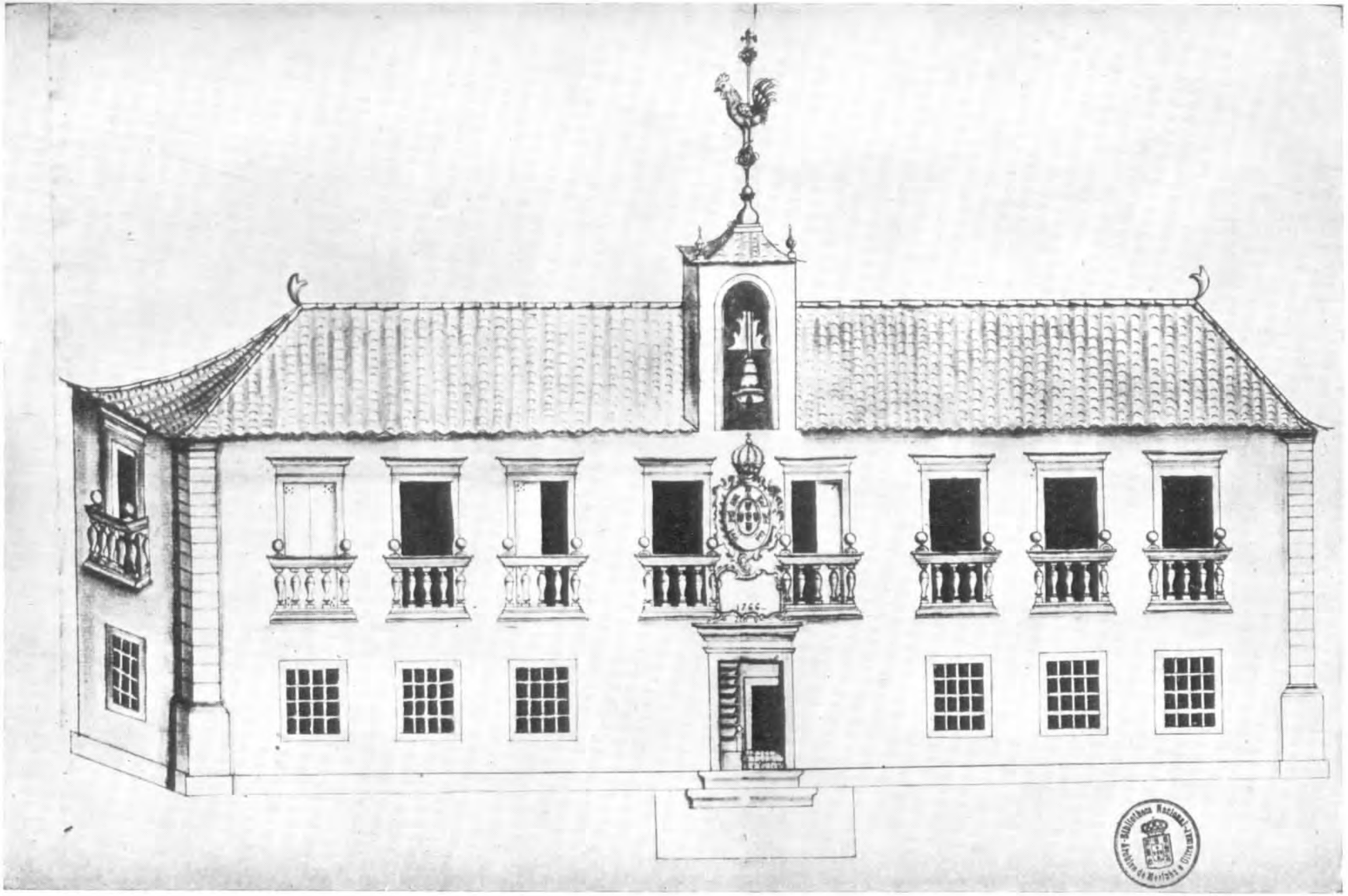


Fig. 8 — Fachada da Casa da Câmara de Goyaz (ca. 1766)
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)



Estado atual da Casa da Câmara de Goyaz

Documento ainda mais importante, que faz parte da coleção do arquivo lisboeta é a gravura da planta e fachada da cadeia de Vila Rica, obra principal de Luiz da Cunha e Meneses, governador de Minas Gerais entre 1783 e 1788, (Fig. 4—6) (17). Não somente revela de maneira positiva a forma original do palacio mas ao mesmo tempo parece indicar a verdadeira autoria da grandiosa penitenciaria.

Foi a cadeia de Vila Rica o edificio secular preponderantemente que se construiu durante a época colonial nas Minas. Foi o único de fina cantaria sem a cobertura de cal branca que distingue as paredes dos outros edificios mineiros. A historia da cadeia de Vila Rica é comprida e complicada. O sitio contíguo àquele da igreja de N. S. do Carmo fora sempre o lugar onde se reunia o senado. Já em 1711, ano da fundação da vila, o governador D. Antonio de Albuquerque adaptara para esse fim certa sala provisoria. Construção de madeira temporaria, duas vezes se deram ordens para que se consertasse, mas por aquele motivo o trabalho jamais se realizou.

Em 1721 foi dirigida de Lisboa uma carta regia ordenando que em toda a capitania de Minas Gerais se construissem em todas as vilas de certa importancia edificios em que se reuniriam as funções de casas das audiencias, câmara e cadeia. Dois anos depois levantou-se nova construção de pau na principal praça de Vila Rica. Tinha este edificio um belo sineiro de madeira e uma escada exterior; a mão de obra foi arrematada por um contratador da região, Antonio Moreira Duarte. E' deste edificio singelo que o poeta mineiro setecentista Claudio Manuel da Costa deixou uma descrição elaborada (18). Apesar de muitas alterações sobreviveu até o ano de 1784, quando uma terceira construção se iniciou no mesmo sitio.

Este novo edificio, a atual penitenciaria, foi um projeto do governador Luiz da Cunha e Meneses. Os métodos brutais a que recorreu para alcançar o seu fim ambicioso, sem poupar ao povo sacrificio nenhum, confiscando propriedades e empregando trabalho forçado, provocaram uma série de escândalos que deram lugar a composição de

---

17. Para a historia deste edificio vejam a minha monografia, *The colonial architecture of Minas Gerais in Brasil*. (The art Bulletin, vol. XXI, 1939, pp. 110-149) que se publicará breve, em português.
18. *Villa Rica,* (Ouro Preto, 1897) canto II, versos 41-73.

uma pseudo-epopéia de extraordinaria violencia (*Cartas chilenas treze, em que o poeta Critillo conta a Dorothéo os fatos de Fanfarrão Minezio, governador do Chile*) geralmente atribuida a Claudio Manuel da Costa. O poema, provavelmente escrito em 1786, mas não publicado antes de 1863, fornece preciosíssimas informações sobre o aspeto original da cadeia (19).

Iniciada em 1784, a construção foi interrompida em 1788 quando o governador tirânico regressou a Lisboa. Dois anos depois foi recomeçada sob o seu sucessor, o Visconde de Barbacena. Foi só em 1869 que se completou inteiramente o edificio.

A cadeia sofreu varias modificações infelizes no curso da sua longa construção. Sabe-se que em 1846 a forma da escada em frente foi mudada e construiu-se um chafariz. O autor deste artigo sustentara que uma litografia de Burmeister, publicada em 1853 (Fig. 5), refletia o aspeto primitivo da penitenciaria, porque representa a escada sem o chafariz. A gravura de Lisboa, porem, invalida completamente essa opinião.

Graças a essa nova gravura sabemos agora que a escada que aparece na litografia de Burmeister não é a primitiva. Compunha-se a da litografia de um alto terraço com degraus de cada lado. Correspondia à escadaria que se encontra atualmente em frente do palacio. Mas a gravura não mostra terraço nem escadas laterais, e sim uma escadaria simples, de largas e nobres proporções (Fig. 6). Esta disposição parece mais satisfatoria, por não cortar a vista das bases das três colunas jônicas que ladeiam o frontispicio da cadeia. O alto terraço e a balaustrada na sua disposição atual (que se vê na litografia) prejudicam muito o efeito da fachada principal do edificio.

Teria se construido a escada indicada na gravura? As *Cartas chilenas* mencionam uma "espaçosa escadaria" em cima da qual estava "a nobre entrada" do palacio. Parece que o poeta descreve a escada representada na nossa gravura. Mas o leitor deve lembrar-se de que aquela descrição podia ter sido baseada na gravura em vez de na

---

19. A 3.ª carta, versos 66-114.

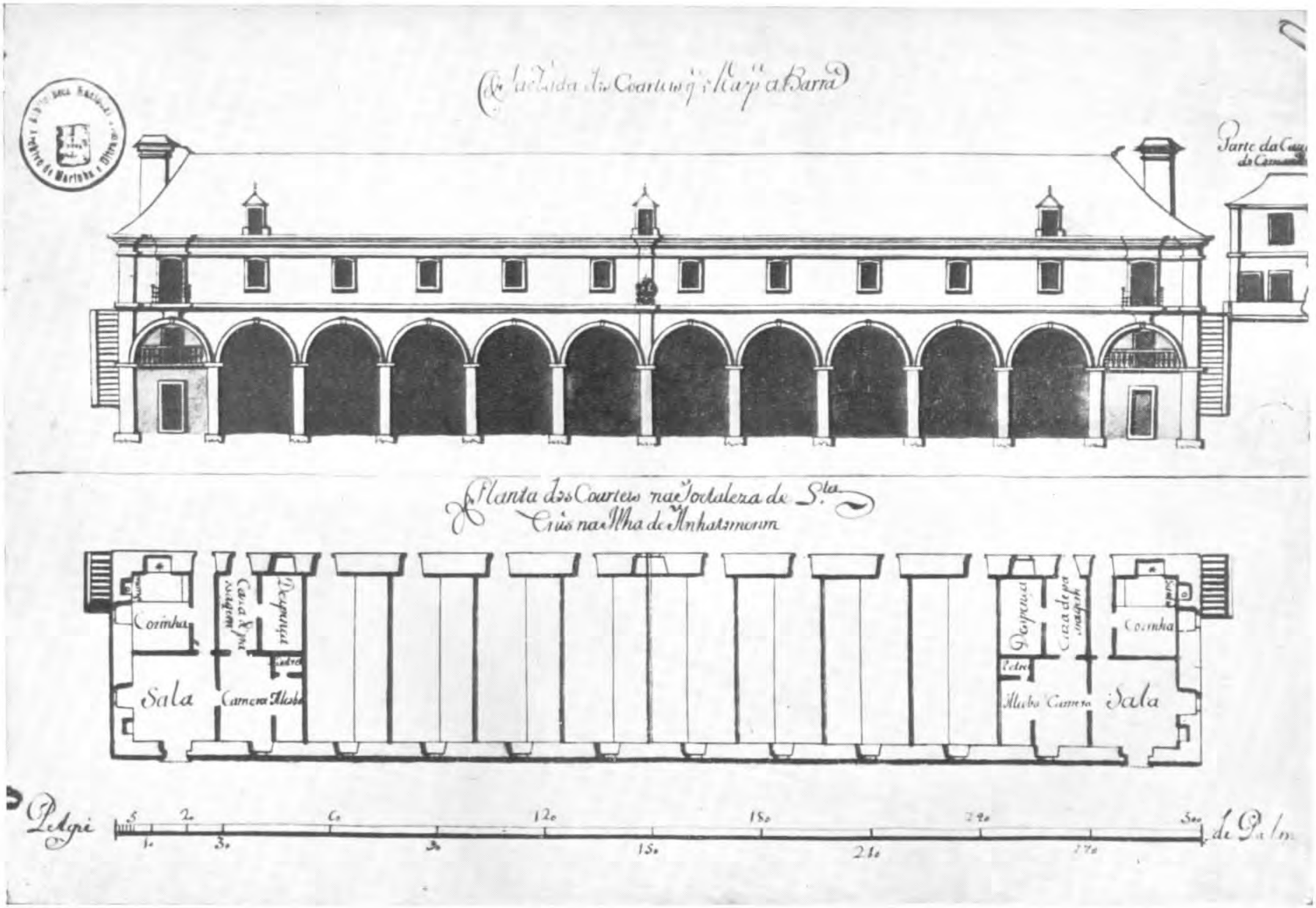


Fig. 9 — Projeto dos quarteis da fortaleza de Santa Cruz em Santa Catarina (ca. 1753)
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

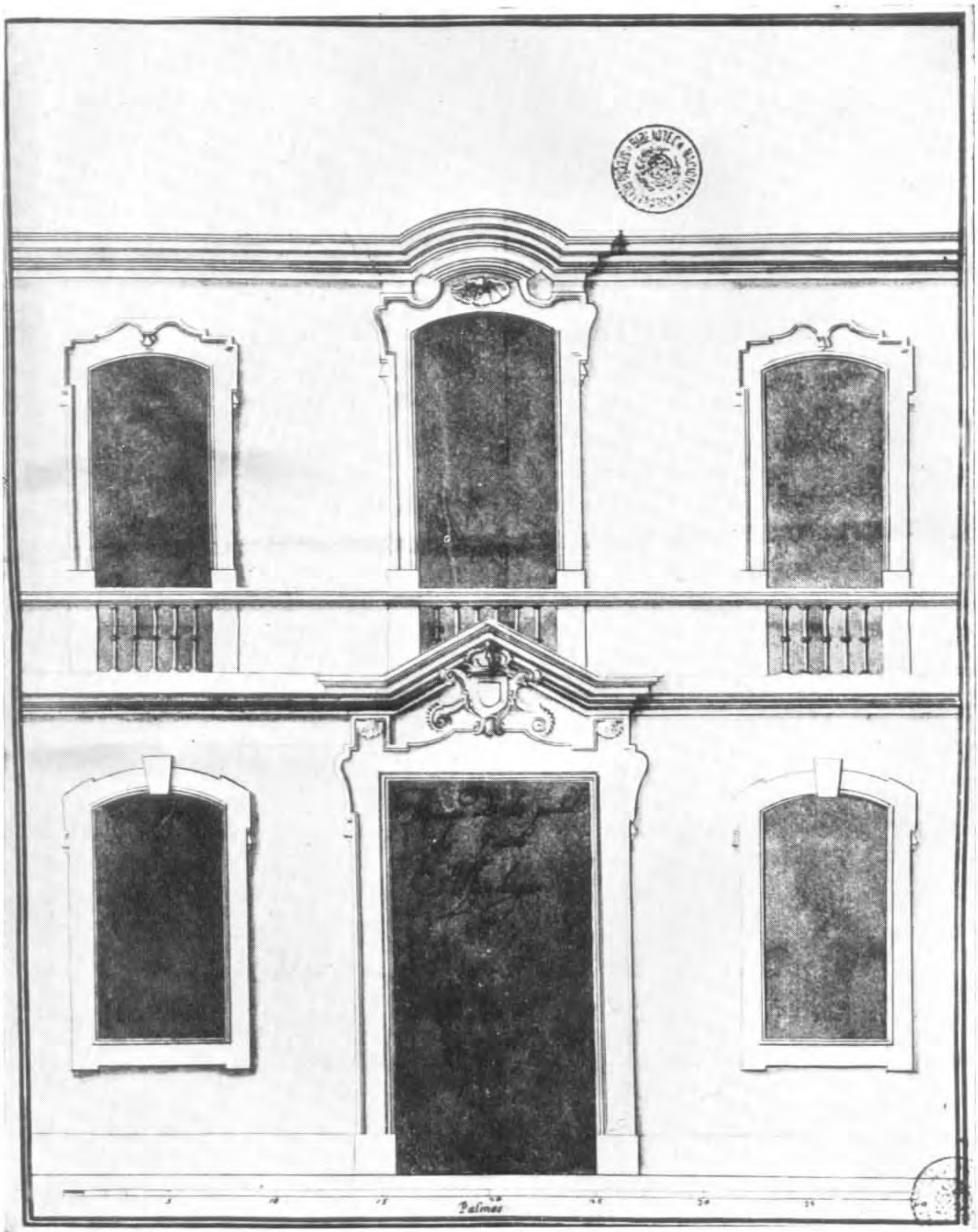


Fig. 10 — Fachada da alfândega de Belém do Pará
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

propria construção. Se a cota da soleira da porta principal da cadeia, em relação ao nivel da praça, fosse naquele tempo igual à de hoje, uma escadaria de só seis degraus nunca teria sido suficiente.

A mesma discrepancia de nivel entre a gravura e o edificio atual nota-se quanto à altura do embasamento do palacio. A cadeia, como foi realizada, é mais alta do que a traçada na gravura. Alem disso tambem há diferença na forma da torre. As volutas do seu primeiro andar foram construidas em sentido contrario às da gravura. O sineiro do atual edificio parece muito mais elevado e mais retilinear que o motivo sugerido pela gravura. Finalmente, na gravura, a torre é coroada por uma cupolazinha, enquanto a que se construiu termina num pináculo. A respeito da torre deve-se recordar que a realização saiu infinitamente mais digna e acabada do que a planta.

A gravura de Lisboa mostra muitos detalhes menores que contradizem os motivos decorativos que se veem nos edificios. Ao longo da balaustrada, na gravura, apareciam umas urnas de pedra, de feitio gracioso e tipicamente português. O edificio, ao contrario, no lugar correspondente tem pequenos obeliscos. Na frontaria vemos as originais "armas deste Reino abertas no liso centro de vistosa tarja," elemento há muito tempo tirado. As janelas de todo o andar nobre receberam feias grades modernas de ferro pintado. A gravura representa a "formosa regular varanda" do andar nobre, cujos "baluartes são das alvas pedras, que grandes ferros cortão sem trabalho", balaustrada parecida com a da grande escadaria interior. As janelas laterais tinhani "douradas grades" de feitio delicado que se podem observar na gravura. Como a prova do arquivo de Lisboa traz no canto de baixo à direita a firma de Luiz da Cunha e Meneses, a gravura deve representar a penitenciaria exatamente como o "Fanfarrão Minezio" pretendeu construí-la.

E' opinião geral entre estudiosos que a cadeia foi riscada pelo proprio governador (Feu de Carvalho nos informa que a maior parte do edificio foi executada pelo construtor Francisco Pinto de Abreu) (20). Nossa gravura, porem, traz uma inscrição contraditoria que

20. *Reminiscencias de Villa Rica — Casa das audiencias, camara, e cadêa,* (Rev. arch. publ. min. XIX, 1921, p. 311).

diz "Planta da nova Cadeia de Vª Rica principiada no anno de 84 pelo Illmº e Exmº Senhor Luiz da Cunha e Menezes Gov. e Capm. General da mesma e desenhada pr. C. Manoel Ribr. Guimaraens". Embora a palavra "desenhada" possa referir-se só à execução da planta da qual a gravura se tirou, parece mais provavel que a expressão indique a propria autoria da penitenciaria. No entanto, Manuel Ribeiro Guimarães ficará uma das numerosas figuras mal conhecidas que figuram na historia das construções coloniais americanas. Cuidadosas consultas às listas biográficas de Sousa Viterbo (21) não trouxeram noticia nenhuma. Pesquizas mais minuciosas entre os documentos em Lisboa não me foram ainda possiveis.

A coleção de desenhos do Arquivo Histórico Colonial é especialmente rica em material relativo aos edificios governamentais do Brasil colonial. Um exemplo de rara beleza é o esboço da "Casa do Governo" de Sta. Catarina, executado por volta de 1750 (Fig. 7). E' um desenho que revela forte influencia arquitetônica francesa. Um edificio mais português é o da câmara de Goiaz, datado de 1766 (Fig. 8), que foi construido mais ou menos conforme as indicações do desenho. E' de interesse especial por representar excepcionalmente bem as belas varandas de madeira lavrada e a escada interna. Dessa mesma categoria, o arquivo contem o desenho dos quartéis da Fortaleza de Sta. Cruz, na Ilha de Anhatumerim, Sta. Catarina (Fig. 9), dois esboços do portal da nova Alfândega setecentista do Pará (Fig. 10), um projeto das Casas da Administração da Companhia Geral de Pernambuco assinado "Landi", datado de 1773, e ainda uma série de fortalezas baianas.

O espaço não permite a completa descrição desses importantes desenhos de arquitetura. Chamando a atenção dos investigadores para a existencia desses desenhos em Lisboa, o autor espera poder concorrer para novas pesquisas. Nas ricas coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nas dos diversos Institutos de Historia, Geografia e Arqueologia, e em arquivos particulares, devem existir

---

21. *Diccionario histórico e documental dos architetos, engenheiros, e constructores portuguezes*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1904, 3 t.

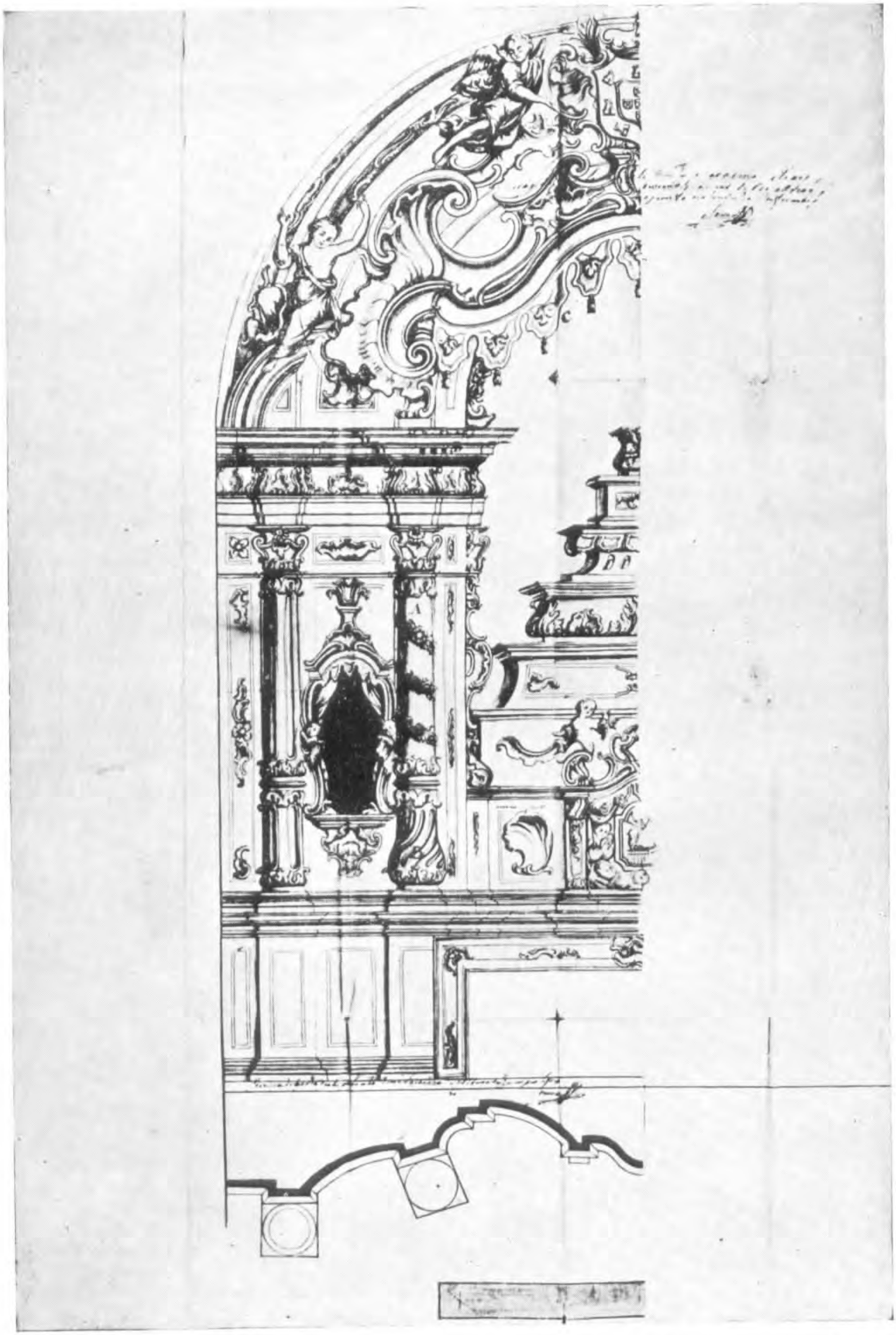


Fig. 11 — Pormenor do desenho de um altar da igreja de Santo Antonio de Itaverava, Minas Gerais (ca. 1788)
(Arquivo Histórico Colonial, Lisboa)

muitos outros, assim como varias gravuras, litografias e pinturas capazes de mostrar novos aspetos da arquitetura brasileira no período colonial. E' preciso descobrir outros documentos, fotografá-los, documentá-los e publicá-los. Só assim é que se poderá reconstruir a verdadeira evolução da arquitetura brasileira e escrever satisfatoriamente a historia daquela arte no Brasil.

ROBERT C. SMITH

(*) Ao contrario do que supõe o A. ainda existem no Caraça os dois corpos laterais do primitivo hospicio, com a grande escadaria central conforme se vê no risco da coleção do A. H. C. e de acordo com a descrição de S. Hilaire. (Nota do S. P. H. A. N.)

MOBILIARIO, VESTUARIO, JÓIAS E ALFAIAS DOS TEMPOS COLONIAIS

NOTAS PARA UMA NOMENCLATURA BASEADA EM DOCUMENTOS COEVOS

A primordial tarefa de uma repartição como o Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico é catalogar as cousas sobre que deve exercer vigilancia e estender o seu escudo protetor.

Numa catalogação há mister, antes de tudo, empregar terminologia precisa, adequada e real.

Não nos referimos aquí ao cadastro dos monumentos, das grandes construções, dos sitios históricos, mas limitamos o nosso relance aos moveis, às alfaias, às jóias, às cousas miudas por cujo resguardo contra a ação dispersiva e destruidora de mil fatores luta o Serviço do Patrimonio.

Estas notas são um subsidio para a fixação de uma nomenclatura rigorosa, baseada em documentos coevos, que acabe por substituir a arbitraria e variadíssima que vão adotando colecionadores, compradores e vendedores de antiguidades, e até escritores e pesquisadores de renome.

Não são muitos os estudos realizados entre nós acerca do mobiliario antigo brasileiro. Alem de artigos esparsos em revistas, entre os quais avultam os de Marques dos Santos e Morales de los Rios,

ultimamente lemos três bons trabalhos: uma conferencia de Clado Lessa, debatida por Augusto de Lima Junior, Marques dos Santos e José Mariano, proferida no Instituto de Estudos Brasileiros e publicada na Revista dos Estudos Brasileiros em seu número sexto de julho de 1939; um artigo de Lucio Costa e outro de Helcia Dias estampados nesta mesma Revista do Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional, em seu número três de 1939.

Nota-se nestes trabalhos, sobretudo no primeiro pela amplitude e porte de sua contextura, quanto ainda é extenso pela deficiencia de documentos o campo das conjeturas e deduções ao encarar-se a historia do mobiliario nacional.

SÉCULO XVI

Assinalou Clado Lessa na sua excelente conferencia que os colonos do primeiro século—em plena fase de conquista e defesa—, sempre em lutas, não sonhavam com luxos e se contentavam de pouco. Surgiam, entretanto, os primeiros ricos, as primeiras vaidades, sendo de citar-se Fernão Cardim, naqueles trechos em que descreve a hospedagem liberalizada a ele e seus companheiros por Garcia d'Avila (indubitavelmente Cardim fala de Garcia d'Avila, posto que o não nomeie) na sua casa de Tatuapara, armada de *guadamecins*, com uma *rica cama* e uma *mesa* que serviu desbarretado.

Quanto ao mobiliario de uso commum, Lessa alvitra que deveria consistir em — "algum *escabelo* rústico de pés prismáticos, grosseiramente aparelhado, e coberto de couro de boi mal curtido, *cavilhas* de madeira ou *galhadas de cervos* fixadas à parede ou molduras das portas e onde dependurariam a indumentaria reduzida, e os *arreios de cavalgadura* de uso pessoal; algum *pranchão aparelhado a machado suslentado por cavaletes* destinado às refeições". E atribue a um ou outro mercador mais abastado a possibilidade de usar — *arcas, baús* e *contadores manoelinos* ou *moriscos* trazidos da metrópole e *colchas de damasco e brocado*, peças estas que seriam raríssimas.

José Mariano ao debater a conferencia de Lessa pôs em grande destaque Garcia d'Avila em relação aos demais colonos de seu

tempo. "Um castelo, uma casa, fortes e fortins, casas de defensas ou defesa" — eram sinais da riqueza e poder que distanciavam o Avila da mais gente sua contemporanea no Brasil. "As outras casas eram apenas míseros casebres feitos de tijolos, cobertos à moda India".

José Mariano parece chegar a concluir que, por ser assim rico é que Garcia d'Avila tinha *uma cama* e se salientava mesmo acima dos demais habitantes da Baía, por possuir esse movel, à semelhança dos jesuitas que haviam importado "camas vindas de Portugal". Assinalando a singular importancia que tinha naquela época a *cama*, muito maior que a da *arca*, acrescenta que "em materia de mobiliario havia *bancos*, *arquibancos* miseraveis, alguns *escabelos*".

No artigo "Notas sobre a evolução do mobiliario luso-brasileiro" do Sr. Lucio Costa, lemos que a sobriedade dos primeiros colonos os levava a só se interessarem pelo essencial que, em materia de mobiliario, seria: "alem do pequeno *oratorio* com o santo de confiança, *camas*, *cadeiras*, *tamboretes*, *mesas* e ainda *arcas*. *Arcas e baús* para ter onde meter a tralha toda".

Tratando do "O mobiliario dos Inconfidentes" a senhora Helcia Dias lembra tópicos de Gabriel Soares em que há alusões a "*leitos*, *cadeiras e outras obras delicadas*", e certa madeira que "serve para marchetar em lugar do marfim". Esta ultima informação de Gabriel Soares leva a autora do artigo a salientar o apuro de trabalho, notavel para o Brasil em época tão primitiva.

Resumindo, eis o que fornecem os tres estudos acima citados acerca do mobiliario e alfaias usadas no Brasil do século XVI:

arca
arquibanco
baú
banco
cadeira
cama
colchas de damasco ou de brocado
contadores manoelinos ou mouriscos
escabelo
guadamecim
mesa
tamborete

cavilha de madeira } fixados às paredes ou molduras
galhadas de cervos } das portas onde dependurariam
a indumentaria reduzida

Que é, disso tudo, o que confirmam os documentos de antes de 1600?

De que fazem duvidar?

Que é o que, acaso, contestam?

Usando especialmente os documentos de origem baiana — vejamo-lo.

Gandavo que testemunha de fatos anteriores a 1575 não se impressionou com a pobreza e penuria do trato e viver dos colonos que conheceu. Se ele diz que "a maior parte das *camas* do Brasil são *redes*" tambem nos conta que "os moradores destas capitanias tratão-se muito bem e são mais largos que a gente deste Reino, assim no comer como no vestir de suas pessoas". E ainda "quanto às casas em que vivem cada vez se vão fazendo mais custosas e de melhores edificios; porque no principio não havia outras na terra senão de taipa e terras, cobertas somente com palha. E agora ha já muitas sobradadas e de pedra e cal telhadas e forradas como as do Reino, das quaes ha ruas mui compridas e formosas nas mais das povoações".

Fernão Cardim (1583—1590) escrevia que se "as comodidades das casas não são muitas por serem as mais delas de taipa e palha, ainda que já se vão fazendo edificios de pedra e cal e telha", as mais das capitanias que não de Rio de Janeiro até S. Vicente, "são servidas de todo o genero de *pannos* e *sedas* e andam os homens bem vestidos e rasgam muitas *sêdas* e *veludos*" ("Tratados da Terra e Gente do Brasil", ed. 1925, pág. 104).

Em varias passagens descreve o luxo do trajar da gente daquele tempo:

> "*seis delles vestidos de velludo e damasco de varias cores*" (em Olinda, Id. pág. 330).

"Mitaguaya visitou por vezes o padre *vestido de damasco com passamanes de ouro e sua espada á cinta* (em Pernambuco, id. pag. 331).

"vestem-se as mulheres e filhos de toda a sorte de *veludos damascos e outras sedas*... se vestiam uns de *veludo carmezim*, outros de *verde* e outros de *damasco e outras sedas de varias cores* e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos" (em Pernambuco, Id. pág. 335).

As referencias aos trajos ricos dão a impressão que esse vicio de opulencia dominava sobretudo em Pernambuco. Já em S. Paulo o vestuario era pobre:

"vestem-se de *burel e pelotes pardos e azues, de pertinas compridas* como antigamente se vestiam. Vão aos domingos á egreja com *roupões berneos de cacheira sem capa*" (em S. Paulo, Id. pág. 356).

E' que havia naquele sul escassez de vestuario — "teem grande falta de vestido porque não vão os navios a S. Vicente senão tarde e poucos" (Id., pág. 357).

Anchieta na sua "Informação da Provincia do Brasil" de 1585 tambem depõe acerca do vestuario no Brasil de seu tempo:

"para vestir ha muito *algodão*... as mais cousas de vestir veem da Europa, isto é, *veludos, razes, damascos, tafetás, pannos finos e baixos de toda sorte, holandas e lenços de linho*" ("Cartas de Anchieta", ed. da Academia, pág. 426).
"os homens e mulheres portuguezes nesta terra se vestem limpamente de todas as *sedas, veludos, damascos, razes* e mais *pannos finos como em Portugal* e nisto se tratam com fausto, maxime as mulheres que vestem muitas *sedas e joias*, e creio que levam nisto vantagem, por não serem tão nobres, ás de Portugal, e todos, assim homens como mulheres como aqui vêm se fazem senhores e reis por terem muitos escravos e fazendas de assucar" (Id., pág. 426).

Há, entretanto, uma peça de vestuario que não é referida senão de modo negativo — os sapatos, os calçados: "o andarem descalços é uso da terra e não lhes dá tanta pena e trabalho como se fora na Europa, e desta maneira faziam tambem os mui ricos e honrados da terra" (Id., págs. 426/427).

Gente que assim se vestia, com tais luxos e se ornava de jóias, impava de grandezas de tratamento, havia de cuidar de ornar suas casas, ainda no que não fosse para o conforto, pelo menos para o aparato de "senhores e reis".

Um outro depoimento de Anchieta nos é trazido por uns versos seus, publicados por Melo Morais no "Parnaso Brasileiro".

Na poesia que tem por título "O *pelote* domingueiro", o jesuita ironiza o trajo de luxo em moda entre os colonos:

"Tinha um monte de *botões*
Em o quarto dianteiro
. . . . . .
Cuidou ter melhor *gabão*
. . . . . .

Se tinha muitos botões
O *layo* da dianteira
Tem agora na trazeira
Mais de cinco mil *cordões*

Só agora podes sahir
Com *pelote damascado*
De alto a baixo pespontado.

Bem cingido com *ourella*
De justiça bom molleiro
Guardarás teu domingueiro

As moças já podem ter
Amores de seu pelote
E vestir-se do *chiote*
Se formosas querem ser".

Os que escreveram naqueles tempos, respondem à nossa curiosidade com algumas outras informações sobre vestuario e alfaias então em uso.

Gabriel Soares, por exemplo, afirma (1587) já possuir a Cidade do Salvador e seu termo — "*muitos moradores ricos* de fazendas de raiz, *peças de prata e ouro, jaezes de cavallos e alfaias de casa,* em tanto que ha muitos homens que teem dois e tres mil cruzados *em joias de ouro e prata lavrada*... Tratam suas pessoas mui honradamente com muitos cavallos, criados e escravos, e com *vestidos demasiados, especialmente as mulheres,* porque não vestem senão *sedas,* por a terra não ser fria, no que fazem grandes despezas, mormente entre a gente de menor condição; porque qualquer pião anda com *calções e gibão de setim ou damasco* e trazem as mulheres com *vasquinhas e gibões do mesmo,* os quaes, como tem qualquer possibilidade, têm suas *casas mui bem concertadas* e na sua mesa *serviço* de prata e trazem suas mulheres mui bem ataviadas de *joias de ouro*" — ("Tratado", 1.ª ed. pág. 115).

Se passamos das crônicas aos documentos propriamente ditos, podemos citar em primeiro lugar as folhas de pagamento da construção da Cidade do Salvador, que trazem as datas de 1549 e 1550, e nas quais encontramos estas referencias a moveis e alfaias:

"*uma arca de duas em carga de cabello, com duas fechaduras*"
(1549, Doc. Hist. Vol. XIII da série XI, pág. 272).
"*um escriptorio azul com os ferros dourados, guarnecido de dois canivetes e tesouras douradas, e seu tinteiro e poeira, com duas chaves*" (1549, Id. id. pág. 291).
"*uma campainha prateada*" (Id. id. 295).
"*pano da India, para toalhas para o altar*" (1550, Id. id. 308).
"*Rução e terresilha para ornatos de igreja*" (id. id. pág. 431.)

"*pannos da terra que foram necessarios para se cobrirem os altares depois de ditas as missas*" (Id. id. vol. XXXV, pág. 130).
"*panno de Rução para camisa*" (1549, Id. id. Vol. XIII da série XI, pág. 356).
"*panno de canhamaço para corrediças para o dito Hospital*" (1550, Id. id. pág. 441).
"*panno de treu para vélas*" (1550, Id. id. págs. 307, 461).
"*dois pares de sapatos*" (1550, Id. id. vol. XXXV, pag. 433).
"*tres chapéos*" (1550, id. id. pág. 446).

Numa carta datada de 1549 alude Nóbrega a um "*barrete vermelho* que nos ficou do mar e umas *calças*" ("Cartas de Nobrega", ed. da Academia pág. 73).

Outros jesuitas deixaram tambem informações:

"deixou as *meias calças*, e como a terra soffrera mais andar homem mal arroupado que calçado..." (1562, "Cartas Avulsas", ed. Academia, pág. 356).

Nóbrega no "Apontamento das cousas do Brasil" datado de 8 de maio de 1558, falando do vestuario dos meninos do colegio da Baía, pedia que mandassem do Reino "desses *alambeis* e outros pannos que la se perdem". E dizia que em todas as casas jesuíticas era já muito necessario — "*estanho lavrado, tachos e caldeirões de cobre e alguidares de cobre para fazer farinha*". E escrevia ainda — "virá o sino aqui á Bahia, e o *relogio* para S. Vicente, campas para as aldeias, e os *ornamentos* convenientes" ("Novas Cartas Jesuíticas", ed. Pe. Serafim Leite, pág. 83—84).

As "Confissões" e "Denunciações" ao Santo Oficio na Baía em 1591 fornecem algumas minucias:

"*Camisa* lavada e *beatos* lavados e na cabeça *toalhas* lavadas para ir a igreja" ("Confissões", pág. 52).
"*vestido de festa*" ("Denunciações", pág. 338).
"aos sabbados se *vestia de festa*, com *camisa* lavada e o melhor vestido que tinha" ("Denunciações", pág. 443).

"*camisa lavada de abanos enrocados*" ("Denunciações", pág. 494).

"coberta com *manto*" ("Denunciações", pág. 364).
"e o metteu debaixo das *fraldas*" ("Denunciações", pág. 326).
"levantando as *fraldas*" ("Denunciações", pág. 275).
"*chapéo* na cabeça" ("Denunciações", págs. 257 e 532).
"*capello da capa* na cabeça" ("Denunciações", pág. 336).
"em vez de adorar e bater nos peitos, estava brincando com a ponta de um *ourello*" ("Denunciações", pág. 302).
"em hum pé hũa chaga junto dos dedos a qual lhe dixe que lha fizera hum *chapim*" ("Denunciações", pág. 565).
"vestido como qualquer homem pobre de *baela çafada* e com os cotovelos rotos" ("Denunciações", pág. 557).
"*vestido de festa com calções e jibão de cetim*" ("Denunciações", pág. 557).
"vestido de *veludo lavrado* com muitos creados" ("Denunciações", pág. 558).

"vestido de novo e de festa e galante com *roupeta de gurgurão e jibão de seda* e todo de festa, cousa nelle muito desacostumada, porque he costumado a andar sempre çafado... e o vio tam galante e *com espada*" (em Olinda, "Denunciações", pág. 449).
"*jibão de cetim e roupeta de gorgurão* todo vestido de festa" (em Olinda, "Denunciações", pág. 531).

Já todas estas citações dão a perceber que o ambiente colonial do primeiro século não era o de um paupérrimo contentar-se a gente com apenas o necessario. Já havia, pelo contrario, alguma opulencia, gosto e vaidades de vestir, morar e comer. O mobiliario naquelas *casas mui bem concertadas* havia de estar de acordo com as vestes e os ouros, a prataria e as espadas, as sedas, os gorgorões, e mais os jaezes e cavalos de tantos *moradores ricos*.

Em termos gerais Gabriel Soares nos fala de "*alfaias de casas*" e na "*mesa serviço de prata*".

Na casa de um padre na Baía Fernão Cardim encontrou *bom serviço de porcelanas da India e prata*", ("Tratado", 1583—1590, pág. 302) e na casa de um feitor de Garcia Davila "*porcelanas e pratas*" (Id. id. pág. 313).

Referencia a *espelhos* encontramos ainda em Fernão Cardim quando relata dádivas dos cidadãos da Baía à igreja do Colegio.

Alguns desses espelhos tinham um palmo em quadro e vieram a servir de vidraças no Colegio (Fernão Cardim "Tratado", pág. 326).

Nas "Denunciações da Bahia" (1591) há referencia a espelhos — "porta de espelhos que por descuido estava alli" (pag. 516).

A igreja e pateos do Colegio se enfeitavam de "*guadamecins paineis e varias sedas*" (Id. id. pág. 286) e "*sedas, alcatifas, guadamecins*" (Id. id. pág. 325). "A egreja... com *guadamecins, cartas de Flandres* e a capella toda de *seda* com seu *retabulo*" (1568, "Cartas Avulsas", pág. 492).

A respeito desses ornatos e alfaias religiosas por um trecho de Gabriel Soares sabemos que, em 1550, o primeiro bispo Sardinha trouxe "ornamentos, sinos, peças de prata e outras alfaias do serviço da igreja" (Gabriel Soares, "Tratado", pág. 104).

A riqueza dos templos devia acompanhar a dos habitantes da cidade, que a criavam e alimentavam com suas dádivas. E' esta a lição dos documentos. Quando vemos, por exemplo, nas cartas dos jesuitas alusões a ornatos e preparos da igreja do Colegio não podemos deixar de refletir que cousas semelhantes deviam possuir os colonos baianos daquele tempo.

E essas cartas ainda nos falam de artífices, alguns de passagem, outros estantes na cidade:

> "está o corpo da igreja coberto de *guadamecins* e por cima deles *retabulos* frescos e devotos... Nas *grades* da capella estava um *frontespicio* que o *padre Manoel Alvares indo para a India,* fez para esse effeito" (1561—"Cartas Avulsas", pág. 309).
>
> "A egreja... não com *pannos de armar,* porque pola ventura não os ha nesta terra (Ilhéos)... as *grades* e os *entalhos* que fez o *padre Francisco Pires* lhe davam muita gra-

ça; as *grades* são de *páu vermelho chamado condurú*, de *balaustres feitos ao torno*, os *entalhos* continham a "Ave Maria" até "Jesus", de letras grandes, cada uma com *diversas e delicadas laçarias* estavam pregadas estas letras nos *tirantes da igreja*" (1565, "Cartas Avulsas", pág. 468).

Alem deste torneiro entalhador, Padre Francisco Pires, contava a Companhia de Jesús com um habil carpinteiro que tambem marcineirava pois era "official para tudo".

> "Antonio Pires pede a V. Revma. alguma ferramenta de carpinteiro, porque elle é nosso official de tudo" (1549, "Cartas de Nobrega", pág. 87).

Ainda de um ourives dão noticia as cartas dos jesuitas:

> "chegado o tempo da semana santa determinou-se que se fizesse o monumento mais concertado e devoto que ser pudesse, e delle tomou encargo um *devoto ourives que viera aquelle anno de Lisboa*, mui affeiçoado á companhia... *uma custodia coberta de joias e cadeias de ouro* que os devotos quizeram offerecer" (1561, "Cartas Avulsas", pág. 309).
>
> "esteve o *monumento* mui devoto e bem adornado e ao parecer de muitos melhor que em alguns mosteiros de Lisboa. Toma sempre o assumpto do ornato e concerto, *um ourives*, dessa cidade que ha annos é muito affeiçoado á Companhia e assim fez um portal mui fresco, e com outras cousas mui comodas áquelle tempo" (1564, "Cartas Avulsas", pág. 414).

Seria esse ourives tão amigo dos padres um certo Nuno Franco que aparece referido nas Denunciações no ano de 1591 ("Denunciações", págs. 279, 324 e 508) como "ourives da prata" e talvez o mesmo que fizera uma "*caixa de prata* em que está a reliquia de S. Cristovão" oferecida pelos cidadãos da Baía à igreja do Colegio, como de tudo nos informa Fernão Cardim. ("Tratados", pág. 325).

Mas não era por certo o autor de umas excepcionais *laças de bastiães douradas* de que fala Mem de Sá no seu testamento, tanto de sua estima que as vinculou ao morgadio instituido prescrevendo que o filho não as poderia vender — "nem por qualquer modo que seja enleará e desfará e por sua morte as deixará a seu filho que por

decreto herdar o morgado". Essas preciosas taças talvez nem o governador as tivesse trazido ao Brasil. Bastiães ou bastiões chamavam "certo lavor antigo de figuras de metal levantadas" que tiravam esse nome de três ourives excelentes artífices chamado Bastiões como de tudo nos certifica Bluteau.

A sociedade nascente dava o que fazer a um artífice de cousas de luxo. Eram os começos da arte; eram os primeiros artistas (1).

Ainda assim algo desordenada vale a pena continuar a pesquisa, buscando agora outras informações, restritas ao mobiliario.

No capitulo *assentos*, se deparamos com gente que usava pouco de cadeiras: "ouvio tambem que a dita Anna Roiz depois da morte do dito marido se não *assentava em esteira nem alcatifa*, mas que se assentava no chão sobrelevantando as *fraldas*, ficando com as carnes no chão e estas cousas lhe parecem mal por serem molheres da nação" ("Denunciações", 1591, pág. 402), temos noticia de *estrados*: "Anna Roiz estar em sua casa *assentada em um estrado* que tinha para a banda de traz da porta" (1591, "Denunciações", pág. 408).

E tambem *cadeiras*: "estando assim ambos assentados em uma *cadeira* e o dito seu cunhado em outra" (1591, "Denunciações", pág. 499).

Igualmente dessa época de 1591 achamos referencia a *cadeira de espaldar*, mas tanto seria um movel de comodidade caseira ou de ornato das salas dos moradores como uma sedia de cerimonia e apparato: "hua *cadeira de espaldar* em que elle estava sentado" ("Denunciações", 1591, pág. 445). Esta cadeira se encontrava numa igreja e aí o espaldar tanto podia pertencer ao proprio movel — encosto alto, como ter sido armado e superposto, à guisa de distinção e homenagem a quem sob o docel (ou espaldar) se sentava.

---

(1) E' interessante a resenha de ocupações e cargos e oficios que aparecem nas Denunciações e Confissões da Baía em 1591 — ouvidor, juiz, alcaide, almotacé, tesoureiro, condestabre, meirinho, almoxarife, carceireiro, patrão, escrivão, mestre de capela, físico, cirurgião, rendeiro dos dizimos, mestre em artes, licenciado em artes, lacrador, mercador tratante, mestre de açnqueres, peruleiro, purgador, tanoeiro, caldeireiro, cordoeiro, serralheiro, correeiro, taxeiro, carreiro, barqueiro, pedreiro, *calceteiro, telheiro, vaqueiro* que dá de comer em sua casa, tecedeira, lavandeira, mestre lavar, vendeira, harbeiro, sapateiro, ferreiro, alfaiate, carpinteiro.

No inventario de Mem de Sá (1572) deparamos com "*duas cadeiras de espaldas*" e "*uma cadeira pequena*".

A respeito de *mesas* já citamos referencias de Gabriel Soares e de Fernão Cardim. Aquelles ricos que serviam lautas refeições a seus visitantes em louça da India e baixelas de prata, deviam possuir mesas de tudo isso dignas. Tudo indica ser a mesa de uso comum entre os colonos da Baía no primeiro século.

Fernão Cardim cita as iguarias com que eram obsequiados por aqueles engenhos cujos senhores "de tudo teem a casa cheia, que na fartura parecem uns condes e gastam muito" ("Tratados", pág. 320) desde "todas as variedades de carnes, gallinhas, perús, patos, leitões, cabritos e outras castas e tudo teem de sua creação, com todo o genero de pescado e mariscos de toda sorte" até os "ovos reaes e outros mimos que nesta terra fazem muito bons" ao que juntavam "vinho de Portugal" (Id. págs. 319 e 320).

Não há como imaginar que tais iguarias e mais limpeza e conserto de serviço; aqueles gasalhados de hospedagem de senhores dissipados em farturas ao ponto de parecerem uns condes; aqueles serviços de prata e louça da India dispensassem uma boa mesa e algumas cadeiras cômodas.

Tambem vimos alusões a *leitos* ou *camas* em Fernão Cardim, que, alem da *cama rica* que tinha Garcia Davila em Tatuapara, menciona ainda outras que ao padre Gouveia eram oferecidas pelos senhores dos engenhos do recôncavo baiano, leitos de seda que o jesuita recusava por preferir a sua rede:

> "sempre fizemos caminho por mar em um barco da casa bem equipado, e quasi não ficou rio nem esteiro que não vissemos, com as mais e maiores fazendas, e engenhos que são muito para ver. Grandes foram as honras e gasalhados que todos fizeram ao padre visitador, procurando cada um de se esmerar não somente nas mostras de amor, grande respeito e reverencia, que no tratamento e conversação lhe mostravam, mas muito mais nos *grandes gastos de iguarias, da limpeza e concerto do serviço*, das *ricas camas e lie-*

> *los de seda* (que o padre não acceitava porque trazia uma rêde, que serve de cama e cousa costumada na terra)" ("Tratados", pág. 318).

Na visitação de Pernambuco tambem foram os padres honrados com hospedagens suntuosas:

> "O levaram ás suas fazendas algumas vezes, que são maiores e mais ricas que as da Bahia; e nellas lhe fizeram grandes honras e gasalhados, com tão grandes gastos que não saberei contar, porque deixando á parte os *grandes banquetes de extraordinarias iguarias*, o agasalhavam em *leitos de damasco e carmesim e ricas colxas da India* (mas o padre usava de sua rêde como costumava)... *muitos jantares e almoços e merendas* com grande abundancia" (Id., pág. 329).

Não eram necessarias tais e tão precisas menções de mesas e cadeiras para estarmos a ver essas peças de mobiliario num ambiente de tal riqueza e abastança.

Imaginamos tambem que alí se encontrariam bofetes, todavia nos documentos não deparamos com referencia a esse movel.

Certos de que não faltavam, pelo menos naquelas casas ricas, camas e leitos, mesas e cadeiras, vejamos o que dizem os documentos acerca de outros moveis e de utensilios caseiros:

> "mandar esfregar e areiar as *caixas* e tavoado, *estanho*, *candeeiros* e mais serviços" (1591, "Denunciações", pág. 26).
>
> "*huma arca encoirada* da camara onde ella, denunciante, e seu pae e mãe e huma irmã dormião e estavão" ("Denunciações", pág. 324).
>
> "*panellas*", "*taxos*" (1591, "Denunciações", pág. 44).
>
> "*servidor*" (1591, "Denunciações", págs. 525 e 531).

Fernão Cardim nos fala de um movel excepcional, feito na Baía:

> "*escriptorio*... peça de estima de madeira de varias cores e obra bem acabada por um irmão nosso, e insigne carpin-

teiro e marceneiro", e tambem allude a "um *baul*" ("Tratados", pág. 367).

E ainda a um "*relicario*" e "*dezesseis armarios com suas portas de vidraças* e no meio um grande para a imagem de Nossa Senhora e de S. Lucas".

Eram obras de tal importancia que o cronista se estende em descrevê-las:

"os armarios são todos forrados de *setim carmezim*, as portas da banda de dentro são forradas *de seda de varias cores*, *damasco veludo, cetim*, etc. a madeira é de *pau de cheiro de jacarandá*, e outras madeiras de preço de varias cores".

Trabalhos tão louvados e apreciados:

"de tal obra que se avaliou somente das mãos em cem cruzados", mas cujo artífice infelizmente ficou anônimo: "fel-o um irmão da casa, insigne official" ("Tratados", pág. 324).

Os jesuitas contavam então com os dois Pires marceneiros torneiros entalhadores; talvez mais um, o que fez os armarios; e ainda um irmão "insigne em cortar" que armara um sepulcro de papel sobre madeira; e tambem o outro irmão "insigne pintor" ("Tratados", pág. 323).

E' de crer que tais artífices, fizessem trabalhos para particulares alem dos que lhes incumbia a comunidade a que pertenciam.

A Baía não teve a fortuna de S. Paulo de haver guardado seus livros da Câmara e outros papéis do século XVI. Restaram-lhe poucos documentos daquela época.

Do S. Paulo de 1583 havemos noticia (Taunay — "S. Paulo Nos Primeiros Annos") contar com *sapateiros* para os quais se reclamava um juiz de seu oficio, pois não tendo regimento, davão-se ao arbitrio de cobrar pelo calçado "mais do que hera de rezão".

E as posturas que então foram decretadas pela Câmara falam nas varias espécies de trabalhos desses sapateiros quinhentistas: *botas novas de veado engraxadas, botas novas de veado não engraxadas, botas de porco, botas de vaca velha, sapatos baixos singelos de uma só sola de qualquer couro, idem de cordovão, sapatos de duas solas bro-*

chados, chaprizes com ou de cortiça, chinelas, e, a obra de grande luxo, — *sapatos abertos até meia perna, de duas solas bem dobradas.*

Essas mesmas posturas dispõem acerca dos alfaiates e se referem a *roupeta de algodão aberta por diante com seus botões e chã, calções abiguarados de algodão, gibão sem forro, gibão forrado, calções guarnecidos, de pano do reino.*

As costureiras de vestidos de mulher tinham preços regulados e confeccionavam, então: — *basquinhas de pano do reino pespontadas com seus botões, corpinho, saio de manto, roupinha de menina, roupões de cacheira com pano em baixo.*

A respeito de chapéus ou coberturas de cabeça, se fala em: *gualteiras de baêta chãs, gualteiras de baêta guarnecidas, carapuças de baêta chãs, carapuças de baêta guarnecidas.*

De obras de carpintaria-marcenaria, são citadas: — *caixas de seis palmos de comprido com seu escaninho, mesa de seis palmos com seus pés bem acabados, cadeira raza, cadeiras de estado como agora se costumão.*

Relativamente ao mobiliario quinhentista em S. Paulo o livro de Taunay nos dá ainda subsidios valiosos.

O mobiliario da Câmara contratado com os carpinteiros Salvador Pires e seu genro Gonçalo Pires (notar a dinastia dos Pires como carpinteiros-marceneiros do século XVI, tanto em S. Paulo como na Baía) comportava: — *cadeira para o juiz estar assentado com sua mesa de tres palmos e meio de comprido e dois de largo, assentos de uma banda e da outra para o escrivão e meirinho com um degráu abaixo onde o juiz puzesse os pés, mesa menor para o escrivão, bancos.*

Em síntese documentos coevos e crônicas do tempo no que relatam de referencia a moveis, vestuarios, joias ou objetos de ourivesaria, alfaias, material e elementos de mobiliario — em uso no Brasil do primeiro século, permitem compor para essa época a seguinte nomenclatura:

JOIAS, PRATARIA, OBRAS DE OURIVESARIA, VESTUARIOS, PANOS E TECIDOS, ALFAIAS E UTENSILIOS

bastiães
cadeias de ouro (igreja — numa custodia)
caixa de prata (igreja)
campainha dourada (serviço público)

custodia (igreja)
espadas
jóias de ouro
monumentos (igreja)
ouro
peças de prata e ouro
prata
relicario (igreja)
serviço de prata para mesa
taças de bastiães douradas

abanos enrocados
abiguarados
baeta
barrete vermelho
basquinhas de pano do reino pespontadas com seus botões vide vasquinha)
beatos
bernéus
botas novas de viado engraxado
botas novas de veado não engraxado
botas de porco
botas de vaca velha
botões
broxado
burel
cacheira
calças
calções de cetim ou damasco
calções abiguarados de algodão
calções guarnecidos de pano do reino
camisa
camisa lavada de abanos enrocados
capelo
carapuças de baeta chãs
carapuças de baeta guarnecidas
chão ou chã
chapéu
chapim
chaprizes com ou de cortiça
chinelas
cordões
cordovão
corpinho
couro
engraxados
enrocados
forro
forrado
fraldas
gabão
gualteiras de baeta chã
gualteiras de baeta guarnecidas
gibão ou jibão
gibão sem forro
gibão forrado
gibão de damasco
guarnecido
laio
lenços de linho
manto
meias calças
ourelo ou ourela
pelotes
pelotes pardos e azues de pertinas compridas
pertinas

pespontado
roupeta
roupeta de algodão aberta por diante com seus botões e chã
roupinha de menina
roupões
roupões bernéus de cacheira sem capa
roupões de cacheira com pano em baixo
saio de manto
sapatos
sapatos baixos singelos de uma só sola de qualquer couro
sapatos de duas solas broxados
sapatos de cordovão
sapatos abertos até meia perna de duas solas bem dobradas
solas
solas dobradas
toalhas
vasquinhas e gibões de damasco
vaca velha
veado
vestido de festa

alambel
algodão
baeta
damasco
damasco carmezim
canhamaço
cetim ou setim
chiote
colchas da India
gorgorão
guadamecim
holanda
lenços de linho
pano de armar (igreja)
pano da India para toalha para o altar
panos do reino
panos da terra
panos da terra para cobrir os altares
pano de Ruão para camisa
pano de treu para velas
raz ou razes
Ruão
Ruão para ornato de igreja
sedas
tafetás
torresilhas para ornato da igreja
treu
veludos

alcatifas
alfaias de casas
alfaias de serviço de igreja
alguidar de cobre para fazer farinha
caldeirão de cobre
canivete
cartas de Flandres (igreja)
candeeiros
chave
estanho
estanho lavrado
esteiras
espelhos
jaezes de cavalos

paineis (igreja)
panelas
poeira (de tinteiro)
serviço de porcelanas da India
servidor
sino
tachos
tachos de cobre
tesouras douradas
tinteiro

Arca
arca de duas em carga de cabelo com duas fechaduras
arca encourada
armarios (igreja)
assentos — de uma banda e da outra para o escrivão e o meirinho com um degrau abaixo onde o juiz pusesse os pés. outra para o escrivão e o meirinho com um degrau abaixo onde o juiz pusesse os pés.
bancos
balaustres feitos ao torno (igreja)
baús
cabelo
cadeiras
cadeira de espaldas
cadeira de estado como agora se costumão
cadeira pequena
cadeira rasa
cadeira para o juiz estar assentado
caixas
caixa de seis palmos de comprido com seu escaninho
camas
chave
condurú
entalho (igreja)
escaninho
escritorio azul com ferros dourados guarnecido de dois canivetes e tesouras douradas e seu tinteiro e poeira com sua chave
escritorio de madeira de varias cores
espaldas
espaldar
ferros dourados
frontespicio (igreja)
grades (igreja)
jacarandá
laçarias (igreja)
mesas
mesa de tres palmos e meio de comprido e dois de largo.
mesa de seis palmos com seus pés bem acabados
pau de cheiro de jacarandá
pau vermelho chamado condurú
pés bem acabados
retábulo (igreja)
vidraças.

W. P.

José de Araujo Wanderley Pinho

VALENTIM DA FONSECA E SILVA

A primeira informação sobre a vida de Valentim da Fonseca e Silva, o grande artista brasileiro realizador de obras de arte que tanto concorreram para o embelezamento do Rio de Janeiro colonial durante o vice-reinado de D. Luiz de Vasconcelos e Sousa, é devida a Manuel de Araujo Porto-Alegre (1) que, procurando traçar-lhe a biografia, assim se exprime: "Até hoje tem sido malogradas todas as tentativas que fiz para saber ao certo o dia e lugar do nascimento do mestre Valentim, assim como o da sua morte. Tudo o que aquí relato a respeito deste artista, devo-o em parte à bondade do Sr. Simeão José de Nazaré, discípulo de Valentim, e autor da obra de talha da nova igreja de São José".

Essas informações prestadas por Simeão José de Nazaré esclarecem que o artista era "filho de um fidalgote português, contratador de diamantes, e de uma crioula natural do Brasil". Apesar de serem esses os únicos dados referentes ao nascimento de Valentim, até hoje ainda não puderam ser confirmados por documentação idonea, muito embora tenham sido repetidos por todos os biógrafos do artista.

---

(1) Porto-Alegre, Manuel de Araujo — *"Iconografia Brasileira"*, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XIX, Rio, 1856, páginas 369-375.

Macedo (2), retratando o conhecido toreuta, nada adianta sobre as informações colhidas por Porto-Alegre. Em seu livro acima citado há apenas a descrição e o histórico de varias das principais obras de Valentim. Relativamente à vida do artista, o autor contenta-se em repetir as informações acima aludidas e procura romantizar a origem de alguns dos seus trabalhos mais notaveis, tais como o do Passeio Público, a Fonte dos Amores e o Coqueiro outrora existente no recinto do aludido parque.

Depois de Macedo, temos o testemunho de Moreira de Azevedo (3) que, visitando os arquivos das igrejas e cartorios desta cidade, conseguiu encontrar nos livros de óbitos da freguesia da Sé, então estabelecida na igreja do Rosario, o assentamento que se segue: "Faleceu em 1.º de Março de 1813, com todos os sacramentos, o morador da rua do Sabão, Valentim..."

Moreira de Azevedo naquele trabalho conclue que esse Valentim, sem nenhuma outra designação que melhor o identificasse, deveria forçosamente ser o mestre Valentim, em virtude de informacões colhidas por ele de um discípulo do artista, o Sr. Braz de Almeida, que lhe declarara haver Valentim perecido "quatro ou cinco anos depois da vinda da familia real para o Brasil e que seu cadaver fora sepultado na igreja do Rosario".

Como é sabido, D. João VI chegou ao Brasil no ano de 1808, isto é, precisamente cinco anos antes da data atribuida à morte de Valentim. Alem disso, essa informação coincidia com o fato de habitar o artista com sua velha mãe na rua do Sabão, rua que consta da referida declaração de óbito.

Entretanto, aquela data (1.º de março de 1813), considerada oficialmente como a da morte do artista, (pois com o objetivo de comemorar-lhe o centenario, a Prefeitura do Distrito Federal fez inaugurar em 1.º de março de 1913, o busto de Valentim, no recinto do Passeio Público), se, por um lado, parecia tratar-se efetivamente

---

(2) Macedo, J. M. de — *"Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro"*, Rio, 1862, 1.º volume, pgs. 85-100.
(3) Moreira de Azevedo, Manuel Duarte — *"O Rio de Janeiro"*, — Rio, 1877, 1.º volume, pg. 467.

Doc. 1 — Reprodução das fls. 43 v. e 44 do livro de despesas da Ordem 3.ª dos Minimos de São Francisco de Paula. Rio de Janeiro

Despeza da Ordem Terceira de Sam

Francisco de Paula desde o 1º de Maio de 1913 a 30 de Abril de 1914 feita pelo Syndico

o Irmão Joaquim José de Siqueira

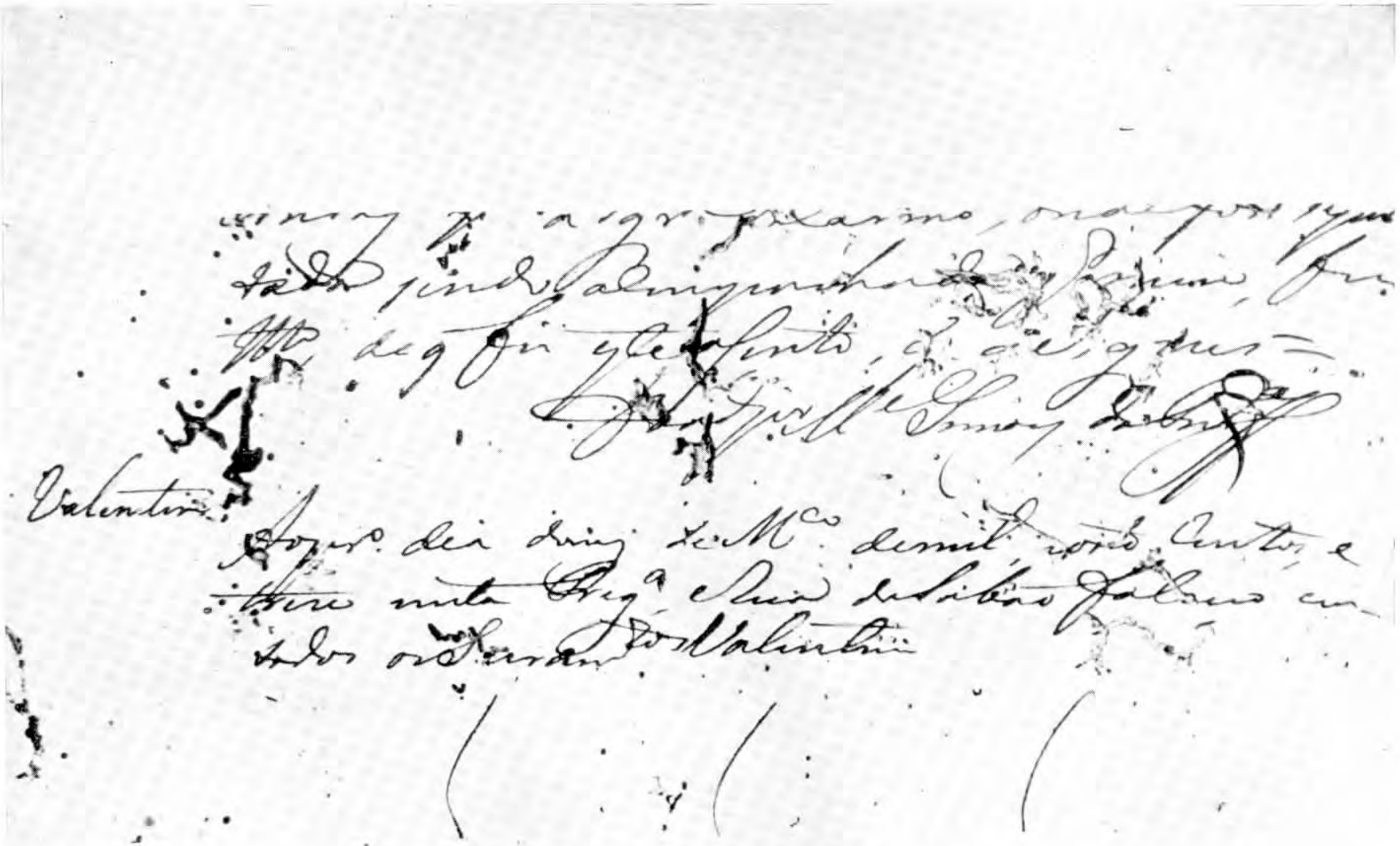
Rs

Roque a Pereira fica devendo ao Irmão Syndico de cuja despeza acima fica lançada na Conta do anno passado de que se tomou conta

1:035$061

Cortalhadores	Feria do mez de Maio de 1913		534$000
	Vita	Junho	534$000
	Vita	Julho	534$000
	Vita	Agosto	534$000
	Vita	Setembro	534$000
	Vita	Outubro	534$000
	Vita	Novembro	534$000
	Vita	Dezembro	534$000
	Vita	Janeiro de 1914	534$000
	Vita	Fevereiro	534$000
	Vita	Março	534$000
	Vita	Abril	534$000
			6:408$000

Doc. 2 — Reprodução de outra folha do mesmo livro de despesas da Ordem 3.ª de São Francisco de Paula



Doc. 3 — Assentamento a fls. 26 do livro de óbitos da irmandade do SS. Sacramento

1799

O Pr. Valentim da Fonseca e Silva, Pardo
Cont.or Urador, vive na Rua do Sabão dos dos Ourives fr.a do Bom Jesus
tem 120 Pessoas de Entrada no Livro delles a fl. 329 v.

Pagou Sua Entrada ao Pr. Dez.or João da Costa Sa 1$600

Pagou ao mesmo ---------- 1800 1801 960
Pagou ao João Barbosa Pinto ---- 1803 ---- 480
Pg ao Jozé Ant.o Andre ---- 1804 ---- 480
Pg o 2.o Sem.re ---- 1805 ---- 480
Pg ao Bn.o Pinto Rebello Lobo ---- 1806 ---- 480
Pg ao Sarg.to Mor Jozé Pinto Pereira 1807 ---- 240
Pg ao Sarg.to Diniz ---- 1808 ---- 480
Pg ao Sarg.to Diniz ---- 1809 ---- 480
1810 Pg ao Sarg.to Cor.al ---- 1810 ---- 600
Pg ao Tenente Corr.a 1811 600

Pg ao Fr. Thezr.o Costa adiantado 1842 4$000
Pg a Dita mais Pratica das Novenas no Anno 1$000

Falleceo nosso Irmão de idade de annos, recebeo os Sacramentos, foi encommendado, e sepultado no Convento de S. Francisco com Habito branco, e Corda, e Opa de Irmão com Petente

1799

O Pr. Antonio Jozé Freire do Amaral, Par=
do com Loge de Barbeiro na Rua do Sabão dos dos Ourives fr.a Sima
tem 120 Pessoas de Entrada no L.o delles a fl. 140 v.

Pagou Sua Entrada ao Pr. Dez.or João da Costa Sa 1$600

Doc. 4 — Fl. 170 do livro de entradas de irmãos da igreja de N. S. do Rosario e São Benedito do Rio de Janeiro

da que Moreira de Azevedo declara ter sido a da morte do artista, por outro lado parecia carecer de fundamento, em virtude de recentes pesquisas efetuadas no arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Paula terem demonstrado que, nos respectivos livros de receita e despesa, constam pagamentos àquele artista durante onze anos consecutivos, sendo que o último desses pagamentos foi realizado no decurso do ano que vai de:

"1.º de maio de 1812 a 30 de abril de 1813"

Valentim da Fonseca, 10 meses a 12$800... 128$000" (Doc. n.º 1).

Depois dessa data os lançamentos das contas no referido livro deixam de ser feitos nominalmente, passando os pagamentos a serem lançados sob o título genérico da profissão. Assim na conta de 1.º de maio de 1813 a 20 de abril de 1814, consta apenas a rubrica:

"Entalhadores:

Ferias do mes de maio de 1813... 53$300, etc." (Doc. 2).

Era portanto, dificil, saber se Valentim se beneficiara ou não desse pagamento, uma vez que não fora possivel encontrar no arquivo da referida Ordem nenhum recibo que esclarecesse o assunto.

Alem das razões expostas, confrontando-se o total das despesas efetuadas com as obras de talha da igreja, respectivamente nos anos de 1813 e 1814, verifica-se que no primeiro ano a irmandade de São Francisco de Paula dispendera a importancia de 1:062$010, ao passo que em 1814 a importancia gasta com as mesmas obras atingira apenas a quantia de 636$670, havendo, pois, uma diminuição de despesa no total de 425$340.

Com a finalidade de esclarecer definitivamente o assunto, foram iniciadas as necessarias pesquisas, tomando-se como ponto de partida as declarações de Moreira de Azevedo. Inicialmente, investigando os livros da Irmandade do SS. Sacramento, conseguimos encontrar no Livro de Obitos referente aos anos de 1812 a 1819, a fls. 26 a declaração a que alude Moreira de Azevedo e cuja copia reproduzimos no presente trabalho (Doc. n.º 3).

Em seguida, recorremos ao arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosario, de onde, segundo o mesmo escritor, Valentim era irmão. Percorrendo os livros de entradas de irmãos, foi finalmente

encontrado no livro correspondente aos anos de 1752 a 1829, à pg. 170, que se refere ao ano de 1799, o seguinte registro:

"O Senhor Valentim da Fonseca e Silva, pardo, entalhador, à rua do Sabão, da do Ourives para o Bom Jesus, tem termo de entrada no livro competente a fls. 39, verso".

A declaração em apreço termina da seguinte forma, depois da anotação do pagamento relativo ao ano de 1812:

"Faleceu no 1.º de Março do ditto ano. Veio conduzido no esquife da Irmandade em entrada solene, amortalhado em hábito branco e teve os seus sufragios competentes (Doc. n.º 4).

Dessa forma, conseguimos fixar a data da morte do grande artista brasileiro e, publicando pela primeira vez documentos do mais alto valor relativos à sua vida e obra, ampliaram-se as possibilidade de esclarecer completamente os principais acontecimentos referentes à sua biografia que até então não passavam de simples conjecturas (*).

Em 1934, o Sr. Anibal Matos (4), baseando-se tambem na primeira informação de Porto-Alegre, elabora um estudo sobre os contratos realizados no Distrito Diamantino de Serro Frio, em Minas Gerais, na época aproximada em que o artista deveria ter nascido, isto é, 1740/1750, e levanta, aliás com reservas, a hipótese de ser ele filho natural do primeiro contratador de diamantes Francisco Ferreira da Silva, que ocupou esse cargo de parceria com João Fernandes de Oliveira até 1748, quando foram substituidos pelos Caldeira Brant. Quatro anos mais tarde, João Fernandes de Oliveira ocupa novamente o lugar e nele permanece até a sua morte, sendo então substituido pelo seu filho, o desembargador do mesmo nome, que só em 1772 é obrigado a deixar o Brasil. A partir dessa data a extração de diamantes passa a ser feita por conta da Fazenda Real (5).

(*) Essas pesquisas foram realizadas com o valioso concurso do Dr. Agenor de Noronha Santos.

(4) Matos, Anibal — *"Mestre Valentim e outros estudos"* — Belo Horizonte, 1934 — pgs. 20-21.

(5) Santos, J. Felicio dos — *"Memorias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio"* — in "Revista do Arquivo Público Mineiro", Ouro Preto, 1909, vol. XIV.

Despeza que teve o.

Noviciado, pelo referido Mr. M.el

Despendeu em azeite para alampada do altar.		1$280
Com dose ps. os cofres das procissoens da Quaresma em 92 paçois.	a 200 rs	18$400
Com a irmasam da Capella, e Claustro para a festa de Sta Teroza.		20$000
Pelo que pagou ao Mr. Manoel Alves Setuval, que elle devia como se vê a fol. 21. 52$400 rs, devendo-se lhe como mostra o recibo dele doque recebeu.		53$400
Pelo que pagou ao Mestre Valentim da Fon.ca a conta do que se lhe deve doque passou recibo.		48$200

Dos. 5 — Lançamento a fls. 25 no livro de receita e despesa da Capela do Noviciado da Ordem 3.ª do Carmo

26

Termo de encerramto

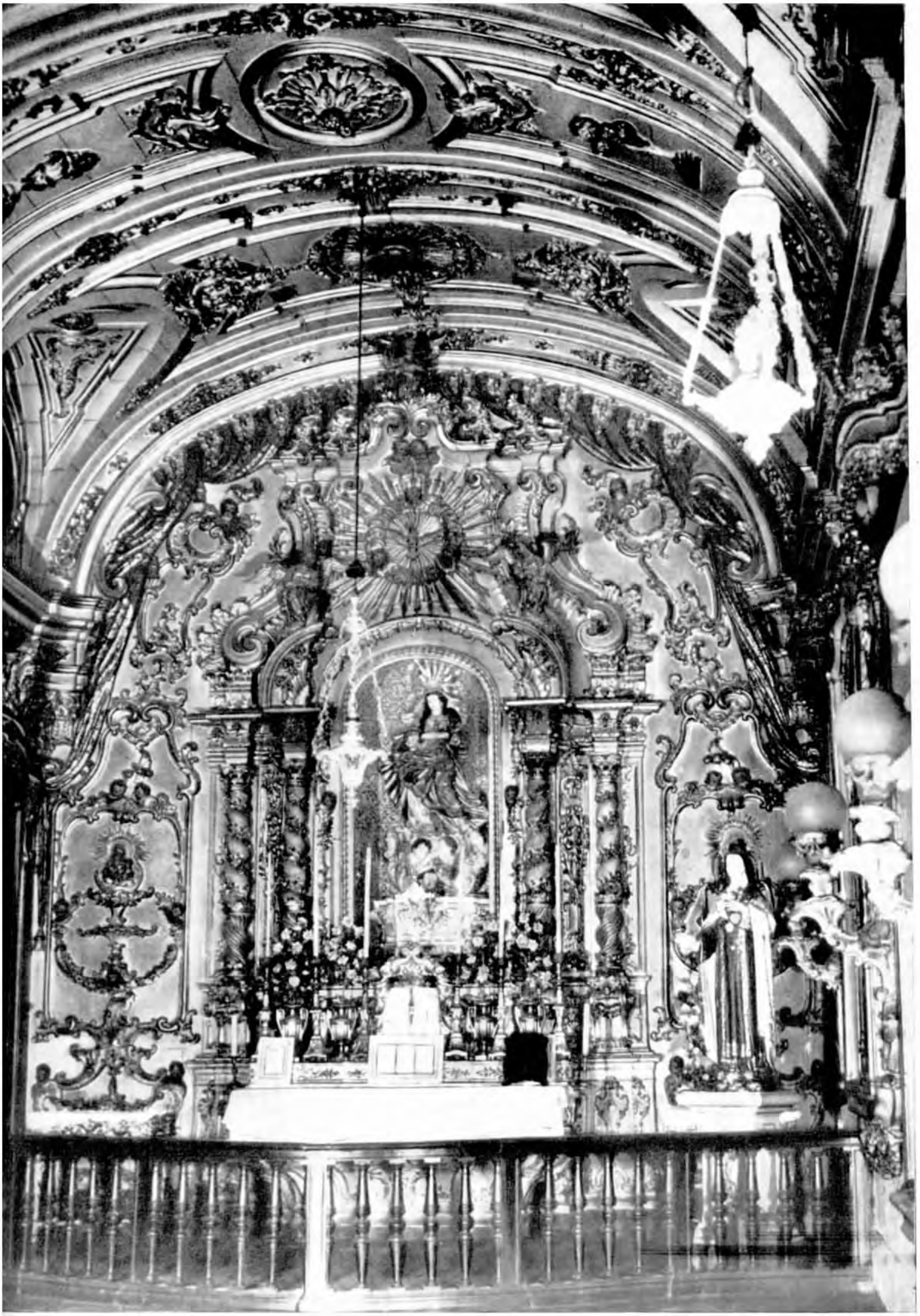
Aos 28 de Outubro de 1774 se Vo Noviciado da Venervel Ordm 3a de N. Sra do Monte do Carmo desta Cidade do R. de Janeiro, foi aprezentada pelo Irmaon Mestre que servio até dº dia a conta da Receita que teve od. Noviciado a fl 24, comque mostra haver cobrado 141$280 rs; e pela de despeza a fl 25 despender a mesma importancia; fazendo o Irmaon Mestre novamente eleito recibo as referidas contas e Dr. Manoel Affonso, a quem foi provida, e pordes obrigado od. Dr. Franco. de Britto Por.a com a entrega que faz; e para assim constar vejão este termo que ambos assignaram.

Francisco de Britto Pereira

Manoel Affonso Pinto

Deve o Noviciado		Ha de haver	
Ao Dr. Antº Gonsalves de Oliveira por hum ord.º ajuro, a fl 8	328$430	Dano a Venervel ordem como deve receber a fl 22	555$940
Ao Dr. Miguel Luiz de Carvalho na de forma	58$045		
A Valentim da Fonseca de resto, pelo alter que faz	416$600	Fica por arrecadar forma de juro	247$135
	803$075		803$075

Doc. 6 — Lançamento a fls. 25 do mesmo livro



Altar-mor da Capela do Noviciado da igreja da Ordem 3.ª do Carmo, no Rio de Janeiro



Pormenor da parte inferior do altar-mor da Capela do Noviciado

Como se pode verificar do trabalho do Sr. Anibal Matos, o assunto não ficou devidamente esclarecido, tratando-se apenas de conjecturas. Para o seu perfeito esclarecimento seria necessario consultar o testamento por ventura deixado pelo contratador acima aludido, e que provavelmente deve ser encontrado num dos antigos cartorios de Portugal, admitindo-se ainda a hipótese de ter sido Valentim "levado a Portugal ainda criança por seus pais, de onde voltou orfão", como esclarece Porto-Alegre.

São esses os únicos dados sobre o nascimento e morte do grande artista brasileiro que até hoje tem sido repetidos por todos quantos lhe estudam a vida e a obra.

Felizmente, no que se refere aos trabalhos de Valentim, a lacuna é muito menos sensivel. Os comprovantes dessas obras foram já encontrados, em sua maioria, nas principais igrejas do Rio.

Empreendendo agora a divulgação de alguns desses documentos, começaremos pelos que se referem à Igreja da Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, onde o artista trabalhou quasi vinte anos, alí executando, entre outras, a obra notavel que é a capela do Noviciado, até agora inteiramente desconhecida como trabalho de sua autoria.

CAPELA DO NOVICIADO DA IGREJA DO CARMO

As obras dessa capela (uma das mais bonitas desta capital) tiveram inicio em 1.º de novembro de 1772, sendo mestre das obras Manuel Alves Setuval, (6).

No respectivo livro de Receita e Despesa, em 1773, a fls. 18, a discriminação de uma conta referente à obra de talha da capela é registrada pela primeira vez, nos seguintes termos:

"Pela talha do apainelado da capela e capiteis.... 215$490"

---

(6) *Livro I.º* da Receita e Despesa que há de servir na Capela do Noviciado da Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, Rio, 1773.

Nessa discriminação de conta não consta o nome do respectivo entalhador. Só a fls. 25 aparece o nome de Valentim desacompanhado no entanto de qualquer indicação sobre a obra que executava (Doc. 5)

A fls. 26, porem, consta, em nome do aludido mestre, o seguinte lançamento: "do resto pelo altar que fez... 416$600", (Doc. 6).

Para a identificação desse altar, basta tomar em consideração que na capela do Noviciado da Igreja da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo há apenas dois altares: o altar-mor e um lateral sob a invocação de N. S. das Dores.

Ora a fls. 88 do mesmo livro consta o lançamento da despesa feita para a abertura de um segundo altar, no ano de 1796 para o de 1797, assim discriminada:

"Despeza que teve o dito Noviciado feita pelo referido Irmão Mestre

A saber

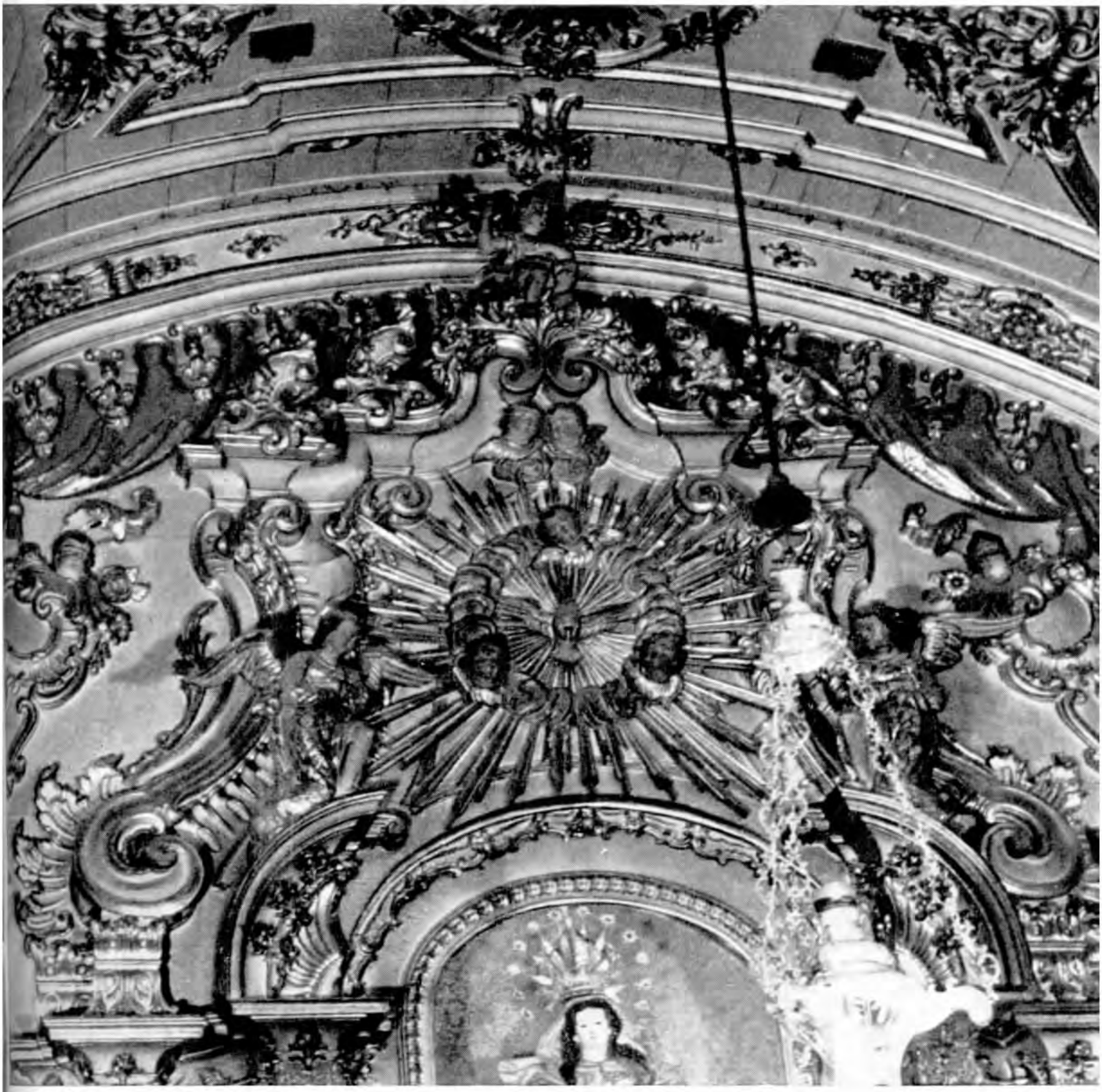
Obras do Nixo de N. Sra.

Estalhador da talha	39$320
Pedreiro para abrir o boraco do nixo	16$400
Pintor de dourar	36$160
Hua Vidrasa, apor	12$800
Para por ouro dentro do Nixo	$340
Um varão de ferro pa. o dito	1$920
5 varas de ... pa. a Cortina do mesmo	2$250
Linhas	$080
Cadarço	$320
Argolas	$400
Feitio da Dita	1$600
Pregos	$080
	111$670

Como se vê do documento n.° 6, o resto da importancia a ser paga a Valentim, pelo primeiro altar que fez, era de 416$600, ao



Allar-mor da Capela do Noviciado (pormenor)



Outro detalhe do altar-mor



Capela do Noviciado da igreja do Carmo. Altar de N. S. das Dores

passo que o total do outro altar soma apenas 116$670. Considerando-se as dimensões e os trabalhos executados nos dois altares, fica bem claro que a importancia maior só poderia corresponder ao altar-mor, que é o principal, tanto do ponto de vista das dimensões como do ponto de vista artístico, concluindo-se daí, sem nenhuma dúvida, que é o altar-mor da capela do Noviciado aquela primeira obra de Valentim na referida igreja.

Fica, assim, bem claro que Valentim fez a obra de talha do altar-mor da capela do Noviciado, e provavelmente tambem o altar lateral, embora executado quasi 20 anos depois de terminada a primeira.

A respeito, é de notar-se ainda que no Livro de Receita e Despesa da Capela do Noviciado não consta o nome de nenhum outro entalhador, embora se achem alí lançamentos de contas pagas a "entalhadores", genericamente.

Assim, a fls. 33:

"*A talha do último painel do teto, que o Ir. Mestre por sua devoção deu de esmola a N. Sra. do Amor de Deus*"; ou a fls. 37: "*Custo de 2 painéis com talha que o Irmão mestre deu de esmola a N. S. do Amor de Deus*"; ou em 1777: "*Custo de uma porta fingida com sua talha que o Ir. Mestre deu de esmola a N. S. do Amor de Deus*"; ou a fls. 39, ano de 1779: "*Dispendeu com a talha e feitio do coro... 216$000*"; ou ainda a fls. 41, ano 1780: "*10 florões de talha que estão pregados na cimalha em que se metem as velas... 10$000*"; ou ainda a fls. 110 ano 1807: "*Reforma da urna do altar de N. S. das Dores, de madeira. Carpinteiro e entalhador... 26$680*".

Ora, como o único entalhador cujo nome é discriminado no aludido livro é o de Valentim, que vem sempre precedido pelo título de "Mestre", e como toda a obra de talha da capela do Noviciado obedece a um mesmo plano, numa perfeita harmonia de formas e de proporções, apesar da execução dos trabalhos se ter prolongado por um período de quasi vinte anos, o que, por si só, justificaria as pequenas alterações verificadas, por exemplo, entre as características dos dois altares, concluimos pela hipótese de que toda a obra de talha da referida capela foi executada por Mestre Valentim.

Há ainda a fls. 91 do mesmo livro a discriminação de uma conta paga a Valentim em 1774, "pelo importe da grade da capela-mor 240$000" (Doc. n.º 7).

Relativamente a essa grade, num exame procedido por um dos técnicos especializados do Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional, chegou-se à conclusão de que a atual grade de jacarandá da capela do Noviciado não poderia ser a discriminada na aludida conta, visto como o seu feitio, com características de estilo já do século XIX, destoava inteiramente de toda a composição da capela e, muito principalmente, comparado ao da grade de jacarandá do altar-mor da igreja tambem executada por Valentim, no ano de 1797, isto é, 23 anos depois.

Em vista dessa conclusão, recorreu-se mais uma vez ao "Arquivo Histórico da Veneravel Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo", e, a fls. 136, foi encontrada a confirmação do parecer do técnico do S. P. H. A. N.: Efetivamente, em 1852 foi substituida a grade primitiva da capela do Noviciado por uma outra, tambem de jacarandá, que deve ser a atual e cujo preço foi de 450$000.

IGREJA DE N. S. DO CARMO

Até hoje, sabia-se que Valentim trabalhara nas obras internas da igreja com o entalhador Luiz da Fonseca Rosa, que, no dizer de Porto-Alegre (7), foi o seu primeiro mestre.

Sabia-se mais que, morto Luiz da Fonseca Rosa, fora o mesmo substituido pelo discípulo e que só em 1855 as obras tinham sido finalizadas pelo artista brasileiro Antonio de Padua e Castro.

Sabia-se ainda que Valentim fizera o último passo da Paixão no altar-mor da igreja.

Agora, porem, depois de recentes pesquisas, estamos habilitados a discriminar de um modo mais completo as obras feitas por Valentim, à vista dos documentos existentes nos livros da Ordem:

---

(7) Porto-Alegre, Manuel de Araujo — *Obra citada,* pgs. 370-1.

Despeza que tive do Noviciado feita
pello Espirito Santo e Mestre ..... ao Sabe

Dou.ª a Despeza das Profissoens	24$160
Idem Cartas p.ª o Cabo de N.ª Snr.ª	4$160
Musica em 15 de Abr.ª	22$520
Organistas	16$000
Esmolas	9$600
ao M.e Salvatinho do comporte da grade da Capella mor	26$000
Pagou-se a pintura grade	10$000
Carta de Lo	9$440
Pela portaria do Dr. Fr.ª Jeronimo Pinto Pinto, que entregou do Dr. Thes.r	
	93$000
	396$550

Despeza adoptivas a Receita, que fica tirando em Noviciado ao
Santo Christo ... Receita: 396$550



Igreja de São Francisco de Paula. Altar-mor

1.°) — Toda a obra do trono e sua talha, bem como o último passo da Paixão, no altar-mor — 1780.

2.°) — Grade da capela-mor — 1797..

3.°) — Molde das duas lâmpadas da capela-mor — 1797.

4.°) — Uma urna — 1799.

5.°) — Cadeira para o trono — 1800.

PORTADA NOBRE E MEDALHÃO DA IGREJA DO CARMO

Com relação a essa porta tambem atribuida a Mestre Valentim, transcrevemos abaixo o teor de um documento datado de 1760, que esclarece a procedencia da referida obra: (1)

"N. 20 —

Lanço em despeza (ilegivel) o Irmão thesour.o (ilegivel) Caetano JosédaCosta aquantiade dous contos e trezentos e trinta e sette mil e Seiscentos e cincoenta ehumrs q na cidade de Lisbôa Seaplicarão pelo Portico da Cap.ª Nova os quais herão pertencentes (ilegivel) testamentaria da ordem asaber:

1025$960 rs. a de João Pires (ilegivel) cobrados da Ordem 3.a de São Francisco da cíd.e do Porto e 1311$691 pertencentes a testamentaria de Jozé de Araujo Pra. cobrados dos juros (ilegivel) na cid.e de Lxa. por duas vezes como semostra dos avizos do Procurador (ilegivel) cujas quantias mencionadas Sepassarão (ilegivel) nas mesmas testamentarias (ilegivel) e porq este (ilegivel) Ordem (ilegivel) 2337$651 faz a prezente descarga qaSigno (a) Antonio Glz. (ilegivel)."

No "Arquivo Histórico da Veneravel Ordem 3a. de N. S. do Monte do Carmo", a fls. 101, encontra-se o seguinte esclarecimento:

"... porque a 14 de Janeiro de 1761, na presença da Mesa e daqueles religiosos benzera-se o medalhão de Mármore que em alto relevo representa a Senhora do Carmo, sendo nesse mesmo dia colocado sobre a porta principal onde se acha".

---

(1) Livro 2.º da Receita e Despesa da V. Ordem 3.ª de N. S. do Monte do do Carmo, — Rio, 1757, pg. 271-V.

Se a porta foi encomendada em Lisboa em 1760 e o medalhão benzido em 1761, a afirmativa dos autores, que os atribucm a Valentim, parece carecer de fundamento, pois já vimos pelos livros de receita e despesa que o artista começou a trabalhar naquela igreja no ano de 1772, prolongando os seus trabalhos até 1800, aproximadamente.

Se nessa primeira data, 1772, o artista, segundo Porto-Alegre, (2) trabalhava nas obras da igreja *ao lado* do entalhador Luiz da Fonseca Rosa que foi considerado como o primeiro mestre de Valentim, e era nessa época, segundo os documentos encontrados, o mestre das obras da Igreja, torna-se dificil admitir a hipótese de, pelo menos 12 anos antes, ter ele fornecido o risco para a referida portada, que é justamente considerada como um dos melhores trabalhos coloniais, no gênero, nesta capital.

IGREJA DE S. FRANCISCO DE PAULA

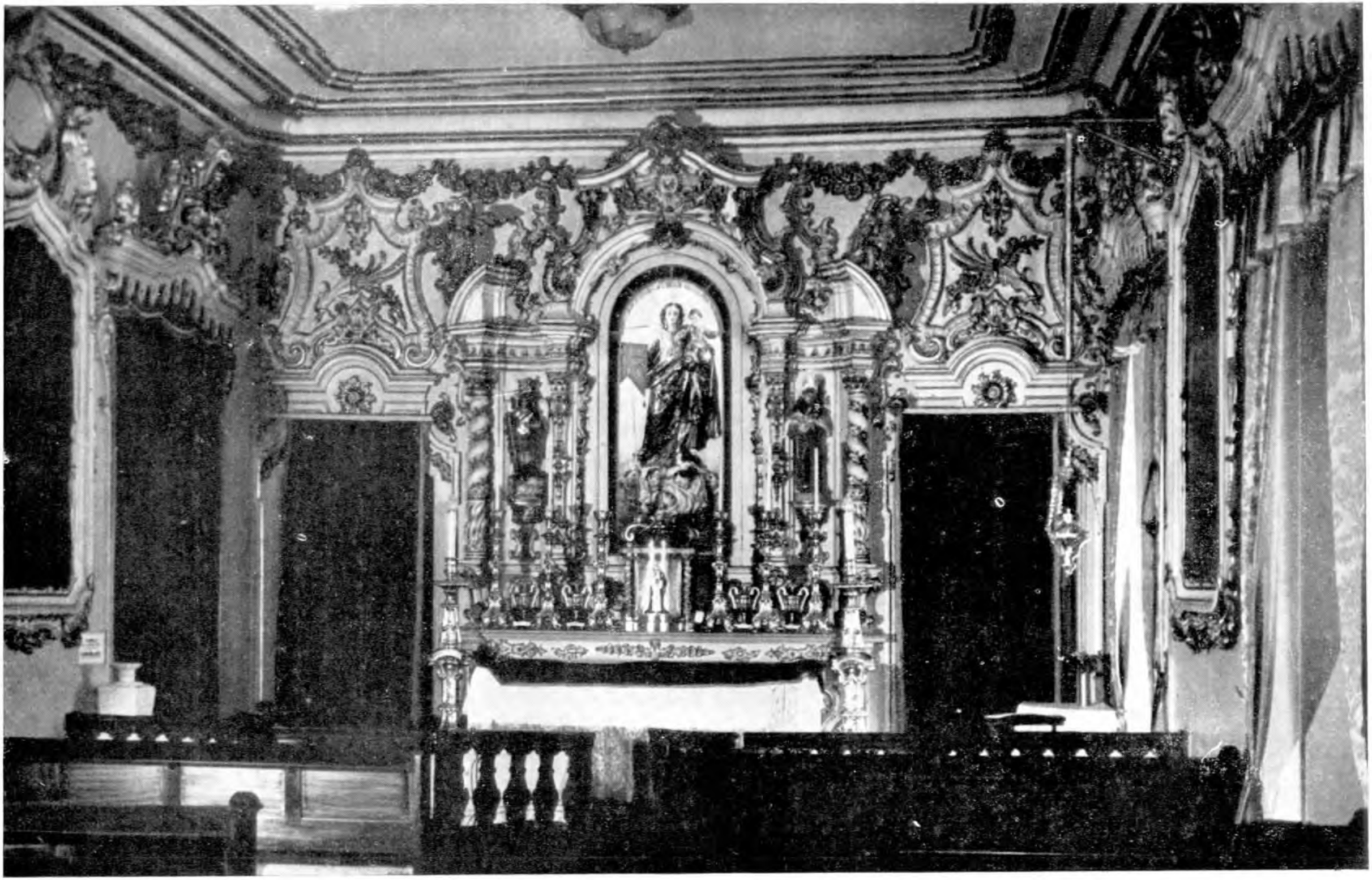
Da mesma forma que na Igreja do Carmo, sabia-se que Valentim trabalhara na de São Francisco de Paula. Moreira de Azevedo (9), que foi o primeiro escritor a atribuir a Valentim a autoria de algumas obras da referida Igreja, tais como o seu altar-mor e a capela de Nossa Senhora das Vitorias (tambem chamada do Noviciado), não esclareceu suficientemente, porem, em que se baseavam suas conclusões.

Em recente pesquisa no Arquivo da Ordem 3.ª dos Mínimos de São Francisco de Paula, conseguimos encontrar lançamentos de contas pagas a Valentim durante um período de 12 anos consecutivos isto é, de 1801 a 1813.

Esses pagamentos, entretanto, não esclarecem de forma alguma quais as obras realizadas por Valentim, uma vez que são feitos do modo seguinte, como se vé, por exemplo, a fls. 2-v:

---

(2) Porto-Alegre, Manuel de Araujo — *obra citada,* pg. 370-71.
(9) Moreira de Azevedo — *Obra citada,* pgs. 231-235-237.



São Francisco de Paula. Capela de N. S. da Vitoria

"Conta da despeza que teve o Irmão Sindico desta Veneravel Ordem 3.ª, o Capm. João Serqueira da Costa, desde o 1.º de Maio de 1801 athé o ultimo de abril de 1802, cuja conta se acha lançada em rezumo neste L° a fls. IV pelo Irmão Secretario daquele tempo, por cujo motivo afasso aqui lansar novamte. p. extenço em vertude do requerimento do Sobredito Irmão Sindico, e determinação da Meza de 7 de agosto do prezente ano de 1802 como consta do Termo Supra, que a este respeito se mandou lavrar..... a saber

Entalhadores

Ao me. Valentim da Fonseca por mez a 12$800 153$600

Oficiais

Francisco Antonio Dias 274 a $960 263$040

etc."

Esses lançamentos sucedem-se na mesma ordem até 1813, quando passam a ser feitos de modo ainda muito mais vago. Assim o lançamento correspondente ao ano de 1814 é feito da seguinte forma:

"*Entalhadores*

Ferias do mez de Maio de 1813..... 53$300, etc."

Ora, como não foi possivel encontrar no Arquivo da Ordem em apreço um só recibo de Valentim que esclarecesse quais as obras por ele executadas, e como tambem não foi possivel encontrar o Livro de Termos ou Atas correspondente ao período em que o artista trabalhou nas obras do templo, parecia dificil esclarecer o assunto.

Felizmente nas atas correspondentes a um período posterior foram encontrados alguns documentos que vieram trazer um pouco de luz à materia.

Assim, na Sessão de 11 de junho de 1855, foi apresentada pelo irmão corretor uma proposta cujo primeiro item é o seguinte:

"1.º) — que esta administração mande colocar a talha necessaria no Corpo da Igreja da nossa Veneravel Ordem servindo-se da existente e mandando preparar a restante, toda em *completa harmonia com a da Capela-mor*, guarnecendo-se de madeira toda a cimalha." etc.

Para a execução dessas e mais obras que no caso não interessam, foi contratado o artista brasileiro Antonio de Padua e Castro, de cujo contrato transcrevemos abaixo a parte essencial à nossa exposição:

"Para a Veneravel Ordem 3.ª de S. Francisco de Paula forrar a Igreja de madeira, guarnecer a cimalha, e ornar o frizo da dita cimalha com *obra de talha como está na Capela-mor, pelo mesmo estilo e gosto*, fazer quatro tribunas, sendo curvas como as da capela-mor; guarnecer e ornar de talha as pilastras do corpo da Igreja; fazer a grade de coro igual a das tribunas; ornar de talha a parede que tem as tres janelas do dito coro, *fazer oito florões que faltam para completar a talha do telo da Igreja e Capela-mor*, fazer seis Altares pelo *gosto já combinado* em capelas fundas, sendo todas forradas de madeira com obra de talha; guarnecer o centro e parte interior e exterior do arco e um braço de ferro para o lustre e guarnecido de madeira e obra de talha para não ser visto, e dois pulpitos que serão todos novos; trabalho de pedreiro e canteiro para o rasgamento das paredes dos altares e mais obras precisas; sendo toda a talha feita em cedro e bem seco, e os forros de madeira de vinhático; pela quantia de setenta e oito contos de réis (78:000$000). Barão do Pilar, Corretor. — Antonio de Padua e Castro".

Alem dessas obras contratadas com A. de Padua e Castro, consta da ata da Sessão de 10 de julho de 1855 o seguinte:

"Corretor: Barão do Pilar.

Sessão de 10 de julho de 1855 — Foram presentes a Mesa os riscos da obra de talha para o corpo da Igreja feitos pelos Srs. Bragaldi e Antonio de Padua. Depois de breves considerações feitas por alguns dos Irmãos presentes sobre a preferencia que se devia dar a um dos riscos, e de se consultar *qual deles estava mais em harmonia com a obra da capela-mor*, e de conformidade com os peritos da arte foi aprovado unanimemente o risco de Bragaldi, e se autorizou o nosso Irmão Corretor para mandar fazer o orçamento da obra, bem como do douramento para ser presente à Mesa conjunta".

Pelos documentos acima transcritos fica bem claro que já existia em 1855 toda a obra de talha do interior da capela-mor da Igreja



...agem de São Mateus
...useu Histórico Nacional)



Pormenor da imagem de São Mateus

de São Francisco de Paula, tanto assim que o risco do resto da igreja foi executado de conformidade com aquela obra.

Ora, como não consta dos livros de Receita e Despesa da Ordem em apreço o nome de nenhum outro mestre entalhador a não ser o de Valentim, parece ficar esclarecido que, efetivamente, foi esse artista o autor da obra de talha da capela-mor da Igreja.

CAPELA DE N. S. DAS VITORIAS
(IGREJA DE S. FRANCISCO DE PAULA)

Relativamente a essa capela não foi possivel encontrar nenhum documento comprobatorio de quem tenha sido o seu autor.

Diz Moreira de Azevedo (10) que foi executada por Valentim. Essa afirmativa, realmente, parece confirmada pelo fato de toda a obra de talha da capela em questão obedecer ao estilo do artista, já identificado em outros monumentos, notando-se, porem, que o estilo do respectivo altar mostra ser trabalho de um período anterior ao de 1800.

Esse estudo, entretanto, foge à finalidade do presente trabalho e só poderá ser feito por um técnico.

IGREJA DO MOSTEIRO DE S. BENTO

Até a presente data não se pode esclarecer suficientemente se os lampadarios de prata da capela-mor da Igreja de São Bento, bem como outros objetos congêneres foram realmente "modelados e inventados por Valentim", como afirma Porto-Alegre (11), pois para tanto fazia-se necessario um estudo nos livros da Ordem em apreço.

A respeito do assunto, transcrevemos abaixo o teor de dois documentos devidos à bondade de D. Clemente Maria da Silva Nigra, O. S. B., que foram extraidos do "Catálogo dos abades do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro" (manuscrito inédito) e que esclarecem a data da execução dos lampadarios em questão:

---

(10) Moreira de Azevedo — *Obra citada*, pg. 238.
(11) Porto-Alegre — *Obra citada*, pg. 371.

"O Revmo. D. abade Dr. Fr. Manoel de São Paio, no seu trienio de 15 de fevereiro de 1781 até 1783: "Como Salamão elle cuidava da magnificencia do Templo, por isso mandou fazer pa. s. deste Mostro. dous famozos Lampadarios de prata; pa. cujo feitio, eprata q sedevia acrescentar aos antigos, q pezarão quazi sette arroubas, deo ao Orives dez mil cruzados. Esta obra, q é mais magnifica, edelicada, q tem o Brazil, elle não avio completa no tempo do seu governo, pois não cabia emtão breve espaço aconsumação dehua obra tão grande, etão perfeita. Depois deter este Prelado empredido esta obra decusto, parece, q devera divertir pa. outra pt. deste Mostro os seos cuidos" Pág. 143.

"O Revmo. D. Abade Fr. Lourenço da Expectação Valladares, no seu trienio de 3 de fevereiro de 1793 até 1795": "Neste seu ultimo trienio, foi q se suspenderão na Capellamor os dous grandes lampadarios, q aornão. Esta preciosa obra, ainda, que foi principiada sendo D. Abe. deste Mostro. o Rmo. P. M. Fr. Manoel de S. Paio, comtudo por contendo entre os Artifices, ella seachava demorada, esecompletou neste tro. concorrendo o Prelado para oseu complemento com adespeza de tres contos, sette centos, e sincoenta e nove mil, trezentos, edezasete rs., que junto ao q o Rmo. S. Payo tinha dispendido pa. esta obra, vierão os Lampadarios a importar sette contos, sette centos, e cincoenta enove mil trezentos, edezasete rs., não entrando nesta conta, quatro centos, quarenta enove marcos, tres onças, eduas oitavas de prata, q pezavão os antigos lampadarios, e se desfizerão p. seaugmentarem os novos" pg. 140.

Alem das obras acima citadas são ainda atribuidas a Valentim:

Igreja da Cruz dos Militares: — Toda a primitiva obra de talha interna bem como as imagens dos evangelistas São Marcos e São João, esculpidas em madeira e que hoje se encontram no Museu Histórico Nacional.

Igreja da Candelaria: — Alguns ornatos do interior.



nagem de São João
Museu Histórico Nacional)



Pormenor da imagem de São João

Igreja de Santa Rita: — Lampadarios.
Igreja da Conceição e Boa Morte: — Retábulo do altar-mor.

Relativamente às igrejas acima não foi ainda possivel proceder-se a um estudo nos arquivos respectivos.

Oportunamente serão iniciadas pelo S. P. H. A. N. as necessarias pesquisas que por certo virão trazer maiores contribuições ao estudo ora iniciado.

IGREJA DE N. S. DO PARTO
(ALTAR DA PIEDADE, HOJE SOB A GUARDA S. P. H. A N.)

Relativamente a esse altar, atribuido insistentemente (12) a Valentim, transcrevemos abaixo alguns esclarecimentos contidos na carta que, em data de 19 de setembro de 1939, recebemos do Reverendíssimo Padre Frota Gentil, S. J., reitor da igreja de N. S do Parto:

"Conforme tive ocasião de expor a V. S. tem havido equívoco entre os nossos cultores de antiguidades atribuindo este altar ao Mestre Valentim ou a outro entalhador antigo.

1.°) — O altar não figura de nenhum modo nas antigas descrições da egreja, onde se fazem aliás referencias a todos os outros e às imagens de cada um.

2.°) — Os ornatos, o feitio do nicho, etc., tudo indica a sua destinação para a atual imagem da Piedade que aliás tambem não consta das antigas descrições. Nada há que possa autorizar a conjectura de uma remodelação ou adaptação recente.

3.°) — Pelo contrario, consta positivamente que o altar foi feito nos primeiros anos deste século, quando Mons. Jerônimo Rodrigues de Carvalho conseguiu a trans-

---

(12) Mariano Filho, José — "Debates sobre a conferencia de Francisco Marques dos Santos " — *A Ourivesaria no Brasil Antigo*", in "Estudos Brasileiros", ano II, volume 4, n.° 12, Rio, 1940, págs. 658-9.

> ferencia para a Igreja de N. S. do Parto da mencionada imagem da Piedade, exposta até então no Necroterio. São vivas ainda as pessoas que o podem testemunhar."

A vista das justíssimas ponderações do Padre Frota Gentil, procuramos ouvir o Dr. Agenor de Noronha Santos, que nos prestou a seguinte informação:

Em 5 de janeiro de 1873 por determinação do conselheiro Antonio Ferreira Viana, então presidente da Câmara Municipal, foi fundado o necroterio do largo do Moura; esse necroterio, construido em "estilo gótico", continha em suas faces laterais painéis em alto relevo representando a morte e a ressurreição de Cristo; no seu interior abria-se uma sala onde se destacava, *em seu nicho*, a imagem de N. S. da Piedade; o necroterio em apreço foi demolido em 1910 pela necessidade de ser construido no local do mesmo o novo mercado; pelo decreto 1.369 de 20/12/1911 o governo federal entrou em entendimento com a Prefeitura Municipal para que os serviços do necroterio passassem a funcionar, provisoriamente, no Hospital da Santa Casa da Misericordia.

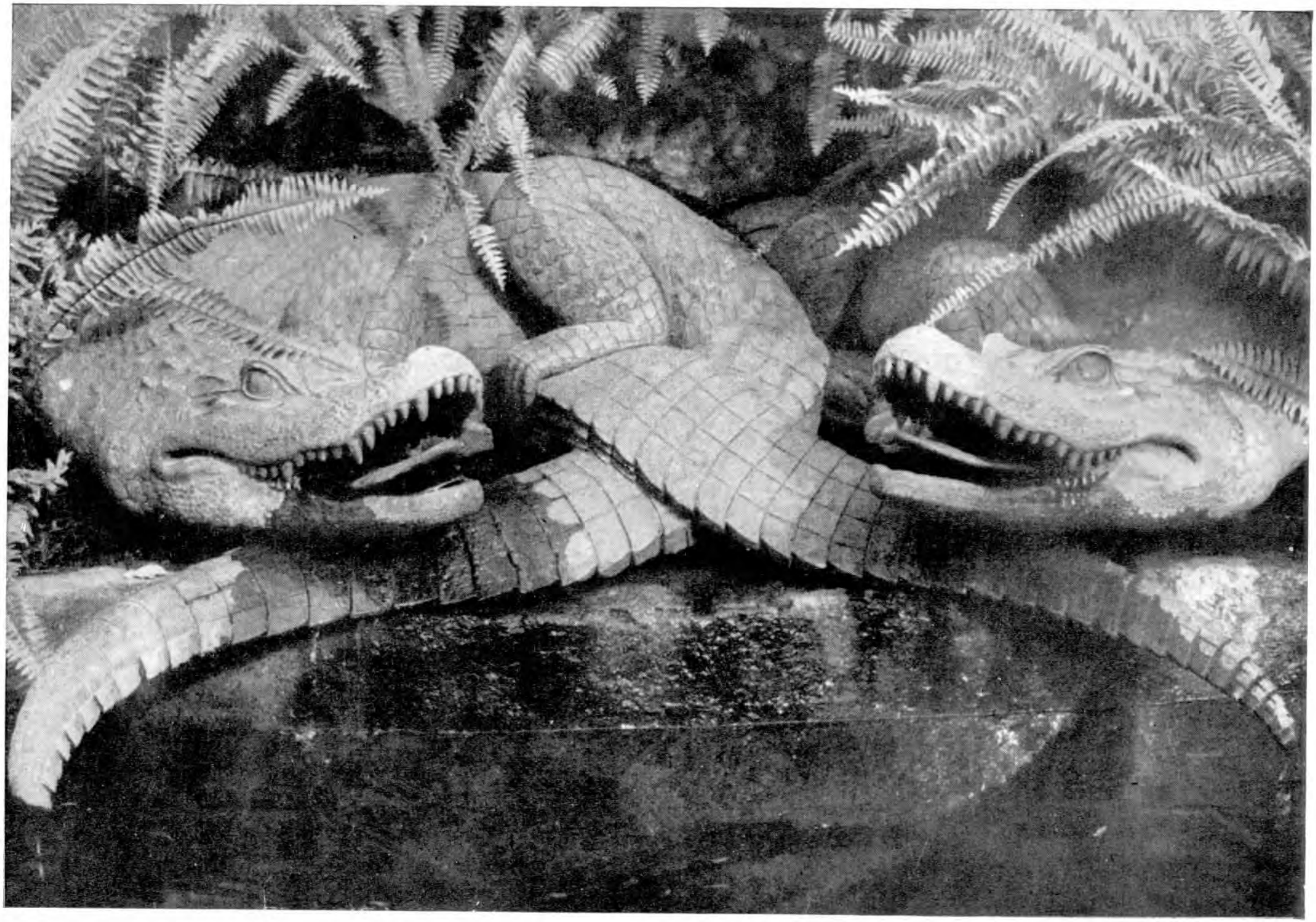
Como se vê pela exposição acima, a transferencia da imagem de N. S. da Piedade só pode ter sido feita, aproximadamente, entre os anos de 1910 e 11, o que coincide exatamente com as alegações do Sr. Padre Gentil.

Tambem, no "Guia do Rio de Janeiro", (1905, fl. 64), de Paula Pessoa, encontramos a seguinte descrição da sala interna do necroterio:

> "Ambos esses edificios acham-se na antiga rua D. Manoel, hoje *Marechal Carlos Bittencourt* que principia na Praça Quinze de Novembro e termina no *Largo do Moura* onde se acha situado o *Necroterio* destinado ao recolhimento dos mortos, tendo ao fundo da sala de entrada a impressionante imagem de Nossa Senhora da Piedade".

Como se vê, nessa descrição não há referencia a altar algum.

Alem dessas informações que denotam claramente a procedencia da imagem, procuramos ouvir pessoalmente o Padre Gentil que,



Jacarés do chafariz do Jardim do Passeio Publico

nos declarou que Monsenhor Jerônimo Rodrigues, atual vigario da Matriz de N. S. da Conceição do Engenho de Dentro, bem como o velho sacristão Jerônimo, poderiam testemunhar a veracidade de suas afirmativas, pois foi durante a época em que aquele Monsenhor era o vigario da Igreja do Parto que se realizou, não somente a transferencia da imagem, mas tambem a feitura do altar em apreço.

Para encerrar a questão acrescente-se que foi procedido pela Seção Técnica do Serviço do Patrimonio Histórico e Artístico Nacional um exame no referido altar que se encontra desmontado, chegando-se à conclusão de que nem a madeira utilizada nem a técnica adotada para a feitura do mesmo apresentam características de material ou de trabalho antigo.

NAIR BATISTA

FONTES PARA ESTE TRABALHO:

MANUSCRITOS:

Livro 2.º da Receita e Despesa da Veneravel Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo — Rio, 1757 — pg. 271-V.
Livro 1.º da Receita e Despesa que ha de servir na Capela do Noviciado da Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, ano 1773, pgs. 25, 26, 29 e 91.
Livro de Termos n.º 2, da Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, ano 1779, Rio, pg. 15.
Livro 3.º da Receita e Despesa da Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, Rio, 1781.
LIVRO de Estrada de Irmãos, da Irmandade de N. S. do Rosario, Rio, 1752-1829, pg. 170.
LIVRO de Registro de Óbitos, da Freguesia do SS. Sacramento da antiga Sé — Ano 1812 a 1819, fls. 26.

IMPRESSOS:

FUNCK, Jaques — "Esplicação sobre as plantas aqui juntas, do novo chafariz, desenhado para a Praça do Rio de Janeiro, por ordem do Ilmo. e Exmo. Enr. Luis de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Estado do Brasil" — Documento da B. Nacional, Rio, 25-7-1780.
STAUNTON, Georges — "Voyage en Chine et en Tartarie, par Lord Macartney", tradução francesa de J. B. J. Breton, Paris, 1804, pg. 196.
BARROW, John — "Voyage à la Conchinchine par les Iles de Madère, de Ténerife et du Cap Vert, le Brésil et l'ile de Java", Tradução francesa do Malte Brum, Paris, 1807, pgs. 102, 104, 105, 109.

LUCCOCK, John — "Notes on Rio de Janeiro, and the Southern Paris of Brazil", Londres, 1820, pgs. 77 e 87.
PIZARRO E ARAUJO, José de Sousa Azevedo — "Memorias Históricas do Rio de Janeiro", Tomo VII — Tipografia de Silva Porto & Cia., Rio, 1822.
GRAHAM, Maria — "Journal of a Voyage to Brazil" — Londres, 1824.
GONÇALVES DOS SANTOS, Luis (padre) — "Memorias para servir à Historia do Reino do Brasil" — Impressão Regia, Lisboa, 1825, Introdução, pgs. XV, XVI, XIX, XLII LIX.
DENIS, M. Ferdinand — "Brésil" — Tipografia de Firmin Didot Frères, Paris, 1839, pgs. 110-111.
DEBRET, J. B. — "Voyage Pittoresque et historique au Brésil" tomo III, Firmin Didot, Frères, Imprimeurs, Paris, 1839, pgs. 85 e 113, estampa n.º 1.
PORTO ALEGRE, Manuel de Araujo — "A Igreja de Santa Cruz dos Militares", in "Ostensor Brasileiro", tomo I, Rio, 1845.
ABREU E LIMA, José Inacio de — "Sinopsis ou dedução cronológica dos fatos mais notaveis da Historia do Brasil" — Tipografia M. F. de Faria, Pernambuco, 1845, pgs. 252-3.
LAVOLLÉE, M. C. — "Voyage en Chine, Ténériffe, Rio de Janeiro, le Cap, III Bourbon, Malacca, Singapore, etc.", Paris, 1853, pgs. 21-22.
PORTO ALEGRE, Manuel de Araujo — "Iconografia Brasileira" in "Revista do I. Histórico e Geogr.", tomo XIX, Rio, 1856, pgs. 369-375.
EWBANK, Thomas — "Life in Brasil; of A Journal of a vist to the Land of the cocoa, and the palm — Harper & Brothers Publisher, Nova York, 1856, pgs. 78-81.
MACEDO, Joaquim Manuel de — "Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro", volume 1, pgs. 60, 84, 85, 92, 100, 103-118, 119-136, 145-6; 2.º volume, pgs. 136, 138, 144, 187, 196.
SERZEDELO, Bento José Barbosa — "Arquivo Histórico da Veneravel Ordem 3.ª de N. S. do Monte do Carmo, desde sua fundação em 1648 até 1872", — Tipografia Perseverança, rua do Hospicio, 91, Rio, 1872, pg. 125.
RIBEIRO, José Silvestre — "Historia dos Estabelecimento Científicos, Literarios e Artísticos de Portugal", vol. 4, Tipografia da Academia Real de Ciencias — Lisboa, 1874, pg. 382.
MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte — "O Rio de Janeiro", 1.º volume, Rio, 1877, pgs. 91, 149, 169, 221, 231, 235, 237, 238, 445, 447, 461, 465, 470.
TEIXEIRA DE MELO, J. A. — "Efemérides Nacionais" — 1.º volume, Rio, 1881, pg. 107.
PRADO, Eduardo — "L'Art", in "Le Brésil", Paris, 1889.
XAVIER DA VEIGA, José Pedro — "Efemérides Mineiras", 1.º volume, 1664-1897, Imprensa Oficial do E. de Minas Gerais, Ouro Preto, 1897, pgs. LXXXI e 267.
BARBOSA, Antonio da Cunha — "Aspeto da arte brasileira colonial", in "Revista do I. Histórico eGeográfico" , tomo LXI, parte I, ano 1898, Imprensa Nacional, Rio, 1898, pgs. 110-113.
ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha — "Velhos Chafarizes", in "A Noticia", Rio, 30-8-1901.
DUQUE ESTRADA, Gonzaga — "Mestre Valentim" in "Kosmos", Rio, Março, 1905, ano 2, n.º 3.
PESSOA, Paulo — "Guia da cidade do Rio de Janeiro" — 3.º Congresso Científico Latino Americano — Oficinas Gráficas E. Bevilacqua & Cia., Rio, 1905 — pgs. 63, 68, 107, 108

ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha — "O túmulo de Grandjean", in "A Noticia", Rio, 7-3-1906.

ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha — "Fonte Adriano", in "A noticia, Rio, 7-3-1906.

BEYER, Gustavo — "Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo, no Brasil, no verão de 1813, com algumas noticias sobre a cidade da Baia e a ilha Tristão da Cunha, entre o Cabo e o Brasil". Tradução sueca do Dr. Alberto Loefgren — in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", volume XII, São Paulo, 1908, pg. 277.

SANTOS, J. Felicio dos — "Memorias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio", in "Revista do Arquivo Público Mineiro", volume XIV, ano 1909.

TAUNAY, Afonso d'Escragnole — "A Missão artistica de 1816" — in "Revista do I. Histórico e Geográfico", tomo LXXIV, parte I, Rio, 1911.

GOMES, Roberto — "Arte e gosto artístico no Brasil" — in "Anais da Biblioteca Nacional" — Volume XXXV, Rio, 1913, pg. 24.

ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha — "Das artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular" — in"Revista do Instituto Histórico e Geográfico", tomo LXXVII, parte II, Imprensa Nacional, Rio, 1916. pgs. 514-540.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle — "Na Baia Colonial", 1610-1764", — In "Revista do Instituto Histórico e Geográfico", tomo 90, volume 144, Imprensa Nacional, Rio, 1922 — pgs. 486-7.

GUIMARÃES, Argeu — "Historia das Artes Plásticas no Brasil" — in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico" — Tomo especial, volume IX, Rio, 1922.

NOGUEIRA DA SILVA, M. — "Pequenos estudos sobre a arte" — Editora Brasileira Lux — Rio, 1926, — pgs. 3 a 24.

VIEIRA FAZENDA, José — "Antiqualhas e memorias do Rio de Janeiro", volume 1, Rio, 1921, pgs. 37, 115, 263, 450. — Vol. 2, Rio, 1923, pg. 30. — Vol. 4, Rio, 1927, pg. 64. — Vol. 5, Rio, 1927, pgs. 490, 632, e 634.

BEZERRA, Eduardo — "A Irmandade da Cruz dos Militares, seus oragos, suas crises", Papelaria Mendes, ruas do Ouvidor 60 e Uruguaiana, 47, Rio, 1927 — pg. 36.

FLEIUSS, Max — "Historia da cidade do Rio de Janeiro" — Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928 — pgs. 155, 195, 197, 206, 207.

VIEIRA FAZENDA, José — "Antigas inscrições do Rio de Janeiro e Niterói", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico", tomo 106, volume 160, Rio, 1929 — pgs. 33-58, Estampas 7, 26, 27, 29, 56, 57.

EDMUNDO, Luis — "O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis", Imprensa Nacional, Rio, 1932 — pg. 96.

PENALVA, Gastão — "O Aleijadinho de Vila Rica", Renascença Editora, Rio, 1933 — pgs. 156, 179-180.

MATOS, Anibal — "Mestre Valentim e outros estudos" — Edição Apolo, Belo Horizonte, 1934.

XAVIER DA COSTA, Luiz — "As Belas Artes Plásticas em Portugal durante o século XVIII, Resumo Histórico — J. Rodrigues & Cia. Editores, Lisboa, 1935, pg. 34.

RUBENS, Carlos — "As artes plásticas no Brasil" — Companhia de Melboramentos de São Paulo, 1935 — pgs. 12, 13, 15.

MATOS, Anibal — "Arte Colonial Brasileira" — Biblioteca Mineira de Cultura, Belo Horizonte, 1936 — pgs. 107-147.

PADBERG-DRENKPOL, J. A. — "Recordações históricas do Rio através de velhas inscrições latinas". In "Boletim do Centro de Estudos Históricos, Tomo I, fasciculo II, Rio, 1936. — Tomo II, fascículo I, ano II, Rio, 1937. — Oficinas Graficas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

PEDROSA, Raul — "A Síntese da Arte Brasileira" — Conferencia realizada em Paris, no Congresso das Nações Americanas, in "Correio da Manhã", Rio 26-9-1937.

S/A — "O terror das nossas vovós bonitas e faceiras" — Artigo in "Diario da Noite", Rio, 19-6-1937.

S/A — "O Passeio Público e as suas transformações' — Artigo in "A Noite", Rio, 14-10-1937.

S/A — "Mestre Valentim" — Artigo in "A Noite Ilustrada", Rio, 19-10-1937.

S/A — "N. Senhora do Parto e sua Igreja" — Folheto, Rio, 1938 — Gráfica Olimpia.

MARQUES DOS SANTOS, Francisco — "Artistas do Rio de Janeiro Colonial", in "Estudos Brasileiros", ano I, n.º 3, Rio, 1938 — pgs. 8 a 20.

SERRAINE, Florival — "Cultura Brasileira" — Ensaios, Edesio Editor, Ceará, Fortaleza, 1938 — pgs. 66-7.

DELAMARE, Alcebiades — "Restauração da Igreja de N. S. do Parto" — artigo in "Jornal do Comercio", Rio, 9-9-1938.

BARRETO, Paulo Tedim — "Proprios nacionais existentes no Rio de aJneiro", Inédito, Arquivo do S. P. H. A. N., Rio, 1938 — pgs. 5 e 6.

BARRETO, Paulo Tedim — "Proprios municipais no D. Federal" — Inédito, Arquivo de S. P. T. A. N., Rio, 1938. — pgs. 1 e 2

BARRETO, Paulo Tedim — "Arquitetura Religiosa no D. Federal" — Inédito, Arquivo do S. P. H. A. N., Rio, 1938. — pgs. 20, 23, 27, 50, 53 e 56.

MARIANO, filho, José — "Carta sobre Mestre Valentim" — in "Jornal do Brasil" — Rio, 1938.

LIMA, Hermeto — "A rua do Passeio" — Artigo in "Jornal do Brasil", Rio, 1938.

MARIANO, filho, José — "Curso sobre arte brasileira realizado na Universidade do D. Federal em 4-11-1938 — in "Jornal do Brasil, 5-11-38, Rio.

NORONHA SANTOS, A. — "Arquitetura Religiosa no D. Federal" — Inédito, Arquivo do S. P. H. A. N., Rio, 1939, pgs. 2, 7, 14, 17.

MAGALHÃES CORREIA, Armando de — "Terra carioca, fontes e chafarizes", Imprensa Nacional. Rio, 1939 — pgs. 25, 55.

HIRSH, Lina — "Igeja de São Francisco de Paula" — Artido in "Jornal do Comercio", Rio, 1011-1939.

HIRSH, Lina — "Igreja de Santa Cruz dos Militares" — in "Jornal do Comercio", Rio, 24-11-1939.

MARIANO, filho, José — "Os misterios da arte de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho", in "Jornal do Comercio", Rio, 10-12-39.

MARIANO, filho, José — "Debates sobre o artigo de Augusto de Lima Júnior", "Evolução do Barroco no Brasil" — in "Estudos Brasileiros", ano I, nº 6, Instituto de Estudos Brasileiros, Rio, junho, 1939, pgs. 94-5.

GARCIA, Júnior — "Chafarizes Cariocas" — in "Correio da Manhã", Rio, 24-12-39.

HIRSH, Lina — "Igreja de N. S. do Parto" — in "Jornal do Comercio" — Rio 28-12-1939.
GARCIA, Rodolfo — "Anais da Biblioteca Nacional" — Introdução ao volume LVI, Serviço Gráfico do M. E. S. — Rio, 1939.
RUBENS, Carlos — "Artistas do Século XVIII e XIX num templo tricentenario" "Igreja de São Francisco de Paula", in "Revista da Semana", Rio, 23-3-40.
MARIANO, filho, José — "Debates sobre o artigo de Francisco Marques dos Santos "A ourivesaria no Brasil antigo" — in "Estudos Brasileiros", ano II, volume 4, n.º 12, pgs. 656-660.
W. M. Jackson — "Enciclopedia e Dicionario Internacional". volume XX. — Pgs. 787-8.
MARIANO, filho, José — "Mestre Valentim" — artigo in "Jornal do Comercio" — Rio, 5-1-1941.

N. B.

OFICIOS MECANICOS EM VILA-RICA DURANTE O SÉCULO XVIII

Pelo exame minucioso a que procedemos, no Arquivo Público Mineiro, dos primeiros 130 livros do Arquivo Colonial de Ouro-Preto, desde 1711 a 1830, com falta apenas dos livros de atas de 1711 a 1715, que, por extraviados do Arquivo Público, foram editados pela Biblioteca Nacional, verificamos que houve três processos de exercicio dos oficios mecânicos no tempo da Colonia, em Vila-Rica: o do trabalho livre, no começo da vida municipal, até mais ou menos 1725; o das licenças com fiador, por tempo que variava entre 6 meses e um ano; e o das licenças mediante exame previo dos candidatos e expedição das respectivas cartas de habilitação, estas, porem, em pequeno número, conforme adiante se verá. Porque, apesar das Câmaras elegerem anualmente os juizes de oficios, encarregados dos exames, e sem embargo ainda dos constantes editais, convidando os interessados a virem se submeter aos exames, poucos a isso correspondiam. De sorte que prevaleceu de preferencia o abuso das simples licenças com fiador e por prazo limitado. Os exames, como se vê a cada passo no correr dos livros, eram mais tolerados pelos sapateiros, alfaiates e ferreiros. Desses encontram-se nos livros muitos termos de exames e cartas expedidas.

Tambem verificamos que dos pintores e entalhadores eram exidos os exames, pois só encontramos uma carta de pintor, e de entalhador, dourador e outros oficios correlatos, nem uma.

Na relação geral que se segue encontraremos alguns nomes repetidos, isso em razão de termos tomado, de preferencia, para método de pesquisa cada livro em separado, e os livros, uns tratam propriamente das licenças e outros de contribuições para os quintos e para os subsidios e donativos; por isso, os nomes algumas vezes se repetem.

Observações:

1 — Conservamos na relação que se segue a mesma numeração e a ordem cronológica dos livros de Vila-Rica catalogados no Arquivo Público Mineiro (seção Colonial), sendo que os saltos verificados nesse arrolamento explicam-se pela razão dos números que faltam se referirem a livros que tratam de outros assuntos não pertinentes à materia dos oficios.

2 — Na relação ora apresentada não contemplamos senão um pequeno número de ferreiros, por não interessarem estes oficiais ao objetivo da nossa pesquisa, que apenas visa os oficiais mais diretamente comparticipantes na construção das igrejas e edificios civís, pontes, chafarizes, calçadas, etc. Mas, podemos informar que o número de ferreiros era enorme, maior mesmo do que o dos carpinteiros e pedreiros.

LIVRO 2 (1715) — Lançamento dos quintos.

Carpinteiros:	*fls.*
Martinho de Macedo	5
Diogo Nunes	16
Domingos da Rocha	16 v.
Domingos Lopes	20 v.
Francisco Gomes	32 v.
Manuel Gonçalves	32 v.

Ferreiros:	*fls.*
Lucas Fernandes	14
Aleixo Ferreira	14
José Rodrigues Coutinho	15
João Ferreira	26 v.

NOTA: — Não vem nenhum pedreiro.

LIVRO 4 (1716—1721) — Atas da Câmara.

Em ata de 28 de janeiro desse ano (1716) vem o seguinte:

"Accordarão em fazer eleição dos juizes dos Officiaes de Carpinteiros, sapateiros, ferreiros e alfayates, em cujas Eleições vierão votar todos os officiaes, cada hum no seu officio, e sahio para juiz de Carpinteiro Manoel Ferreira da Fonseca, para juiz de sapateiros José de Oliveira, para juiz de ferreiros Domingos Gonçalves, para juiz dos alfayates Manoel Gonçalves, aos quaes se mandarão passar suas cartas para com ellas virem a este Senado tomar juramento."

Em ata de 11 de janeiro de 1717:

"Fizerão se Eleição de Juizes de Officiaes na forma do estilo e sahirão a mais votos para juiz do officio de sapateiro Manoel Machado, morador em Antonio Dias e do officio de Alfayate José da Rocha, morador no Ouro-Preto, e do officio de ferreiro Luiz Pereira, morador no ouro-preto, e de Carpinteiro Manoel Gomes, aos quaes mandarão passar suas cartas de juizes de seus Officios para com ellas virem a este Senado tomar posse".

Em ata de 22 de janeiro de 1718:

"Mandarão chamar todos os officiaes desta Villa, de Carpinteiros, ferreiros, sapateiros e Alfayate e com todos fizerão eleição de juiz de cada hum dos ditos officios na forma do estilo e sahirão amais votos porjuizes para o officio deCarpinteiro Manoel ferreira da fonseca, de pedreiro Domingos gonçalves, de sapateiro Manoel da Motta e de Alfayate Manoel defreitas, aos quaes mandarão passar suas cartas dejuizes dos seus officios para com ellas virem a este Senado tomar juramento na Conferencia seguinte."

Em ata de 7 de janeiro de 1719:

"accordarão para a primeira vereação que se fizesse, se convocasse os officiaes de todos os officios para a eleição de Juizes dos ditos officios".

Na vereação de 11 do dito mês de janeiro "accordarão tomar votos aos officiaes dos officios, e sahirão amais votos, para juiz de Carpinteiro Mathias Henrique, para Alfayate Manoel Gonçalves

Gomes, para Ferreiro Francisco degovêa, para Sapateiro Luiz Vieira, aos quaes mandarão se passassem cartas de seos officios para com ellas virem tomar juramento, na forma do estilo".

Nesse mesmo teor, *mutatis-mutandis*, foram se repetindo os acordãos até 1721, fim do Livro n. 4 citado.

Alguns oficiais que apareceram nesse período, arrematando obras:

Em 20 de maio de 1719, foi arrematante da Casa da Câmara e Cadeia o carpinteiro João Ferreira Diniz.

(Só encontramos esse).

LIVRO 6 (1721 — 1726) — Atas da Câmara.

Á página 4, "accordaram em assignar cartas de exames de officios".

Á página 71, "accordaram que, por estar damnificada a Cadêa Casa da Camara, com ruina conhecida e que pedia concertos grandes, e com pouco mais se podia fazer Cadêa em que, com mais segurança, estivessem os presos da quella em que de presente se acham, e donde ha poucos dias havião fugido alguns que lá estavam por delictos atrozes, e ser conveniente ao bem publico que haja Cadêa capaz para se reterem os delinquentes, que se comprasse a Casa do escrivão da Camara frontéira á Praça desta Villa; a qual foi avaliada pelo mestre carpinteiro José da Costa e seu escrivão Christovão Fernandes."

Lê-se mais nesse livro o seguinte edital:

"Os juizes, vereadores e procurador da Camara desta Villa Rica etc.

Fazemos saber aos que este nosso edital virem que, havendo consideração a que muitos officiaes de pedreiros e carpinteiros tomam obras grandes e pequenas de empreitada sem serem examinados pelos seus juizes do officio, como se costuma em todas as partes do Reino, por cuja falta de examinação fazem muitas obras imperfeitas em prejuizo dos donos dellas, por cuja razão ordenamos que nenhum official dos ditos officios acima declarados não tomem

obras de empreitada, por pequenas que sejam, sem serem examinados pelos juizes dos seus officios, e tendo os ditos officiaes cartas passadas em outras partes as apresentem a este Senado para se confirmarem, com pena de que todo o que faltar ás sobreditas condições será condemnado de cada vez em 12 oitavas para as despezas do Senado e 30 dias de Cadêa, fóra as custas dos officiaes que fazem a execução, e incorrerão nessa pena os juizes dos ditos officios que, por amizade, deixarem trabalhar os ditos officiaes sem serem examinados. E, para que venha a noticia a todos, mandamos passar o presente edital, que se publicará e afixará nas partes mais publicas desta Villa. Dado em Camara de 20 de janeiro de 1725. — José da Silveira e Almeida, escrivão da Camara, que o escrevy — Oliveira — Barbosa — Almeida — Ferreira — Rocha".

LIVRO 14 (1721 — 1731) — Arrematações".

Pedreiros e carpinteiros, que foram arrematantes de diversas obras nesse período:

	fls.
Antonio de Oliveira, arrematante da Ponte de Antonio Dias.....	20
José Duarte e Domingos Soares, arrematantes da Câmara e Cadeia.....	33
Antonio da Silva, arrematante do chafariz do largo da Cadeia.....	42
Antonio Gomes e Bernardo Duarte, arrematantes da calçada da Casa da Câmara.....	43
Manuel Domingos, arrematante do reboca da Casa da Câmara.....	53
Manuel Rodrigues, arrematante da Calçada do Caquende.....	54
João de Dezê e Alexandre da Silva, arrematantes da pintura da Câmara.....	56
Manuel Rodrigues Velho, fatura da Ponte de Antonio Dias.....	76

Manuel Rodrigues, Velho, Francisco João, Antonio Garcia e Francisco Fernandes (socios), arrematantes da reconstrução das calçadas de Villa-Rica..... 83
Bernardo Vieira, reconstrução da Ponte de Ouro-Preto..... 85
Salvador Pires e Francisco João, reboca da Cadeia..... 88
Domingos João Noia e Manuel da França Tavares, consertos nos Quartéis..... 31 e 100
ANTONIO FRANCISCO POMBAL, feitura do campanario e sino da Cadeia..... 120
Antonio da Silva Dias, consertos na Cadeia..... 121
Antonio Coelho da Fonseca, reparos nas calçadas..... 134

LIVRO 17 (1722—1741) — Cartas de oficios, provisões, etc.

Carpinteiros: *fls.*
Manuel Marques (vem a carta)..... 30 v.
Gonçalo Muniz de Sá..... 69
Manuel Herreiros (carta passada no Serro do Frio e confirmada pela Câmara do Rio de Janeiro)..... 65

Serralheiros: *fls.*
Pedro dos Santos..... 39 v.
José Soares de Campos..... 46

Oleiros: *fls.*
Francisco Januzia (carta passada em Angra dos Reis e confirmada pelo Senado) 60 v.
Antonio Rodrigues..... 65

LIVRO 18 (...—1724) — Licenças

Á página 6 verso, vem este registro:

"MANOEL FRANCISCO LISBOA tirou a sua licença e offereceu pa—seu fiador a os quintos a Thomaz Francisco Gomes". (Março de 1724)

Á página 31 vem este outro registro:

"MANOEL FRANCISCO LISBOA tirou a sua licença para Antonio Dias, em janeiro de 1724".

LIVRO 23 (1727—1728) — Contribuintes do Real Subsidio.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel Antunes de Lima	2
Joaquim Alves	2 v.
Francisco da Costa	2 v.
Manuel Lopes	2 v.
Manuel Salomé	5
João da Silva Guedes	5
Antonio Francisco Pombal	5 v.
Manuel Gonçalves Franco	5 v.
Antonio da Silva Dias	6
Domingos Simões	6
Antonio da Silva	6 v.
Francisco Gonçalves	7
Diogo Dias da Costa	7 v.
Antonio Francisco dos Santos	8 v.
Antonio Ramos da Cruz	9
Damião Fernandes	9
Henrique Ribeiro	9
André João	9
Domingos Gonçalves	9 v.
Domingos Correia	13
José de Andrade	15
João Ferreira Brandão	16 v.
João Coelho Pereira	23 v.
Antonio da Fonseca	25

Pedro da Costa	26 v.
Manuel Peixoto	26 v.
Lourenço Rodrigues	28 v.
Domingos de Meira	28 v.
Manuel Lopes	30 v.
Rafael da Silva	34 v.
Pedreiros:	*fls.*
Miguel de Castro	2
João Martins	2
Manuel Rodrigues	2 v.
Francisco João	6 v.
Domingos Gomes Barbosa	8 v.
Gonçalo Domingues & Cia	9 v.
Ferreiros:	*fls.*
Francisco Teixeira	2
Francisco Vieira da Silva	30 v.
Imaginarios (sic)	*fls.*
Manuel Vieira	2 v.

NOTA: Parece que havia muita sonegação a essa contribuição, pois do livro citado só constam esses nomes, quando na época muitos outros oficiais havia com exercicio, como vimos nos livros anteriores. Falta aí, inclusive, o Manuel Francisco Lisboa, que estava em plena atividade a esse tempo.

LIVRO 24 (1728—1730) — Contribuintes do Real Donativo.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel Alves de Azevedo	3
Silvestre da Silva	5

José Antonio 5
Manuel de Oliveira . . . . . 5 v.
Antonio Pereira 6
Jacinto de Oliveira 9
ANTONIO FRANCISCO POMBAL 9
Antonio da Silva 14
Manuel Marques 21
Gabriel Martins 24
João Coelho Pereira 32
Antonio Gomes . . . . . 32 v.
Gaspar da Silveira 37
Domingos de Oliveira 62
Antonio Coelho . . . . . 67 v.
Francisco Xavier da Silveira . . . . . 67 v.
José Varela . . . . . 68 v.
Luiz Teixeira 69
Antonio Pinto 70
João Lopes de Oliveira 70
MANUEL FRANCISCO LISBOA 72
Teodosio Gonçalves de Araujo 74
Manuel Francisco da Costa (no registro não se diz qual a profissão desse) . . . . . 75 v.
Inacio dos Santos . . . . . 76 v.
João Ferreira Brandão 78
João Dias Teixeira . . . . . 78 v.
Domingos Muniz de Araujo . . . . . 78 v.
Gaspar de Oliveira . . . . . 81 v.
Antonio Teixeira Braga 82
João Coelho . . . . . 92 v.

Marceneiros: *fls.*

Gaspar Vicente . . . . . 6 v.

Pedreiros: *fls.*

Jerônimo Gonçalves . . . . . 63 v.

João Muniz dos Santos..... 68
Francisco Ferreira Barros..... 69
Luiz Gonçalves do Couto..... 75 v.

Ferreiros: *fls.*

Manuel Barbosa..... 7 v.
Francisco da Cunha..... 36 v.
Manuel Machado..... 62
Francisco Teixeira..... 68
Manuel Gomes..... 69
Manuel Mateus..... 76

LIVRO 26 (1730—1731) — Contribuintes do Real Quinto.

Carpinteiros: *fls.*

João Correia..... 2 v.
Manuel Francisco..... 2 v.
João Peixoto..... 2 v.
Henrique Ribeiro..... 2 v.
Manuel Ferreira..... 6
Manuel Álvares de Araujo..... 7 v.
Bartolomeu Machado..... 10
Francisco João da Silva..... 14 v.
Manuel Rodrigues Capoto..... 15
Antonio Francisco..... 15
Domingos Pereira..... 15
Luiz Pereira..... 15
Bento Ribeiro..... 17 v.
Luiz Nunes..... 21
Domingos Delgado..... 34
Amaro Rodrigues..... 41 v.
João Francisco..... 41 v.
Manuel Nunes..... 42
Francisco Pereira..... 42
Teodosio Gonçalves..... 42

Manuel Lopes..... 43
Manuel da Cunha..... 43 v.
José de Araujo..... 43 v.
Bento de Sousa..... 44 v.

Pedreiros: *fls.*

Luiz Fernandes da Cunha..... 43 v.
Manuel Gonçalves da Rocha..... 45

LIVRO 31 (1733—1736) — Licenças e provisões.

Telheiros: *fls.*

Manuel de Coadro..... 2 v.

Carpinteiros: *fls.*

Manuel Dias Ferreira..... 3
João Gomes Alves..... 8
Geraldo de Oliveira..... 7
Diogo Gonçalves..... 6
Antonio Pinto..... 9 v.
Tomé Muniz..... 9 v.
Manuel Carvalho..... 18 v.
Antonio Lins..... 20 v.
Manuel Cardoso..... 18 v.
João Vieira..... 17 v.
Luiz Vieira..... 17
Antonio Lemos..... 14
Miguel da Costa Soares..... 22
Henrique Ribeiro de Carvalho..... 28
Miguel Correia..... 28 v.
João Peixoto..... 36

Pedreiros: *fls.*

Domingos da Silva..... 34

Ferreiros:	*fls.*
Antonio Rodrigues	4
Manuel de Sousa	7
Braz Pinto Brandão	8
Miguel da Silva Novais	9 v.
Inacio da Costa Azevedo	10
Antonio Dias da Costa	14 v.
Matias Gonçalvcs	18 v.
José Dias Freire	19
Manuel Friz do Céu	19
Pedro Dias Francisco	22 v.
Antonio Ferreira Medusa	32 v.
Manuel da Costa Negrelos	91

Latoeiros:	*fls.*
André Antonio de Sousa	7
Manuel Antunes	21

Caldereiros:	*fls.*
João Gonçalves Ribeiro	28

NOTA: Nesse livro e durante esse período somente um pedreiro figurou nos registros; não sabemos a razão.

LIVRO 32 (1736—1740) —Licenças.

Ás páginas 7 e 18 desse livro veem-se diversas petições de oficiais mecânicos, pedindo para continuarem nos seus oficios.

Á página 44 vem esta Provisão:

"O Juiz, vereadores e procurador do Senado, que servimos neste presente anno (1736) por eleição, fazemos saber aos que esta Provisão virem que, sendo preciso pôr em bôa forma os officiaes de ourives, para não gravarem o bem publico na falta de seguridade de suas obras, para o que se carecia nomear-lhes juiz e escrivão do mes-

mo officio, para com a presença delles fazerem exame nas pessoas capazes, que devem trabalhar pelo mesmo officio, e, sendo informado da capacidade, experiencia e integridade de Luiz Gomes, por ter já servido nesta Comarca de juiz de ourives: Havemos por bem nomeá-lo juiz dos ourives, para examinar e dar forma ao referido, tudo como no Regimento que este Senado estabeleceu se declara, e será obrigado a pôr particular cuidado nos exames que fizer, havendo somente por approvados as pessoas capazes de trabalhar pelo dito officio.

Á página 163 vem esta petição:

"Illustrissimo Sr. General Gomes Freire de Andrada. Dizem os officiaes jornaleiros, pedreiros e carpinteiros, assignados no papel junto, que o Senado da Camara mandára afixar editaes em que determina que os supplicantes tirem licenças de 6 em 6 mezes, com pena de 4$000 e 30 dias de Cadeia, no que se lhes seguem prejuizos graves, e athé agora *nunca foram compellidos* a tirar mais que huma licença por anno, sendo que no Reino não tiram licença os jornaleiros, e só sim os officiaes que trabalham em suas casas e sem sua loja aberta, e como isso mesmo se praticou nesta Villa, sendo juiz ordinario Manoel Rodrigues Coelho, e porque os supplicantes são homens pobres, que trabalham effectivamente apenas 6 mezes no anno em razão das aguas, e como não tem a quem possam recorrer senão a V. Ex., que nesse logar e nesse Governo representa a pessoa do Soberano, pedem a V. Ex. lhes faça a mercê de mandar que os officiaes do Senado da Camara desta Villa não obriguem os supplicantes a tirarem licenças por serem jornaleiros e se praticar assim no Reino. E. R. M."

Essa petição foi ao Senado para informar, vindo a informação à página 164, nos termos seguintes:

"Illustrissimo Senhor. Na consideração de serem os supplicantes obrigados a se examinarem nos officios que occupam e mostrarem suas cartas de examinação, se lhes concede licença por tempo de 6 mezes, para dentro delle o poderem fazer, e como faltam a essa obrigação, he o motivo por que por equidade se lhes vão concedendo as referidas licenças por 6 mezes, athe que com effeito se examinem.

He menos verdade que nunca foram compellidos a tirar mais que huma licença no anno, porque nos consta que sempre foi costume observado o tirarem-nas de 6 mezes somente, em tanta forma que, querendo-se excluir esta obrigação, o intentaram fazer por via ordinaria e com effeito obtiveram sentença contra si, da qual appellaram para a Relação do Estado e ha bastante tempo se acha rompida essa materia, e como para se instruirem e tirarem as taes licenças sufficiente fica sendo examinarem-se nos officios que occupam, V. Ex. determinará o que for servido. Villa-Rica, em Camara de 5 de agosto de 1738 annos. — Manoel Ferreira Aguellos — Francisco da Silva Netto — Lourenço Dias Rosa — Thomaz de Luna Gomes".

Nesse livro encontram-se apenas algumas licenças, porem mais de sapateiros, ferradores, alfaiates, etc.

Somente à página 203 encontramos uma Provisão para o oficio de juiz do oficio de pedreiro, passada a Dionisio Soares de Barros, em 18 de abril de 1739, e a de escrivão do mesmo oficio passada a Luiz Fernandes Calheiros.

Á página 238, verso, vem uma Provisão do oficio de pintor, passada a Alexandre Pinto de Miranda, para o ano de 1740.

Á página 239 vem mais duas Provisões, de juiz do oficio de pedreiro, a Jerônimo Pinto; e de escrivão, a Roque da Fonseca.

E' tudo quanto consta desse Livro, n.º 32.

LIVRO 34 (1734—1745) — Despesas do Senado.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel Alves de Azevedo	4
Bernardo dos Santos	5 v.
Manuel da Costa Coelho	6 v.
Manuel Ferreira dos Santos	9 v.
Manuel Gomes Pilar	15
João de Magalhães	20
Antonio José	21
José de Andrade Novais	30
Marques da Fonseca	31 v.

Pedreiros:	*fls.*
Antonio Gonçalves Pereira	1
Bernardo Vieira Barbosa	1
Alexandre Pinto de Miranda	4
Antonio Garcia	4
Diogo Álvares de Araujo	4 v.
João Domingues da Veiga	6 v.
Francisco Xavier Vieira	37
João Martins dos Santos	20
João Manuel	20
Miguel Lopes	20
Diogo Álvares de Araujo Crespo	20 v.
José Pinto de Azevedo	29
Domingos José de Andrade	21 v.

Pintor:	*fls.*
Alexandre da Silva	

NOTA: — Todos esses nomes aparecem nas listas de pagamentos por obras executadas no período acima.

LIVRO 36 (1736—1738) — Atas da Câmara.

Nesse livro encontramos apenas o seguinte:

Á pagina 24, acordaram em assinar as Provisões de oficios mecânicos.

Á página 27, acordaram que o escrivão pusesse os "despachos" em todas as licenças por tempo de um ano, ainda nos dos oficios, sem embargo da praxe e estilo que desde a criação dos mesmos oficios é de se passarem por 6 meses.

(Foi isso em consequencia da petição que já transcrevemos na parte relativa ao Livro 32).

LIVRO 39 (1737—1745) — Arrematações.

Carpinteiros:	*fls.*
José de Andrade Novais	9
José Pinto de Azevedo	27
LUIZ FERNANDES CALHEIROS	43
Sebastião Martins Cortes	48
Manuel Gomes Pilar	56
Mateus Garcia	72
João Dias Teixeira	74 v.
João Martins Costa	75

Pedreiros:	*fls.*
Francisco de Matos	23
Antonio Francisco de Carvalho	39 v.

LIVRO 41 (1737—1745) — Termos de arrematações.

Carpinteiros:	*fls.*
Antonio Ferreira de Carvalho	39 v.
Luiz Fernandes Malheiros	43
Sebastião Martins da Costa	18
Luiz Francisco de Oliveira	103
Alexandre Pinto de Miranda	112 v.
João Martins da Costa	123

Pedreiros:	*fls.*
Antonio Ferreira de Carvalho	39 v.
Mateus Garcia	72
João Dias Teixeira	76
João Domingos da Veiga	99
Antonio Leite Esquerdo	108
João da Silva	125 v.
Manuel Alves Jorge	133

Pintor: *fls.*

Gonçalo Francisco Xavier (pintou a capela de Stª Rita)..... 110

LIVRO 43 (1740 — 1742) — Registros de petições, cartas de oficios, etc.

À página 26 vem esta petição:

"Dizemos nós, juizes do officio de ferreiro, Manoel de Abreu Soares, e Jeronymo Pinto, que servimos em 1740, que, hindo presente nós Manoel Pinto da Fonseca, official do dito officio, disse que se queria examinar para poder usar do dito officio, o qual examinamos em varias obras e pelo o acharmos capaz e sufficiente para usar delle com loja aberta nesta Villa ou adonde se achar, lhe passamos a presente carta, pela qual possa usar do dito officio, e pedimos a Vosmecês esta se cumpra e guarde como nella se contem. Villa-Rica, 28 de Fevereiro de 1741 — Manoel de Abreu Soares — Manoel Lopes da Silva, Jeronimo Pinto."

Vem, em seguida, a confirmação por parte da Câmara.

À página 33, verso, vem outra petição para oficio de pedreiro, passada a carta a João da Rocha Pereira.

À página 137, verso, vem outra carta do oficio de carpinteiro, passada a Manuel de Oliveira.

À página 138, verso, carta para juiz do oficio de pedreiro, passada a Salvador Rodrigues.

À página 149, verso, outra para juiz do oficio de pedreiro, passada a Luiz Fernandes Calheiros.

À página 140, outra de juiz do oficio de pedreiro, passada a João Teixeira.

À página 129, verso, vem a carta de juiz de oficio de ferreiro, passada a Bento Antonio.

À página 135, verso, a juiz de carpinteiro, passada a Ventura Álvares Carneiro.

À página 136,verso, a de juiz de carpinteiro, passada a Antonio dos Santos Portugal.

À página 137,verso, a de juiz de carpinteiro, a Manuel de Oliveira.

À página 138,verso, a de juiz de pedreiro passada a Salvador Rodrigues.

LIVRO 44 (1741—1744) — Cartas de offcios ,provisões, etc.

Juizes de carpinteiros:	*fls.*
Antonio dos Santos Portugal	94 v.
Manuel Peixoto da Fonseca	95 v.
Sebastião Martins da Costa	96 v.

Juizes do oficio de pedreiro:	*fls.*
Manuel de Sousa	103
Antonio de Azevedo Maia	119
Antonio Ferreira de Carvalho	119 v.
Antonio Teixeira de Carvalho	119 v.

Juizes do oficio de ferreiro:	*fls.*
Bento Antonio da Cruz	4 v.
Geraldo Diniz Ferreira	7
José Gomes da Cruz	16 v.
Felizardo da Silva	78 v.

LIVRO 50 (1742—1745) — Atas da Câmara.
À página 6 vem este termo:

"Accordarão em que se notificasse aos juizes de todos os officios que tem Bandeiras dos seus officios, para que, no termo de 8 dias, as depositem em mãos do Thesoureiro deste Senado, bem acondicionadas em suas caixinhas, com pena de prisão, aonde estavam sempre depositadas, e d'ahi se tirarão todos os annos, quando for necessario, e se tornarão a repor".

À página 27 vem a eleição para juizes de carpinteiro, sendo eleitos — Manuel Peixoto da Fonseca e Antonio dos Santos Portugal, e para escrivão do mesmo oficio Sebastião Martins da Costa.

LIVRO 53 (1745—1757) — Arrematações.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel Alves de Azevedo	21 v.
Antonio Francisco de Barros	159
João Muniz da Costa	212
MANUEL FRANCISCO LISBOA (fez a ponte de pedra de Antono Dias) (*)	250 v.
Antonio Alvares de Araujo	251

Pedreiros:	*fls.*
Henrique Gomes de Brito	19 v.
João Muniz da Costa	51 v.
Antonio da Silva Herdeiro	186 v.
Manuel da Fonseca Neto	198 v.
Francisco Esteves	287

NOTA: Nesse livro, logo no começo, vem o ato de arrematação da Cadeia Nova por MANUEL FRANCISCO LISBOA, segundo a planta de Alpoim e com todas as condições estipuladas. Essa obra, porem, não se realizou.

LIVRO 55 (1750) — Registro geral.

À página 33 vem uma petição de MANUEL FRANCISCO LISBOA, pedindo pagamento adiantado da primeira prestação do contrato que assinou perante o Senado para construção da Cadeia Nova, de acordo com a planta levantada pelo engenheiro JOSÉ FERNANDES PINTO DE ALPOIM.

(*) — Por essa época estaria Manuel Francisco Lisboa construindo tambem o Palacio. Esse registro, porem, deve constar dos livros da Delegacia Fiscal.

O preço era de 120.000 cruzados, e Manuel Francisco Lisboa lançou por último 60.000 cruzados, tirando a obra. O termo de arrematação está à página 4 do Livro de Arrematações de 1745. As condições da mesma obra estão à página 5 do mesmo livro de 1745.

LIVRO 57 (1749 — 1751) — Cartas de exames e provisões de oficios.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel João Francisco da Silva	10
Custodio Alves de Araujo	10 v.
Leandro Texeira (vem a carta)	11 v.
Antonio Álvares (vem a carta)	64 v.
Leandro Teixeira (vem a carta)	68
Antonio Moreira (vem a carta)	76
Antonio Dias (vem a carta passada em Portugal)	111
Manuel Ferreira Pires (vem a carta)	119
Manuel da Costa (vem a carta)	125 v.

Pedreiros:	*fls.*
Francisco de Castro	14 v.
Miguel da Costa Peixoto	16
João da Rocha Ferreira (vem a carta)	26 v.
José dos Reis (vem a carta)	56 v.
Salvador Rodrigues (vem a carta)	59 v.
Antonio Fernandes de Barros (vem a carta)	60
Pedro Mariano (vem a carta)	129
Antonio Fernandes (vem a carta)	129 v.
João da Rocha (vem a carta)	133
Domingos Gonçalves da Costa	136 v.

Rebocador e retelhador:	*fls.*
Antonio Pereira (vem a carta)	47

Marceneiros: *fls.*

João da Silva de Oliveira (vem a carta), do Rio..... 40 v.

Ferreiros: *fls.*

José Antonio Gonçalves (vem a carta)..... 33 v.
Tomaz Dias da Mota (vem a carta)..... 12
Manuel de Abreu Soares (vem a carta)..... 12 v.
Antonio José Pereira..... 13 v.
José Antonio Gonçalves (vem a carta)..... 33 v.
Domingos Ferreira Diniz (vem a carta)..... 40 v.
Manuel Gorgonho (vem a carta)..... 44 v.
Salvador de Matos Ferreira (vem a carta) 45 v.
Bento Soares (vem a carta)..... 56
José dos Reis (vem a carta)..... 56 v.
Baltasar Gomes (vem a carta)..... 58
Antonio da Cunha Matos (vem a carta)..... 59
João Francisco dos Santos (vem a carta).. 104
Gonçalo Bastos (vem a carta)..... 107

LIVRO 58 (1750) — Cartas de oficios, provisões, etc.

Carpinteiros: *f s.*

Francisco de Paiva (vem a carta)..... 5
Antonio Nunes.....
Antonio Álvares.....
João Muniz da Costa.....
Custodio Álvares de Araujo.....
Leandro Teixeira.....
Manuel Ferreira Pires.....
Francisco Gonçalves Dias (vem a carta)... 136
Gabriel Gonçalo de Carvalho (vem a carta) 189

Pedreiros: *fls.*

André Lourenço.....
Henrique Gomes Ribeiro.....

Antonio Rodrigues Passos.....
Mateus Francisco (vem a carta)..... 127
Antonio da Silva Herdeiro.....
Domingos Gonçalves da Costa.....
Pedro Martini Correia.....
Antonio Ferreira..... 162
André Lourenço Lobo..... 168 v.

Ferreiros: *fls.*

Gonçalo Coelho (vem a carta)..... 20
Tomaz Dias da Mota..... 46
João Francisco dos Santos..... 46
Domingos Fernandes Guimarães..... 46
Domingos Moreira (vem a carta)..... 78
João Gonçalves de Carvalho (vem a carta) 79
Baltasar Gomes.....
Antonio da Cunha Matos.....
Serafim Ferreira Maia..... 160
Joaquim Pinheiro..... 161 v.
Nicolau Correia de Arouca..... 167
Vicente Teixeira da Costa..... 167 v.
Manuel Gonçalves Mourão..... 168
Inacio da Costa..... 168 v.
João Ferreira Leça..... 181 v.
João Gomes da Cruz..... 182
Rodrigo Jorge de Matos..... 182

LIVRO 66 (1754—1759) — Registro geral.

À página 33 vem o registro de uma carta de examinação no ofício de carpinteiro, passada a Manuel de Abreu, na *Vila de Guimarães:*

Nesse livro vem mais:

Carpinteiros: *fls.*

Leandro Teixeira..... 178 v.
Jerônimo Vieira dos Santos, português..... 88

Manuel Gonçalves da Rocha..... 178 v.
Custodio Álvares de Araujo..... 242
Antonio Moreira..... 250
José Carvalho..... 291 v.
Jerônimo Ferreira de Carvalho..... 291 v.
Manuel de Abreu Fragoso, português..... 33
(Essa última carta é passada na Vila de Guimarães).

Serralheiro: *fls.*

Antonio Ferreira..... 54 v.

Pedreiros: *fls.*

Antonio Ribeiro..... 69 v.
Teotonio José de Oliveira (tambem canteiro) 111
José Antonio do Rosario..... 179
Francisco da Lira..... 177
João Álvares Baiano..... 178
Antonio Lopes..... 232
Manuel da Fonseca Neto..... 250

Ferreiros: *fls.*

Manuel Ferreira..... 197
Domingos Gomes Rodrigues..... 214
João da Cunha Sobreira..... 235

LIVRO 69 (1757—17) — Atas da Câmara.

"Accordaram em mandar passar mandado, assignado logo, a MANOEL FRANCISCO LISBOA, precedido dos *riscos* que fez por ordem deste Senado, para a ponte de Itaubira e outros para o chafariz do Padre Faria do Alto da Cruz, que se mandou fazer por este Senado" (página 27v.).

À página 37, acordaram em fazer juiz do oficio de carapina, sendo eleito MANUEL FRANCISCO LISBOA (primeiro juiz) e segundo Inacio Pinto; escrivão — Antonio Moreira (1758).

À página 55, "accordaram em mandar chamar todos os juizes de officios mecanicos e com efeito vieram a este Senado e se lhes expoz queiram vir de capa e volta acompanhar a Procissão de Corpus-Christi nas suas Irmandades".

À página 64, verso, acordaram assinar mandado que se tinha resolvido passar a Francisco Xavier de Meireles Rabelo, por 47 oitavas, para *pintar* as varas dos juizes e almotacéis.

À página 69, verso, "accordaram em que, attendendo á imperfeição com que se acha o chafariz que se mandou fazer no Ouro-Preto, pela incapacidade da pedra e argamassa constante das condições da mesma obra, na forma das informações que os informadores MANOEL FRANCISCO LISBOA e João Alvares Vianna, por despacho deste Senado..."

À página 88, verso, "accordaram em se arrematar os dois chafarizes que se hão de fazer em Antonio Dias, na forma das condições e riscos e se arrematataram a MANOEL FRANCISCO LISBOA, pela quantia de 1:160$000".

LIVRO 70 (1750—1760) — Arrematações.

Calçador de rua:	*fls.*
Miguel de Oliveira	2
Isidoro Gomes Esquerdo	3 v.
João de Lemos	4
Pedro Lourenço Marques	221 v.
Manuel da Fonseca Neto	35
Baiano José Nunes	89

Pintor:	*fls.*
Francisco Xavier de Meireles Rabelo (cap. de Stª Rita)	6

Pedreiros:	*fls.*
MANUEL FRANCISCO LISBOA (construtor do chafariz da Ponte de Antonio Dias)	51 v.

Henrique Gomes de Brito (chafariz do Alto da Cruz)..... 25 v.
Antonio Álvares (chafariz da Ponte de Ouro Preto)..... 31 v.
Antonio Ferreira..... 110
Bento Pereira da Silva..... 152
Francisco de Leme (chafariz das Cabeças) 162
Luiz Fernandes Calheiros..... 188
Baltasar Rodrigues do Amaral..... 198 v.
Manuel Rodrigues Graça..... 229 v.
Domingos da Silva..... 240
Pedro Nunes Rabelo..... 230
Domingos José Ferreira..... 272 v.

Carpinteiros: *fls.*

Antonio Moreira Duarte..... 88
Bartolomeu Gonçalves..... 210
Antonio José da Costa..... 252

LIVRO 72 (1758—1760) — Licenças para negocios.

Carpinteiros: *fls.*

Bento Pereira da Rocha..... 1
José Francisco..... 1
Antonio Pinto da Costa..... 1 v.
Antonio Gonçalves Mota..... 2
Antonio José Francisco da Silva..... 5
Manuel Gonçalves do E. Santo..... 92
Manuel Duarte Coelho..... 92
Domingos Lopes da Silva..... 126 v.
João Ribeiro Nogueira..... 126

Ferreiros: *fls.*

Manuel Rabelo..... 10 v.
Manuel José Pereira..... 12 v.
Leonardo de Oliveira Rabelo..... 92

LIVRO 75 (1759 — 1760) — Patentes, cartas de oficios e provisões.

À página 56, verso, vem a carta de exame do oficio de ferreiro, passada a Bonifacio Ferreira Maia.

À página 66, outra do mesmo oficio a Romeu Francisco.

À página 73, vem uma provisão de *mordomo da bandeira*, do oficio de pedreiro, passada a Francisco Rodrigues Lages, nos termos seguintes:

"O Dr. Juiz presidente, vereadores e procurador da Camara, que servem o presente anno etc. Fazemos saber aos que esta nossa Provisão virem que, procedendo-se á eleição na forma que se pratica nesta Camara, sahiu eleito a mais votos para mordomo da bandeira do officio de pedreiro Francisco Rodrigues Lages, e por estarmos informados da sua capacidade e de bem usar o dito officio: Havemos por bem de o nomear e prover na referida occupação, pelo tempo de hum anno" etc.

À página 74, vem a provisão de juiz do oficio de carpinteiro passada a Antonio Pinto.

LIVRO 78 (1761—1767) — Registro geral.

Pedreiros:	*fls.*
Francisco de Lima	43 v.
Antonio José da Costa	52
Francisco Esteves	71
João de Leinos Ferreira	108
Martim Fernandes	180

Carpinteiros:	*fls.*
João de Almeida	84 v.

Ferreiros:	*fls.*
Fernando José de Amorim	6
José Valente de Barros	35
Manuel Ferreira de Andrade	53
Manuel Ribeiro	57 v.
João Rodrigues Lima	68 v.

LIVRO 85 (1765 — 1776) — Patentes, provisões, cartas de o - cios, etc.

Oficios	*Nomes*	*Páginas*
Carpinteiros.....	João Fernandes Leitão.....	3
Marceneiros.....	Francisco Alves Leme, português....	67 v.

E' a seguinte a carta deste:

"Francisco Lopes Bom, juiz do officio de marceneiro, por eleição realizada nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, na casa do Patriarcha São José etc. Fazemos saber a vossas-mercês em como nós examinamos a Francisco Alves Lemos, filho legitimo de Manoel Fernandes e de sua mulher Joana de Lemos, natural e baptizado na Freguezia de Moreyra da Lima, termo da Ponte de Lima, arcebispado de Braga, o qual examinamos em o officio de merceneiro e de outro não poderá usar, pelo acharmos apto e sufficiente para poder usar do dito officio. Ordenamos ao escrivão do dito officio, que commigo serve, lhe passe a presente carta de exame, somente no dito officio".

LIVRO 93 (1770—1771) — Receita e despesa da Câmara.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel Rodrigues da Graça.....	5
Baltasar Gomes de Azevedo.....	5
Joaquim Pedroso dos Reis.....	7
Amaro José Nunes.....	9

Pedreiros:	*fls.*
Antonio José da Costa.....	7
Henrique Gomes de Brito.....	10
João de Lemos.....	17
João de Moura.....	18
Pedro Lourenço Marques.....	21

NOTA: No período acima e ainda antes e depois, foi esse Manuel Rodrigues da Graça o principal oficial de carpinteiro de Vila Rica, figurando o seu nome em quasi todos os trabalhos de construção e consertos de edificios, pontes, etc.

LIVRO 108 (1776 — 1788) — Exames e oficios.

Carpinteiros:	*fls.*
Elias Xavier da Silva	23 v.
Antonio José da Fonseca	24
Pedro Soares de Almeida	75
Manuel Francisco	75 v.
Caetano da Costa Rodrigues	76
Manuel Gonçalves	82
Amaro José Nunes	92
Antonio da Fonseca	92
Manuel Rodrigues da Fonseca	122 v.
Manuel Rodrigues Graça	110
Pedreiros:	*fls.*
Francisco Barbosa	75
Domingos Coelho Muniz	75
José da Silva	92
Henrique Gomes de Brito	83
(Seguem-se oficios de ferreiros, sapateiros, alfaiates, etc.).	

LIVRO 110 (1774—1802) — Receita e despesa da Câmara.

Carpinteiros:	*fls.*
Manuel da Conceição	5
Manuel Rodrigues Graça	58
Pedreiros:	*fls.*
João da Fonseca Neto	6
Amaro José Nunes	14
João de Lemos	22
Manuel Domingos Crasto	42
Manuel da Costa Peixoto	44
Gervasio Ferreira dos Santos	45
João Batista	45

João Pires Coelho 45
Antonio José da Costa 48
Bartolomeu Soares 48
João Afonso 48
Domingos Moreira de Oliveira 49
Francisco Barbosa 49
Tomé Domingos 49
José Ribeiro Garcia 50
Joaquim Gonçalves de Figueiredo 50
Manuel da Rocha Monteiro 53
José Pinto de Sousa 59
Baltasar Gomes da Silveira 68
Antonio Lopes Pinto 71
José Barbosa de Oliveira 72

LIVRO 115 (1789 — 1802) — Provisões, cartas de exames de oficios, etc.

Carpinteiros: *fls.*

José Pereira Lima 4
João Muniz 4
Antonio Simplicio 4
Manuel Fernandes Leitão 14
João Machado 15
Manuel José Velasco 19
Antonio Mendes . . . . . 19 v.

Pedreiros: *fls.*

Manuel Fernandes Corres 4
José Barbosa (e canteiro) 4
José Pereira . . . . . 4 v.
José Ribeiro de Carvalho 13
Manuel José Alves do E. Santo 13
Manuel de Sousa . . . . . 13 v.
Manuel José . . . . . 19 v.
Antonio José . . . . . 19 v.
José da Silva Pereira (e canteiro) 22

Oleiro: *fls.*

Manuel Muniz dos Anjos (vem a carta).... 9

NOTA: Deste último, vem a carta; dos demais apenas o registro das concessões.

LIVRO 130 (1801 — 1830) — Provisões, patentes, cartas de exames, etc.

Carpinteiros: *fls.*

Manuel José de Lima..... 5 v.
Manuel Gonçalves..... 34 v.
João da Costa Pereira..... 36 v.
Manuel Maria de Araujo (vem a carta).... 63
Manuel de Lima (vem a carta)..... 67
Raimundo Fernandes Machado..... 71 v.
João Angola do Amaral (e torneiro)..... 92 v.

Pedreiros: *fls.*

José Barbosa de Oliveira..... 15
Miguel Moreira Maia..... 21 v.
Francisco Xavier dos Santos (vem a carta) 28
Antonio da Silva Barbosa..... 102 v.
Manuel Antonio Viana..... 119 v.
Quirino José da Silva..... 124 v.
João Borges..... 124 v.

Ferreiros: *fls.*

José Luiz Pereira..... 18
Manuel Pimenta da Mota (vem a carta)... 39 v.
Antonio Gomes da Cruz..... 61 v.
Manuel Mendes da Cruz, tambem serralheiro (vem a carta)..... 6
José Peixoto, tambem serralheiro (vem a carta)..... 74

SALOMÃO DE VASCONCELOS

COLEGIO DOS JESUITAS EM PARANAGUA'

Para se compreender bem toda a importancia que teve de inicio a construção, hoje transformada em vetusta ruina, que é o Colegio dos jesuitas de Paranaguá, é necessario que se vá buscar a origem nessa região da famosa ordem de catequistas que desejou lançar raizes em todos os cantos da América, especialmente do Sul, por cuja razão provocou invejas, odios e reações que lhe causaram a queda e a abolição.

Habitavam a baía de Paranaguá os indios da tribu dos carijós, que, segundo conta Ermelino de Leão, teriam tido primeiro contato com a doutrina católica através da Casa das Missões, de S. Vicente.

A Casa das Missões, Colegio de jesuitas da vila de S. Vicente, teve sempre a seu cuidado, por tácita combinação com outras confrarias, a catequese dos carijós, catequese que procurava realizar mandando de tempos em tempos, isolados ou aos pares, irmãos da companhia, para o serviço de propaganda religiosa.

Quando se fundou a casa das Missões de Cananéia, estando esta mais próxima dos indios carijós de Paranaguá, coube-lhe dirigir o serviço de evangelização dos indios dessa tribu, compreendendo todo o Sul do Brasil.

"*Em 1605*, conta Ermelino de Leão, *o superior da casa de Cananéia, Padre Fernão Cardim, enviou para os sertões de Paranaguá*

os padres João Lobato e Jerônimo Rodrigues, que iam em substituição a outros missionarios que alí haviam estado anteriormente, no árduo mister da catequese dos carijós".

Esse historiador, repetindo Benedito Calisto (Mem. Capitª. de Itanhaem), informa que, entre os anos de 1606 e 1640, os missionarios jesuitas, vindo a Paranaguá, instalaram no Superaguí, junto ao Varadouro Velho, a primeira casa de missões, no territorio do Paraná atual. Ele acha que pertenceu a essa casa missionaria o jesuita padre Belchior de Pontes que doutrinou o gentio de Curitiba e deixou na velha matriz desta cidade os primeiros assentos e os primeiros registos relativos à vida dos seus habitantes.

Os filiados à ordem inaciana, com a habilidade e o tato que os caraterizava no trato com os indígenas, captaram-lhes as simpatias a eles e aos povoadores todos que, aos poucos, não satisfeitos com as missões volantes e a casa pobre do Superaguí, desejaram um Colegio em Paranaguá.

As missões volantes que trabalhavam todo o Sul do Brasil, desde a Ilha Grande até Laguna, estavam dirigidas pelo Padre Antonio da Cruz, secundado em seus esforços pelo padre Tomaz de Aquino.

Conta ainda Ermelino de Leão que "*a câmara de Paranaguá, em nome do povo, fez promessa aos missionarios de erigir para a Companhia de Jesús um convento sob o padroado de Nossa Senhora das Mercês* (a santa da ilha de Cotinga). Nessa ocasião teriam sido doados aos jesuitas, em ouro, 842$240, mais 100 cabeças de gado, uma casa assobradada com 4 cubículos, um terreno no varadouro e mais metade da ilha de Cotinga.

As obras, afirma Ermelino de Leão, tiveram inicio a 14 de Agosto de 1720.

Paranaguá foi ponto cobiçado para convento desde meiados do século XVII, e não só pela companhia de Jesús, mas tambem pela ordem de S. Francisco, conforme nos indica Vieira dos Santos (Mem. Histórica de Paranaguá), pág. 31: "*o p. Fr. João da Conceição Chanocel requereu à Câmara, dizendo que trazia ordem para fundar um*



O antigo colegio dos jesuitas em Paranaguá

convento da ordem do patriarca S. Francisco; pedindo chãos para o fazer e juntamente a sua cerca; e a câmara lhe concedeu, começando na quebrada que está na entrada desta Vila, donde chamam os Barreiros". (1674).

Os franciscanos desistiram provavelmente da idéia e não se falou mais neles, nem no seu convento, que já tivera inicio, e a propria câmara, em 1690, une-se ao povo da vila para levar a efeito uma representação, *"solicitando do provincial da Cia. de Jesús a vinda de seis padres religiosos da mesma companhia, e prometendo de lhes fazer colegio para suas residencias a custa dos povos, dar-lhes dinheiros para compra de escravos e doações de terras para seus estabelecimentos de agricultura, uma vez que eles dessem aulas de ensino primario e de latinidade ensinando a mocidade os dogmas da religião".*

Embora os historiadores falem no inicio das obras do colegio somente no século XVIII, (em 1708 e 1720), há uma referencia de Vieira dos Santos — Memoria Histórica de Paranaguá — que faz supor já tivesse sido iniciada a construção no século anterior.

Diz ele, pág. 43 — (1697) *"Neste ano foi levantada em Paranaguá a Real Casa da Fundição dos quintos de Ouro na rua do Colegio, para nela se fundir..."*

Afirma, entretanto, Ermelino que só em 1708 Antonio Morato e sua senhora revalidaram a *"promessa feita à companhia de Jesús sobre a igreja de Nossa Senhora das Mercês ainda em obra, e seu patrimonio".*

O padre provincial João Antonio Andreoni (sendo preposto geral o Padre Tamborini) concedeu licença para a construção do colegio, e a 14 de maio de 1708 os jesuitas padres Antonio da Cruz e Tomaz de Aquino faziam sua entrada solene na Vila de Paranaguá, sendo recebidos debaixo de palio e conduzidos com grande acompanhamento à igreja matriz, cantando-se aí um "Te Deum" em ação de graças.

"A 27 de maio os jesuitas receberam uma parte do donativo feito ao colegio, cujas obras prosseguiam lenta mas sistematicamente," é o que afirma Ermelino, que ainda acrescenta: *"Chegando ao conhecimento do Ouvidor Geral da Repartição do Sul do Brasil, Dr. João Sa-*

raiva de Carvalho, este a 3 de Fevereiro de 1709 oficiou à Câmara ordenando que não consentisse no seu prosseguimento sem licença real".

E' verdade que os jesuitas haviam recebido como doação uma outra casa em que se alojavam enquanto não se construisse o colegio.

Embargada a obra, os serviços de construção paralizados, não deixaram o ensino, os jesuitas de Paranaguá; antes trataram de intensificá-lo para ter a população do seu lado, como tinham, com efeito, contra os golpes de força do governo.

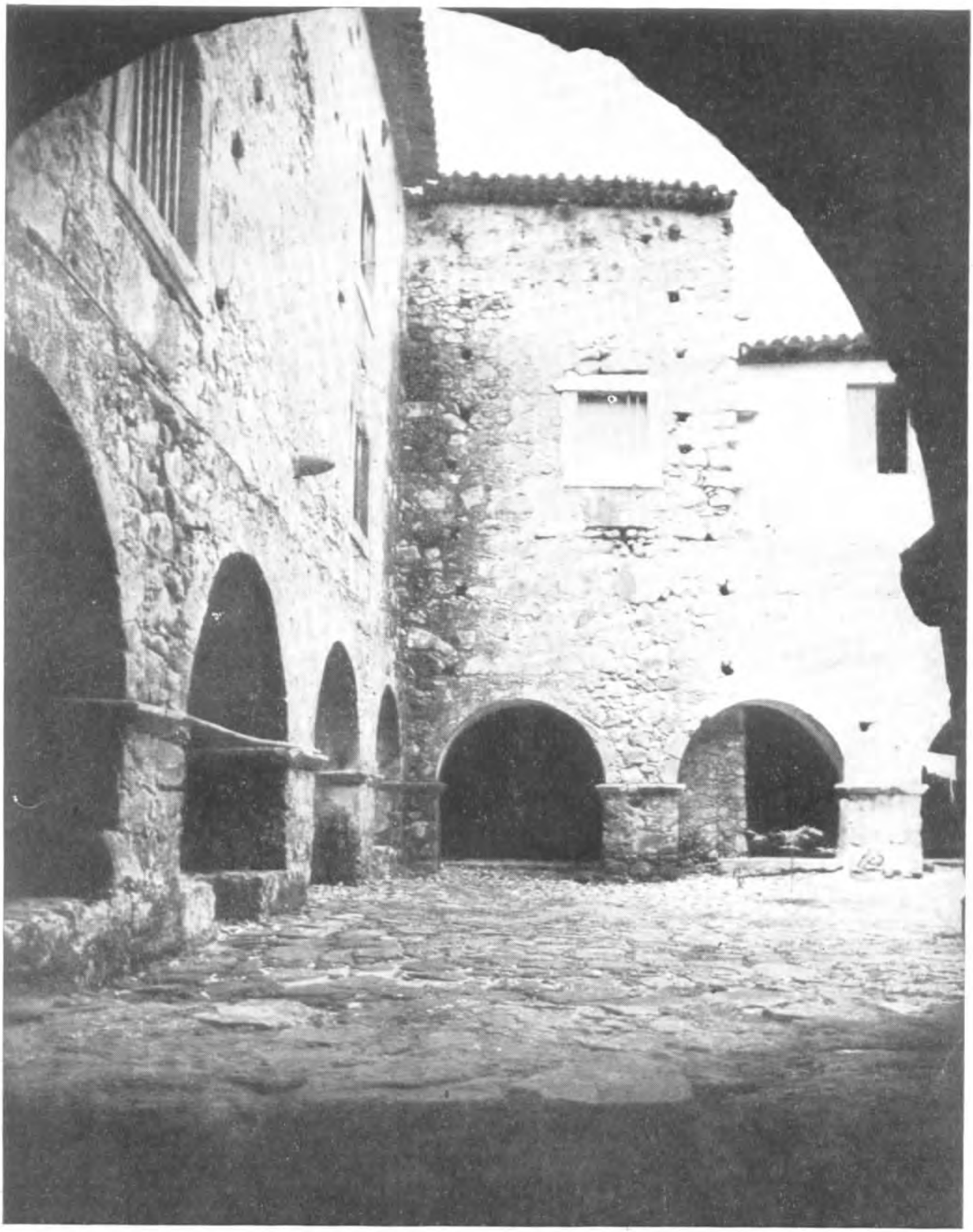
A LUTA PELA POSSE

Conta Ermelino que em 1720 o Ouvidor Geral de São Paulo, Dr. Rafael Pires Pardinho, na visita de correição à Vila de Paranaguá, demarcou os terrenos do Rocio, compreendendo neles a ilha da Cotinga, sede da primitiva povoação, como declara no provimento n.° 60 — "*Achou ele, Ouvidor Geral, que a primeira povoação que houve nestas baías foi na ilha da Cotinga para o furado, que a divide da ilha Rasa...*" sem reconhecer como válida a doação da metade da ilha ao colegio de Jesús. Igualmente invalidou a antiga doação de terrenos no Varadouro, que mandou a Câmara dividir em lotes para servir de sede à futura povoação e susteve as obras do colegio até vir a necessaria licença regia.

Não se conformaram os jesuitas com isso e embargaram imediatamente os autos de posse da ilha da Cotinga e as medições do Rocio. Entretanto o Ouvidor Pires Pardinho não deixou de cumprir a lei que tornava tais doações dependentes de licença da coroa, e manteve a posse da Câmara sobre os bens doados, como tendo sido ilegalmente doados.

A ilha da Cotinga, desde 1648, era motivo de agitada demanda entre a Câmara e o Provedor Manuel Lemos Conde e seu filho e sucessor, Antonio Morato, doador da metade da referida Ilha.

O Ouvidor Pardinho impugnou os embargos dos jesuitas, alegando que a capela das Mercês foi ereta com esmolas do povo, e, como do povo provinha, era bem comum do mesmo povo a cujo culto se destinava.



Colegio de Paranaguá. Arcadas do claustro

Vencidos, mas não esmagados, os jesuitas esperaram ocasião propicia para reentrarem na posse dos bens que lhes haviam sido doados. A ocasião não tardou. Quando Pardinho foi substituido por Lanhas Peixoto, o novo ouvidor e corregedor da ouvidoria de Paranaguá reformou os provimentos do seu antecessor, provimentos que haviam sido contrarios à Companhia de Jesús, reconhecendo válidas as doações feitas ao colegio.

Aí, porem, foi a Câmara de Paranaguá que se não conformou com a restituição, representando à coroa.

Em 1731, D. João V atendeu a solicitação da Câmara, mandando restaurar os provimentos de Pardinho, e anulando as decisões de Antonio Alves de Lanhas Peixoto.

Mas, coisa curiosa, ao agradecer a el Rei, em oficio de 23 de agosto de 1732, a decisão que dava a ela ganho de causa, a propria Câmara de Paranaguá solicitava licença para a fundação do colegio dos jesuitas, alegando que esta já possuia patrimonio suficiente.

Os jesuitas não desistiram da luta, apesar de tudo, e em 1735 embargaram a medição das trezentas braças em quadra no Superaguí, em Ararapira, procedidas pela Câmara. Abria-se nova pendencia, mas esta foi resolvida pela carta regia de 10 de setembro de 1736, que de novo mandava observar o provimento do ouvidor Pardinho.

Enfim, no ano de 1738, depois de decenios de guerra judicial, os jesuitas conseguiram o alvará de 25 de setembro daquele ano, alvará que lhes dava licença para a construção do colegio.

A 2 de dezembro do ano seguinte (1739), o padre Antonio da Cruz compareceu a uma vereança geral e exibiu a licença real para a ereção do colegio, pedindo à Câmara ajuda para dar novo inicio às obras, no que foi atendido. Enfim, em bases definitivas de direito, o colegio dos jesuitas de Paranaguá ia ter reiniciada a sua construção em 1740.

A CONSTRUÇAO DO CONVENTO

De acordo com os dados históricos mais insuspeitos, a construção do Colegio dos Jesuitas de Paranaguá teve inicio em 1708, provavelmente sobre alicerces que já existiriam desde o século XVII.

Embargadas as obras, foram elas reiniciadas em janeiro de 1740, logo após a licença concedida por provisão regia de 1739.

De acordo com as crônicas do tempo as obras teriam levado dez anos para que estivessem capazes de abrigar no colegio os religiosos da Companhia de Jesús.

Diz Francisco Negrão que "*ao lado, do edificio, e contíguo, foi edificada a igreja, belo monumento cujas ruinas ainda existiam em 1898*". E esclarecendo tais informações, elucidando o lugar onde elas teriam existido: "*Situada nas terras da Ribanceira, doadas para tal fim, pelo conselho municipal de Paranaguá.*"

A situação do colegio era invejavel. A' margem esquerda do rio Itiberê, ficava a pouco mais de três centenas de metros da fonte de agua, o chafariz público construido em 1714, e onde iam fazer aguada os navios que chegavam a Paranaguá.

A construção atual conta três corpos de edificio: um de frente e dois laterais.

Tudo indica, pelo exame da fachada, que a parte sul do edificio não tinha o mesmo destino do resto da construção.

A fachada mede 56 metros, estando a porta principal do convento no corpo norte, de onde partiam escadas para o segundo e terceiro andares, escadas que ainda existem.

Não há duvida que toda a construção não obedeceu a um único plano, nem os artífices foram, nos lavores da cantaria (que são pobres mas elegantes) de igual capacidade artística e técnica.

Em seguida às modificações realizadas na fachada e mesmo no corpo do edificio e ainda o desaparecimento do *belo monumento contíguo ao colegio*, de que Negrão nos fala, e que seria a igreja cujos restos desapareceram em 1898, tudo levou o velho colegio a ter um aspeto disforme, que não seria o seu primitivo.

Saint-Hilaire extranhava que os jesuitas, tão cuidadosos nos edificios que construiam, tivessem, no colegio de Paranaguá, abandonado essa regra. Mas esse crime de lesa-arte não lhes deve ser imputado, em vista das deteriorações realizadas depois da sua expulsão em 1760.

Saint-Hilaire, referindo-se ao colegio, diz o seguinte—"Viagem no interior do Brasil"—pág. 210:— *"Os jesuitas tinham em Paranaguá um convento que ainda existe; mas aquí eles não cuidaram de sua casa como na maioria dos edificios que constroem.*

"E' este um edificio grande, uma construção feia e sem regularidade.

"Na época da minha viagem era alojamento do cura, e não o cuidavam. Mueller nos conta que mais recenlemente se reparou uma parte para fazer-se caserna, e Milliel conta que aí se fez alfândega".

A HISTORIA DA CASA E DO COLEGIO DOS JESUITAS EM PARANAGUA'

Teve o colegio dos jesuitas de Paranaguá, antes de sua instalação em edificio proprio, três superiores, que foram o padre Antonio Cruz (1704—1726), o padre João Gomes, por um ano só (1726—1727) e o padre Antonio da Cruz daí até 1740.

Antes (1690) havia estado no colegio dos jesuitas de Paranaguá, na casa das Missões, o bemaventurado padre Belchior de Pontes, que mereceu a honra de duas biografias. E, depois deste, foram notaveis, antes da inauguração do colegio, os padres Manuel Pimentel (1730), Antonio de Oliveira (1732), que em Paranaguá lecionaram.

Depois da inauguração do Colegio, foram superiores os padres Lourenço de Almeida (1740—1749) e Cristovão da Costa Rosa (1749—1753). Neste período foram notaveis os padres Antonio Correia (1752—1758) e José Machado (1759) que serviram como superiores, e mais o padre Cristovão Costa, reitor.

Quando o Marquês de Pombal baniu os jesuitas e confiscou-lhes os bens, coube ao governador Gomes Freire de Andrade a missão de prendê-los e expulsá-los do Sul do Brasil. Gomes Freire desempenhou-se da missão com o maior criterio, realizando a diligencia em todo o sigilo, de modo a evitar manifestações ou levantes.

Feita essa diligencia, o Dr. Serafim dos Anjos Pacheco de Abreu, cavaleiro professo da ordem de Cristo, desembargador e juiz da coroa e fisco Real da relação do Rio de Janeiro, veio a Paraaaguá fazer o confisco e inventariar os bens do colegio que nesse tempo atravessava um período de notavel prosperidade.

Na vereança de 4 de junho de 1760 foi que se apresentaram na Câmara de Paranaguá o Desembargador Serapião dos Anjos Pacheco de Andrade (executor comissario do confisco dos bens dos Padres Jesuitas) e o capitão Antonio Ferreira Matoso, depositario geral desses bens, para entregarem à guarda da Câmara um cofre de madeira com três chaves com os livros e autos do inventario dos bens confiscados, até que do Rio de Janeiro fossem requisitados.

Afirma Negrão que "*entre os bens confiscados estava o velho convento onde funcionava o colegio e a igreja que lhe ficava anexa, cujas obras não haviam sido concluidas, apesar de já estarem servindo aos misteres a que se destinavam*".

Na relação dos bens do Estado, proprios federais, figura o convento como tendo sido da coroa portuguesa desde 1752.

No livro do padre jesuita Antonio Paulo Ciríaco Fernandes sobre os "Missionarios Jesuitas no Brasil ao tempo de Pombal", pág. 103, encontra-se o seguinte a respeito do colegio-convento:

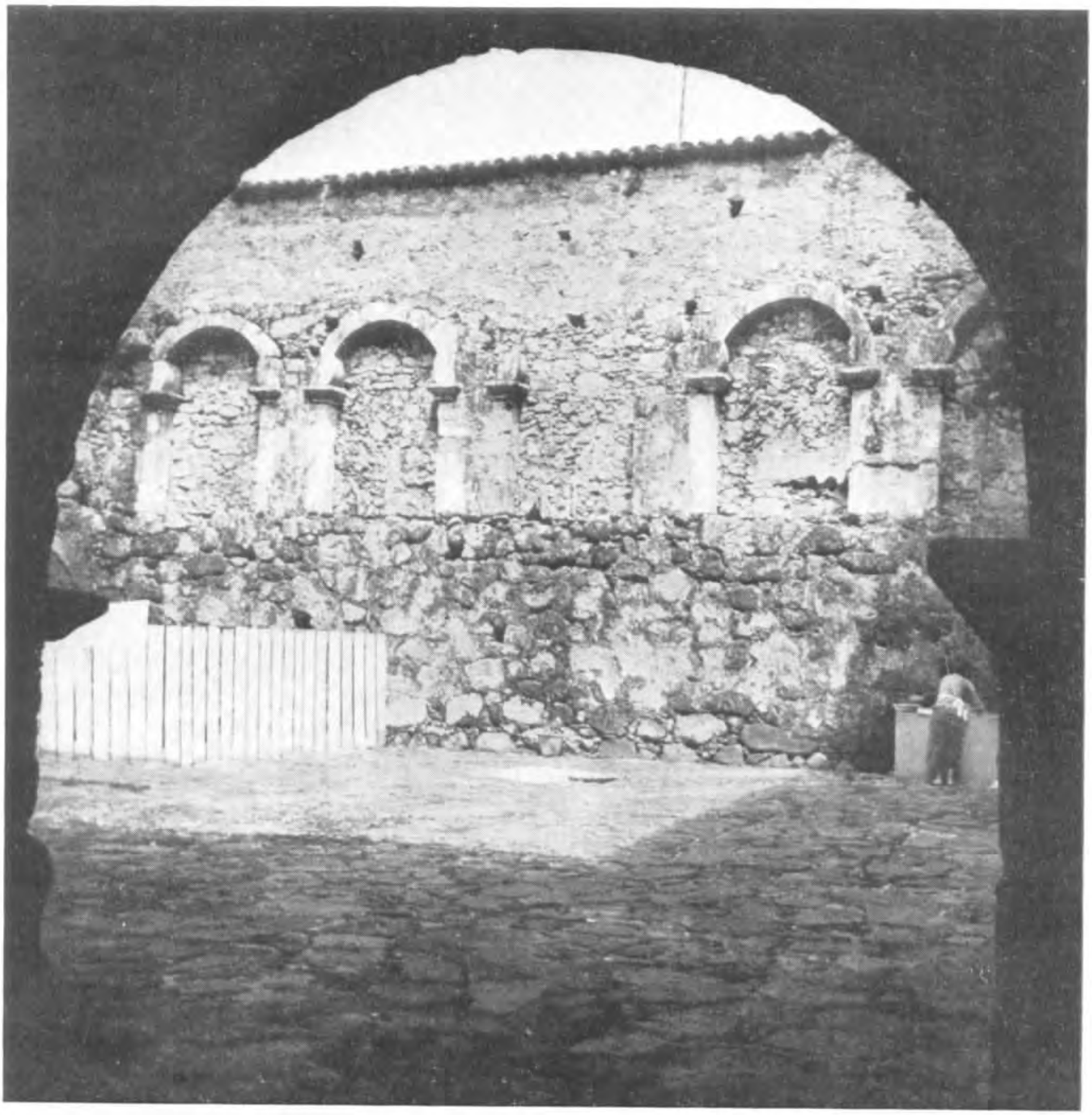
"*Os jesuitas tinham um colegio em Paranaguá, onde havia quatro sacerdotes e um irmão coadjutor, a saber: Padre Cristovão Costa, que fazia as vezes de reitor, padre Antonio Sousa, padre José Rodrigues, padre Pedro Santos e o irmão Manuel Borges.*

Encarregado de executar a expulsão destes missionarios, o Desembargador Serafim dos Anjos tratou-os com toda a deferencia que lhe permitiam os limites do seu mandato, e, afim de os não incomodar com prisão mais longa, completou os aprestos do embarque em oito dias.

"*Durou a viagem dezoito dias. Quando desembarcaram no Rio, apresentou-se o tal Araujo de que falamos, para propor a todos a saida da companhia, como único meio de se livrarem do exilio.*

"*Porem ninguem quis aceitar tal oferta de gregos e todos no dia seguinte embarcaram noutro navio que os levou a Lisboa, onde se juntaram com outros companheiros que estavam à sua espera.*

"*Deviam tomar o mesmo navio tambem os dois jesuitas da residencia Pintaguense (sic), dependente do colegio de Paranaguá, padres Antonio Correia e José Machado.*



Colegio de Paranaguá. Outra vista do claustro

"Como estes, porem, não chegaram a tempo, tiveram de ficar no Brasil. Acrescenta o autor do manuscrito que até o dia em que isto escreve, não teve mais noticias deles".

Abandonado desde 1760, devia ter tomado conta desde logo do vetusto proprio nacional o governo local de então em nome do capitão general de São Paulo. O colegio ficou sem utilidade, entretanto, até 1768, ano em que foi começada a construção da Fortaleza da Barra.

Os trabalhos para realização de tamanho vulto, os iniciais pelo menos, processaram-se no colegio dos jesuitas, conforme declara Vieira dos Santos na Memoria Histórica de Paranaguá, pág. 145: "*Afonso Botelho em 21 de Agosto de 1768, fez nomear pela Câmara Almoxarife das obras da Fortaleza ao alferes Custodio Martins de Araujo que o dito Afonso Botelho aprovou e tomou conta dos livros e escriturações no Colegio, em 9 de setembro*".

Como se sabe, Afonso Botelho foi o construtor da Fortaleza da Barra de Paranaguá, tendo realizado parte com fundos da Real Fazenda, e parte obrigando o povo a contribuir.

Os trabalhos de exatoria e escrituração, que não teriam durado pouco, estiveram sendo feitos no colegio, mas, logo que a Fortaleza terminou, voltaram a ocupar o edificio do colegio o vigario e os outros padres do lugar.

Só em 1821, pela portaria de 10 de junho, teve o velho casarão, novo destino: "*O General da Provincia*, conta-nos Vieira dos Santos, *ordenou que o vigario Joaquim Julio da Ressurreição Leal despejasse as casas do Colegio de Paranaguá. A junta da Real Fazenda ordenou ao Cel. Miguel Reinaldo Bistein que fizesse aquartelar imedialamente nas ditas casas a tropa que guarnece a Vila, enquanto não mandasse o contrario*".

A informação de Saint-Hilaire é portanto verdadeira, quando, relatando a sua viagem, dizia que Mueller em outro escrito contava que se havia reparado o casarão afim de que servisse para caserna.

Já depois da Independencia, em 1823, o governador militar de

Paranaguá, Belstein, participava à Câmara que S. M. tinha destinado um destacamento de primeira linha para guarnição da vila. Esse destacamento devia ser suprido por milicianos e oficiais competentes, alem de outro destacamento de oito homens de ordenança, deviam ser rendidos por semana e aquartelados no Colegio.

Tal deve ter sido o destino do antigo convento até 1827.

Nesse ano foi aí instalada a alfândega de Paranaguá que no mesmo local funcionava ainda em principios deste século.

A alfândega de Paranaguá foi criada por provisão da Real Junta de São Paulo de 18 de junho de 1827, sendo designado o serventuario da fazenda Luiz Antonio Neves de Carvalho para vir a Paranaguá presidir ao ato de instalação que se realizou a 6 de agosto desse ano.

O pessoal da alfândega era composto de um juiz, um tesoureiro, um escrivão, um meirinho e um contínuo.

Para estes cargos foram nomeados respetivamente o Sr. Cap. Francisco Alves de Paula, Tte. Cel. Manuel Francisco Correia (o velho), José Luiz Pereira e Manuel Mariano da Rocha.

A alfândega não teria por certo ocupado todo o edificio e, em 1837, estiveram aí alojados o 6.º batalhão de caçadores que havia de ser maltratado pelos Farroupilhas em Santa Vitoria, o batalhão da Guarda Nacional comandado por Correia Junior (Manuel Francisco) e os destacamentos de guardas do Troço e da Fortaleza. Mas, como o edificio ameaçasse ruir, o comendador Manuel Francisco Correia Junior pediu orçamento para a reconstrução do que fosse necessario e demolição do que estivesse arruinado.

Vieira dos Santos dá-nos detalhes curiosíssimos a respeito (pág. 281):

"*Orçamento feito pelos abaixo assinados, no colegio dos antigos jesuitas em presença do Tte. Cel. Manuel Francisco Correia Junior, na parte que serve de quartel; e a parte totalmente arruinada nos fundos da igreja que ameaça ruina em todo o colegio, e desmoronamento desta parte inclusive a igreja:*

1.º — Quartel do corpo da Igreja ou quartel do destacamento.

	Conserto no assoalho, retelho, emboçamento da parede, inclusive as janelas e um portão que divide o corpo da Igreja do interior do quartel.....	128$000
	Idem no salão, corredor e três quartos que servem de depósito e arquivo do andar de cima.....	84$000
	Idem no andar de baixo nas mesmas peças	88$000
	Idem no armazem de baixo, que estão inhabitaveis.....	100$000
	Idem retelho nesta parte do edificio.....	200$000
	Idem branqueamento da parede do mar, e das paredes esburacadas e enramadas de parasitas.....	400$000
2.º —	Fundo da igreja pela parte do mar, que ameaça desmoronamento e ruina com todo o edificio por ser a mesma parede e telhado que desde a extinção dos antigos possuidores não tem tido nenhum conserto.....	1:000$000
	Limpamento e conserto das paredes inclusive uma parede que veio abaixo no ultimo andar, pela parte do mar, que está exposta ao Sul e Sueste e porisso de absoluta necessidade para vedar as aguas que entram e deterioram desde cima até o armazem, por materiais e mão de obra	1:200$000
	Madeiramento novo no telhado em geral, que está a desmoronar-se e que precisa pronto reparo para a conservação do Edificio — por materiais e mão de obra....	1:737$000
	Interior do Edificio, soalho e conserto da sacristia.....	1:603$000
	Para emboçar e branquear as paredes da parte do mar, por não poderem permanecer no estado em que se acham.....	500$000

3.º — Corpo da Igreja e sacristia.....	300$000
Para cobrir o corpo da igreja.....	1:700$000
Idem para limpar as paredes indispensaveis.....	100$000
Idem para consertar e fazer janelas e portas.....	150$000
Idem para emboçar e caiar quando cobrir	250$000
Rs.....	9:540$000

(aa) — Manuel Francisco Correia Junior
Jm. Ferreira Barbosa
Francisco de Paula Lobo.

Levados a termos os necessarios consertos, o edificio serviu não somente para a alfândega, mas tambem para alojamento de tropas e depósito de material bélico, quer em 1838, quer em 1867, nos dias mais terriveis da guerra do Paraguai, quer, enfim, já depois da República, em 1894, durante a campanha federalista, e depois ainda, quando no colegio se alojou um batalhão de engenheiros, o 2.º.

AS LENDAS E O EDIFICIO

Embora os orçamentos para a reconstrução não toquem nunca, nem de leve, no subterraneo, cuja boca ainda se nota na parte norte do colegio, a voz do povo nunca deixa de emprestar cores negras, ou amarelas, conforme seja o ponto de vista em que nos coloquemos, à existencia de passagens secretas, caminhos de ligação misteriosos, usados pelos padres da companhia de Jesús.

Nas ruinas missioneiras do Rio Grande do Sul, que o Serviço do Patrimonio estabilizou definitivamente, foram encontradas passagens secretas dentro das paredes de maiores dimensões, atingindo nichos onde estavam colocadas imagens voltadas para as grandes naves. Não foram encontrados, entretanto, os subterraneos de que a lenda falava; e um que parecia existir em S. Nicolau foi identificado como cloaca das selas, na parte que unia o colegio com as construções destinadas aos guaranís.



Colegio de Paranaguá. Cachorros da fachada

Aquí em Paranaguá a lenda fala no subterraneo, divergindo, porem, essa lenda, de boca em boca.

Dizem uns, por terem ouvido de antigos, que o subterraneo do colegio liga-o ao porto dos Padres, passando por baixo da cidade de Paranaguá; que a intenção dos jesuitas era ter livre acesso ao convento sem as vistas profanas da população.

Tenho para mim que isso não pode ser verdade.

Custaria uma fortuna ou gastar-se-ia um tempo imenso nesse subterraneo de grandes proporções, e os jesuitas eram poucos e estiveram aí pouco tempo para tal realização. Alem disso a terra ou a areia retirada do tunel teria aparecido.

Outras lendas falam na ligação do colegio com o antigo cemiterio, ao lado da matriz, e chegava uma delas a fixar a boca de saida do subterraneo num túmulo vazio da companhia.

Enfim outras falam na existencia de salas subterraneas ligadas pela passagem cuja boca se conhece, salas que se destinavam especialmente ao estudo e à guarda da biblioteca do convento.

Alguns moradores mais antigos de Paranaguá, contam que uma familia estrangeira que morava perto do colegio,no fim do século passado, foi certa vez surpreendida por um ruido surdo como se fosse terremoto ou desmoronamento. Correram todas as dependencias da casa e nada estava fora do lugar. Atribuiram então a desmoronamento inferior, por baixo da casa, no subterraneo do colegio.

Do exame procedido no local pode-se verificar que a boca do subterraneo podia ser simples ligação com a sacristia da igreja, ou mesmo com algum depósito dos corpos dos padres mortos. A escada, que daí saía, levava a uma passagem suspensa, no claustro, passagem de que não existe mais nem vestigio.

Tambem a igreja de que os historiadores nos falam desapareceu. Foi soterrada em parte a sua ruina, dela só se vendo a parte superior das arcadas de uma das paredes (lado leste) e alguns vestigios de ligação nos capitéis e nas paredes do corpo norte que ficou e continua sendo aproveitado.

A remodelação posterior à expulsão dos jesuitas introduziu janelas grandes de guilhotina que tornaram disforme e desharmoniosa a fachada.

Remodelações posteriores introduziram rexas lizas com aspeto de cadeia, que não se casam com os consolos elegantes de pedra que ainda existem no corpo sul, na face que olha o rio Itiberê, nem com os pináculos de pedra, pobres mas elegantes que ainda lá existem de pé.

Por outro lado o claustro interior, a bica, o algibe e as arcadas e os capitéis mostram um gosto *sui generis* dentro da pobreza do edificio que evidenciam não ser possivel culpar os arquitetos jesuitas da falta de gosto artístico, notada por Saint-Hilaire na construção de Paranaguá.

CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES

Iniciada a fase final de construção do colegio em 1740, no tempo de colonia, foi o predio reconstruido em grandes proporções em 1838, no 2.º imperio. Se o Serviço do Patrimonio decidir realizar a refação e a reconstituição arquitetônica-arqueológica em 1940, na segunda fase da República, veremos que o vetusto edificio dos Jesuitas tem tido as funções mais variadas e a atenção pública para ele voltada de século em século, quasi exatamente: 1740 — 1838 — 1940.

Foi colegio e convento; foi quartel e alfândega; pode voltar a ser colegio, adaptando-se parte dele para museu colonial.

DAVID A. DA SILVA CARNEIRO

OBSERVAÇÕES EM TORNO DA HISTORIA DA CIDADE DO RECIFE, NO PERIODO HOLANDÊS

A maneira de proceder mais frequentemente usada pelos que pesquisam fatos e pensamentos, com o fim de obter relações de ordem puramente histórica, consiste em procurar estabelecer pontos de contacto entre determinados documentos, muitas vezes de origens e de naturezas diferentes, porem trazendo em si materia capaz de se por em mutua correspondencia. Esse processo conduz quasi sempre a bons resultados. Existem, na realidade, e em não pequeno número, acontecimentos, dos descritos nos velhos papéis dos arquivos, que mantem entre si uma associação tão perfeita, que as conclusões se tornam imediatas. Por exemplo: a existencia de termos de ajuste ou contrato com um artista e a verificação de autoria das obras que lhe vinham sendo apenas atribuidas são fatos ligados pela mais simples implicação. Entre outros, porem, a associação, quando existe, não é perfeita, e nesses casos oferece um grau de incerteza ou de dúvida de determinação pouco facil, mesmo com o emprego de sucessivos e bem ordenados confrontos; mesmo à luz de uma análise crítica especial.

São os problemas desse último tipo que constituem, para o historiador, o campo de pesquisas de mais dificil estudo e por isso mesmo mais importante. Não basta ficar, na constatação de um caso, com a aparencia simples que lhe forneceu um primeiro e imperfeito exame. E' necessario descobrir-lhe o verdadeiro todo com-

plexo e formar, em torno deste, uma série de observações lógicas que represente um conhecimento menos primario do fenômeno histórico.

Nestas ligeiras apreciações sobre a historia da cidade do Recife, procurarei, ao lado da descrição simples e das consequencias faceis, obtidas pelo exame do material que tive em mão, apresentar alguns resultados que poderão estar ainda longe da verdade, mas que terão, de agora em diante, penso eu, um menor grau de incerteza.

Recife é de todas as cidades do Nordeste e talvez de todas as brasileiras a que possue mais numerosa documentação sobre a sua forma topográfica, sobre os bem diferentes aspetos de paísagem urbana que veio adquirindo através do tempo, revelando-nos com poucas soluções de continuidade o curso de seu desenvolvimento, acentuando as suas diversas disposições urbanísticas e indicando a intensidade de sua expansão, nos períodos mais florescentes do seu passado.

Como documentos dos mais valiosos devemos enumerar, em primeiro lugar, as plantas, quadros e desenhos executados pelos holandeses durante o tempo da sua permanencia no Brasil e em anos posteriores, os quais constituem uma fonte copiosa de informações das mais uteis para o conhecimento do cenario e da vida do nosso país, quasi nos primordios da sua historia.

Documentos como esses devem ser constantemente manejados e, sempre que cotejados com outros, novamente lidos ou melhor observados, mais minuciosamente revistos.

Encontra-se no artigo de Beringer (1) uma relação quasi completa de cartas e plantas de origem holandesa. Das que foram citadas, merecem especial menção a do engenheiro Andreas Drewish Bonge Saltensis e a que foi "retirada dum volumoso atlas que se acha nos Arquivos de Haia e tem por título: *Verzameling von Pas-*

(1) "O Porto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII", que apareceu pela primeira vez, em francez, na revista *Tijdschryft van het aardrijskundig Genvotschap*, de Amsterdam, sendo depois traduzido e publicado por Alfredo de Carvalho na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambueo*.

Karten dienende tot de vaart naar Oosten West Indien", consideradas por aquele escritor como as mais perfeitas, embora reconhecendo em todas as maiores inexatidões topográficas.

Referindo-se, aliás, a uma dessas incorreções — a curvatura nos recifes de pedra, que aparece em todas as plantas —Beringer supõe, com bastante razão, que o levantamento do porto foi feito pelos holandeses apenas uma vez e "que posteriormente limitaram-se a completar este primeiro trabalho com a indicação dos fortes, canais, etc."

A respeito da curvatura, lembro, de passagem, que pode ter sido resultante de algum erro sistemático de observação, pois me parece fora de dúvida que ela se manifesta não apenas nos recifes, mas tambem nos rios e na terra firme.

Alem das que foram primeiramente mencionadas, devem ter igual destaque as plantas que estão no livro de Barléu, assim como as numerosas estampas nele incluidas, representando panoramas do porto e da cidade.

O mesmo relevo, para o nosso ponto de vista, poderíamos dar aos quadros de Franz Post e aos desenhos de Wagener, onde são frequentes as indicações proveitosas.

Na parte concernente à documentação escrita é tambem vasta a contribuição holandesa, abrangendo inúmeras obras, como a do já citado Barléu, as de Nienhof, de Laet e muitas outras.

Informações, ainda desta última natureza, que grande auxilio tem prestado à elucidação de certos casos, no primeiro período da formação do Recife, são as que se podem colher em escritores mais antigos, como Gabriel Soares, que descreve a velha cidade como um povoado de "pescadores e oficiais de ribeira"; como Frei Vicente do Salvador, que a considera, já no inicio do século XVII, o porto mais frequentado de todo o Brasil.

Do estado da cidade nos últimos momentos da ocupação holandesa nos dá uma viva sugestão o "Inventario das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos predios edificados ou reparados até 1654", há pouco reeditado por iniciativa da Biblioteca Pública daquele Estado.

Esse inventario, embora muito omisso em certos pormenores

frequentes em documentos semelhantes, tais como descrição dos interiores das casas com a designação do número de peças; especificação dos materiais empregados na construção, etc., cria, comparado com as plantas da mesma época e os desenhos de Post e de Wagener, um ambiente propicio às mais exatas e claras identificações.

Confronte-se, por exemplo, a seguinte passagem: "Em frente a força das cinco pontas fica hum lugar com huma arvore grande, que chamão a gameleira, e junto ao pé fabricou o Flamengo huma caza, que está hoje derrubada com algumas paredes em pé que serviu de caza de recreação" (2), com um dos desenhos de Post (3), do livro de Barléu. Nota-se que a descrição corresponde fielmente à imagem gráfica, ficando a casa inventariada perfeitamente identificada.

E' em virtude de pòder fornecer ajustamentos semelhantes, que essa coleção de informes merece ser estudada sempre com mais crescente atenção. Baseado em muito do que está ali enumerado, alem do que em outras fontes coligiu, escreveu Pereira da Costa uma "vista retrospectiva sobre o antigo bairro do Recife", onde foram reunidos, pela primeira vez, os principais fatos que modificaram progressivamente a fisionomia urbana daquela cidade.

Procurarei tambem aquí usar, sempre que for possivel, esse inventario, acompanhando as informações nele contidas e procurando associá-las com as que puder extrair de outros documentos.

Nas duas plantas que figuram no livro de Barléu, a antiga povoação do Recife foi representada em dois estados de desenvolvimento que muito diferem um do outro. A mais primitiva das duas mostra-nos o Recife de 1637, data da chegada do príncipe Mauricio de Nassau (fig. 1). O centro urbano estava então localizado na extremidade da pequena península ligada a Olinda, quando ainda eram raras as casas na ilha de Antonio Vaz, hoje bairro de Santo Antonio.

Na península ou *estreita lingua de terra*, como era designada geralmente, que constitue o trecho atualmente ocupado pelas ruas

---

(2) Inventario, etc., pg. 132.

(3) Barléu, — Desenho da pg. 206 da tradução do Dr. Claudio Brandão.

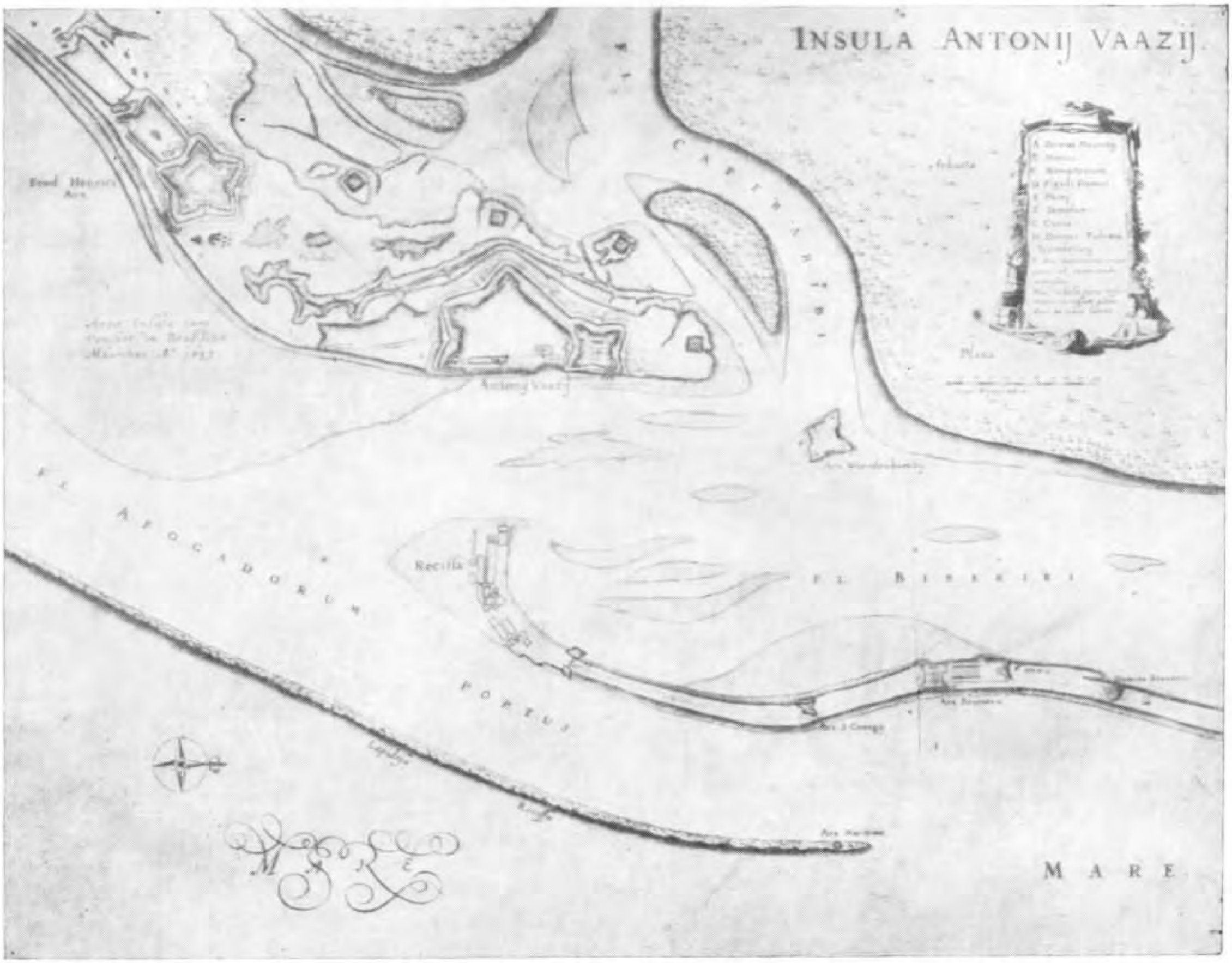


Fig. 1 — Planta do Recife de 1630, (extraida do livro de Barléu).

Marquês de Olinda e do Bom Jesús, já se observa com nitidez a ação do tráfego definindo as ruas; os caminhos vindos de Olinda, continuavam pelas ruas do povoado, na direção do continente, indicando claramente a posição que teria a ponte ainda não construida; os limites com os rios, sujeitos às oscilações irregulares das marés, estavam ainda mal definidos.

Entretanto, a ilha de Antonio Vaz, hoje bairro de S. Antonio, excluindo-se o convento de São Francisco e algumas poucas casas à margem do rio, "não passava, como diz Beringer, dum vasto pântano coberto pelas marés e de onde emergiam algumas ilhas". Nela se percebem, traçados na direção de Afogados, os caminhos principais, que passam ao pé do forte de Cinco Pontas, construido em lugar de grande importancia estratégica para a época.

Na planta seguinte (fig. 2), vamos encontrar na vila de Recife uma densidade de edificação quasi dupla e, na ilha de Antonio Vaz, modificações profundas: há em toda parte indicios de limitação e controle para as aguas dos rios, tentativas de endicamentos, prenuncios de cais; nos desenhos correspondentes à época da planta — que deve ser, aproximadamente, a da partida do conde Mauricio — aparelhamentos de porto são visiveis, servindo ao mesmo tempo de elementos de defesa.

As duas pontes, mandadas construir pelos príncipe, figuram aí desenhadas com clareza, assim como um plano geral de urbanização para a ilha de Antonio Vaz, cujo traçado inteligentíssimo ainda hoje nos surpreende. Os antigos caminhos estão agora substituidos por um conjunto de ruas largas seguindo duas direções perpendiculares, numa disposição planificada, racional e perfeita.

Neste ponto se chega a distinguir com a maior nitidez as maneiras de conceber e construir uma cidade, mantidas por holandeses e portugueses, em Pernambuco. Ao passo que os primeiros, não apenas por um instinto natural de defesa, mas, sobretudo, por uma melhor compreensão da vida urbana, iam construindo as suas casas sempre alinhadas e bem distribuidas ao pé das fortalezas; as cidades portuguesas prosperavam, quasi sem discrepancia, com o estabelecimento de novos nucleos de habitação, em torno dos pateos das igrejas.

Apesar desse plano urbanístico holandês, tão claramente delineado e já em começo de realização, ser a solução mais lógica indicada pelo tráfego, foi inteiramente abandonado, como se poderá facilmente reconhecer, olhando-se o bairro de Santo Antonio, nas plantas posteriores. Nestas tem influencia preponderante os pateos das Igrejas: pateo do Carmo, do Paraiso, do Livramento, do Terço, etc.; e as igrejas, em geral mal localizadas, criavam um sistema de ruas estreitas, tributarias de outras não melhor orientadas.

Na povoação do Recife, no entanto, onde os proprios holandeses obedeceram, mais ou menos, às linhas indicadas anteriormente, os paramentos das casas, mesmo os das construidas durante a ocupação, mantem-se quasi sem alteração até o principio do século atual. Cumpre, aliás, salientar a extraordinaria expansão desse bairro no septenio do governo do príncipe Mauricio.

A fig. 3 nos mostra, nas superfícies tracejadas, as casas construidas nesse período, e que estão detalhadamente enumeradas no inventario: toda a rua dos Judeus, com casas de um e de outro lado, na mesma posição e, certamente, com os mesmos paramentos da atual rua do Bom Jesús, partindo das portas do Recife até as proximidades da capela do Corpo Santo; grande parte da "rua que vai para ponte", depois conhecida como rua da Cadeia, os edificios das praças do Corpo Santo e do Palacio, etc.

A rua dos Judeus, onde estes tinham o seu comercio, as suas residencias, a sua sinagoga (4), era constituida quasi toda de casas de dois andares, com telhados de grande inclinação, às vezes com miradouro; e as casas que davam os fundos para os rios, pegavam em outras, pequenas, que serviam aos negros de senzala, espécie de armazens para a mercadoria de mais negocio naquela rua.

Os judeus que, graças à benevolencia de João Mauricio, exerceram, em Pernambuco, ampla e livremente o comercio, sobretudo o

---

(4) "Humas cazas grandes de sobrado da mesma banda do rio, em fronteira para a rua dos Judeus, que lhes servia de synagoga, etc.' Inventário, etc., pg. 7.

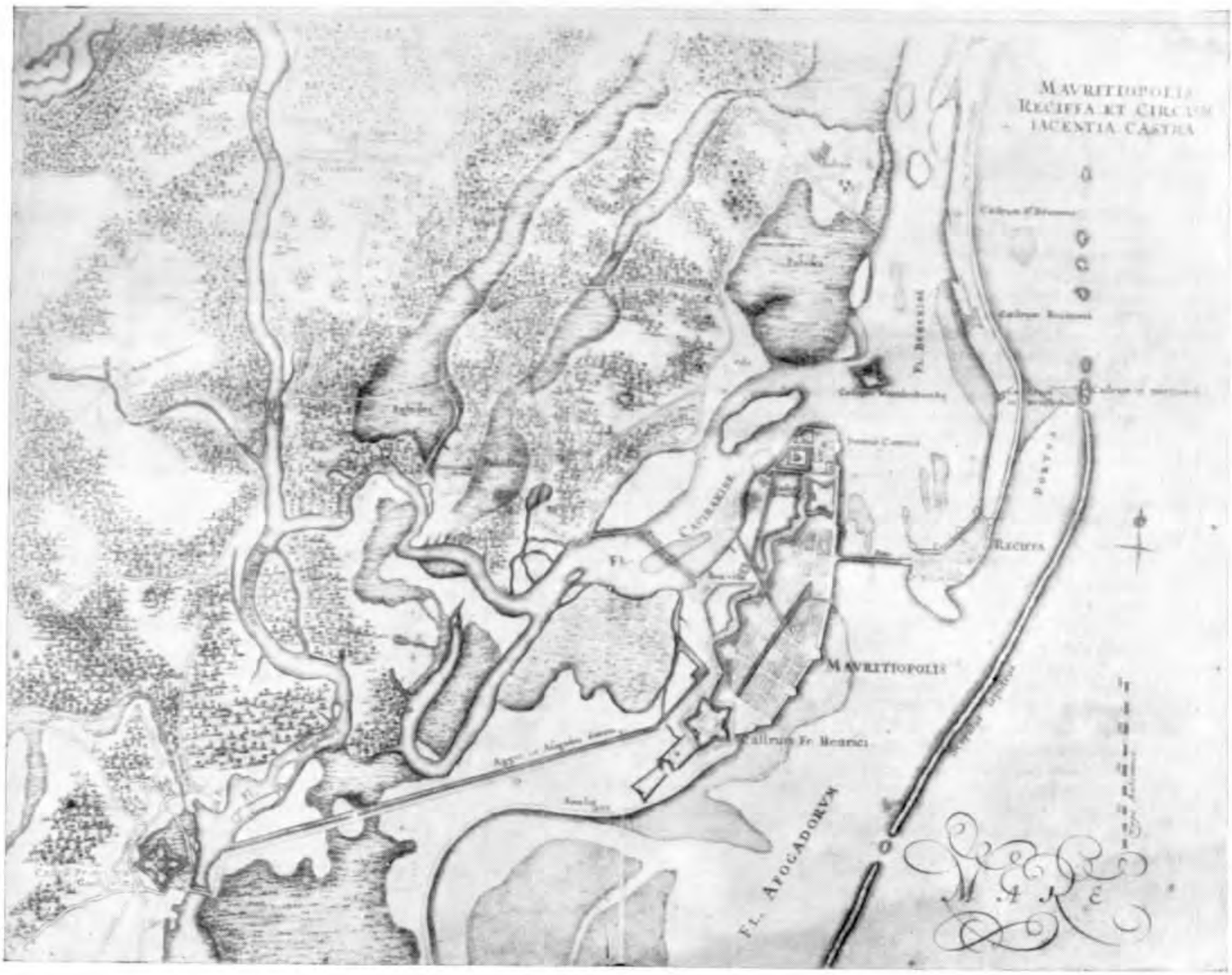


Fig. 2 — Planta do Recife da época do principe Mauricio de Nassau.

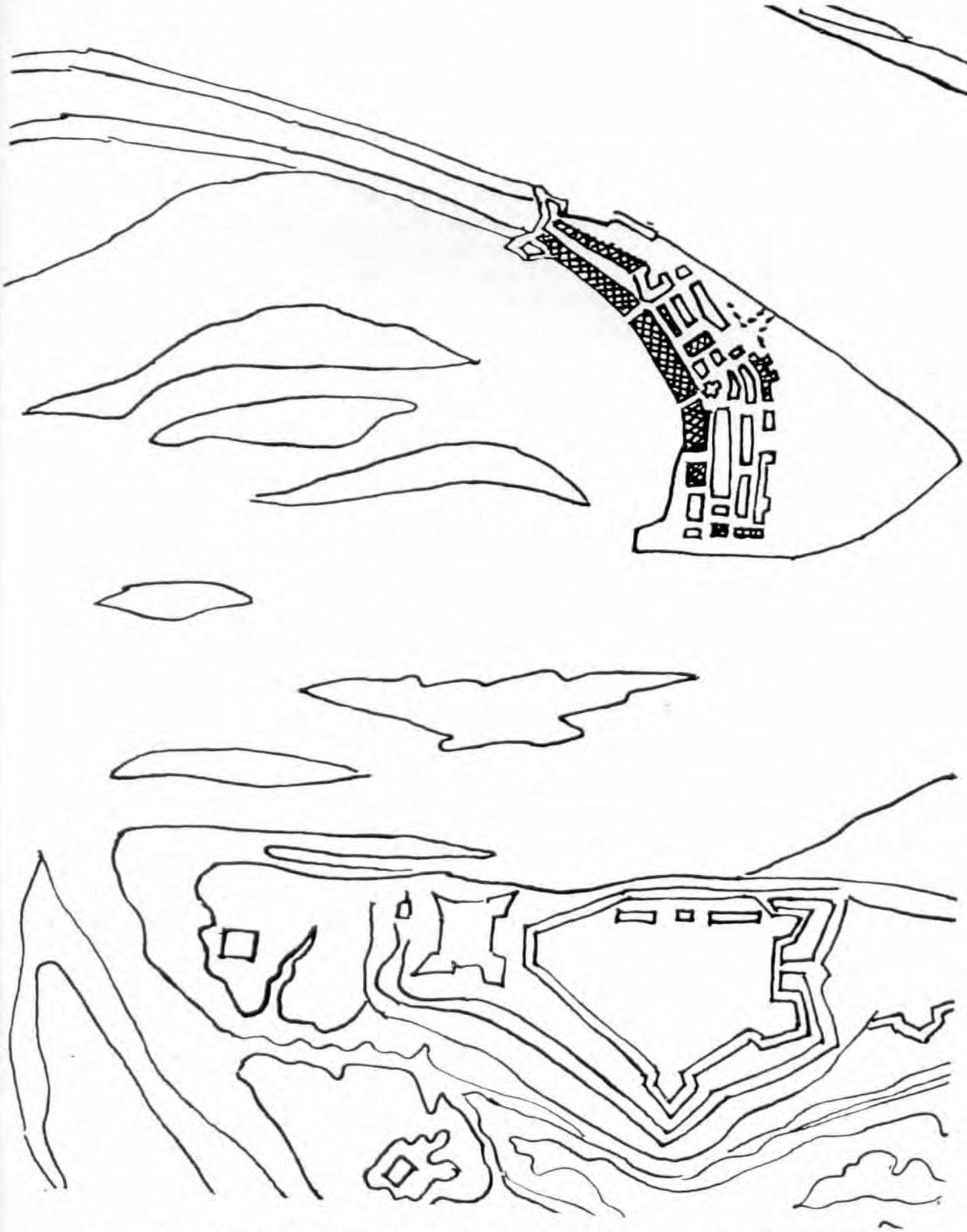


Fig. 3 — Desenho da povoação do Recife mostrando o aumento de edificação verificado na época de Mauricio de Nassau.

comercio de escravos, foram tambem os primeiros a conseguirem, por meio de aterros, um valor maior para os seus terrenos (5).

Todas essas senzalas foram construidas sobre aterros, e sobre aterros depois prosseguiu a construção de novas ruas, a da Guia, a do Apolo, etc.; até o cais atual, representando quasi duas vezes a primitiva area edificada.

Na rua dos Judeus foi onde propriamente surgiu a cidade do Recife, até então simples porto com armazens e trapiches de açucar e pequenas casas de pescadores. Foi a atividade comercial do judeu, inteligente e açambarcadora — aliás causa perene de odios rancorosos por parte dos comerciantes cristãos (6) — que deu à antiga povoação o "elan" inicial desse desenvolvimento propriamente urbano que se veio propagando até nossos dias.

Não será de mais sugerir que no tempo da construção da rua e do apogeu do comercio judeu, não deveriam mais existir, ou teriam sido já modificadas, as casas apalaçadas de Carpentier e Waalbeeck — membros do Supremo Conselho — que ficavam situadas na "rua que vai para a ponte", como é facil de ver em desenhos holandeses anteriores aos do livro de Barléu. Naquele tempo já o Recife não comportava mais construções daquele tipo, dadas as exigencias do comercio que prosperava rapidamente, e a carencia de habitação que se tornava cada vez maior (7).

Os paramentos da rua dos Judeus, como já tive ocasião de dizer, ainda hoje perduram, como os últimos vestigios do mais velho Recife, e um exame bem conduzido nos interiores dos pardieiros que ainda lá se conservam, talvez nos traga resultados apreciaveis.

---

(5) "as quaes bemfeitorias e chãos pertencem a Sua Magestade por haverem sido de judeus que entupirão e furtarão no rio os ditos chãos" — Inventario, pg. 189.

(6) Wätjen transcreve no seu "Dominio colonial holandês no Brasil" um memorial que, em 1641, os comerciantes cristãos de Recife dirigiram ao príncipe Mauricio e ao Conselho, e onde há as maiores acusações aos judeus e à sua maneira de comerciar. — Wätjen — "O dominio colonial holandés no Brasil" — trad. de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, pg. 366.

(7) "Em 1640 e nos primeiros anos que lhe seguiram a falta de habitações em Recife era tão grande que se fez preciso crear acomodações nos sotões dos armazens para caixeiros, auxiliares e serventes" — Wätjen — Obr. cit. — pg. 386.

Não importa que as fachadas estejam alteradas ou mesmo modernizadas. Internamente é possivel que se encontrem, com um levantamento cuidadoso, com pesquisas nos alicerces, etc., alguns vestigios reveladores das disposições primitivas.

A rua dos Judeus chamou-se depois rua da Cruz e em 1821 era ainda o centro do comercio de escravos. Maria Graham, no seu livro "Journal of a voyage to Brazil", reproduz uma gravura de E. Finden representando uma cena desse comercio, e que tambem nos serve para examinarmos as fachadas de algumas casas. Estas oferecem bastante semelhança com as do desenho de Wagener (fig 4) ainda existentes em 1654 — época do inventario — pois, no espaço de 167 anos, que é o que medeia entre as duas datas, não era possivel que se dessem grandes alterações, considerando-se a índole conservadora dos nossos antepassados.

Podemos assim dizer que no tempo de E. Finden muitas casas da rua da Cruz conservavam ainda o mesmo aspeto que tinham no tempo em que foi feito o inventario, assim como se podem identificar, ao fundo, as portas do Recife, com a capela do Bom Jesús sobre o seu arco principal, na forma descrita por Frei Jaboatão: "e a devota capelinha do Bom Jesús das Portas por estar fabricada sobre a abóbada do Castelo das mesmas portas" (8).

Na parte do inventario correspondente à povoação do Recife aparecem frequentemente nomes de construtores e proprietarios de casas: judeus, flamengos e um indio, Benjamim de Pena. Este e um dos judeus, Moice Navarro, estão designados por Barléu como arrematantes de dízimos de açucar, o que prova terem sido negociantes prósperos ou mesmo ricos.

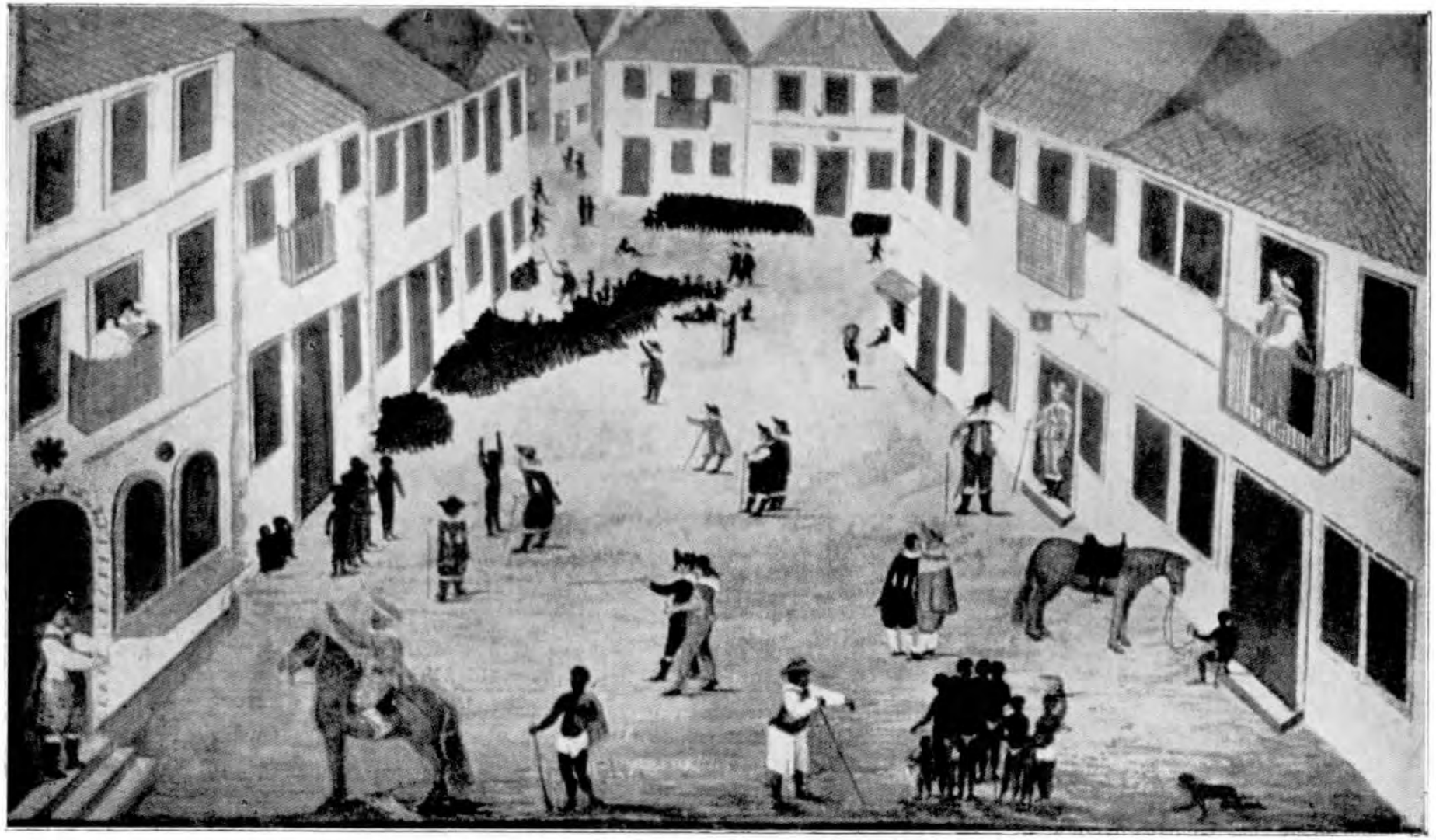
Nem sempre judeus e flamengos construiram as suas casas desde os alicerces. Muitas vezes aproveitavam as paredes das casas arruinadas pelo incendio mandado atear por Matias de Albuquerque, em 1630. São numerosas as passagens como esta: "he obra Portugueza ate donde chega o cunhal de pedras; e dahi para cima flamenga".

---

(8) Frei Jabotão: Novo Orbe Seráfico, Brasilico.



A rua da Cruz em 1821
(De uma gravura de E. Finden. Apud Maria Graham. "Journal of a Voyage to Brazil. Londres, 1824).



A rua dos Judeus segundo desenho de Wagener

Isto põe em evidencia que as obras portuguesas eram mais bem construidas, nelas sendo usados materiais mais ricos.

Com a construção dos palacios de Vrijburg e da Boa Vista, o hábito de morar na ilha da Antonio Vaz tornou-se comum para os altos funcionarios do governo e grandes representantes do comercio e da lavoura. E' assim que vemos assinalada numa das plantas, entre outras menos importantes, a casa de Teodoro Coddey, membro do Conselho Político.

A atividade construtiva na ilha, mesmo antes de Vrijburg, devia ser já bem intensa. E' bem conhecido o desenho de Wagener,(9) representando a primitiva casa do governador, que ainda lá morava em principios de 1638, quando aquele artista deixou o Brasil. Um número regular de boas casas pode ser observado no mesmo desenho, ao lado e ao fundo do palacio, umas em estilo que lembra bastante o flamengo, outras com o aspeto mais pesado da arquitetura portuguesa de então.

Esse palacio, onde Wagener habitou, e que ele mesmo, como se pode concluir pelo desenho, conhecia nos seus mínimos detalhes, pois foi um dos servidores do príncipe Mauricio se acha tambem na relação das casas inventariadas, assim como os dois grupos de pequenas casas que cercavam o seu pateo interior. Apenas não há alusão à sua torre, que, nos desenhos de Post, com as da Boa Vista e a de Vrijburg, dominam a paisagem. Está simplesmente inventariado sob o n.º 363, como "Humas casas de sobrado, fronteiras á ponte que vai para o Recife, com varandas de taboas pela fronteiria de pedra e cal, obra portuguesa e antiga; e assim das casas como do sitio declarou Belchior Alves que lhe pertencião, e sem embargo de ser muito notorio por ser o inventario de todas as casas em geral se lançarão nele as ditas casas para se lhe fazer entrega na forma da clareza referida".

Esse Belchior Alves, de quem nos fala Jaboatão, era o proprietario da maior parte dos terrenos nas proximidades do convento de Santo Antonio e que por doação magnânima adquiriu uma das capelas do convento.

---

(9) Wagener, Thierbuch.

As pequenas casas que se veem, tambem no desenho, fazendo parte do palacio e limitando o pateo interno do mesmo, estão inventariadas sob os numeros 354—362: "Nove moradinhas de casas terreiras fabricadas por flamengo, na rua que vai do terreiro dos coqueiros para a ponte".

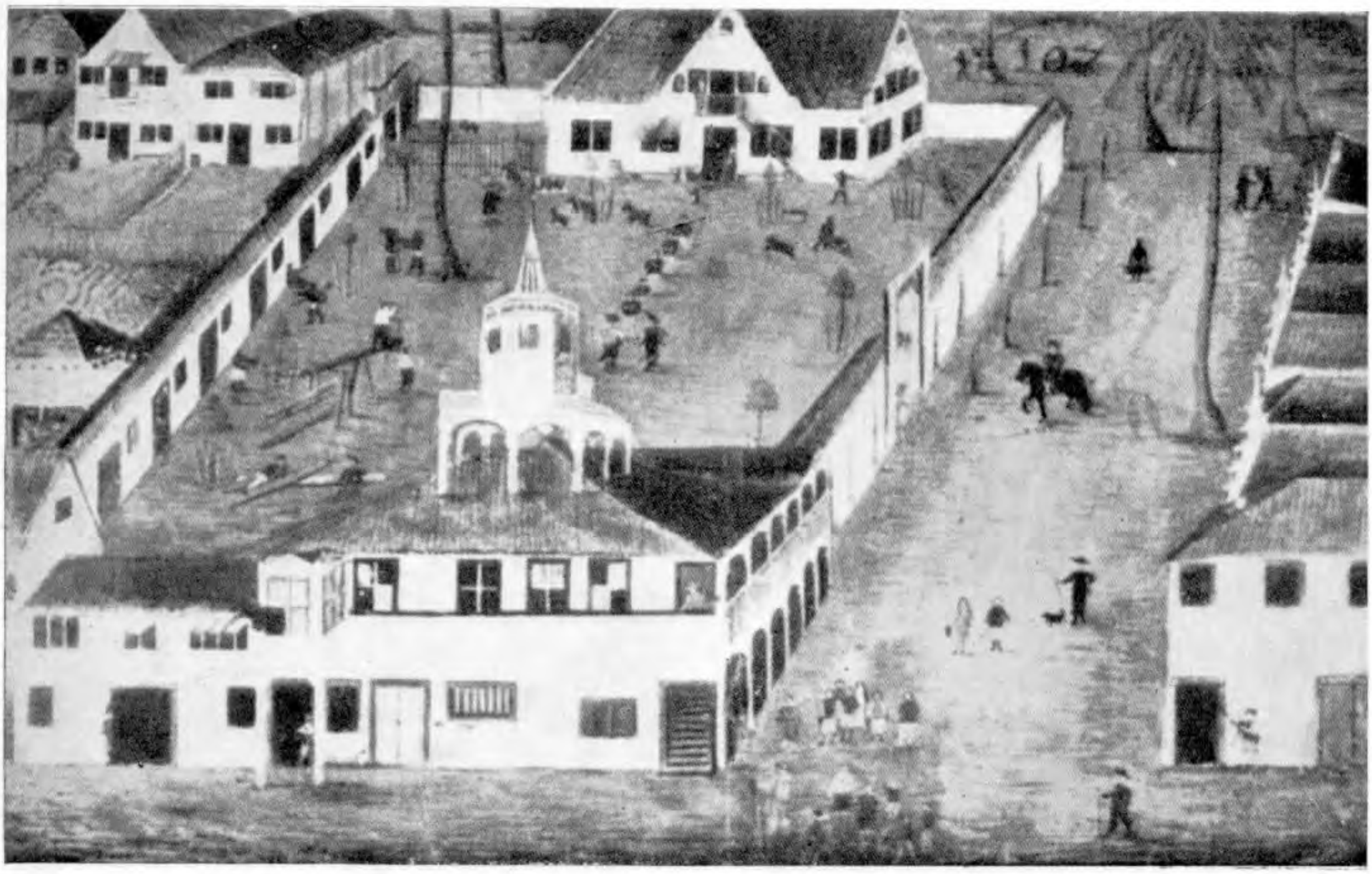
No último plano do desenho são visiveis as copas dos coqueiros do terreiro que se estendia por toda a area, hoje abrangendo a praça da Independencia e o antigo largo do Paraiso; varios desenhos de Post assinalam-no de maneira mais precisa, com a sua densa vegetação vencendo o casario.

E' grande o número das casas que o inventario de 1654 registra como situadas nesse terreiro dos coqueiros, não atingido pelo plano de urbanização holandês, e que, talvez, constituisse mesmo uma espécie de grande parque destinado a serventia pública, ao pé dos requintados jardins e dos ricos pomares de S. Excia. o Governador. No limite desse terreiro, do lado do poente e correndo de norte a sul, ficava uma trincheira de pau a pique contornando toda Mauriciópolis, desde o forte Ernesto até as portas dos Afogados.

Essa linha de defesa tomava diversas direções, as mesmas, aproximadamente, das diferentes ruas atuais que dela se originaram, entre as quais se acha certamente a ainda hoje chamada rua das Trincheiras, que lhe conserva o nome.

Nos últimos anos do governo do conde Mauricio e do dominio holandês, no Brasil, já a ilha de Antonio Vaz ou, mais propriamente, Mauriciópolis era a séde do poder civil; não somente o governo central, mas tambem os Conselhos Supremo e Político já, naquela época, funcionavam na ilha; alí se achava tambem a Igreja dos Franceses, principal templo calvinista, vasto edificio situado no meio de uma grande praça. A futura cidade do Recife descobria assim, de maneira definitiva, o seu centro cívico e ainda hoje o conserva.

A historia do Recife como a de quasi todas as cidades que se fundaram à margem das rotas oceânicas, é, no seu inicio, a historia



Desenho de Wagener representando o primeiro palacio dos governadores do Brasil holandês.

de um porto. No Recife, porem, o processo de fixação da cidade não foi tão espontaneo e imediato como o que se verificou em outros nucleos urbanos brasileiros, apesar das condições excelentes de abrigo que aquele porto oferecia às frotas navais.

Muito diferentemente do que sucedeu em S. Salvador e no Rio de Janeiro, portos tambem naturais, logo reconhecidos pelos navegadores portugueses, que neles encontraram, ao mesmo tempo, os meios mais faceis de defesa e de comunicação com o interior, em Pernambuco não foi tão simples dar ao Recife as características conjuntas de porto e de cidade. Nas fundações de Iguarassú, de Olinda e, em certo sentido, na de Vila Velha, na ilha de Itamaracá encontramos verdadeiras tentativas para a fixação de uma cidade capital na antiga capitania.

Se o Recife oferecia o porto abrigado e seguro contra a violencia do mar, não era facil, dadas as condições topográficas, estabelecer alí um sistema de defesa que lograsse perfeita eficiencia contra os ataques do inimigo.

Por sua vez, Iguarassú e Olinda eram boas situações estratégicas, mas ofereciam surgidouros deficientes ou pouco seguros.

Conquistando o Recife em 1630, os holandeses não vacilaram em dar relevancia e primazia ao porto, e já afeitos a trabalhos semelhantes em sua terra natal, empreenderam a construção da cidade, cercando-a de fortalezas.

Recife, que até então se constituia como uma aglomeração progressiva de moradias em torno da igreja de S. Pedro Gonçalves (Corpo Santo), tomou de repente a característica das cidades formadas "de uma vez", com os seus ornaveques e bastiões, baluartes e cortinas de pau a pique.

Essas fortificações levaram tempo a serem feitas e muito custaram à Companhia das Indias Ocidentais que por fim resolveu fazer daquele porto uma espécie de base naval, em pleno século XVII.

Varios e grandes empreendimentos militares foram projetados na então capital do Brasil holandês, onde as naus chegadas da Holanda sofriam reparos das avarias decorrentes da longa travessia, ou mesmo consertos mais serios. Do Recife partiram os navios de Cornelio Jol com o fim de atacar os galeões espanhóis carregados

de riquezas vindas do Perú; ainda, perfeitamente equipada e abastecida, saiu dalí uma esquadra, comandada pelo mesmo Jol, para a conquista dos reinos de Angola, Loanda e S. Tomé.

Organizadas em Recife foram a esquadra de Henrique Brauer, membro do Supremo Conselho, no governo de Nassau, para uma malograda expedição contra o Chile, assim como as que o proprio Nassau comandou nas suas investidas contra a Baía.

Todas essas empresas e diversas outras que ficaram apenas em projeto, como a expedição de Lichthardt a Buenos Aires, eram por assim dizer planejados em Recife, de comum acordo com os diretores da Companhia.

Não raro a cidade se enriqueceu de festiva admiração pelo sucesso das armas holandesas, como a que foi consagrada ao almirante Jol no dia do seu regresso da África, descrita em traços vivos de entusiasmo por Barléu, no seu livro.

Recife tinha, assim, alem da importancia comercial que era grande no tempo, como centro de caminhos e de transformações econômicas, no período de transição do mercantilismo para a economia verdadeiramente colonial, não pequena importancia militar.

Na historia do regimen colonial, cujo ciclo, supomos, não está longe de ser fechado, o "Recife das praias e dos Navios" do primeiro donatario ou a Mauriciópolis do príncipe de Nassau terá merecido relevo.

JOAQUIM CARDOSO.

5731–Est. de Artes Graphicas C. Mendes Junior
Rua Riachuelo 192—Tel. 22–6238—Rio de Janeiro

PREÇO 6$000

C. Mendes Junior - Rio